

[VOL. 4] [Nº1] [2024]

REORIENTE

DOSSIÊ FEMINISMOS NO SÉCULO XXI

ARTIGOS

Amefricanizando os feminismos: a perspectiva teórico - prática apresentada por Lélia Gonzalez – Thamires Costa Meirelles dos Santos e Rachel Gouveia Passos

Mujeres que luchan: la formación del antagonismo anticapitalista y antipatriarcal entre las mujeres kurdas y zapatistas – Azize Aslan e Mărgara Millán

El Racismo del salario: experiencias de racialización de mujeres indígenas trabajadoras domésticas de los Altos de Chiapas – Astrid Yulieth Cuero Montenegro

Entre Safo de Lesbos e Audre Lorde: amores e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e século XXI – Ana Clara Azanha do Nascimento, Mary Jane Paris Spink e Beatriz Borges Brambilla

Conselho de Direitos das Mulheres: entre disputas de hegemonias e contenção de conflitos – Gabriela Alves dos Santos e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso

Quando a Teoria do Norte “nos dá a honra”: notas geopolíticas sobre uma dupla de feministas do Norte no Brasil – Annelise Erismann

E MAIS

Gustavo Menon, Francisco Luiz Corsi, Luis Miguel Gomez...

FEMINISMOS NO SÉCULO XXI

Amefricanizando os feminismos: a perspectiva teórico-prática apresentada por Lélia Gonzalez 10

Thamires Costa Meirelles dos Santos e Rachel Gouveia Passos

Mujeres que luchan: la formación del antagonismo anticapitalista y antipatriarcal entre las mujeres kurdas y zapatistas 27

Azize Aslan e Mária Millán

El Racismo del salario: experiencias de racialización de mujeres indígenas trabajadoras domésticas de los Altos de Chiapas 50

Astrid Yulieth Cuero Montenegro

Entre Safo de Lesbos e Audre Lorde: amores e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e século XXI 74

Ana Clara Azanha do Nascimento, Mary Jane Paris Spink e Beatriz Borges Brambilla

Conselho de Direitos das Mulheres: entre disputas de hegemonias e contenção de conflitos 104

Gabriela Alves dos Santos e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso

Quando a teoria do Norte “nos dá a honra”: notas geopolíticas sobre uma dupla de feministas do Norte no Brasil 128

Annelise Erismann

HOMENAGENS

Uma vida sem trégua: Ângela Ramos 143

Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola e Luis Ernesto Gomez Cornejo Rotalde

ARTIGOS LIVRES

Teorias críticas para repensar a integração regional na América Latina: um diálogo entre o estruturalismo da CEPAL e o marxismo 148

Thomaz Delgado de David e Gustavo Menon

A América Latina e as consequências do esgotamento do boom de commodities (2003-2016) 168

Francisco Luiz Corsi e Agnaldo dos Santos

RESENHAS

¿Hacia la Tercera Guerra Mundial? 198

Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola, Pedro Bordinhão e Tauan Monteiro Cordeiro

Editores

Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Joana das Flores Duarte (UNIFESP) e Roberto Goulart Menezes (UnB)

Comissão editorial

Fábio Maldonado (LEHC/UFRJ), Gustavo Menon (Universidade Católica de Brasília), Jales Dantas da Costa (UnB), Lourdes Flores Bordais (PEPI/ UFRJ), Marcos Pedlowski (UENF), Willyan Alvarez Viegas (PEPI/UFRJ) e Wilson Vieira (UFRJ)

Apoio técnico

Amanda Stelitano (LEHC/UFRJ), Fernanda Rafaela Pinheiro Moraes (UNIFESP), Pedro Bordinhão (LEHC/UFRJ), Pedro Martinez (LEHC/UFRJ), Raíssa Oliveira (diagramação), Raquel Coelho (LEHC/UFRJ), Rodrigo Corrêa (projeto gráfico), Talissa Barcelos (revisora) e Thassiel Melo (capa)

Conselho Editorial

Adhemar Minero (REBRIP) • Adrian Sotelo Valencia (UNAM) • Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara) • Alfredo Saad Filho (King's College) • Alicia Giron (UNAM) • Ana Garcia Saggioro (UFRJ) • Andres Rivarolla Puntigliano (Stockholm University) • Antonio Brussi (UnB) • Armando Boito (Unicamp) • Atilio Alberto Boron (UBA) • Barry Gills (University of Helsinki) • Beverly Silver (Arrighi Center for Global Studies - Johns Hopkins University) • Camille Chalmers (Université d'Etat d'Haiti) • Carla Ferreira (UFRJ) • Carlos Serrano (LEHC-UFRJ) • Carolina Jimenez (Universidad de Bogotá) • Christopher Chase-Dunn (University of California) • Claudio Katz (UBA) • Denise Gentil (UFRJ) • Didimo Castillo (Universidad Autónoma de Tlaxcala) • Elias Jabbour (UERJ) • Emilio Taddei (UBA) • Emir Sader (LPP-UERJ) • Enrique Leff (UNAM) • Fábio Luiz Barbosa dos Santos (PROLAM-USP) • Francisco Lopez Segrera (ISRI – Cuba) • Gabriella Roffinelli (UBA) • Gabriel Merino (UNLP) • Gilberto Maringoni (UFABC) • Graça Druck (UFBA) • Graciela Gallarce (CLACSO) • Heitor Silva (LEHC-UFRJ) • Helton Ouriques (UFSC) • Isabela Nogueira (UFRJ) • Gustavo Menon (UCB) • Ivana Jinkings (Boitempo) • Jaime Preciado Coronado (Universidad de Guadalajara) • Joana Coutinho (UFMA) • Joana Salem (Cáspier Líbero) • Jones Manoel da Silva (Podcaster Revolushow) • Jose Felix Rivas (Universidad Central de Venezuela) • José Luís Fiori (UFRJ) • Julio Gambina (SEPLA) • Leandro Morgensfield (UBA) • Leonardo Ramos (PUC-Minas) • Leonardo Valente (UFRJ) • Lourdes Regueiro (CIPI – Cuba) • Lúcio Oliver (UNAM) • Luiz Cesar Ribeiro (UFRJ) • Luiz Felipe Osório (UFRJ) • Luiz Filgueiras (UFBA) • Manoela Boatcă (University of Freiburg) • Marco Aurelio Santana (UFRJ) • Márgara Millán (UNAM) • Maria Caramenz Carlotto (UFABC) • Maria Francesca Staiano (UNLP) • Mathias Luce (UFRJ) • Mauricio Metri (UFRJ) • Orlando Caputo (CLACSO) • Pablo Vommario (CLACSO) • Paris Yeros (UFABC) • Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government) • Paulo Emilio Matos Martins (UFF) • Pedro Vieira (UFSC) • Ramos Torres Galarza (Equador) • Raphael Padula (UFRJ) • Raphael Lana Seabra (UnB) • Ravit Palat (Bynghamton University) • Ricardo Antunes (UNICAMP) • Ricardo Dello Buono (Manhatan College, NY) • Roberta Traspadini (UNILA) • Roberto Leher (UFRJ) • Roberto Patricio Korzeniewicz (Maryland University, College Park) • Rogério Dutra (UFF) • Ronald Chilcote (Latin American Perspectives) • Saulo Pinto (UFMA) • Şahan Savaş Karataşlı (North Caroline University, Greensboro) • Sedi Hirano (USP) • Vivian Urquidi (USP) • Wagner Iglecias (USP)

Apoio



O dossiê que publicamos nesta edição da Reoriente é dedicado ao debate e análise dos *Feminismos do Século XXI*. A palavra feminismo ou feminista, segundo Karen Offen (2015), é utilizada em grande escala nos dias atuais nos países ocidentais e, também, em países orientais para legitimar as ideias e os ideais que defendem a emancipação das mulheres, os movimentos que buscam a sua concretização e os indivíduos que apoiam essa meta. A autora destaca que a palavra *Féminisme* (feminismo) já era utilizada como sinônimo de emancipação das mulheres no discurso político francês no final do século XIX, e a atribuição de sua origem a Charles Fourier deve ser contestada. Quanto à primeira autoproclamada feminista, ela afirma: “La primera autoproclamada féministe fue la defensora del sufragio de las mujeres francesas, Hubertine Auclert, que, comenzando em 1882, usó el término en su periódico *La Citoyenne* (La Ciudadanía) para describirse a sí misma y a sus asociadas” (Offen, 2015, p. 53-54).

A historiadora destaca que feminismo é um termo autoexplicativo, porém não é cristalizado, visto que seus significados e conotações podem distinguir-se a depender das culturas e sociedades, o que impede que essa categoria seja rigidamente fechada (Offen, 2015). Abordar as lutas feministas e o seu legado requer situar a sua dinâmica, as evidências históricas e as críticas dentro do próprio movimento de luta, evitando anacronismos. Pensar as demandas das mulheres requer também conhecer, a partir delas, as prioridades, pois “[...] ni todas las mujeres son feministas ni todas las feministas son mujeres” (Offen, 2015, p. 56). Essa afirmativa é muito importante para evitar a perfídia ideia de que o feminismo é anti-homem, ou que todos os homens são potencialmente opressores. As pautas feministas tiveram apoio (ainda que fosse pequeno) de homens no curso da história para sua legitimação. Para fins de exemplo, citemos François Poullain de la Barre, na França do século XVII; no final do século XVIII, Condorcet y Theodore Gottlieb, na França e na Prússia; e Charles Fourier, Ernest Legouvé, John Stuart Mill e August Bebel, na França, Alemanha e Inglaterra do século XIX. Tratando-se da participação de homens na luta feminista na América Latina, cabe-nos citar José Carlos Mariátegui, no Peru do século XX.

A garantia de acesso das mulheres aos direitos políticos já assegurados aos homens foi tratada como grande tema do século XX. No contexto latino-americano, Mariátegui, em seu texto *La mujer y la política* (1924a), considerava que esse feito estabeleceria a igualdade jurídica e política entre homens e mulheres. Destacava como experiência concreta o ingresso das mulheres no parlamento, no governo, na militância e nas negociações de interesse da nação. Ao citar mulheres no poder e na esfera pública, partia de uma realidade ainda não experimentada no Peru, fa-

lava mais especificamente da experiência Russa e Inglesa, citando como exemplos Alexandra Kollontai (uma das lideranças da Revolução Russa de 1917) e Margaret Bondfield (primeira-ministra do Trabalho na Grã-Bretanha). Alexandra Kollontai, além de ocupar um dos cargos mais altos e importantes, teve uma ímpar produção intelectual durante o regime soviético. Em 1922, Alexandra Kollontai foi nomeada assessora da embaixada soviética na Noruega, sendo a terceira mulher a ocupar um cargo diplomático no século XX, após Rosika Schimmer (1877-1948). Entre suas obras, destaca-se *A moral sexual* (1921). Ela abordou ainda temas como a mulher na esfera pública, a questão da maternidade e da mulher na vida política. O direito materno não poderia ser uma questão fim na vida das mulheres, mas sim uma dimensão que colocava a mediação entre a experiência de ser mãe e sujeita política. Ela denunciou e impulsionou o debate sobre o papel da sociedade e seus valores conservadores e afirmou que a ruptura com esse pensamento passaria diretamente pela libertação política e sexual das mulheres. A relação de igualdade entre homens e mulheres fundaria uma classe que operaria com um novo valor moral, que daria outro lugar e centralidade às mulheres revolucionárias na sociedade. Kollontai destacou toda a colaboração feminina durante e pós-revolução e assinalou que o comunismo encontrou, inicialmente, resistência da mulher russa, sobretudo da camponesa, pois havia ainda uma forte predominância religiosa em todo o país. A partir disso, a pauta revolucionária foi não somente a inclusão, mas a ativa participação das mulheres.

Nesse sentido, destacamos como a luta revolucionária feminista foi crucial ao lançar críticas aos direitos do homem inaugurados pela Revolução Francesa, por se tratar de uma democracia exclusivamente masculina e que manteve, em certa medida, os fundamentos da dominação e exploração feudal sobre as mulheres. Por outro lado, a revolução burguesa inaugurou um “novo tempo” do ponto de vista das lutas e organização política das mulheres, com a promessa civilizatória que daria à mulher condições concretas e objetivas de aumentar sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, de atingir melhor posição na vida social. Cabe, nesse sentido, analisar essas particularidades e seus reveses na atualidade, entendendo que a relação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento produz nesses últimos burguesias subordinadas e aliadas ao imperialismo e que reverberam na limitação do avanço dos processos sociais. Por isso, não falamos de um mesmo sujeito histórico, mas sim de formações sociais de classes historicamente determinadas, e, para fins de exemplo, citamos as formulações de Lélia Gonzalez (2020) sobre racismo no Brasil enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas concretamente situadas. Ainda nas palavras da autora, essas práticas foram perpetuadas e reforçadas após a abolição da escravidão, na medida em que beneficiaram e beneficiam determinados interesses, em particular, o sistema de exploração de classe.

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural, pois remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (Gonzalez, 2020, p. 86).

Foi nessa insurgência que o feminismo, ou melhor, os feminismos, enquanto movimentos, contestaram a hegemonia do saber e da moral religiosa, os costumes patriarcais, o racismo, a desigualdade de gênero, ainda que por muito tempo reproduzissem a concepção binária e semântica de sexo/gênero. Para pensar a luta feminista contemporânea, devemos situar a estrutura seletiva organizativa das economias mundiais, o papel periférico dos países em desenvolvimento e suas expressões concretas de aviltamento e degradação das condições materiais e subjetivas de produção e reprodução da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, onde ganham destaque as relações de trabalho. Essa luta não acontece sem as reivindicações feministas, pois, ao lutar pelos direitos das mulheres, nesta perspectiva que traçamos aqui, luta-se ao mesmo tempo por uma nova sociedade.

Dito isso, o presente dossiê: *Feminismos no Século XXI* reúne em seis artigos análises e perspectivas teóricas que colaboram substancialmente para o avanço do debate sobre os feminismos.

Em “Amefricanizando os Feminismos: a perspectiva teórico-prática apresentada por Lélia Gonzalez”, as autoras Thamires Costa Meirelles dos Santos e Rachel Gouveia Passos analisam, à luz do materialismo histórico e dialético, a perspectiva teórico-prática conceituada por Lélia Gonzalez como “feminismo amefricano”. Destacam, no desenvolvimento do texto, os caminhos que consagram o pensamento e a perspectiva feminista da autora, considerando sua trajetória radicalizada nos movimentos sociais, especialmente no Movimento Negro Unificado (MNU) e no movimento de mulheres. As autoras também dialogam com a categoria “amefricanidade” e os pilares que constituem o “feminismo afro-latino-americano” e sua imprescindibilidade no adensamento e revigoramento dos feminismos do século XXI.

Já em “Mujeres que Luchan: la formación del antagonismo anticapitalista y antipatriarcal entre las mujeres kurdas y zapatistas”, as autoras Azize Aslan e Mária Millán nos brindam com um artigo fruto de escuta e reflexão coletiva com mulheres curdas e zapatistas. Para as autoras, esses dois movimentos se tornaram referências da história revolucionária e da luta pela vida graças ao modo de participação política das mulheres, à natureza política das mulheres e sua maneira de “fazer política”. A partir do questionamento das relações de gênero, poder e do Estado, as mulheres tiveram um impacto importante, tanto teórico como organizacional, na construção e transformação desses movimentos e seus horizontes de luta. Segundo as autoras,

esses movimentos têm criado novas relações sociais não patriarcais em sociedades, comunidades e territórios onde se movem, ou seja, em Chiapas e Curdistão.

Astrid Yulieth Cuero Montenegro, em “El Racismo del salario: experiencias de racialización de mujeres indígenas trabajadoras domésticas de los Altos de Chiapas”, aborda a natureza racializada do trabalho doméstico remunerado, que, segundo a autora, é exercido por um grupo de trabalhadores indígenas das Terras Altas de Chiapas – México. Dividido em três momentos, o texto inicialmente apresenta o referencial teórico relacionado à luta negra, antirracista e decolonial, com o objetivo de compreender a hierarquia racial entre o trabalho reprodutivo, trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Em um segundo momento, a autora discorre e analisa as experiências de trabalho de mulheres trabalhadoras indígenas das Terras Altas de Chiapas e, a partir dessas experiências sociais, cunha o que denomina de racismo salarial e violência sexista, intrinsecamente articulados ao modelo de servidão colonial. Por fim, são apresentadas as principais conclusões sobre a forma como as condições de trabalho dessas mulheres indígenas respondem às formas de apropriação racializada de seus corpos e subjetividades no serviço doméstico remunerado.

“Entre Safo de Lesbos e Audre Lorde: amores e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e século XXI”, das autoras Ana Clara Azanha do Nascimento, Mary Jane Paris Spink e Beatriz Borges Brambilla, mostra como o apagamento histórico ao qual são submetidas as mulheres que se relacionam com mulheres obstaculiza sua emancipação subjetiva e política, uma vez que a impossibilidade de construir memória sobre a própria história produz lacunas de afirmação de identidades. Fundamentado por uma perspectiva materialista histórico-dialética, esse artigo visa a produzir uma historicização e análise crítica dos amores e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e no século XXI. Para esse fim, as autoras dedicaram-se ao estudo das determinações materiais dos erotismos antigos e à articulação entre os discursos eróticos presentes na obra das autoras Safo de Lesbos e Audre Lorde. Evidenciou-se a relevância da escrita erótico-afetiva feminina como produtora de memória e resistência, em um movimento de insubmissão política que resiste ao longo das gerações.

Gabriela Alves dos Santos e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, em “Conselho de Direitos das Mulheres: entre disputas de hegemonias e contenção de conflitos”, analisam, numa perspectiva crítica e dialética, as forças políticas presentes no Conselho Nacional de Direitos das Mulheres em seu processo histórico de conquistas e retrocessos. Para cumprir esse objetivo, as autoras realizam pesquisa documental e bibliográfica. Sustentam na análise a concepção de que os conselhos são espaços contraditórios de participação política, mas de fundamental importância para o fortalecimento da democratização de políticas sociais, podendo trazer ganhos às mulheres

e à luta feminista ainda que dentro dos limites da sociabilidade burguesa. Para as autoras, as tentativas de desarticulação e esvaziamento desses espaços fazem parte do projeto político conservador das últimas décadas. Por fim, salientam a indissociabilidade das lutas feminista, anticapitalista e antirracista, forjadas nos limites da ordem burguesa e na busca de sua superação, na luta por direitos e no horizonte da emancipação humana.

“Quando a teoria do Norte ‘nos dá a honra’: notas geopolíticas sobre uma dupla de feministas do Norte no Brasil”, da autora Annelise Erismann, analisa relatos sobre a estadia da francesa Simone de Beauvoir e da americana Elizabeth Bishop no Brasil. Para Annelise Erismann, a classificação de ambas enquanto feministas, indubitável no caso beauvoiriano e anacrônica no caso bishopiano, justifica-se pelas penalidades de gênero e sexualidade da mobilidade internacional de mulheres intelectuais. Ainda segundo a autora, os feminismos de Simone de Beauvoir e de Elizabeth Bishop integram a Teoria do Norte, em analogia à Teoria do Sul de Connell. No tocante à passagem das escritoras pelo Brasil, Annelise Erismann explica a função geopolítica do turismo acadêmico, bem como um modelo de internacionalização do feminismo baseado no conceito mohantiano da feminista-turista.

Luiz Miguel Gomez Cornejo Urriola e Luiz Ernesto Gomez Cornejo Rotalde fecham o *Dossiê Feminismos* abordando a extraordinária vida e obra de Ángela Ramos, destacada intelectual e militante socialista e comunista peruana, integrante do Comitê Central do Partido Comunista Peruano até 1936, colaboradora de José Carlos Mariátegui, jornalista, fundadora da casa Amauta, diretora da Biblioteca da Câmara de Deputados, poeta, ensaísta, dramaturga, sindicalista e lutadora antifascista e feminina, como se autodenominava, coerente com a concepção formulada na revista Amauta.

Na sessão de temas livres, Thomaz Delgado de David e Gustavo Menon buscam contribuir para a formulação de um projeto de integração regional a partir do diálogo que estabelecem entre o estruturalismo cepalino e o marxismo, uma vez reconhecidas suas diferenças. Francisco Luiz Corsi e Agnaldo dos Santos analisam as consequências do boom das commodities para os modelos de desenvolvimento na América Latina, percorrendo sobre as limitações econômicas, políticas e sociais do extrativismo e neoextrativismo a partir da crise ecológica global impulsionada pela reprodução ampliada do capital no século XXI.

Por fim, Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola, Pedro Bordinhão e Tauan Monteiro Cordeiro resenham *¿Hacia la Tercera Guerra Mundial?*, livro organizado por Manolo Monereo, Carlos Eduardo Martins e Francisco Segrera, destacando as contribuições dos autores e autoras sobre os riscos da catástrofe de uma nova guerra global que

começa a ganhar contornos bastante concretos e ameaça o nosso planeta e as vidas que o habitam.

Claudia Mazzei Nogueira, Joana Ormundo Coutinho e Joana das Flores Duarte

 * A capa desta edição representa as imagens de Lélia Gonzalez, Simone de Beauvoir, Milagro Sala, Angela Davis e Nadezhda Krupskaya.

Amefricanizando os feminismos: a perspectiva teórico-prática apresentada por Lélia Gonzalez

Thamires Costa Meirelles dos Santos* e Rachel Gouveia Passos **

Resumo: O presente artigo pretende analisar a perspectiva teórico-prática conceituada por Lélia Gonzalez como “feminismo amefricano”. Inicialmente, serão destacados os caminhos que maturaram a perspectiva feminista no pensamento da autora, considerando sua trajetória articulada aos movimentos sociais, especialmente no Movimento Negro Unificado (MNU) e no movimento de mulheres. Posteriormente, será analisada a categoria da “amefricanidade” e os pilares que constituem o “feminismo afro-latino-americano”. Parte-se do materialismo histórico-dialético como método de análise e utiliza-se a revisão bibliográfica como metodologia para o desenvolvimento das reflexões a seguir.

Palavras-chave: Feminismos. Lélia Gonzalez. Amefricanidade.

Abstract: This article focuses on highlighting the theoretical-practical perspective conceptualized by Lélia Gonzalez as: “amefrican feminism”. First, we will highlight the paths that have matured the feminist perspective in the author’s thinking, considering her path articulated to social movements, particularly the “Movimento Negro Unificado” (MNU) and the women’s movement. Subsequently, we will analyze the category of “amefricanity” and the pillars that make up the “African-Latin-American feminist”. Historical-dialectical materialism is used as the method of analysis, and a bibliographic review is used as the methodology to develop the following reflections.

Keywords: Feminisms. Lélia Gonzalez. “Amefricanity”.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo visibilizar la perspectiva teórico-práctica conceptualizada por Lélia González como “feminismo amefricano”. Inicialmente, se resaltarán los caminos que maduraron la perspectiva feminista en el pensamiento de la autora, considerando su trayectoria vinculada a los movimientos sociales, especialmente en el Movimiento Negro Unificado (MNU) y el movimiento de mujeres. Posteriormente se analizará la categoría de “Amefricanidad” y los pilares que constituyen el “feminismo afrolatinoamericano”. Se parte del materialismo histórico-dialéctico como método de análisis y se utiliza como metodología la revisión bibliográfica para desarrollar las siguientes reflexiones.

Palabras clave: Feminismos. Lélia Gonzalez. “Amefricanidad”.

* Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ID Lattes: 2933715565757254; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7361-2433>

** Pós-Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora da Graduação e Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos (UFRJ). ID Lattes: 5460276396599821; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2267-0200>

Introdução

O presente artigo objetiva dar visibilidade à concepção feminista “afro-latino-americana” apresentada por Lélia Gonzalez (1935-1994)¹, articulando-a à categoria político-cultural da “amefricanidade” (Gonzalez, 2020a, 2020d) a fim de contribuir para o alargamento das interpretações sobre as relações raciais e de gênero no Brasil e na América Latina. Tal proposta teórico-prática inaugurou a abordagem decolonial no pensamento dessa autora (Hollanda, 2020), promovendo a reinterpretção da identidade latino-americana a partir de uma lupa analítica interseccional, não eurocentrada, anticolonialista e anti-imperialista.

A hipótese que fundamenta a construção deste trabalho parte do pressuposto de que Lélia Gonzalez (filósofa, docente, militante do Movimento Negro Unificado – MNU e expoente do feminismo negro brasileiro) possui, no conjunto de suas principais obras, elementos que permitiram que a autora analisasse as reais condições (históricas, sociais, econômicas e culturais) vivenciadas pelas mulheres negras e indígenas nos países latino-americanos, sendo, ao mesmo tempo, propositiva diante disso. Sua ânsia reformadora, de caráter interventivo, caracterizou de forma particular seu legado, principalmente através da dimensão da práxis política.

Apesar de suas formulações corresponderem aos enfrentamentos do seu tempo e de sua geração (1970), sua atemporalidade e singularidade estão diretamente relacionadas à sua constituição como uma “intelectual orgânica”. O que significa dizer que suas pertencas de gênero e étnico-raciais, sua origem popular, atuação no “chão das lutas” dos movimentos sociais, formações acadêmicas, articulações políticas transfronteiriças e sua imersão nos espaços culturais de massa (terreiros de candomblé, escolas de samba, casas de jongo, afoxés em Salvador etc.), foram aspectos fundamentais para sua formação intelectual e política (Ratts; Rios, 2010; Rios; Lima, 2020).

No que tange aos estudos de gênero, foi considerado que Lélia Gonzalez fez uso criativo da “posição marginal” (Bairros, 2000) – nos termos de Collins (2016), *outsider within* – historicamente ocupada por mulheres negras no contexto acadêmico, para produzir um diagnóstico específico em relação às mulheres negras e indígenas da América Latina; em suas palavras: as “amefricanas” (Gonzalez, 2020d). Sua proposição diante de uma teoria e prática feminista excludente buscou elucidar as características do racismo e do sexismo na particularidade latino-americana em articulação com concepções feministas importadas da Europa e dos Estados Unidos (EUA), além de denunciar a veiculação/naturalização desses fenômenos no interior

¹ Lélia de Almeida Gonzalez nasceu na capital mineira (BH) em 1935. Faleceu precocemente, vítima de um infarto do miocárdio, aos 59 anos, em 1994, no Rio de Janeiro.

dos movimentos ditos “progressistas”, como o feminismo branco.

Em abordagens recentes no campo das relações raciais e de gênero no Brasil, especificamente a partir da segunda década do século XXI, emerge no campo feminista o que tem sido caracterizado como “feminismo decolonial”. Tal perspectiva trouxe consigo a luta urgente pelo enfrentamento do retrocesso político vivenciado na contemporaneidade, fazendo emergir também novas narrativas. Dentre suas principais reivindicações inclui-se a reavaliação das práticas e discursos progressistas, tanto em termos políticos quanto em termos teóricos. Nesse sentido, no campo da produção de conhecimento, a interpelação de epistemologias heteronormativas, eurocêtricas e coloniais define-se como “agenda feminista prioritária”, tornando o contexto acadêmico uma arena de “disputa e invenções” (Hollanda, 2020, p. 12).

Na esteira dessa discussão, o presente artigo divide-se da seguinte forma: no primeiro momento, objetiva-se apresentar brevemente a trajetória (pessoal, acadêmica e militante) de Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994), dando ênfase aos pressupostos que constituíram sua elaboração teórica sobre gênero e raça, especialmente sua intensa articulação com os movimentos sociais e populares. Em seguida, será analisada a categoria da “amefricanidade” como base para a compreensão do “feminismo afro-latino-americano”, alinhada às particularidades, demandas e potencialidades da luta das mulheres negras e indígenas no Brasil e na América Latina.

Cabe destacar que a metodologia utilizada envolve a revisão de literatura (Echer, 2001) e o método biográfico (Elias, 1991), orientado pela ideia de “campo de possibilidades” (Velho, 1994). As reflexões aqui apresentadas foram desenvolvidas ao longo da pesquisa do mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e seguem sendo maturadas a partir da inserção no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lélia Gonzalez: uma intelectual amefricana

Tornar-se um(a) “intelectual” comprometido(a) e preocupado(a) com mudanças sociais radicais é uma jornada difícil, especialmente em uma sociedade “fundamentalmente anti-intelectual”, como diria a feminista estadunidense bell hooks (1995, p. 464). Normalmente, a ideia em torno do que é considerado como “intelectualidade” é atravessada por construções sociais, caracterizando-se pela influência das hierarquias raciais, de gênero e de classe, as quais incidem no campo da produção de conhecimento atribuindo, historicamente, visibilidade e legitimidade teórica às produções de intelectuais brancos.

Não sem razão de ser, a colonialidade do saber cumpre uma função primordial para a manutenção dessas desigualdades, haja vista que “[...] a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento” (Quijano, 2005). O impacto das colonialidades nas Américas promoveu, em termos de apagamento histórico, tanto o alijamento dos saberes, conhecimentos, técnicas, culturas e referências tradicionais e africanas, quanto o silenciamento de suas próprias existências, modos de vida, narrativas e memórias. Assim, além de terem sido apropriados como “objetos de estudo”, esses sujeitos foram interpelados pelo discurso do outro, nas palavras de Lélia Gonzalez (2020d, p. 78), foram “infantilizados”, ou seja: “[...] aquele que não tem fala própria, a criança que se fala em terceira pessoa, porque é falada pelos adultos”.

No caso das mulheres negras, as barreiras étnico-raciais e de gênero são dificultadoras do livre pensamento e do exercício da intelectualidade. O racismo e o sexismo apresentam-se como fenômenos articulados a uma lógica de dominação e exclusão, de modo que, desde a infância, uma criança negra sabe da “[...] importância de ser inteligente, mas não inteligente demais” (hooks, 1995, p. 465). Ainda de acordo com hooks (1995, p. 465), “[...] ser demasiado inteligente era sinônimo de intelectualidade e isso era motivo de preocupação sobretudo se se tratasse de uma mulher”.

Não obstante a esses paradigmas, a trajetória de Lélia de Almeida Gonzalez em torno de sua constituição como uma intelectual, feminista e militante negra também refletiu o entrecruzo dessas mesmas avenidas. Lélia viveu sua infância e juventude em um período em que as condições de vida e trabalho oferecidas às mulheres negras se limitavam à reatualização dos moldes coloniais, destinando-as à exploração no trabalho doméstico, não à toa, sendo uma mulher negra, de origem popular, nascida em uma família com descendência africana e indígena, sua trajetória foi marcada por essas relações. Apesar de romper com as barreiras de gênero e cor ao concluir suas formações acadêmicas em 1962², Lélia Gonzalez experienciou todo esse processo de forma indissociável da sua própria vivência como mulher negra, de modo que a construção de sua intelectualidade esteve diretamente interligada a esses mesmos aspectos.

De acordo com Ratts e Rios (2010, p. 15), a trajetória de Gonzalez até os 40 anos “[...] ainda não indicava claramente a militante, feminista, figura pública nacional e internacional que ela se tornaria”. Sendo assim, seu percurso de construção intelectual e política teve relação com o “campo de possibilidades” (Velho, 1994) ao qual foi apresentada ao longo de sua vida, como também com a emergência da geração

² Lélia Gonzalez graduou-se em História, Geografia e Filosofia (1958-1962) pela Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ).

contestadora em 1970, da qual fez parte. Nesse momento, suas aspirações pessoais, desejos e escolhas articularam-se a um projeto coletivo mais amplo, especialmente na construção do Movimento Negro Unificado, com sua atuação junto ao movimento de mulheres e imersão nos espaços culturais de massa (terreiros de candomblé, escolas de samba, casas de jongo, bailes black, afoxés etc.).

Foi a partir dessas experiências concretas que a elaboração teórica e a prática política de Lélia Gonzalez surgiram. Ao contrário da ideia do “distanciamento” entre “sujeito” x “objeto” ainda tão utilizada no universo das ciências sociais e humanas, a construção analítica e a ânsia reformadora de Gonzalez estiveram pautadas nas contradições da própria história, de modo que as categorias formuladas por ela não buscavam dialogar com “ideias abstratas”, mas sim corresponder às dinâmicas postas à realidade. Em suas palavras: “[...] enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (Gonzalez, 2020d, p. 77).

Deste modo, o duplo pertencimento ao MNU e ao movimento de mulheres fez com que Lélia Gonzalez interagisse com uma rede de militantes anônimos(as), representantes dos movimentos e seus próprios contemporâneos. À exemplo disso, o encontro com figuras como Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Benedita da Silva e outros(as) intelectuais das relações étnico-raciais, possibilitou que a autora formulasse seu pensamento de maneira mais ampla, ao mesmo tempo em que identificava as contradições internas existentes nos segmentos aos quais pertenciam.

Como apontado por Luiza Bairros (2000, p. 342):

Quando a maioria dos militantes ainda não tinham uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia quem servia de porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar sua participação e de suas companheiras de luta no interior do Movimento Negro Unificado e, contra o racismo que as impediam de se inserirem plenamente no movimento de mulheres.

Assim, ao analisar o racismo e sexismo como fenômenos estruturadores do capitalismo latino-americano, o horizonte racial e de gênero começou a se delinear na trajetória intelectual e na práxis política de Gonzalez. Dentro dos movimentos, o contato com outras mulheres foi fundamental para que compreendesse que o imbricamento das opressões situa as mulheres negras e indígenas em uma posição desfavorável em relação a qualquer outro grupo, tanto na sociedade brasileira quanto no interior das próprias organizações ditas “progressistas”.

É de se presumir que o engajamento político de uma intelectual negra não era

facilmente aceito pela comunidade acadêmica. Na visão de Lélia Gonzalez (1994), sua trajetória intelectual refletiu uma espécie de “divisão interna da mulher negra” sofrida dentro desse espaço, o que no pensamento de Collins (2016) tem relação com o status de “estrangeira intelectual” atribuído à mulher negra. No entanto, ao se diagnosticar tal condição dentro de estruturas racializadas e generificadas, também se pode criar estratégias de denúncia, fortalecimento e contraposição, fazendo uso criativo da marginalização para produzir um pensamento crítico e alternativo em relação à formação social brasileira e às condições vivenciadas por mulheres negras e indígenas, as “amefricanas”.

Amefricanizando os feminismos: a perspectiva feminista e decolonial em Lélia Gonzalez

O período da redemocratização do Brasil (1974-1985) ficou marcado pela abertura das vias democráticas através da retomada político-ideológica dos movimentos sociais, evidenciando também o protagonismo de diferentes sujeitos comprometidos com a garantia dos direitos sociais e com a emancipação humana. Nesse contexto, a efervescência das estratégias de enfrentamento aos anos de repressão, censura e violência fez com que diferentes segmentos progressistas interagissem entre si, articulando coletivamente suas agendas em prol de uma luta comum a todos e todas.

Esse momento também consolidou os anos mais intensos de atuação de Lélia Gonzalez em diferentes frentes. Ela era componente da Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado (1978-1982), atuava como docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (1978-1994), era membra da assessoria política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN-RJ) (1976-1978), membra do Conselho e da Diretoria do Departamento Feminino do Grêmio Recreativo da Arte Negra e da Escola de Samba Quilombo (1979-1981), compunha o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), foi candidata a deputada estadual pelo PT (1982), e fundadora e coordenadora do Coletivo Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1983)³.

Na elaboração de uma concepção feminista “afro-latino-americana”, sua presença nesses espaços permitiu a percepção de várias facetas que se constituíram em elementos fundamentais para tal formulação. Antes de iniciar análise dessa perspectiva, vale ressaltar sua direta articulação com a categoria político-cultural da “amefricanidade” – ambas datam originalmente do centenário da abolição (1988) e, juntamente com o

³ Ver mais em Ratts e Rios (2010).

artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (original de 1984), somam-se ao conjunto das principais obras de Lélia Gonzalez (Ratts; Rios, 2010; Rios; Lima, 2020).

A “amefricanidade”, portanto, corresponde a uma proposta de reinterpretção das experiências e resistências comuns aos africanos e ameríndios na diáspora, em especial as relacionadas às mulheres negras e indígenas⁴. Sua elaboração diz respeito a um contexto em que o “mito da democracia racial” havia sido amplamente incorporado pela “História Oficial”, pelo Estado e pela própria sociedade civil. Nesse sentido, a crítica desenvolvida por Gonzalez (e outros intelectuais de sua geração) “[...] apontava para a construção de uma leitura outra da formação social brasileira” (Júnior; Lira, 2022, p. 109).

A autora, por meio de um breve resgate sócio-histórico da produção canônica acadêmica brasileira sobre as relações étnico-raciais, construiu seu contraponto ao discurso da “passividade” do negro e do indígena ante a escravização, como também contrapôs o apagamento dos protagonismos e das contribuições desses sujeitos ao longo da história. Sendo assim, a categoria político-cultural da “amefricanidade” busca compreender a conformação de uma unidade específica, à qual Lélia Gonzalez refere-se como “América Ladina”, considerando que a chamada: “América Latina”, “[...] é na verdade, muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa” (Gonzalez, 2020a, p. 130).

Tal constatação subverte a ideia forjada pela dominação colonialista e imperialista nas Américas⁵, razão pela qual a “amefricanidade” possui uma atribuição de ordem metodológica/interpretativa, contrapondo as formas como a internalização da dominação colonial e da cultura eurocristã caracterizaram o racismo latino-americano de modo particular e sofisticado⁶. Isso porque o triunfo da “ideologia do branqueamento” fez com que “o desejo de embranquecer” passasse a ser internalizado, bem como, “a simultânea negação da própria raça e da própria cultura” (Gonzalez, 2020a, p. 131). No diagnóstico de Gonzalez, essa é uma das expressões do racismo por denegação, também presente na particularidade brasileira, identificado através da “assimilação da ‘democracia racial’” (ibidem).

4 O artigo “A categoria político-cultural da amefricanidade” (2020a) foi dedicado a Marie-Claude, Shawna Davis (EUA), “[...] irmãs e companheiras amefricanas, que muito me incentivaram no desenvolvimento da ideia em questão” (Gonzalez, 2020a, p. 127). Além de Abdias do Nascimento, amigo, companheiro de luta e parceiro de Lélia em diferentes viagens dentro e fora do país.

5 A “amefricanidade” é também termo de autoidentificação que se contrapõe aos termos “Afro-American” (afro-americano) e “African-American” (africano-americano) utilizados pela comunidade negra norte-americana. Na visão da autora, tais expressões remetem ao entendimento de que só existem negros nos Estados Unidos e não em todo o continente, resultando na reprodução inconsciente da posição imperialista assumida pelos que afirmam ser “A América” (Gonzalez, 2020a).

6 A autora também o caracteriza como racismo disfarçado ou por denegação.

Nesse sentido, a categoria da “amefricanidade” “[...] incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (Gonzalez, 2020a, p. 135), ou seja, possui referenciais político-organizativos baseados em modelos jamaicanos, banto, yorubá, entre outros. Além disso, outro aspecto que particulariza a “unidade específica nas ‘Américas’” é a confluência entre os povos tradicionais e as etnias africanas, identificadas principalmente nas insurgências ameríndias, quilombolas, ribeirinhas etc. De modo que a “amefricanidade” ou o termo “amefricanas”/“amefricanos” designa toda uma descendência em diáspora, não só com relação aos povos de África como também aos povos originários (Gonzalez, 2020a, p. 129).

No que tange à crítica de Lélia Gonzalez ao “mito da democracia racial”, a autora apresentou uma nova mirada interpretativa à formação sociocultural do Brasil, a qual retira das populações africanas e indígenas o lugar de “meros contribuintes” na história da identidade nacional, realocando-os como sujeitos protagonistas de todo um processo dinâmico-cultural (construído a partir de suas resistências e reinterpretações organizativas). Ademais, outra questão central nessa elaboração foi a visibilidade dada às experiências femininas, partindo de suas “resistências silenciosas” para situá-las como figuras fundamentais na constituição da “amefricanidade brasileira”, através das quais a preservação e a transmissão do legado ameríndio e afro-diaspórico resistiu historicamente à tripla discriminação.

Desse mesmo escopo, a categoria da “amefricanidade” se amplia a uma concepção feminista. A ideia das “resistências silenciosas” nomeia as estratégias de sobrevivência, luta, manutenção e transmissão de saberes, histórias e conhecimentos perpassados ao longo dos séculos através da oralidade, dos encantamentos, do uso medicinal das ervas, das religiões de matriz africana, do uso subversivo da linguagem, do cuidado coletivo, entre outros. O desenvolvimento dessas práticas durante a escravização (e pós-abolição) reitera a afirmação de que as mulheres negras e indígenas foram insubmissas ao contexto colonial, tendo ocupado posição de liderança em diferentes frentes da luta pela libertação, e sem elas os “pilares da amefricanidade”⁷ não poderiam ter sido construídos (Gonzalez, 2020b).

Apesar de algumas dessas práticas terem sido desenvolvidas na esfera do cotidiano e do anonimato, elas serviram de base para constataremos que o que se entende como “resistências silenciosas” na verdade foi apropriado e silenciado pela “História

7 Lélia Gonzalez inspirou-se em sistematizar quem são/quais são os pilares da amefricanidade a partir da figura heróica de Nanny, guerreira jamaicana que teve um papel fundamental na luta pela libertação do seu povo. Nesse sentido, ponderou suas similaridades com as mulheres negras “esquecidas” pela “História Oficial” brasileira, tais como: Dandara, Aqualtune, Maria Felipe, Tereza de Benguela e tantas outras.

Oficial”, retirando das mulheres amefricanas o devido protagonismo pela construção da “identidade ladina” e pelo histórico das lutas feministas na diáspora. Para Rios e Lima (2020, p. 15), a atenção dada por Lélia Gonzalez às resistências cotidianas realizadas pelas mulheres, tornou-se “[...] uma das suas marcas distintivas em contraste à intelectualidade de sua geração”.

Em termos de práxis política e de perspectiva teórica, a autora aprofundou tais elucidações ao destacar a presença das mulheres negras e indígenas no movimento feminista brasileiro e latino-americano, atentando para as suas particularidades em relação às mulheres brancas, especialmente porque, por vivenciarem as piores condições de produção e reprodução social nos países periféricos, essas mulheres (negras e indígenas) apresentam demandas específicas. Suas reivindicações visam enfrentar o contexto de exploração provocado pela divisão sexual e racial do trabalho, incluindo em suas agendas as condições de emprego, renda, moradia, educação, alimentação, violência policial, etc., dando visibilidade, ao imbricamento do patriarcado, racismo e capitalismo que particulariza suas vivências e distinguindo-se das pautas protagonizadas pelo feminismo hegemônico.

As trocas, contrastes e confrontos entre Lélia Gonzalez e o movimento feminista já vinham se desenvolvendo ao longo de sua atuação acadêmica e política. No entanto, foram as experiências no “II Encuentro del Taller de Mujeres de las Américas”, no Panamá (1987), e no “Encuentro Regional de Dawn/Mudar”, em La Paz (1987), que inspiraram as reflexões elaboradas pela autora (Gonzalez, 2020c). Sua inserção na militância política junto ao movimento de mulheres no Brasil, na América Latina e em outros países ao redor do mundo⁸ possibilitou que sua compreensão acerca dos feminismos se desse de uma maneira ampla e inclusiva.

De acordo com Ratts e Rios (2010, p. 128), “[...] em suas palestras, textos e conferências, assistimos à construção de uma intelectual diaspórica, com um pensamento erigido por meio de trocas afetivas e culturais, ao longo do chamado Atlântico negro”. Não à toa, ao propor um “feminismo afro-latino-americano”, a intelectual encontrou uma forma de equacionar as contradições internas do movimento feminista, expondo que as “amefricanas” (mulheres negras e indígenas de diferentes países da América Latina) não se viam representadas no feminismo hegemônico, por suas teorias, práticas e demandas lhes parecerem algo distante de suas experiências cotidianas.

É importante constatar que a crítica ao eurocentrismo e ao colonialismo (base para a formulação da categoria política e cultural da “amefricanidade”) também se encontra inteiramente presente na proposta do “feminismo afro-latino-americano”,

⁸ Tais como: Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua, Congo, Jamaica, Quênia, Senegal, Costa Rica, Canadá e Estados Unidos (Ratts; Rios, 2010).

tendo em vista que as contradições internas identificadas no feminismo hegemônico se relacionavam diretamente com a reprodução da hierarquização racial e de classe dentro do próprio movimento, impondo para as mulheres negras e indígenas um lugar inferior dentro dessa hierarquia. Na análise de Gonzalez (2020c, p. 141), essa imposição hierárquica entre as mulheres “[...] suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história”.

Não sem razão de ser, a autora reiterou o quanto o “racismo latino-americano” (racismo por denegação) era suficientemente “sofisticado” para manter mulheres negras e indígenas na condição dos segmentos mais subordinados no interior da classe, influenciando inclusive na formação da “consciência de si” entre as feministas brancas, que, por reproduzirem discursos e práticas alheios a outras experiências femininas, não dispunham de uma consciência racial efetiva para romper com as hierarquias existentes no interior do próprio movimento. Ao contrário disso, os privilégios de raça e classe conferidos às mulheres brancas faziam com que houvesse uma espécie de “esquecimento da questão racial” – problemática identificada por Lélia Gonzalez como um “silêncio ruidoso”, extremamente eficaz para a reprodução da lógica de dominação “[...] que por aqui opera: o mito da democracia racial” (Gonzalez, 2020c, p. 144).

Nas palavras da autora (2020c, p. 145), a postura das feministas brancas se dava de forma “metodologicamente mecanicistas (pois eurocêntrica)”, tornando-as de certa maneira “[...] cúmplices de uma dominação que pretendiam combater”, ou seja, alinhadas ao sistema patriarcal-racista. Nesse sentido, concatenou o eurocentrismo e seus efeitos neocolonizadores às formas alienadas em que se baseavam as teorias e práticas feministas que se percebiam como “libertadoras” (Gonzalez, 2020c).

Na opinião de Luiza Bairros (2000, p. 16), o alargamento da categoria da “amefricanidade”, articulado à questão racial e de gênero, sugere visibilidade às experiências, teorias e demandas das mulheres negras e indígenas, as quais são as principais vítimas de uma “[...] visão falaciosa de latinidade que legitima a inferiorização dos setores cuja cultura e história não tem a Europa como referência”. Em consonância, Lélia Gonzalez (2020c, p. 143), teceu críticas tácitas a incorporação acrítica da “latinidade eurocentrada” pelo movimento de mulheres brancas, apontando que: “[...] ao descartar, ou pelo menos subestimar, as dimensões indígena e negra na construção das Américas, compromete-se a radicalidade do feminismo latino-americano”.

Em uma perspectiva anti-imperialista, os apontamentos de Gonzalez também se estendiam ao “feminismo norte-americano” e à posição imperialista assumida por algumas mulheres/irmãs de luta, as quais, ao disporem de melhores condições e fer-

ramentas para a luta política em comparação com a periferia do capitalismo global, mantinham hierarquias em relação às mulheres imigrantes e latinas. Em razão disso, a autora buscava distanciar sua proposta das teorias norte-americanas, situando-a em um contexto próprio e de crítica à colonialidade.

No que tange à aproximação de Lélia Gonzalez dos estudos feministas, considera-se que a autora já trazia uma bagagem de formação antes mesmos que houvesse a formação dos primeiros núcleos e coletivos feministas com fins políticos no interior do Movimento Negro (1980). Em função disso, estava atenta às produções francesas, principalmente elaboradas por Simone de Beauvoir, e, por influência dos estudos marxistas e de sua atuação como tradutora, mantinha diálogos com as contribuições da Europa. Estudava também as feministas clássicas brasileiras, como Marie Muraro e Heleiteth Saffioti, e articulava-se diretamente com as produções de sua contemporânea Beatriz Nascimento, além do contato estabelecido com a norte-americana Angela Davis (Ratts; Rios, 2010; Rios; Lima, 2020).

No entanto, acredita-se que seu envolvimento efetivo com o feminismo ocorreu: “[...] pela práxis política das mulheres negras no interior das organizações do movimento negro, por sua participação no IPCN e no MNU e, principalmente, por sua experiência em organizar o Coletivo Nzinga” (Ratts; Rios, 2010, p. 102).

Sobre os dois primeiros segmentos mencionados, Lélia identificava a reprodução de práticas sexistas por parte de seus companheiros de luta negros, como também um comportamento pessoal incondizente com seus discursos políticos, além da exclusão das mulheres negras dos espaços de liderança e decisão (Gonzalez, 2020c). As críticas às práticas e falas machistas dos companheiros do MNU já vinham de anos antes, e à medida que as mulheres negras passaram a se destacar e se organizar no interior do movimento, as contradições internas se tornaram ainda mais aparentes.

A reprodução de práticas sexistas foi ironicamente problematizada por Lélia Gonzalez como “moralismo calvinista”, o que, segundo ela, era demonstrado quando os homens negros “[...] se sentiam ameaçados pela capacidade e sensibilidade das companheiras mais brilhantes”. Assim, externalizavam o machismo lhes chamando de “mal-amadas” e até outras “baixarias mesmo”, como caracterizou a intelectual (Gonzalez, 2018b, p. 157). Para além disso, a ausência das companheiras desses militantes nas reuniões políticas do MNU e outras frentes enfatizava a contradição inerente à opressão patriarcal que as atingia, haja vista que tinham que ficar condicionadas ao espaço privado, “cuidando das crianças, da casa” e impedidas de participar ativamente dos espaços públicos de decisão (Gonzalez, 2018b, p. 158).

Apesar disso, Gonzalez compreendia como primordial a adesão dos homens à luta feminista e acreditava em um tipo de solidariedade/entendimento advindo das

relações étnicas, entre homens negros e mulheres negras, principalmente em relação aos mais jovens, os quais, segundo ela, “[...] cresceram junto com suas irmãs de luta” (Gonzalez, 2018b, p. 158). Vale sublinhar que as mulheres negras iniciaram suas organizações a partir do Movimento Negro, e não do movimento de mulheres, justamente porque “[...] para nós amefricanas do Brasil e de outros países da região – e também para as ameríndias – a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça” (Gonzalez, 2020c, p. 147).

Já a experiência oriunda do Coletivo Nzinga (fundado por Lélia Gonzalez juntamente com outras militantes do Rio de Janeiro, em 1983) foi fundamental para que a autora desenvolvesse na prática a apreensão do imbricamento entre gênero, raça e classe, e, como consequência, formulasse o “feminismo afro-americano”. Tendo sua sede localizada na Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro, o “Nzinga” era um agrupamento político de mulheres de diferentes segmentos sociais, tendo como integrantes moradoras do bairro local e pertencentes aos bairros da classe média carioca, mulheres com baixa escolaridade assim como com formação universitária, entre outras. Agregou também mulheres de diferentes inserções e organizações, dentre as quais: o movimento feminista, movimentos negros, organizações populares dos subúrbios, favelas, terreiros de candomblé e setores artísticos (Ratts; Rios, 2010).

Cabe ressaltar que esse foi um espaço fundamental para que Lélia Gonzalez se aproximasse ainda mais das mulheres pertencentes aos setores populares, como também desenvolvesse uma experiência de práxis política. Como uma mulher negra de origem pobre, sua aproximação com as mulheres anônimas que vivenciavam o cotidiano das opressões de forma mais direta, se dava como uma experiência extensiva da sua própria trajetória, sendo notada principalmente em sua preocupação com a efetividade da práxis feminista na esfera do cotidiano.

Não à toa, em termos de crítica ao movimento feminista latino-americano, Lélia questionava justamente o seu distanciamento da realidade concreta das mulheres negras e indígenas. Para ela (Gonzalez, 2020c, p. 142), “[...] lidar, por exemplo, com a divisão sexual e racial do trabalho sem articulá-la com a correspondente racial”, era cair em uma “espécie de racionalismo branco abstrato”, tirando de cena “[...] a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um alto preço por não serem brancas”.

Justamente pela discriminação sofrida por essas mulheres assumir um caráter tri-

9 Com a cor amarela que representa Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres, a logotipo do Nzinga era uma referência às formas históricas de resistência político-cultural que permitiram a continuidade de uma luta plurissecular pela libertação.

plo (dadas as intersecções de gênero, raça e classe), Gonzalez (2020c, p. 148) constatou que as ameríndias e amefricanas faziam parte, “[...] na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano” e, conseqüentemente, “[...] localizavam-se nos segmentos populares de organização coletiva, com participação ativa, sendo em muitos dos casos protagonistas”. Suas reivindicações centravam-se na sobrevivência familiar e na informalidade do mercado de trabalho, no entanto, não eram reconhecidas no interior do movimento feminista, tampouco compreendidas como pautas centrais mesmo em face de suas expressões mais alarmantes.

Gonzalez destacou que as mulheres negras e indígenas ocupavam a base da pirâmide social, sendo as mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo dependente, como é o caso dos países da América Latina. A intelectual reconheceu a importância da elaboração feminista clássica com relação ao conceito de “capitalismo patriarcal”, o que evidenciou as bases materiais e simbólicas das opressões contra as mulheres e contribuiu para o encaminhamento de suas lutas como movimento. Entretanto, chamou atenção para a forma como houve contribuições fundamentais para a discussão sobre a desigualdade de gênero e discriminação pela orientação sexual, mas que não ocorreu o mesmo com as agendas étnico-raciais (Gonzalez, 2020c).

Se, por um lado, o encontro de mulheres no Panamá e em La Paz inspirou a criação de uma concepção feminista amefricanizada, aglutinando os anseios das mulheres ladinas, por outro, o “I Encontro Nacional de Mulheres Negras”, em Valença (1988), evidenciou as contradições internas do movimento de mulheres brasileiro. Na ocasião, mulheres brancas e mulheres negras estavam presentes, e, diante da notória reprodução de uma teoria e prática feminista excludente e hierárquica (a qual veiculava o “mito da democracia racial”), Lélia Gonzalez direcionou sua crítica às suas principais representantes:

Nós somos invisíveis nos três aspectos do movimento de mulheres (o movimento, a teoria e prática); mesmo aquele em que nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial apenas confirmam a regra geral). (Gonzalez, 2020c, p. 148).

Para ela (Gonzalez, 2020c), o sectarismo do movimento feminista contribuía para que as mulheres brancas fossem fechadas em si mesmas, se afastando da realidade das mulheres negras e indígenas e se aproximando do modelo ariano de explicação da realidade social e histórica. Assim, o “esquecimento da questão racial” apresentou-se de modo sintomático por duas razões: primeiro, porque significava a negação de um passado de resistências e lutas em que as “amefricanas” têm sido protagonistas, “[...] graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral” (aspecto que contrastava com a leitura

eurocêntrica reproduzida dentro do feminismo branco); segundo, porque caracterizou uma espécie de “racismo por omissão”, em que as classes dominantes brancas negam-se a enxergar (tampouco a reconhecer) todo um processo de expropriação e de apropriação cultural exercido contra mulheres e homens negros e indígenas.

Com a proposição de um “feminismo afro-latino-americano”, Lélia Gonzalez sugeriu um novo destino para o movimento de mulheres no Brasil e na América Latina na década de 1980, fomentando iniciativas de aproximação, solidariedade e respeito por parte das companheiras brancas efetivamente comprometidas com a causa feminista multirracial e pluricultural – as “mulheres-exceção”, também chamadas por ela como “irmãs” (Gonzalez, 2020c). Por fim, no artigo “*Ialodê Egbè Eleyè*”, também original de 1988, a intelectual destacou que, como mulheres na diáspora amefricana, “[...] pertencemos às inúmeras associações africanas, tão ativas e participantes, muito antes que as [mulheres] ocidentais pensassem em se organizar num movimento de libertação da mulher”. Concluindo que:

Somos Aqualtune, Dandara, Luiza Mahin, Tia Ciata, Mãe Aninha, Mãe Senhora, Dona Zica da Mangueira, Dona Ivone Lara, Maria Beatriz Nascimento, Benedita da Silva e tantas outras mais, atuando nas mais diversas frentes como legítimas representantes do nosso povo [...] Nós somos as anônimas mulheres negras do campo e da cidade; as sem-terra, as boias-frias, as serventes as empregadas domésticas, as varredoras de rua que, de uma forma ou de outra, estão presente na luta por se organizarem nos sindicatos, nas associações de classe, nos movimentos de favelas e nos bairros periféricos. (Gonzalez, 2018a, p. 368).

Em face disso, a “amefricanização dos feminismos” proposta por Lélia Gonzalez fundamentou-se em um olhar não eurocêntrico e anticolonial às experiências das mulheres negras e indígenas. Sua percepção vinculou-se a uma nova mirada às questões de gênero, raça e classe, fomentando um novo “pensar” e “fazer” feminista. Deste modo, sua perspectiva tratou com centralidade as experiências de luta e resistência das mulheres amefricanas, bem como dialogou efetivamente com os setores populares de organização e prática política, sem perder de vista que essas mulheres trazem consigo a marca da exploração e da subordinação racial e sexual, assim como a marca da libertação de todos e todas.

Portanto, ao formular tais reflexões, a autora trouxe os aspectos relevantes da história dos “feminismos amefricanos”, considerando os elementos estruturantes das relações capitalistas, patriarcais e raciais no Brasil e na América Latina. Suas ideias se fazem imprescindíveis no tempo presente por dialogar efetivamente com as condições históricas postas às mulheres negras e indígenas, pavimentando também uma nova percepção dos dilemas, demandas e lutas feministas contemporâneos.

Considerações finais

Este artigo se propôs a visibilizar a trajetória (docente, intelectual e militante) de Lélia Gonzalez em articulação com o contexto vivenciado por ela e sua intensa relação com os movimentos sociais e populares, especialmente o Movimento Negro Unificado (MNU) e o movimento de mulheres. Tal resgate foi fundamental para situar os(as) leitores(as) sobre os pressupostos que orientaram a elaboração de uma concepção “feminista amefricana” no pensamento da autora.

Deste modo, a partir da análise da categoria político-cultural da “amefricanidade”, foi demonstrado que Lélia Gonzalez preocupava-se com a reinterpretação das experiências diaspóricas que conformaram a formação social brasileira e latino-americana, desenvolvendo suas categorias analíticas em contraposição às narrativas eurocêntricas, colonialistas e imperialistas, as quais caracterizam de modo particular o racismo e o sexismo nessas regiões. Ao contrário das concepções europeizantes e norte-americanas que foram replicadas no universo das ciências sociais e humanas no Brasil, Gonzalez trouxe às suas obras uma lupa interpretativa e interventiva baseada nas experiências cotidianas, sinalizadas pelas contradições da própria história e através das quais o horizonte étnico-racial e de gênero delineou-se com centralidade.

Tais reflexões aglutinam-se na perspectiva feminista “afro-latino-americana”, também considerada como uma elaboração pioneira nos estudos da autora em termos de crítica decolonial, ainda nos 1980. Ademais, suas análises e concepções teórico-metodológicas propõem o entendimento de um histórico de lutas e resistências femininas invisibilizado no contexto acadêmico e na prática política, de modo que é possível compreender tanto os efeitos do imbricamento do racismo, do patriarcado e do capitalismo quanto as estratégias coletivas organizadas ante os sistemas de exploração.

Na esteira dessa discussão, novas possibilidades de práticas e pesquisa têm insurgido no campo acadêmico, criando diálogos com as Políticas Públicas a partir de metodologias feministas e decoloniais. O Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos, vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir do eixo de pesquisa “Censo Psicossocial dos Usuários de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro”, exemplifica tais incorporações. Partindo de uma metodologia crítica e utilizando das análises de Lélia Gonzalez em seu escopo teórico-prático, o projeto busca comunicar à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do estado do Rio de Janeiro a importância da qualificação dos profissionais acerca dos marcadores sociais que impactam a saúde mental dos usuários assistidos, em especial as mulheres negras – público majoritariamente atendido pelos serviços.

Nesse sentido, a utilização de uma perspectiva “amefricana” situa as mulheres ne-

gras no centro do debate sobre a prática do cuidado em saúde mental – favorecendo a reflexão dos profissionais que atuam na operacionalização dessa política pública acerca das intersecções (gênero, raça, classe, território, sexualidade, entre outros) que atravessam os(as) usuários(as) em seus modos de vida – bem como apresenta recursos não-eurocentrados para a análise e intervenção no campo da saúde mental. Essa apreensão objetiva criar ferramentas para uma investigação qualitativa acerca do principal perfil que acessa os dispositivos da RAPS no estado do Rio de Janeiro, possibilitando uma interface fundamental com perspectivas que assumam o enfrentamento às diferentes formas de opressão como um direcionamento central na prática.

Referências

- BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Afro-Ásia*, n. 23, 2000. doi: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i23.20990>
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- ECHER, Isabel. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 22, p. 05-20, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23470>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Zahar, 1991.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 127-138.
- GONZALEZ, Lélia. Nanny: pilar da amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 151-157.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 139-150.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d. p. 75-94.
- GONZALEZ, Lélia. Iyalodé Egbè Eleyè. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Filhos da África, 2018a. p. 367-368.
- GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Filhos da África, 2018b. p. 142-179.
- GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, p. 383-386, 1994. doi: <https://doi.org/10.1590/%25x>
- HOLLANDA, Heloísa. Agora somos todas decoloniais? In: HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 11-34.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 464, 1995. doi: <https://doi.org/10.1590/%25x>
- JÚNIOR, Aristeu; LIRA, Bruno. Améfrica Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez. *Horizontes Antropológicos*, v. 28, n. 63, p.105-131, maio/ago. 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000200004>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez: retratos do Brasil negro*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Introdução. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgw.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 09-21.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Zahar, 1994.

Mujeres que luchan: la formación del antagonismo anticapitalista y antipatriarcal entre las mujeres kurdas y zapatistas*

Azize Aslan ** e Mária Millán ***

Resumen: En este artículo, a través de escuchar la reflexión colectiva de las mujeres kurdas y zapatistas, argumentamos que estos dos movimientos se han convertido en referentes de la historia revolucionaria y la lucha por la vida gracias a la forma de participación *política* de las mujeres, más aún, gracias a la *politicidad* de las mujeres y su forma de “hacer política”. Desde el cuestionamiento de las relaciones de género, el poder y el Estado, las mujeres han tenido una importante incidencia, tanto reflexiva como organizativa en la construcción y la transformación de estos movimientos y sus horizontes de lucha. Han ido creando nuevas relaciones sociales no patriarcales en las sociedades, comunidades y territorios donde se movilizan, es decir, en Chiapas y Kurdistan. Y por ello representan un horizonte transformador tanto de lo que hemos entendido por “izquierdas” como por “feminismos”.

Palabras Claves: Mujeres zapatistas. Mujeres kurdas. Autonomía. Transformación social. Feminismos.

Abstract: In this article, through listening to the collective reflection of Kurdish and Zapatista women, we argue that these two movements have become references of revolutionary history and the struggle for life thanks to the form of political participation of women, moreover, thanks to the politicization of women and their way of “doing politics”. From the questioning of gender relations, power and the State, women have had an important impact, both reflexive and organizational in the construction and transformation of these movements and their horizons of struggle. They have been creating new non-patriarchal social relations in the societies, communities and territories where they mobilize, that is, in Chiapas and Kurdistan. And for this reason, they represent a transformative horizon both for what we have understood as “lefts” and as “feminisms”.

Keywords: Zapatista women. Kurdish women. Autonomy. Social transformation. Feminisms.

Resumo: Neste artigo, ao ouvir a reflexão coletiva das mulheres kurdas e zapatistas, argumentamos que esses dois movimentos se tornaram referências da história revolucionária e da luta pela vida graças à forma de participação *política* das mulheres e, além disso, graças à *politização* das mulheres e à sua forma de “fazer política”. Ao questionar as relações de gênero, o poder e o Estado, as mulheres tiveram uma influência importante, tanto reflexiva quanto organizacionalmente, na construção e transformação desses movimentos e de seus horizontes de luta. Elas vêm criando relações sociais não patriarcais nas sociedades, comunidades e territórios em que se mobilizam, como em Chiapas e no Kurdistan. E, por essa razão, representam um horizonte de transformação tanto para o que entendemos como “esquerdas” quanto para os “feminismos”.

Palavras-chaves: Mulheres zapatistas. Mulheres kurdas. Autonomia. Transformação social. Feminismos.

* Este trabajo se basa en el proyecto de investigación “Diálogo y Aprendizaje Recíproco Entre Jineolaji y Los Feminismos Descoloniales: Las Experiencias de Las Mujeres Latinoamericanas en Las Formaciones de Jineolaji”, realizado por Azize Aslan gracias al programa de posdoctorado Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM-Dirección General de Asuntos del Personal Académico, DGAPA (2022-2023), con la asesoría de Margarita Millán Moncayo.

** Profesora investigadora en el Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora. Doctora en sociología en el Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades (ICSyH) de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP). Maestra en Economía del Desarrollo y el Crecimiento Económico por la Universidad de Mármara (Turquía). Premio Cátedra Jorge Alonso 2021.

*** Profesora Titular nivel C Tiempo Completo, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM. Investigadora adscrita al Centro de Estudios Latinoamericanos, Doctora en Antropología (Instituto de Investigaciones Antropológicas/UNAM)

La forma política

El feminismo se habla hoy en plural, pero también convive y se vincula con el movimiento de “mujeres que luchan”. Por “mujeres que luchan” proponemos a entender la participación de las mujeres en y por la autonomía de sus pueblos. Nos interesa cómo en esos contextos se va construyendo su subjetividad antagónica y colectiva. Ello define la existencia, la ideología, la práctica y también el futuro tanto del movimiento kurdo como del movimiento zapatista.

La forma política en la modernidad capitalista se asienta en una separación fundamental, la de que la vida (la reproducción de la vida) está bifurcada de la lucha, es decir, de la política. La política así se separa de la vida cotidiana, se convierte en una actividad de un tiempo “no ordinario” y de un grupo específico: la élite de la “clase política”, la “vanguardia” en la política revolucionaria y/o las “feministas” en la política de liberación de la mujer, así como en “los partidos” y “los políticos” en la política convencional. La definición de un sujeto político consciente, puro e identitario (ideológico) como grupo superior da lugar a una forma de hacer política en la que la sociedad se considera el objeto de la política. Esto va construyendo la política formal (Echeverría, 1996), la política con mayúsculas, que en realidad subsume o reprime lo político. La política se instituye así como un campo separado de la actividad cotidiana del sujeto social (de la comunidad), y hasta cierto punto se le devuelve a la comunidad como una externalidad. Queremos señalar la continuidad entre la política convencional y las ideas de vanguardia y dirigencia que también se reproducen en el campo de la política revolucionaria o alternativa.

Sin embargo, frente a esa política institucionalizada, lo político es una cualidad de la colectividad social; tiene que ver con la “voluntad de forma” que el sujeto social despliega en el tiempo ordinario de la reproducción social, como en los tiempos extraordinarios, de la guerra, la catástrofe, o la fiesta y el juego. Es decir, tiene que ver con la capacidad que tiene el sujeto social o la colectividad social para decidir su forma o figura. En ese sentido, lo político atraviesa el conjunto de las relaciones sociales como potencia decisoria sobre su propia subjetividad; sin embargo, en la modernidad capitalista y patriarcal, esa cualidad y condición del sujeto social aparece como enajenada o expropiada, tanto por la dimensión de la política, como algo separado de lo social, como por el Estado nación, que aparece como síntesis y representación del todo comunitario.

La política se convierte en una relación instrumentalizada; en una relación unidireccional desde el sujeto al objeto, desde lo consciente al inconsciente, desde lo político a lo social. Pensamos que este entendimiento es herencia del positivismo. Por

lo tanto, cualquier movimiento de transformación, de emancipación social que no rompa con esa genealogía de la política, produce la forma institucional de la misma. Su concreción mayor, como nos señala B. Echeverría, es el Estado: el estrato más alto y organizado de la institucionalización de lo social bajo nombre de lo político (Echeverría, 1996). Y esa institucionalización de lo social deviene en una expropiación de la capacidad social de actuar sobre sus condiciones y determinar su forma o figura, es decir, su organización. Acompañando al proceso de expropiación de la capacidad de lo político, que pertenece a toda comunidad social, está la idea de la identidad en cualquiera de sus formas: etnicismo, nacionalismo, esencialismo e incluso género. Son perspectivas que fragmentan al todo social y que son útiles para comprender el ordenamiento de las subordinaciones, pero que se transforman en fronteras para la construcción de la lucha integral contra la dominación.

Tanto el movimiento zapatista (EZLN) como el kurdo (PKK) han roto con esta genealogía identitaria y han convertido la lucha (revolucionaria) en una transformación popular (Aslan, 2022). Ambos empezaron organizándose alrededor de las ideas de la izquierda tradicional marxista-leninista, teniendo como objetivo tomar el poder para la liberación nacional al inicio de los 80s. La trayectoria de sus movimientos es diferenciada, mientras que el movimiento kurdo quiso unir el territorio dividido a través de la construcción de un Estado propio de los kurdos (1984-1992), el movimiento zapatista recorre un primer momento de refundación del Estado nación (1994 al 2000). Sin embargo, ambos movimientos convergen después en la política de las autonomías con análisis similares de la forma política del Estado (Aslan, 2022).

Pero ¿qué significa la autonomía para estos dos movimientos? El inicio del siglo XXI fue para ellos una reinterpretación del principio de autodeterminación en tanto pueblos colonizados, precisando como la “construcción de la autonomía desde la base popular”. Esto no significa simplemente girar hacia otra estrategia política, sino también crear otra forma de entender y ejercer la política, un ejercicio que rompa con la división sujeto-objeto/político-social/organización-sociedad.

Este cambio que vivieron estos movimientos a menudo se asocia con el colapso del socialismo real y el fracaso de las experiencias de la toma de poder (Zibechi, 2022). Incluso los portavoces de estos movimientos (generalmente varones) interpretan la historia propia del movimiento partiendo de un análisis similar (Öcalan, 1995). El Subcomandante Insurgente Marcos (1995) usa la definición de «la derrota ideológica» para explicar la comprensión de la persistencia y la centralidad de las formas comunitarias de resistencia milenaria de los pueblos mayas por parte de los primeros integrantes revolucionarios del EZLN. Gracias a esta derrota, se rompe la jerarquía y fragmentación creada por las ideologías positivistas entre lo revolucionario

y lo popular, entre la teoría y la práctica, entre la ideología y la realidad. La lucha se convierte en una nueva forma de entender y hacer política. En una *praxis* que implica a la totalidad del sujeto social, del sujeto comunitario. Así, a la crítica de la comprensión vanguardista de la política que está presente en ambos movimientos, corresponde una serie de prácticas por “devolverle”, o hacer que se despliegue, lo que podríamos entender como el poder popular.

Pero hay una lectura del sentido del derrumbe del socialismo realmente existente que, nos parece, apunta al proceso que se abre a partir de ese momento. Es el que hace Susan Buck-Morss (2008) cuando plantea que en realidad la caída del socialismo real fue el inicio del derrumbe de la narrativa de la modernidad industrial capitalista. Visto desde esa perspectiva, podemos entender que lo que hemos estado viviendo desde entonces es un proceso de descolonización de la teoría crítica y del imaginario de la revolución, donde emerge la conexión entre sujeto social y su capacidad de darse forma.

Pensamos que lo que ocurre en el horizonte político de ambos movimientos, en latitudes muy distantes, pero en sintonía con la historicidad del proyecto transformador, se asienta entonces en un sustento más profundo, que tiene que ver con comprender la contradicción central del mundo capitalista y patriarcal en la oposición y contradicción entre el valor y el valor de uso en el proceso de reproducción social capitalista. Esta otra contradicción del proceso reproductivo del capital caminaría junto con la contradicción entre valor y trabajo, trabajo vivo-trabajo muerto; pero abriría un horizonte que idealmente supera al trabajo enajenado y pone en el centro la vida concreta en su diversidad. Tensiona la relación entre forma social-natural de una manera radical, al optar por el valor de uso, en el sentido en que lo interpreta Bolívar Echeverría (1998). Pensamos que planteamientos como contradicción capital-vida, desarrollados por la economía feminista (Pérez Orozco, 2014), apuntan a esa misma dirección, hacia un horizonte que supera la configuración capitalista de la reproducción social. Pero pensamos también que desplazar la contradicción hacia el valor de uso recupera la noción de lo político como dimensión cotidiana de la vida, como hemos explicado más arriba. Es decir, de alguna forma descoloniza a la teoría crítica que hasta ese momento se encontraba aún centrada en la producción (desarrollo de las fuerzas productivas) y la centralidad de las decisiones (vanguardias y Estado).

Podemos afirmar que: la centralidad que adquiere el pensar el valor de uso como horizonte último de la criticidad le permite, entre otras cosas, no reducir la problemática ni la actualidad de la “revolución” a un determinado sujeto histórico (el proletariado) y a un momento específico de la lucha del trabajo contra el capital, ni perder la radicalidad de la crítica a la modernidad capitalista, pensando entonces posible

una modernidad alternativa. Un tipo de modernidad que no se resuelve en la mejor distribución del crecimiento económico sino en el advenimiento de una nueva relacionalidad socialnatural, que se corresponda con la restitución de la capacidad política del sujeto social (Inclán; Linsalata; Millán, 2012).

Nuestra hipótesis es que esa “nueva relacionalidad social” que se corresponde o que implica “la restitución de la capacidad política del sujeto social” se construye con y desde el desmantelamiento de las relaciones de género dominante, es decir, desde el desmontaje del patriarcado, que es el obturador de la libertad posible no solo de las mujeres sino, en tanto de las mujeres o de lo femenino, de la sociedad en general.

Así, en el estudio de estos dos movimientos, el zapatista y el kurdo, no se subraya cuál fue el papel que tuvieron las mujeres en este proceso; se subraya la “participación”, “integración de la cuestión de género” gradualmente a la agenda política; de hecho, los zapatistas definen la Ley Revolucionaria de Mujeres en 1993 como el “primer alzamiento zapatista” encabezada por las mujeres zapatistas, pero aún no se piensa cómo el poder colectivo de las mujeres afectó y marcó a estas organizaciones y al horizonte de transformación social que impulsan. ¿Podría darse la “derrota ideológica”, la superación del positivismo, sin la transmisión de la memoria colectiva de las mujeres? En este artículo argumentamos que es el antagonismo de las mujeres en tanto sujeto político dentro de los movimientos sociales-revolucionarios el que imprime la dinámica fundamental de la transformación de tales movimientos y organizaciones. La participación de las mujeres como *subjetividad antagónica y colectiva* en la creación de la autonomía define la existencia, la ideología, la práctica de los movimientos desde adentro, mientras crea una *nueva relacionalidad de género* que se dirige hacia la *despatriarcalización* de la lucha, que al mismo tiempo significa la *descolonización de los pueblos* (Aslan, 2022; Millán, 2014b; Galindo, 2021). Las mujeres desafían las formas, estructuras y tejidos políticos de estos movimientos al insistir en poner lo social cotidiano (la reproducción de la vida) en el centro de la política. Cambian el rumbo de la ideología/perspectiva de la emancipación hacia la organización de la vida, es decir, retornan al verdadero sentido de la política.

No obstante, este proceso se da cuando la mujer se convierte en sujeto colectivo de la lucha; es decir, cuando más allá de su participación física, tienen voz y decisión para definir la política cotidiana. Para analizar lo ocurrido en los dos procesos que nos ocupan, es necesario observar la lucha concreta de las mujeres tanto con sus camaradas del movimiento (dentro de la organización) como con el orden patriarcal de las sociedades de las que proceden (fuera de la organización).

Convertirse en sujeto colectivo

Dos de los 22 revolucionarios que se reunieron para fundar el PKK (Partido Trabajadores del Kurdistan) en la Aldea Fis de Diyarbakir, Kurdistan, el 27 de noviembre de 1978 eran mujeres (PKK, 1978). Uno de los seis insurgentes que fundaron el EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional) en la Selva chiapaneca el 17 de noviembre de 1983 era mujer (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003). Hoy en día, el 50% del PKK y el 45% del EZLN son mujeres. La presencia cuantitativa de las mujeres en estos movimientos dice mucho, sin embargo, como subrayamos, esta presencia no es simplemente física ni es forzada para ninguna de ambas organizaciones. Incluso hoy en día tener una aproximación de «discriminación positiva» o una «cuota» de participación femenina son los principios más importantes de las organizaciones mixtas (Caul, 1999). Desde la fundación de la entidad de la ONU para la *Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres*, también conocida como *ONU Mujeres*, contar con la presencia de mujeres en las organizaciones políticas se ha convertido en una ley, ya sea de derechas o de izquierdas.

En la fundación de estos movimientos revolucionarios de izquierda, el EZLN y el PKK, estos temas eran importantes; los discursos políticos giraban, fuera de la lucha de clases, sobre la igualdad de género y la participación de las mujeres. Sin duda, esa era la confluencia del feminismo en y con las organizaciones políticas. Sin embargo, cuando estos movimientos comenzaron a organizarse en base popular, la afiliación masiva de las mujeres fue abrumadora tanto en el PKK como en el EZLN. Las sociedades que daban origen a estas organizaciones eran sociedades colonizadas. La forma emancipadora reconocía el mandato de un poder colonial. Pero las estructuras colonizadas reproducían el mandato en forma de órdenes de género. Las mujeres estaban sometidas a las decisiones de sus padres, maridos o hermanos. No tenían derecho a decidir sobre sus vidas, con quién casarse, a qué edad, cuántos hijos tener, dónde y cómo vivir. No se les permitía ir a la escuela, aprender a leer y escribir; muchas no hablaban la lengua del Estado-nación dominante en que vivían y, por tanto, no podían participar en la vida pública sin los hombres. Por eso, cuando la palabra «libertad» resuena en las montañas del Kurdistan y Los Altos de Chiapas, las mujeres, incluso las niñas, empiezan a caminar hacia ella. Muchas para escapar de ser dadas en matrimonio muy jóvenes (Klein, 2019; Rovira, 1997), y, vivir la vida de mujer en otra forma (Millán, 2014a). Una de las razones más atractivas del EZLN para las mujeres era que se controlaba el consumo de alcohol en las comunidades zapatistas. El alcohol era visto como la causa fundamental de la violencia masculina contra las mujeres. Sin duda, el atractivo del PKK para las mujeres kurdas era la vida de guerrilla en las

montañas, lejos de las comunidades tribales y de la presión social, y el uso de armas que eran monopolizadas por los hombres en la sociedad.

Las mujeres kurdas que supusieron la libertad de clase y nación como base de su libertad, y se integraron al PKK, muy pronto empezaron a chocar con el fenómeno del “conflicto de género” en la vida guerrillera, porque los varones decían: “la guerra no es para mujeres”, “una mujer guerrillera no puede dirigir el combate”, “no es capaz de mandar”, “sin hombres no pueden sobrevivir en las montañas” (Instituto Andrea Wolf, 2020). Como nos cuenta (Millán, 2014a, p. 72), las mujeres zapatistas también fueron despreciadas como insurgentas desde inicio: “El espacio para las mujeres era negado de antemano, aun a pesar de formar parte del ejército rebelde, y de que se entrenaran igual que los varones; se obtuvo en la lucha, mostrando las capacidades militares y guerreras”.

Las mujeres que habían escapado del *monopolio*¹ masculino, de sus papás, hermanos, o esposos, muy pronto se dieron cuenta de que la lucha revolucionaria por la libertad también estaba monopolizada por sus camaradas hombres. Por lo tanto, como subraya Gultan Kışanak, era demasiado engañoso pensar que el aumento cuantitativo de las mujeres podría convertirlas en sujeto de decisión en la organización (Kışanak, 2018, p. 36). Para romper con este monopolio o mando necesitaban convertirse en un poder colectivo para poder intervenir en la subordinación triple que encarnaba en las mujeres, de clase, etnia y género.

Así que las mujeres kurdas, mientras se seguían integrando al PKK, empezaron a formar sus organizaciones autónomas en la sociedad civil. La Unión de Mujeres Patrióticas del Kurdistán (Yekitiya Jinên Welatparezên Kurdistan, YJWK) fue la primera organización autónoma de mujeres kurdas, fundada en 1987 en Europa con la decisión de realizar el primer congreso de mujeres kurdas. El congreso decidió formar organizaciones de las mujeres en la comunidad kurda, y asambleas de las mujeres en un tiempo que la estructura “asambleísta” ni siquiera estaba en la agenda del PKK (Garzan, 2015). El YJWK empieza cuestionar la construcción de la mujer y la familia en las condiciones históricas e inicia debates sobre los problemas de la organización de mujeres. Desde inicio de los años 90s se empieza a formar organizaciones colectivas de las mujeres en diferentes sectores sociales; las estudiantes, las trabajadoras, las madres, las amas de casa. Las ricas y las pobres se empezaron a juntar para cambiar la situación común en que se encontraban, la cual más tarde iban a definir como el patriarcado. En el período siguiente, el movimiento de las mujeres siempre crece jun-

¹ Las mujeres kurdas usan esa palabra para referir la dominación, en este caso masculina. Entre las mujeres zapatistas, el monopolio podría ser traducido como “el mandón”, que puede ser el patrón, pero que impregna también al mandato masculino en las comunidades.

to con la lucha armada desde las montañas y la lucha popular desde diferentes partes del Kurdistán y la diáspora.

Las mujeres zapatistas se van integrando al EZLN como parte de la dirección política, en la organización armada, y como bases de apoyo civil (Millán, 2014a) “[...] para que no se repita la historia donde volvemos al mundo de sólo hacer la comida y parir crías, para verlas luego crecer en la humillación, el desprecio y la muerte” (Las mujeres zapatistas, 2019). Eso generó que el EZLN, antes de que salga a la luz, en 1993, acepte la Ley Revolucionaria de las Mujeres, la cual ha sido espejo de su forma de política, *el horizonte ético* esencial de este movimiento (Millán, 2014a). Como reflejo de esta ley, las mujeres tuvieron acceso a los derechos fundamentales en la comunidad: estudiar, opinar, hablar, y ser elegidas para argos comunitarios. Las zapatistas empezaron a desempeñar cargos que en ese momento ninguna organización, ni partidos políticos, ni en las instituciones religiosas se autorizaban para las mujeres en Chiapas, pero la experiencia del EZLN que fue creada gracias a la organización de las mujeres cambió esa realidad (Mujeres del EZLN, 2015). La generación y luego aplicación de la ley en la vida comunitaria, a la vez que protege a las mujeres en lo social, también garantiza su participación igualitaria en la lucha. Establece una relación *a la par* entre compañeras y compañeros (Marcos, 2014); como dicen las zapatistas, iniciaron un camino hacia lo “parejo”.

El crecimiento y reflexión común de las mujeres kurdas resultó en que Abdullah Öcalan propone formar el ejército de mujeres en 1993. Él aporta las bases para ello: “Él elaboró cinco libros para este cometido. Los redactó y los envió a los lugares donde había compañeras. Las mujeres analizaron que el ejército mixto había sido construido según la mentalidad patriarcal por eso era un ejército de crueldad” (Instituto Andrea Wolf, 2020, p. 210).

El ejército que formarían las mujeres debería tener otra mentalidad, debería ser un ejército dinámico y vivo, capaz de desarrollar vida libre (Instituto Andrea Wolf, 2020). Mientras que llevaban discusiones y reflexiones sobre la posibilidad de un ejército de mujeres, empezaron a formar los primeros escuadrones sólo de las mujeres. El testimonio de la guerrillera de muchos años Roza Pinar nos cuenta:

Por primera vez, como escuadrón, construimos nuestros propios espacios. Los cavamos por nuestra cuenta. Organizamos las necesidades materiales y toda la vida por nuestra cuenta. También la formación. Los compañeros se acercaron a las compañeras y les preguntaron si necesitaban ayuda. Ellas dijeron que no, que no necesitaban ayuda. Les dijeron que “podemos hacer el trabajo por nuestra cuenta”. (Instituto Andrea Wolf, 2020, p. 213).

Siguiente paso, empezaron a operar en el combate; sin embargo, sus compañeros varones no respetaban su autonomía y querían intervenir en los frentes donde operaban las compañeras. La excusa era que “quieren cuidarlas” y las veían como “hermanas”. Pero la realidad que se expresaba con estas palabras tan genuinas de los varones tenía que ver con los aprendizajes patriarcales inconscientes (Garzan, 2015). Otra de las primeras guerrilleras del PKK, Evîndar Ararat comparte:

[...] es el PKK, pero hay una realidad de hombre-mujer. Se unen (al PKK) pero existe una construcción clásica de los individuos hombre-mujer por parte de la sociedad. El hombre es fuerte, y la mujer, aunque se haya unido, es débil. Actitudes emocionales, actitudes de desconfianza ante las mujeres... Si, nos hemos unido por el deseo de la liberación de las mujeres, la liberación de la sociedad y del pueblo kurdo. Este es el objetivo. Pero construir la personalidad de la mujer ante el hombre, tener fuerza de pensamiento, la participación en la guerra, recibir las dificultades en la montaña... requiere de una determinación, una organización, un gran conocimiento. Luchamos juntas contra el enemigo y compartimos la vida, pero a nivel de personalidad vivimos contradicciones, tenemos actitudes clásicas y la dominación de los hombres en cuanto a pensamiento y en cuanto a forma se antepone. (Instituto Andrea Wolf, 2020, p. 219).

Por lo tanto, R. Pinar menciona que consideraban que “[...] no solo luchábamos contra el enemigo. Estábamos en contra de los planteamientos de la dominación, en contra de la mentalidad sexista, en contra del feudalismo. Llevábamos a cabo una guerra en muchos frentes” (Instituto Andrea Wolf, 2020, p. 190).

Tras las prácticas peculiares y dispersas de las mujeres para la formación de un ejército autónomo, 350 delegadas de las distintas regiones del Kurdistán y de la diáspora se reunieron en el Primer Congreso del Movimiento de Mujeres del 8 al 20 de marzo de 1995 para evaluar sus experiencias hasta el momento. El Ejército de Mujeres se definió allí no sólo como un ejército, sino sobre todo como una cuestión ideológica, cultural, política y social que apoyaría la independencia y la libertad de pensamiento de las mujeres. Principios como el compartir, la humanidad y ayuda mutua se consideran de gran importancia y se aplican en la vida comunitaria dentro del ejército. La base de la lucha se encuentra en el amor y el respeto mutuo, y cada momento es visto como un momento de la lucha por los principios éticos e ideológicos. Es por ello que el ejército de mujeres fue declarado como “zona liberada” (Instituto Andrea Wolf, 2020).

Las insurgentas zapatistas, en el combate de 1994, habían mostrado su capacidad militar en la toma de Ocosingo. Las zapatistas de las comunidades habían resistido en 1998 simplemente con sus cuerpos contra tropas militares del Ejército Mexicano para

defender los municipios autónomos. Sin duda, con estas acciones habían ganado un gran prestigio político para “participar” que luego iba a ser suplementado con el derecho de “representar” la comunidad (Millán, 2014a). Pero lo más importante, las mujeres zapatistas ya se habían convertido en un sujeto político-colectivo tanto para sus comunidades como para la comunidad mundial. Los y las intelectuales, académicos, ongeistas, periodistas o feministas que en un principio las consideraban víctimas de todos los órdenes del poder, incluso comunitario, llegaban ahora a la selva para conocerlas como agentes de la lucha. Paradójicamente las mujeres kurdas no iban a ser reconocidas hasta su lucha contra el Estado Islámico en 2014.

Reflexión colectiva de las mujeres kurdas y sus efectos en el horizonte de transformación social

La teoría de la ruptura y *Xwebûn*

Con la creación del ejército de mujeres del Kurdistan, la necesidad de mejorar la organización autónoma de las mujeres se hizo más fuerte. El primer Congreso de Mujeres no sólo afirmó la práctica del ejército, sino que decidió convertirlo en una organización de mujeres más amplia, por lo que debían tener su propio comité central, su centro de operaciones, su *rêveberî* (dirección para la coordinación) y que las responsables fueran elegidas por votación (Instituto Andrea Wolf, 2020). El objetivo era ampliar y profundizar la lucha, conectar y potenciar la organización de las mujeres, tanto en el Kurdistan como en la diáspora, así como en las montañas. La creación de un comité central, que recibió el nombre de YAJK (Unión de Mujeres del Kurdistan para la Liberación), fue importante para adquirir autonomía respecto al comité central del PKK. Una vez creada la YAJK, el congreso eligió a 15 compañeras para su coordinación y a los comités de prensa, educación y pueblo, con los que la YAJK se encargó de la militancia social en la sociedad kurda para formar organizaciones populares de las mujeres. Şervin Nudem, que integra la YAJK en 1996, habla sobre la importancia de este espacio para mujeres y entre mujeres:

[...] era muy importante que, a partir de ese momento y en adelante, hubiera un centro donde tú sabías que podrías hablar de cualquier problema que tuvieras como mujer. Al mismo tiempo, también sabías que cualquier decisión que se tomará sobre las mujeres, será tomada por ellas mismas. (Instituto Andrea Wolf, 2020, p. 228).

Ese espacio de confianza y solidaridad autónoma/separada para mujeres y entre mujeres, como dice Gutiérrez cuando habla sobre la *amistad política entre mujeres*,

crea la posibilidad de la *politización* de las mujeres, en tanto que mujeres (Gutiérrez Aguilar, 2022). Una politización que despierta la búsqueda de *xwebûn*, que significa “ser sí misma”. Las mujeres que hasta ese momento solo habían hecho política con los hombres en los espacios mixtos y con las formas masculinas, ahora necesitan encontrar su manera. Sin embargo, como dice Dilber Yusif en su testimonio:

[...] la primera vez que estás contigo misma siempre es difícil. Teníamos poca confianza en nosotras mismas. Muchas compañeras decían, “No podemos, es difícil, ¿Cómo vamos a hacer nosotras solas el trabajo?, ¿Cómo vamos a hacer las formaciones nosotras solas?, ¿Cómo vamos a permanecer nosotras solas en un lugar?,... La misma mentalidad que puedes ver en la sociedad y en el sistema, que ha hecho que las mujeres no sientan confianza en sí mismas y en que pueden vivir sin los hombres; algunas de nosotras también lo veíamos de ese modo. (Instituto Andrea Wolf, 2020, p. 245).

Ese fenómeno de no confiarse como mujeres también es la primera reflexión que las mujeres zapatistas mencionan en la Escuelita Zapatista:

Tal vez será por la misma ignorancia que hay en el capitalismo que eso era lo que teníamos en la cabeza, pero también nosotras como mujeres sentíamos el temor de no poder hacer cosas fuera del hogar y tampoco teníamos ese espacio de parte de los compañeros, no teníamos esa libertad de participar, de hablar, como que se pensaba que los hombres eran más que nosotras. (Mujeres del EZLN, 2015, p. 06).

Por lo tanto, no consideran que la “no participación” de las mujeres tiene que ver con la dominación de la presencia masculina,

[...] no es solamente culpa de los hombres, el problema incluye a las compañeras también. Es problema de todos porque hay veces que, aunque el hombre le da derecho a su esposa, pero hay veces que la misma compañera no quiere, dice «no puedo», o por varias razones no participa. (Mujeres del EZLN, 2015, p. 24).

Las mujeres zapatistas decidieron que esa desconfianza tenía que terminar, y empezaron a hacer listas para tomar cargos y a veces obligarse entre ellas para ello (Mujeres del EZLN, 2015).

Es decir, ellas, tanto las kurdas como las zapatistas, subrayan en sus reflexiones que las mujeres interiorizan la subordinación patriarcal inconscientemente. Esta consideración es la base de la concepción del “patriarcado” para estos movimientos. Tanto en sus discursos como en sus políticas, asumieron que la mujer también es un sujeto pa-

triarcal y, por sus actos, reproducen relaciones patriarcales no solo con hombres sino también entre mujeres. Una vez que conceptualizan el patriarcado como la construcción de las subjetividades, por lo tanto, como base de todas relaciones sociales, las kurdas llegan a considerar que no es suficiente solo una ruptura física (como acciones separadas). La emancipación también requiere de una ruptura mental y emocional. Esa experiencia de las kurdas fue sintetizada y escrita por Abdullah Öcalan como *La teoría de ruptura y divorcio total* en 1997 y se difundió como un texto de discusión.

Öcalan, quien en esa época era el líder del PKK y apoyó la separación de mujeres como una organización autónoma desde el principio, decía “[...] mientras que las mujeres no se conozcan a sí mismas y se sostengan por sí mismas, deben separarse de los hombres” (Öcalan, 2009). El camino de más allá de la categoría de “mujer” que impone el patriarcado, “*ser sí misma*”, se define con la palabra original kurda *xwebûn*, que requiere complementar la ruptura física (separación) con la ruptura mental y emocional (divorcio total) con todas las relaciones patriarcales. Las mujeres, ante todo, deben dejar de definirse desde la mirada y valores del hombre (Instituto Andrea Wolf, 2020). Para *xwebûn* la mujer necesita romper cualquier relación social con los hombres y, luego, con las estructuras y sistemas dominantes. El amor romántico, sexualidad, casarse, la familia son cuestiones de la teoría de ruptura y divorcio total (Dirik, 2022). Entonces la separación del espacio físico les permite pensar sobre ¿quién somos?, ¿qué queremos?, ¿qué significa libertad?, ¿cómo queremos vivir? Para contestar estas preguntas, según Öcalan (1998), las mujeres deben debatir entre ellas, deben hablar, fortalecer su voluntad y perspectivas. Es decir, tienen que encontrar su voz, pensamiento, y fortalecer su colectividad como mujeres. De acuerdo con Emma Chirix², podemos decir que *xwebûn* es el inicio de un proceso de descolonización de las mujeres, porque “[...] el proceso de descolonización nos motiva a pensar en quiénes somos, dónde estamos y hacia dónde queremos ir. También significa levantar, transgredir, tomar conciencia y emanciparnos para desafiar el orden establecido” (Chirix, 2021, p. 25). Öcalan (2013, p. 52) define este proceso de la descolonización como “divorcio total”, es decir, la capacidad de divorciarse de la cultura de la dominación masculina de cinco mil años de antigüedad. Según este análisis, para que las mujeres se den cuenta de que tienen un «poder» transformador para la emancipación de la sociedad, deben divorciarse de la mentalidad masculina dominante.

Mientras que las kurdas generaban sus formaciones autónomas en la academia de mujeres, Öcalan declaró el 8 de marzo de 1998, por el canal kurdo de televisión MED TV, *la ideología de la liberación de la mujer* como una nueva fase de la lucha del PKK.

² Emma Delfina Chirix García es una pensadora maya-Kaqchikel, originaria de Chixot, Guatemala. Es socióloga/antropóloga, docente, investigadora, y consultora independiente.

Durante su discurso, subrayó varias veces que esta ideología debería desarrollarse con los propios pensamientos y la visión de las mujeres y explicó la necesidad de poner la liberación de las mujeres en el centro de la lucha revolucionaria (Instituto Andrea Wolf, 2020). Según el análisis de Öcalan, aunque la dominación masculina está profundamente instrumentalizada, los hombres también están esclavizados por ella. El sistema se reproduce en el individuo masculino y femenino y en la relación entre ellos. Por lo tanto, “si queremos derrocar al sistema, necesitamos un enfoque nuevo y radical sobre la mujer, el hombre y la relación entre ellos” (Instituto Andrea Wolf, 2020, p. 50). La ideología de liberación de la mujer considera que es inevitable empujar el cambio de los hombres para la libertad de la sociedad. Esa consideración creó una ruptura muy marcada en la historia del PKK, la cual construyó el orden antipatriarcal de la lucha como un nuevo horizonte para todo el movimiento kurdo. Entonces, las mujeres que con la teoría de la ruptura se habían separado, autonomizado y divorciado de la mentalidad masculina como un movimiento para su *xwebûn*, con la ideología de la liberación de la mujer, regresaron al movimiento kurdo para *matar el macho dominante*. Esto dibuja una línea muy clara de que las mujeres ya no aceptarían más roles clásicos ni para las mujeres ni para los hombres (Instituto Andrea Wolf, 2020). Porque “[...] *matar al macho dominante* es el principio básico del socialismo” (Instituto Andrea Wolf, 2020, p. 52).

Ideología de la liberación de la mujer y *matar el macho dominante*

En el libro *La mujer y la familia en Kurdistán* Öcalan (1986) explica cómo la dominación masculina está creada por el Estado y sostenida por el varón. Según él, el Estado colonial ejerce su poder dominante sobre los hombres, y los forma a través de sus instituciones para que a su vez ejerzan el mismo poder colonial sobre las mujeres. Por lo tanto, el movimiento de mujeres describe a la familia tradicional como un microcosmos del Estado. Bajo este microestado, la mujer depende de los roles consignados, como hermana, madre, hija o esposa; sin embargo, el hombre también según los roles consignados como hermano, padre, hijo o esposo. Ambos son oprimidos. La única diferencia es la jerarquía y roles de género que ordenan a los de abajo. Por lo tanto, la liberación de la mujer significa también la liberación del hombre, es decir, de la sociedad; como fichas de dominó, si cae una, caen todas. Sin duda, las mujeres kurdas son conscientes de los privilegios que disfrutaban los hombres por el sistema patriarcal, pero piensan que estos privilegios son cadenas en un contexto más amplio. Por lo tanto, el tema principal no es luchar contra los hombres por sus privilegios, sino interpelarles para que transformen y entiendan que estos privile-

gios son fundamentos de la esclavitud común de la sociedad. Por ello, la lucha de las mujeres contra el patriarcado tiene que ser autónoma pero también común con los hombres, porque ellos son quienes tienen que ser transformados (Öcalan, 2013). En este sentido, podemos decir que, con los principios de *la ideología de la liberación de la mujer*, como el *Welatparêzî*, que es el amor y defensa de la tierra (a menudo se traduce como patriótico, pero esto realmente es incorrecto), el libre pensamiento y la voluntad, la autoorganización, la lucha y la ética-estética, las mujeres asumen un papel de ser críticas (antagonistas), y los hombres tienen que autocriticar sus tendencias opresivas y dominantes. Esto, dentro de la ideología de liberación de la mujer, está conceptualizada como *kuştuna zîlam*, que significa *matar el macho dominante*. El patriarcado define y crea una masculinidad que se refleja tanto en los individuos, mujeres y hombres, como en las estructuras del Estado y la sociedad. En la base más profunda esta masculinidad ha influido en todos los espacios sociales. La mujer está considerada como un objeto sexual. Ello corresponde también a la objetivación e instrumentalización de la naturaleza. En respuesta, el concepto de “matar el macho dominante” tiene como objetivo dismantelar y superar este sistema de relaciones instrumentalizadas de poder, y proponer una nueva comprensión de lo que significa ser mujer y, a la vez, qué significa ser hombre. Redefinir y recrear mundos de la significación sobre la feminidad y masculinidad (Academia Jineolîjî, 2021).

En otras palabras, la relación entre hombre y mujer que ha sido moldeada por la dominación durante miles de años se reorganizará de forma democrática si cada individuo y colectividad de individuos *matan al macho dominante* con una crítica-autocrítica recíproca y constructiva. La crítica-autocrítica hoy en día está considerada como una metodología de transformación interna de la organización, con otros *tekmil* y plataforma³. Estos mecanismos que el movimiento kurdo ha desarrollado a través de sus contradicciones y necesidades garantizan una capacidad antipoder y antipatriarcal (Aslan, 2022). Sin embargo, para ejercer estas metodologías no es suficiente tener la voluntad puramente de mujeres o, al contrario, de los hombres, sino requiere la confianza ética-política de la lucha que va más allá de las voluntades individuales. Es decir, la lucha por la libertad construye las bases de la confianza ética-política necesaria para generar la crítica y la autocrítica. La ética-política de ser militantes de una misma lucha va más allá de la confianza generada entre individuos.

3 Tekmil: presentación oral de informes que incluyan críticas y autocríticas sobre la realización de las tareas colectivas.

Plataforma: un tipo de trabajo crítico con personas involucradas en el movimiento de liberación. La ética de la concepción de la libertad se representa mediante una plataforma imaginaria, mientras que se critica la compatibilidad de la persona con esta ética. El objetivo es crear una transformación personal colectiva.

El horizonte de la transformación social para las mujeres zapatistas

Desde un punto distinto pero similar, las zapatistas subrayan que no es una lucha de mujeres ni es una lucha de hombres. “Cuando se quiere hablar de una revolución es que van juntos, va para todos entre hombres y mujeres, así se hace la lucha” (Mujeres del EZLN, 2015, p.25). Para los zapatistas no existe el concepto de individuo autocontenido, ni para la mujer ni para el varón (Marcos, 2014). Existe el ‘nosotros’ comunitario (Lenkesdorf, 2008). Como subraya Silvia Marcos (2014, p. 26):

La lucha de las mujeres indígenas busca incorporar a los varones. No se puede concebir como una lucha de mujeres contra o al margen de los hombres. Aunque se expresa como un reclamo y una rebeldía contra situaciones de dominación y de sujeción de las mujeres, esa lucha existe a la par, es decir, está subsumida en, y encapsulada por, la certeza cosmológica y filosófica de la complementariedad y la conjunción con el varón, con la familia, con la comunidad, con el pueblo.

Por lo tanto, luchar por la liberación de las mujeres significa la liberación de la sociedad. Estos procesos siempre van juntos y a la par (Marcos, 2014).

Sin embargo, el movimiento zapatista ha propiciado los espacios de mujeres y profundizado los que ya existían en la organización comunitaria: las cooperativas productivas de mujeres, las reuniones y asambleas de mujeres, la participación de ellas en las estructuras de salud, justicia, derechos humanos, educación. Entre ellas también se ha discutido lo que ocurre cuando las mujeres enfrentan la mirada del varón. Esa mirada es la del orden patriarcal, que nos pone en competencia a unas y otras. Así lo refieren en el discurso de inauguración del Primer Encuentro Internacional de Mujeres que Luchan:

Pensamos que sólo mujeres para que podemos hablar, escuchar, mirar, fiestar sin la mirada de los hombres, no importa si son buenos hombres o malos hombres.

Lo que importa es que somos mujeres y que somos mujeres que luchamos, o sea que no nos quedamos conformes con lo que pasa y cada quien, según es su modo, su tiempo, su lugar, ahí lucha o sea que se rebela. Se encabrona pues y hace algo. Entonces les decimos, hermanas y compañeras, que podemos escoger qué vamos a hacer en este encuentro. O sea que podemos elegir.

Podemos escoger de competir a ver quién es más chingona, quién tiene la mejor palabra, quién es más revolucionaria, quién es más pensadora, quién es más radical, quién es más bien portada, quién es más liberada, quién es más bonita, quién está más buena, quién baila más mejor, quién pinta más bonito, quién canta bien, quién es más mujer, quien gana el deporte,

quién lucha más. Como quiera no va a haber hombres que digan quién gana y quién pierde. Sólo nosotras.

O podemos escuchar y hablar con respeto como mujeres de lucha que somos, podemos regalarnos baile, música, cine, video, pintura, poesía, teatro, escultura, diversión, conocimiento y así alimentar nuestras luchas que cada quien tenemos donde estamos. Entonces podemos escoger, hermanas y compañeras. O competimos entre nosotras y al final del encuentro, cuando volvamos a nuestros mundos, vamos a darnos cuenta de que nadie ganó. O acordamos luchar juntas, como diferentes que somos, en contra del sistema capitalista patriarcal que es quien nos está violentando y asesinando. Aquí no importa la edad, si son casadas, solteras, viudas o divorciadas, si son de la ciudad o del campo, si son partidistas, si son lesbianas o asexual o transgénero o como se diga cada quien, si tienen estudios o no, si son feministas o no. (Las mujeres zapatistas, 2018).

La noción misma de *mujeres que luchan* que se expone en este llamado de las mujeres zapatistas en el 2018 señala la imbricación del capitalismo con el patriarcado, pero, además, está muy presente el señalamiento de la necesidad de “descolonizar” al propio feminismo. Es decir, mientras que el movimiento kurdo se desarrolla en zonas autonómicas y en la ausencia de un Estado kurdo, el movimiento zapatista hace referencia de múltiples formas a la colonización interna que el Estado – nación México ejerce cotidianamente sobre sus pueblos y culturas. Y cuando se trata de “hablar entre mujeres”, se evidencian esos posicionamientos. Por ejemplo, en otra parte de ese comunicado inaugural, en la voz de la Insurgenta Erika⁴, las compañeras dicen:

Porque no sólo los hombres, también hay mujeres de las ciudades que nos desprecian que, porque no sabemos de la lucha de mujeres, porque no hemos leído libros donde las feministas explican cómo debe ser y tantas cosas que dicen y critican sin saber cómo es nuestra lucha. Porque una cosa es ser mujer, otra es ser pobre y una muy otra es ser indígena. Y las mujeres indígenas que me escuchan lo saben bien. Y otra cosa muy otra y más difícil es ser mujer indígena zapatista. (Las mujeres zapatistas, 2018).

Pero en ese horizonte de transformación que están generando las mujeres zapatistas como sujeto colectivo, la propuesta es transcultural y transclasista. Reconocen que hay una condición que atraviesa a las mujeres, a pesar de sus diferencias, y esa condición es la violencia que viven día a día. Ello las lleva a plantear la metáfora del bosque, en el mismo documento:

⁴ “Mi nombre es insurgenta Erika, que así nos llamamos las insurgentas cuando no hablamos de individual sino de colectivo. Soy capitana insurgente de infantería y me acompañan otras compañeras insurgentas y milicianas de diferentes grados” (Las mujeres zapatistas, 2018).

Y vemos por ejemplo esos árboles que están allá y que ustedes dicen que es “bosque” y nosotras le decimos “monte”. Bueno, pero lo sabemos que, en ese bosque, en ese monte, hay muchos árboles que son diferentes. Y lo sabemos que hay. Por ejemplo, ocote o pino, hay caoba, hay cedro, hay bayalté, y hay muchos tipos de árboles. Pero también lo sabemos que cada pino o cada ocote no es igual, sino que cada uno es diferente. Lo sabemos, sí, pero cuando vemos así decimos que es un bosque, o que es un monte.

Bueno, aquí estamos como un bosque o como un monte. Todas somos mujeres. Pero lo sabemos qué hay de diferentes colores, tamaños, lenguas, culturas, profesiones, pensamientos y formas de lucha. Pero decimos que somos mujeres y además que somos mujeres que luchan. Entonces somos diferentes, pero somos iguales. (Las mujeres zapatistas, 2018).

Así, el reconocimiento del orden patriarcal y capitalista se verifica en las relaciones entre los géneros, pero también intragenérica, al tiempo de que se reconoce que las formas para transformar ambos vectores de poder y dominio es la lucha. “Las mujeres que luchan” es una invitación a reconocer la posibilidad de construir un sujeto colectivo mujeres, antagónico al capitalismo y al patriarcado y, por ello mismo, descolonizante del horizonte de transformación social.

Cambiar el orden de lo masculino y lo femenino: democratización de la familia, “Hevjyana Azad” y la Ley Revolucionaria de Mujeres

Hemos mencionado anteriormente que las mujeres kurdas analizan la estructura de la familia tradicional como un prototipo del Estado. Como refiere Hilary Klein, las zapatistas también relatan una similitud entre los hombres y el patrón:

Las mujeres de Morelia decían que los hombres indígenas habían internalizado la mentalidad de su patrón, lo cual incidía en el trato que daban a las mujeres de su comunidad. Antes las mujeres tenían dos patrones que les manda[ban], porque, aunque están en su propia casa [...] el hombre era como [el] patrón porque no le da valor a su mujer. Los hombres obligaban a las mujeres a trabajar porque copiaban el modo del patrón. (Klein, 2019, p. 41-42).

Es decir, la familia más que ser un espacio donde las personas pueden actuar libremente y convivir, bajo el sistema estatista, patriarcal y capitalista se ha transformado en un espacio donde las relaciones entre el hombre y la mujer se profundizan sobre la base de la desigualdad, y donde todxs experimentan el poder y la jerarquía por primera vez. En la familia, la mujer se transforma en un mero instrumento para el desarrollo del poder del hombre. Sin embargo, no queda solo allí: la relación jerárquica, dominante y colonial de los hombres sobre las mujeres en la familia está

incrustada en todas las relaciones sociales. Porque el proceso que comenzó con la esclavitud de la mujer condujo al desarrollo de la esclavitud de la sociedad a lo largo de la historia (Öcalan, 2009). Para contextualizar eso, las mujeres kurdas estudian la mitología y la historia de la humanidad desde una perspectiva femenina (Jineology Academy, 2015). Así, a través de un análisis mucho más profundo y largo, determinan que la emancipación social pasa por la emancipación de las mujeres, por lo tanto, como en el movimiento de mujeres, también en el movimiento de liberación kurdo se organizan y se movilizan para construir una práctica antipatriarcal que cubriría todos los sectores de la vida y todos sus participantes. Es decir, la reflexión sobre el sistema patriarcal ordena la práctica política en todas las áreas. Así que no rechaza el fenómeno de la familia, sino que busca transformarla. El movimiento refiere esa transformación con el concepto de “la democratización de la familia” y de llegar a una “convivencia libre” (*hevjiyana azad*) (Dirik, 2022, p. 68). Estos conceptos abren un nuevo horizonte en la lucha revolucionaria, porque es la primera vez que un movimiento revolucionario propone buscar la transformación social desde el espacio privado e identificar lo privado con lo político.

Hevjiyana azad es un concepto que tiene un contenido original. Muchas veces se entiende o se percibe como si la relación de pareja entre un hombre y una mujer fuera democrática, o sobre una base igualitaria. Pero a medida que la lectura y discusión de las mujeres kurdas se profundiza, vemos que “hevjiyan” (convivencia) se refiere no sólo a la democratización de la relación sexual o emocional entre un hombre y una mujer, sino a una relación universalmente armoniosa e igualitaria entre todos los hombres y todas las mujeres y de ellos con la naturaleza. Por lo tanto, *hevjiyana azad* no suele ser solo una forma de relación experimentada dentro de la familia nuclear o el matrimonio como una relación particular. Porque no se puede conseguir a través de un acuerdo entre un hombre y una mujer para ser una pareja libre; es decir, no es un problema de ser buen hombre y buena mujer, o ser respetuosos. Si no que habla de una relación entre hombres y mujeres a un nivel igual en la política, en el trabajo, en las amistades, acciones, actividades, producción y reproducción, sin dominación ni poder. Es decir, desde el punto de vista de la participación total y activa de la mujer en la vida. Vemos entonces la dimensión profunda, básica, en el sentido de estar en la base de lo social, del sentido del *hevjiyana azad*; rompiendo esa estructura familiar, íntima, de pareja de subalternización y dominio, se hace tambalear la estructura social en su totalidad. Nos parece que este re-ordenamiento del mundo se deja ver en la idea de “lo parejo” en el ámbito del zapatismo, que no sólo atañe a hombre/mujer, sino a todo el orden bio-socio-cósmico.

Es importante señalar que la primera significación de poder es la articulación de

género (Scott, 1996). Esta significación de poder se basa en la relación de las diferencias, en este caso hombre/mujer, masculino/femenino, pero es el modelo sobre el cuál se articulará el poder de lo uno sobre lo otro en general. Es decir, en esa relación primaria y arcaica está contenida la forma de producción y reproducción de la diferencia en tanto subordinación, dominación e instrumentalización de uno sobre otro. La transformación de esa relación originaria de poder (en el género) está en la base de todas las demás. Cuando se mueve, retiembla la tierra.

Finalmente, la comprensión de que el orden masculino es un orden simbólico que oprime a ambos géneros, y en realidad a toda la diversidad genérica, se transparenta en la discusión sobre la Ley Revolucionaria de Mujeres, en la investigación de Millán (2014a). La Ley Revolucionaria de Mujeres interpela al Estado nación, a los patrones, a los varones dentro de la estructura comunal y familiar, y a la organización revolucionaria. Reconoce al sujeto colectivo de las mujeres frente a todas estas estructuras, pero además reconoce que en las cuatro estructuras hay un encabalgamiento de opresiones: Estado-Patrón-Padre, Marido, Hermano y Mando de la organización son la manifestación de las opresiones capitalista, colonialista y patriarcal.

En la discusión que Millán sostuvo con mujeres zapatistas comunitarias, las mujeres mayores reconocían el mandato cultural patriarcal como algo que está en la cabeza de los hombres, es decir, los hombres piensan que deben mandar. Es un significativo de su masculinidad, es decir, de su diferencia.

Contradecir *lo que son los hombres*, es una formulación que hace pensar en que no es fácil separar a los varones de lo masculino como orden, autoridad que contiene, que da forma a lo social. Lo que *son* los hombres es el orden de lo social, e ir en contra de ellos es ir contra algo más. (Millán, 2014a, p. 255).

Y ese algo más es justamente el orden simbólico que ha ordenado lo masculino y lo femenino. Liberarnos de ese orden simbólico es, sin duda, iniciar un camino hacia lo desconocido. ¿Cómo darnos valor y afirmarnos en ese camino de transformación?

La revolución cultural que implica entender la transformación como un *continuum* privado/público, para hilar con la consigna feminista de los años 70s sobre que lo privado es político, implica incursionar en estrategias que apuntan a la transformación integral de lo social. Los primeros militantes del EZLN se dieron a la tarea de reclutar a hombres y mujeres indígenas para que se integraran al ejército insurgente, además de organizar a las comunidades a fin de formar su base de apoyo civil (Klein, 2019). La integración de las mujeres al movimiento insurgente y luego a la organización civil cambió la dinámica familiar. Primero las insurgentes informaron a unas mujeres de la comunidad, luego estas mujeres empezaron a salir de sus casas

para ir a informar y organizar más mujeres. Para esto, la visita de militantes del movimiento “casa por casa” es muy importante para entrar al espacio donde la relación entre hombres y mujeres aparece bajo diferentes formas (esposo-mujer; papá-mujer; hijo-mujer; hermano-mujer, etc.).

En Kurdistán, muchas veces una mujer y un hombre militantes realizan visitas de “casa por casa”. Para la familia tradicional es muy radical ver que un hombre y una mujer pueden ser compañeros de lucha y, que entre ellos hay una relación de camaradería. Así introducen a la familia en el hecho de que es posible una relación política e igualitaria entre un hombre y una mujer. Luego en estas visitas, los militantes apoyan a las mujeres de la familia frente a los hombres y les hacen entender que todo lo que va contra las mujeres también va contra la organización. Así, las mujeres reciben un apoyo enorme, y este apoyo las fortalece para que sean sujetos de decisión en la vida familiar. Es decir, que la mujer decide sobre su “sí” o “no” respecto a cualquier tema. Las mujeres kurdas hacen estas visitas frecuentemente, y observan cambios en la dinámica hacia la democratización de la familia. A través de estas visitas “casa por casa”, el movimiento difunde y crea una nueva cultura de la convivencia, y esto es una resistencia cotidiana que cambia las relaciones sociales hacia una sociedad democrática y autónoma (Aslan, 2021).

Reflexión final

De acuerdo con María Galindo (2021), la teoría es un instrumento fundamental de la lucha porque sirve para apropiarse de la fuerza conceptual y argumentativa de un movimiento. Sin embargo, es fundamental también mirar al sujeto que crea la teoría. Poner atención a las reflexiones de las mujeres dentro de estos movimientos sociales nos ayudará a comprender la transformación de eso que denominamos política, al tiempo que aprendemos de conceptos como “lo parejo”, y el *xwebûn*.

El movimiento de mujeres de Kurdistán sistematiza y convierte en textos colectivos sus reflexiones, sobre todo en los últimos años por las academias de Jineolajî⁵. La simultaneidad en el hacer y el pensar es fundamental; es decir, los sujetos que construyen la lucha a la vez reflexionan sobre la lucha misma. Cuando los zapatistas mencionan la formulación del “caminar preguntando”, se refieren a este proceso de la creación de su modo de pensar y expresar. Es decir, no se movilizan con las ideologías estrictas y cerradas si no por su propia reflexión, que ilumina sus caminos hacia la libertad.

Como hemos analizado, hoy lo que significa la “participación” no es un derecho

⁵ Jineolajî es la propuesta de las mujeres kurdas para la creación de la ciencia de mujer y vida.

dado a las mujeres por el movimiento, al contrario, las mujeres han generado esa participación a través de un camino propio. También hay que subrayar que este camino de la política de mujeres ha transformado a estos movimientos, haciéndolos tener una política antipatriarcal muy concreta. Para generar la política y la práctica de esta política antipatriarcal fue necesario negar el poder; primero masculino, como las posiciones privilegiadas como líder, comandante, padre o esposo enfrente del deseo de libertad de las mujeres, luego el poder estatal frente el deseo de liberación nacional. Por decir, la política de “autonomía sin Estado” que ambos movimientos practican hoy en día en sus territorios, Chiapas y Rojava, tiene que ver con la esencialidad de la política antipatriarcal. Porque autonomía significa generar la autodeterminación material y política de la sociedad en su vida y una reorganización de las relaciones sociales con un orden de libertad, donde no haya más dominantes y dominados; ni en el sentido de clase, ni de etnia, ni de género.

No podríamos pensar en los feminismos en la actualidad sin referirnos a las mujeres que luchan y sus contribuciones al movimiento global de las mujeres. Muchas de las experiencias y reflexiones que hemos recorrido en este artículo se han filtrado, como agua, en el florecimiento del movimiento feminista popular contemporáneo. Forma parte de su radicalización y de una politización integral que observamos en lo que se ha denominado “el desborde feminista”. Nos gustaría terminar con dos frases que ya se escuchan en las plazas y las calles en las manifestaciones del 8M: *Jin, Jiyan, Azadi (Mujer, vida y libertad)* y con la frase “acordamos vivir”, que se refiere al decir de las mujeres zapatistas: “acordamos vivir, y como para nosotras vivir es luchar, pues acordamos luchar cada quien, según su modo, su lugar y su tiempo”.

Referencias

- ACADEMIA JINEOLOJÎ. *Matar y transformar al hombre dominante*. Qamishlo: Instituto Andrea Wolf, 2021.
- ASLAN, Azize. *Economía anticapitalista en Rojava: las contradicciones de la revolución en la lucha kurda*. Mexico: Bajo Tierra y Buap, 2022.
- ASLAN, Azize. “Casa por Casa” la Autonomía Kurda. *Desinformémonos*, 23 nov. 2021. Disponible en: <https://desinformemonos.org/casa-por-casa-la-autonomia-kurda/>. Acceso: 03 dic. 2024
- BUCK-MORSS, Susana. Theorizing today: the post-Soviet condition. *Log*, n. 11, p. 23-31, 2008. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/41765180>. Acceso: 03 dic. 2024.
- CAUL, Miki. Women’s representation in Parliament: the role of political parties. *Party Politics*, v. 5, n. 1, p. 79-98, 1999. Disponible en: <https://doi.org/10.1177/1354068899005001005>. Acceso: 03 dic. 2024.
- CHIRIX, Emma. *Cuerpos, sexualidad y pensamiento maya*. Chiapas: Librería La Cosecha, 2021.
- DIRIK, Dilar. *The Kurdish Women’s Movement history, theory, practice*. London: Pluto Press, 2022.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. El ‘valor de uso’: ontología y semiótica. In: ECHEVERRÍA, Bolívar. *Valor de uso y utopía*. México: Siglo XXI, 1998. p. 153-197.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. Lo político y la política. *Chiapas*, n. 3, 1996. Disponible en: <https://www.revis->

tachiapas.org/No3/ch3echeverria.html. Acceso: 03 dic. 2024.

GALINDO, María. *Feminismo urgente: ¡A Despatriarcalizar!* Bolivia: Lavaca, 2021.

GARZAN, Rojin. *Dîroka Tevgera Jinen Azad*. Qandil: Matbaya Azadî, 2015.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. *Cartas a mis hermanas más jóvenes*. Amistad política entre mujeres. México: Bajo Tierra, 2022. Vol. 2.

INCLÁN, Daniel; LINSALATA, Lucía; MILLÁN, Mágina. Apuesta por el “valor de uso”: aproximación a la arquitectónica del pensamiento de Bolívar Echeverría. *Revista de Ciencias Sociales*, n. 42, p. 19-32, 2012. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50923318002>. Acceso: 03 dic. 2024.

INSTITUTO ANDREA WOLF. *Mujer, Vida, Libertad*. Desde el corazón del movimiento de mujeres libres de Kurdistan. Barcelona: Descontrol, 2020.

JINEOLOGY ACADEMY. *Jineolojiye Giriş (Introduction to Jineoloji)*. Istanbul: Aram, 2015.

KIŞANAK, Gulten. *Kürt Siyasetinin Mor Rengi*. Ankara: Dipnot, 2018.

KLEIN, Hilary. *Compañeras: historias de las mujeres zapatistas*. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones; Red de Solidaridad con Chiapas; El Colectivo, 2019.

LAS MUJERES ZAPATISTAS. *Carta de las zapatistas a las mujeres que luchan en el mundo*. 2019. Disponible en: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/02/11/carta-de-las-zapatistas-a-las-mujeres-que-luchan-en-el-mundo/>. Acceso: 03 dic. 2024.

LAS MUJERES ZAPATISTAS. *Palabras de inauguración del Primer Encuentro Internacional, Político y Cultural de Mujeres que Luchan*. 2018. Disponible en: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2018/03/08/palabras-a-nombre-de-las-mujeres-zapatistas-al-inicio-del-primer-encuentro-internacional-politico-artistico-deportivo-y-cultural-de-mujeres-que-luchan/>. Acceso: 03 dic. 2024.

LENKESDORF, Carlos. *Aprender a escuchar enseñanzas maya tojolobales*. México: Plaza y Valdés, 2008.

MARCOS, Silvia. Feminismos en camino descolonial. In: MILLÁN, Mágina. *Más allá del feminismo: caminos para andar*. México, D.F.: Red de Feminismos Descoloniales, 2014. p. 15-34.

MILLÁN, Mágina. *Des-ordenando el género, ¿des-centrando la Nación?* El Zapatismo de las mujeres indígenas y sus consecuencias. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014a.

MILLÁN, Mágina. *Más allá del feminismo: caminos para andar*. México: Red de Feminismos Descoloniales, 2014b.

MUJERES DEL EZLN. *Participación de las mujeres en el gobierno autónomo*. Cuaderno de texto de primer grado del curso de «La Libertad según l@s Zapatistas». Chiapas: EZLN, 2015.

ÖCALAN, Abdullah. *Liberar la vida: la revolución de las mujeres kurdas*. Colonia: International Initiative Edition, 2013.

ÖCALAN, Abdullah. *Demokratik Toplum Manifestosu: Özgürlük Sosyolojisi*. Weşanên Serxwebûn 149, 2009. Vol. III.

ÖCALAN, Abdullah. *Ortadoğu YAJK Konferansı Çözümlemeleri*. Qandil: Özgür Kadın Akademisi Yayınları, 1998.

ÖCALAN, Abdullah. *PKK 5. Kongresine Sunulan Politik Rapor*. Köln: Serxwebun, 1995.

ÖCALAN, Abdullah. *Kürdistan'da Kadın ve Aile*. Kurdistan: Weşanên Serxwebûn, 1986.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *La subversión feminista de la economía*. El conflicto entre capital y vida. Madrid: Traficante de Sueños, 2014.

PKK. PKK Kuruluş Bildirgesi. *Weşanen Serxwebûn* 25. Serxwebûn, 28 nov. 1978.

ROVIRA, Guiomar. *Mujeres de maíz*. México: Era, 1997.

SCOTT, Joan W. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (Comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: Pueg, 1996. p. 265-302.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. *Según nuestro calendario, la historia del EZLN, previa al inicio de la guerra, tuvo 7 etapas*. 10 nov. 2003. Disponible en: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/11/10/subcomandante-marcos-segun-nuestro-calendario-la-historia-del-ezln-previa-al-inicio-de-la-guerra-tuvo-7-etapas/>. Acceso: 03 dic. 2024.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. *La historia de los espejos*. 9 jun. 1995 Disponible en: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/06/09/la-historia-de-los-espejos-durito-iv-el-neoliberalismo-y-el-sistema-de-partido-de-estado-durito-v/>. Acceso: 03 dic. 2024.

ZIBECHI, Raúl. *Mundos otros y pueblos en movimiento*. Debates sobre anti-colonialismo y transición en América Latina. México: Libertad Bajo Palabra, 2022.

El Racismo del salario: experiencias de racialización de mujeres indígenas trabajadoras domésticas de los Altos de Chiapas

Astrid Yulieth Cuero Montenegro*

Resumen: En este artículo, abordo el carácter racializado del trabajo doméstico remunerado ejercido por un grupo de trabajadoras indígenas de los Altos de Chiapas – México. En primer lugar, presento el marco teórico relacionado con los feminismos negros, antirracistas y descoloniales que nos permiten comprender la jerarquía racial entre el trabajo reproductivo no pagado y el trabajo doméstico remunerado. En segundo lugar, presento y analizo las experiencias laborales de un grupo de trabajadoras indígenas de los Altos de Chiapas que están marcadas por lo que denomino el racismo del salario y las violencias sexistas racializadas relacionadas con el modelo de servidumbre de herencia colonial. Finalmente, expongo las principales conclusiones en torno a la forma como las condiciones de trabajo de estas mujeres indígenas responden a formas de apropiación racializada de sus cuerpos y subjetividades en el servicio doméstico remunerado.

Palabras clave: Trabajo doméstico remunerado. Trabajo del hogar. Racismo salarial. Feminismo antirracista. Feminismo descolonial.

Resumo: Neste artigo abordo o caráter racializado do trabalho doméstico remunerado realizado por um grupo de trabalhadoras indígenas das Terras Altas de Chiapas – México. Primeiramente, apresento o referencial teórico relacionado aos feminismos negros, antirracistas e decoloniais que nos permitem compreender a hierarquia racial entre o trabalho reprodutivo não remunerado e o trabalho doméstico remunerado. Em segundo lugar, apresento e analiso as experiências de trabalho de um grupo de trabalhadores indígenas das Terras Altas de Chiapas que são marcados pelo que chamo de racismo salarial e violência sexista racializada relacionada ao modelo de servidão da herança colonial. Por fim, apresento as principais conclusões sobre a forma como as condições de trabalho dessas mulheres indígenas respondem às formas de apropriação racializada de seus corpos e subjetividades no serviço doméstico remunerado.

Palavras-chave: Trabalho doméstico remunerado. Trabalho doméstico. Racismo salarial. Feminismo antirracista. Feminismo decolonial.

Abstract: In this article, I address the racialized nature of paid domestic work carried out by a group of indigenous workers from the Highlands of Chiapas – Mexico. First, I present the theoretical framework related to black, anti-racist and decolonial feminisms that allow us to understand the racial hierarchy between unpaid reproductive work and paid domestic work. Secondly, I present and analyze the work experiences of a group of indigenous workers from the Highlands of Chiapas who are marked by what I call wage racism and racialized sexist violence related to the servitude model of colonial heritage. Finally, I present the main conclusions regarding the way in which the working conditions of these indigenous women respond to forms of racialized appropriation of their bodies and subjectivities in paid domestic service.

Keywords: Paid domestic work. Housework. Wage racism. Anti-racist feminism. Decolonial feminism.

* Doctoranda en el posgrado en Estudios e Intervención Feminista del Cesmecha-Unicach de San Cristóbal de las Casas, (Chiapas-México). Maestra en Estudios Sociales de la Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Iztapalapa (UAM-I)

Introducción

Este artículo está basado en la investigación de tesis doctoral realizada entre 2016 a 2019 titulada “Trabajo del Hogar y Subjetivación Política. Una Experiencia de Intervención Feminista Antirracista con el Colectivo CEDACH¹”, donde abordé los procesos de subjetivación política de un grupo de mujeres indígenas de los Altos de Chiapas que ejercen el trabajo doméstico remunerado. En este artículo me centraré principalmente en mostrar el carácter eminentemente racializado del trabajo doméstico remunerado que realizan estas mujeres indígenas, analizar sus condiciones laborales y modalidades de trabajo y las violencias sexuales racializadas a las que se enfrentan en este tipo de trabajo. Para ello iniciaré por presentar los aportes de las teorías feministas antirracistas y descoloniales que permiten abordar y comprender el trabajo doméstico remunerado como un trabajo racializado. Posteriormente, presentaré brevemente las trayectorias laborales de un grupo de mujeres indígenas de los Altos de Chiapas que se dedican al trabajo del hogar remunerado, destacando como los procesos de racialización han definido y configurado sus experiencias de maltrato, discriminación, el criterio racista para definir sus salarios, la violación de sus derechos laborales, las violencias sexuales racializadas y sobre todo las formas de apropiabilidad y condiciones de no humanidad que, -como parte de los procesos de colonialidad del ser y del poder-, se han ejercido sobre sus subjetividades. De igual manera, también mostraré los procesos de resistencia que han desarrollado para poner límites a esos procesos de colonización de su ser y apropiación de sus subjetividades con el fin de reclamarse y constituirse como sujetas políticas en cuanto sujetas oprimidas resistentes.

1. El Racismo del salario: aproximaciones teóricas feministas antirracistas y descoloniales al carácter racializado del trabajo doméstico remunerado

Los feminismos negros, antirracistas y descoloniales han sido pioneros en abordar el carácter racializado del trabajo doméstico remunerado y los criterios racistas con los que se ha fijado el salario en este tipo de trabajo. Teóricas feministas negras e intelectuales indígenas como Angela Davis (2004), bell hooks (2004), Aura Cumes (2014a) y Emma Chirix (2013) han mostrado que el trabajo doméstico remunerado

1 Colectivo de Empleadas Domésticas de los Altos de Chiapas. Este colectivo fue creado en el año 2009, se conformó como Asociación Civil en el año 2010, por lo que lleva más de 24 años dedicándose a la defensa de los derechos laborales y a desarrollar procesos de alfabetización con trabajadoras del hogar indígenas residentes y originarias de los Altos de Chiapas (México).

ha sido ejercido principalmente por mujeres racializadas, negras e indígenas, tanto en el contexto estadounidense como en el latinoamericano. Las feministas negras estadounidenses como Davis (2004) y hooks (2004), dieron cuenta de que la principal forma de trabajo que encontraron las mujeres negras una vez abolida la institución de la esclavitud fue el trabajo doméstico remunerado. En este sentido, puede afirmarse que el trabajo doméstico remunerado contemporáneo es un trabajo eminentemente racializado, no solo porque sea ejercido principalmente por mujeres racializadas, sino sobre todo porque sus bases materiales y simbólicas están asentadas en la división racial del trabajo configurada en los modelos de esclavitud y servidumbre de carácter colonial.

La división racial del trabajo se inaugura con el colonialismo europeo en América, que configuró la colonialidad del ser basada en la división mente/cuerpo y definió los procesos de racialización de los grupos humanos colonizados siendo asociados a una condición de no humanidad y considerados como propios del orden de la naturaleza. Esto quiere decir, que las personas racializadas como negras e indígenas, fueron consideradas como cuerpos explotables, bestias trabajadoras, sin alma, animalizadas, y definidas por debajo de la línea de lo humano. Por oposición, las personas que gozaron de privilegios de raza (europeos y descendientes de europeos) fueron consideradas como sujetos pensantes, con alma, humanizadas, y como propias del ámbito de la cultura y la civilización (Grosfoguel, 2022, Lugones, 2008, Chirix, 2013). Por tanto, ser racializado, significa ser un sujeto explotable y despojable, por lo que puede afirmarse que la invención de la idea de raza como parámetro de clasificación social impone la primera forma de jerarquización para justificar la explotación del trabajo, cuerpos y subjetividades de los hombres y mujeres negros e indígenas, mucho antes que el género y la clase social. En específico, las mujeres racializadas fueron consideradas más cuerpo que mente, más naturaleza que civilización, más bestialidad que razón, y más infrahumanos que humanos (Quijano, 2014, Lugones, 2008).

Si las mujeres racializadas, negras e indígenas, fueron asignadas a la condición de servidumbre y esclavitud, es porque no fueron consideradas como humanas que merecían un trato considerado. Estas mujeres no solo fueron explotadas en su fuerza de trabajo, sino en toda su unidad material productiva, en sus dimensiones corporales y subjetivas. No solo fueron obligadas a trabajar en condiciones de igualdad de explotación con los hombres racializados en las plantaciones y en las minas, sino que su trabajo reproductivo también fue explotado. Las mujeres negras e indígenas fueron usadas como hembras reproductoras de esclavos y de mano de obra, al mismo tiempo que se explotó su trabajo de limpieza, crianza y alimentación. De manera que, la racialización del trabajo doméstico y de servidumbre inicia dentro de la casa

del amo en la plantación, en las haciendas, donde las mujeres negras e indígenas no recibían ninguna clase de pago por ello, pues estaban en condición de esclavitud, como parte de la servidumbre, y luego serían convertidas en trabajadoras domésticas remuneradas con pagos por debajo de los niveles del régimen asalariado. Por tanto, el trabajo doméstico remunerado es un trabajo configurado dentro de los procesos de colonización europea en América, de genocidio y sometimiento de los pueblos indígenas y de esclavización de los descendientes de africanos en este mismo territorio (Davis, 2004, Quijano, 2014).

Angela Davis está argumenta acertadamente que la abolición la esclavitud en los Estados Unidos no impidió que las mujeres negras, se siguieran empleando durante muchos años en el trabajo doméstico remunerado, como consecuencia de una sociedad racista, que las continuó relegando al trabajo de servidumbre bajo el sistema capitalista. La imagen y condición material de bestia de carga que estas mujeres negras y otras mujeres racializadas como las indígenas, portaron desde el proceso de colonización europea en América, sobrevive todavía y continúa vigente (Davis, 2004, p. 234-235). Y esa condición de no humana, de no mujer femenina de las mujeres racializadas, las sigue ubicando en el servicio doméstico, dirigido a satisfacer principalmente las necesidades de mujeres blancas con privilegios de clase. Entonces, en estas condiciones el trabajo o servicio doméstico remunerado que han realizado las mujeres negras, pero que es extensivo a las mujeres racializadas, incluidas las mujeres indígenas, es un trabajo no solo feminizado, sino que está profundamente racializado.

A diferencia de lo que han planteado los feminismos occidentales eurocentrados y blancos, la desigualdad o subordinación de las mujeres racializadas en el servicio doméstico remunerado no está configurada sobre la base de la división sexual del trabajo, o sobre su opresión de género, sino que está afincada en su experiencia imbricada de opresión simultánea en torno a la raza, la clase y el sexo, en donde sin duda el peso de la racialización juega un papel fundamental. Con respecto a la experiencia de las mujeres indígenas, Aura Cumes (2014a) investigadora maya kaqchiquel con una postura más anticolonial, cercana a la antropología de la dominación y a los estudios mayas, plantea un acercamiento al trabajo doméstico remunerado, comprendiéndolo no solo como una ocupación sino como parte de una institución de servidumbre de larga duración. La institución de la servidumbre surgió dentro de la institución colonial patriarcal entendida como un orden social en que los indígenas como sujetos racializados fueron despojados, apropiados y sometidos a estar en función y al servicio de los colonizadores europeos y sus descendientes.

Lo clave del planteamiento de Cumes (2014a), es que considera que el objetivo de la institución colonial de servidumbre no radicaba solo en el interés de controlar

el trabajo de los hombres y mujeres indígenas, sino sobre todo en controlar su vida misma. Lo que se apropia es la subjetividad entera de las mujeres indígenas que se dedican al servicio doméstico. Cumes pone el acento en la condición colonial y de racialización que llevó a que las mujeres indígenas fueran convertidas en sirvientas simbólica e ideológicamente, y a que sigan estando asociadas a esta condición como si se tratara de su identidad esencial, como si nacieran y estuvieran destinadas a serlo (Cumes, 2014a, p. 11-12).

Este concepto de la apropiación subjetiva de las mujeres indígenas que usa Cumes es similar al planteamiento conceptual de las relaciones de sexaje que proponen las feministas materialistas francesas como Mathieu (2005), Guillaumin (2005), Tabet (2005) o Delphy (1985). Para esta corriente feminista, las relaciones de sexaje son una forma de apropiación de las mujeres en cuanto clase. Son relaciones sociales en las que las mujeres son reducidas al estado de unidad material apropiada, y no como simples portadoras de fuerza de trabajo (Guillaumin, 2005: 31-38 y 53). Las mujeres a diferencia del obrero industrial clásico no tienen como última cosa que vender su fuerza de trabajo, ellas son apropiadas en su corporeidad total, como los esclavizados de origen africano en América. Las mujeres son apropiadas en su propiedad física, no como fuerza de trabajo, ya que lo que se apropia no es medible y vendible en cantidades o intercambiable. La apropiación material del cuerpo de las mujeres, se produce de forma colectiva e individual por la clase de los hombres (Delphy, 1985).

Esto significa que el trabajo reproductivo que realizan las mujeres se encuentra por fuera del universo del contrato como la esclavitud. Y por eso el contrato de apropiación individual del matrimonio, oculta y a la vez revela esta realidad. Por tanto, la relación de sexaje no es una mera relación de mercado (existe una línea de continuidad entre la apropiación individual y colectiva (en el mercado de trabajo). Aunque vendan su fuerza de trabajo en el mercado, la apropiación permanece porque ese trabajo se considera desvalorizado justo porque está sustentado en la apropiación individual, y por eso, aunque reciban un salario se tiende a considerar que sigue siendo un no trabajo y los salarios tienden a no ser propiamente salarios integrales o a ser muy bajos (Guillaumin, 2005, p. 52-61; Mathieu, 2005; Tabet, 2005).

En diálogo y discusión con esta perspectiva del feminismo materialista francés, aclaro que Aura Cumes no concibe a las mujeres indígenas como clase de sexo, y que aunque no usa esta terminología, permitiéndome la analogía libre, de lo que estaría hablando Cumes es de que las mujeres indígenas constituyen una clase racializada, ya que no fueron apropiadas de manera aislada, sino junto con los hombres indígenas. Tal apropiación los dejó en una condición de despojabilidad, y de colonización de su ser y de sus subjetividades, que permitió relegarlos al ámbito de la servidumbre

bajo el modelo de la encomienda. Cuando Cumes, desde la experiencia guatemalteca, analiza el por qué las mujeres indígenas son constante y automáticamente igualadas a la condición de ser sirvientas, ella encuentra que esto no solo tiene que ver con un proceso de estereotipación, sino ante todo con un imaginario, es decir con un deseo de sometimiento. Para la autora, ese deseo de sometimiento refleja el lugar que la historia de los procesos de despojo colonial le impuso a las mujeres indígenas, lo que llevó a que fueran construidas con identidad de sirvientas (Cumes, 2014a, p. 28-30). Considerarlas como sujetos apropiables, como servidumbre, configura su no humanidad, su proceso de animalización. Las mujeres indígenas como clase racializada, son entonces apropiadas tanto material como simbólicamente, por lo que continúan siendo asignadas al imaginario de sometimiento que las sigue asociando al trabajo doméstico remunerado como herencia colonial de la institución de la servidumbre.

Por su parte, María Lugones (2008), en una línea similar a Cumes, pero poniendo más el acento en la colonialidad del género, va a mostrar que tanto hombres como mujeres racializados fueron subordinados, siendo asignados a la marca del sexo como construcción ideológica naturalizada y racializada (machos y hembras), mientras que a los hombres y mujeres blancos descendientes de europeos se les asignó el género como categoría ideológica referente al estatus de humanidad y civilización. Lugones muestra que tanto el sexo como el género son construcciones históricas que se produjeron en el marco de relaciones de colonialidad del poder, en su variante de la colonialidad del género. La autora argumenta que el género fue una construcción colonial, ya que antes de los procesos de colonización no existían relaciones patriarcales ni una idea de género (como las teorizadas por occidente). La colonialidad del género no solo remite a la jerarquía hombre y mujer (en cuanto al sexo y el género), sino también a la jerarquía entre lo humano y no humano, donde hombres y mujeres racializadas/os fueron considerados no humanos (Lugones, 2008, p. 81-82). Este aporte desde el feminismo decolonial permite comprender que en el trabajo doméstico remunerado subsisten formas de servidumbre que se enmarcan dentro de la colonialidad del género, y que han ubicado a los cuerpos racializados de mujeres indígenas y negras, en una relación de subordinación, no sólo frente a los hombres blancos burgueses y algunos racializados, sino también, y de manera más frecuente, frente a las mujeres blancas burguesas o de clase media.

Por tanto, son los procesos de racialización que impusieron la colonialidad del género, derivados del colonialismo y la esclavitud colonial, los que explica para el contexto latinoamericano y caribeño que el trabajo doméstico, aunque sea remunerado, siga teniendo una condición subvalorada, que no sea bien pagado. El que no sea bien pagado se explica porque como lo plantea Davis, el criterio para fijar el salario o

los montos de pago, sigue siendo racista (Davis, 2004, p. 120). Por eso, hay un amplio margen de ambigüedad que permite prácticas de abuso, como el hecho de que cuando estas trabajadoras son niñas y muy jóvenes no se les pague, o trabajen a cambio de vivienda y comida, que se les pague en especie, o que el pago se encuentre muy por debajo de los niveles fijados por las leyes laborales nacionales. Esta subvaloración no solo se explica porque como lo plantea el feminismo clásico de corte occidental, (más hegemónico y centrado principalmente en la experiencia de mujeres blancas), el trabajo reproductivo inferiorizado por relaciones de desigualdad de género se encuentre al servicio del trabajo productivo asalariado, sino porque ese trabajo doméstico remunerado-racializado sostiene las vidas que están liberadas de hacer estas labores, ya sea que se trate de amas de casa acomodadas, mujeres profesionales y hombres privilegiados y asalariados.

El racismo del salario implica que no solo a las mujeres racializadas que desempeñan este trabajo se les paga un bajo salario que está por debajo de los estándares del régimen asalariado, o que incluso ni siquiera reciben un pago en términos monetarios, sino que las mujeres blancas y mestizas pobres que son trabajadoras del hogar remuneradas también reciben salarios fijados por este criterio racista. Que el salario para el trabajo doméstico remunerado sea fijado con estos criterios racistas es precisamente lo que lo caracteriza como un trabajo profundamente racializado. Así que mujeres mestizas pobres al ejercer este tipo de trabajo también son afectadas por sus procesos de racialización. El racismo del salario se opone al patriarcado del salario, conceptualización propuesta por feministas como Silvia Federici (2018), en tanto, ambos responden a formas de estructuración distintas del trabajo reproductivo pagado y el no pagado. El racismo del salario es propio de las relaciones sociales que estructuran el trabajo doméstico remunerado, ejercido principalmente por mujeres racializadas que trabajan para hombres y mujeres blancas. Mientras que el patriarcado del salario está definido por las relaciones sociales que configuran el trabajo reproductivo no pagado, es decir, el que es ejercido por el ama de casa clásica para su esposo e hijos o por alguna otra mujer miembro de una familia.

En tanto el trabajo doméstico que realizan estas mujeres no es pagado, esto las deja en una condición de dependencia respecto al salario o los salarios que reciben los hombres del hogar, llámese esposo, padre, hermano o hijos. Fijar el salario con un criterio patriarcal, implicó designar a los hombres como únicos y principales proveedores, lo que conllevó a la degradación social de las mujeres que imposibilitó a la gran mayoría obtener un salario. Esto las dejó en una situación de dependencia económica respecto a los hombres, y la apropiación por parte de éstos de su trabajo. De igual forma, el patriarcado del salario, también es extensivo a la experiencia de las mujeres

que logran ingresar al mercado de trabajo, ya sea proletariándose, ingresando al trabajo asalariado fabril o al trabajo doméstico remunerado, ya que su salario va a ser considerado marginal, por tanto, su trabajo vale menos, lo cual las sigue dejando en la dependencia económica (Federici, 2018, p. 125 y 166; Scott, 1993, p. 414).

Así que sintetizando los aportes ya expuestos desde las teorías feministas antirracistas, feministas negras, descoloniales, anticoloniales y de las intelectuales indígenas, el trabajo doméstico remunerado se caracteriza porque está configurado en una posición de inferioridad jerárquica frente al trabajo reproductivo que se realiza de manera gratuita. Se trata de una inferioridad tanto simbólica como material, en tanto es una forma de trabajo que no solo deriva de la división sexual del trabajo, sino sobre todo de la división racial del trabajo impuesta con el proceso de colonialismo europeo en América. El trabajo doméstico remunerado es un trabajo fundamentalmente racializado, realizado por mujeres que fueron animalizadas, consideradas bestias de carga y no humanas y que no portaban el estatus de la feminidad. El ama de casa blanca de clase alta o de clase media, goza del estatus de la feminidad en su condición de esposa y madre. Aunque esté expuesta a controles patriarcales y a la explotación de su trabajo por su esposo u otros miembros de su familia, puede gozar de mejores condiciones materiales por su posición de clase y de un estatus simbólico en términos afectivos y de humanidad por sus privilegios de blanquitud (Davis, 2004, hooks, 2004).

Además, como señala Cumes (2014b), el trabajo doméstico remunerado reproduce una forma de apropiación subjetiva de las mujeres indígenas, lo que implica que siguen siendo tratadas como servidumbre, y no como fuerza de trabajo. Si el trabajo reproductivo no pagado de acuerdo con las teorías feministas clásicas hegemónicas estaría definido principalmente por el sistema patriarcal, el trabajo doméstico remunerado estaría definido principalmente por el entrecruce entre los sistemas patriarcal, capitalista y sobre todo racista. Donde el peso de la raza marca la gran diferencia. El servicio doméstico remunerado se configuró en las relaciones de servidumbre colonial impuestas a las mujeres indígenas y en los procesos de esclavización de las mujeres negras.

Los aportes de Davis (2004), hooks (2004), Cumes (2014a), Mendoza (2010) y Lugones (2008), como parte de un conjunto de teorías que podemos nombrar como feminismo antirracista, muestran claramente que la relación que une al trabajo reproductivo no pagado y el trabajo doméstico remunerado es una relación de jerarquía, una relación de inferioridad y superioridad, una relación donde la división sexual del trabajo se complejiza, y se articula con la división racial del trabajo. Inspirándome en estos análisis considero que mi aporte al campo de los estudios feministas, es mostrar que el trabajo doméstico remunerado está definido por una división sexual-raciali-

zada del trabajo, si se me permite proponer este concepto, que estructura la jerarquía entre el trabajo reproductivo no pagado y el trabajo del hogar remunerado, e inferioriza a este último respecto del primero. Lo que sostengo entonces, es que responden a formas diferentes de estructuración de las relaciones sociales de poder y dominación tanto al interior de las familias y hogares, como en lo que concierne a su relación con el trabajo productivo asalariado capitalista.

Considero, que el trabajo doméstico remunerado responde a la experiencia histórica de opresión imbricada en torno a los procesos de clasificación de las mujeres negras e indígenas, con base en la raza, la clase, el sexo y la sexualidad. Este trabajo excede la subordinación de género que se supone define el trabajo doméstico no pagado, realizado por mujeres con privilegios de clase y raza. Mujeres privilegiadas, que además, pueden desentenderse de este trabajo e incluso incorporarse al trabajo asalariado contratando a una mujer racializada que lo hace recibiendo un pago, pero que como ya señaló Davis (2004), es un pago que responde a un criterio racista. Si como señala Federici (2018), el trabajo doméstico no pagado responde al patriarcado del salario, en tanto el trabajo asalariado fue definido como fundamentalmente masculino, y se requiere del trabajo gratuito de las mujeres o amas de casa para sostenerlo, propongo que el trabajo doméstico remunerado responde al racismo del salario, porque el pago que las mujeres racializadas reciben por realizar este trabajo no implica realmente un salario, en tanto se encuentra por fuera del régimen asalariado. Y porque sostiene el trabajo asalariado no solo de hombres, sino también de mujeres blancas.

Así que apoyándome en Brenny Mendoza (2010), puedo afirmar que los trabajos racializados son trabajos no asalariados, y los trabajos asalariados son realizados principalmente por personas no racializadas. Mendoza plantea que efectivamente la invención de la raza implicó la división del trabajo entre trabajo libre asalariado, reservado inicialmente para hombres blancos europeos, y trabajo no libre (esclavitud y servidumbre), reservado para hombres y mujeres racializadas (negros e indígenas). Brenny Mendoza va mucho más allá que Quijano y argumenta con gran claridad, que una vez terminado el colonialismo europeo en América y con la emergencia del capitalismo industrial en Inglaterra y Estados Unidos, el trabajo asalariado se generalizó y se reservó principalmente para hombres blancos, aunque fueran pobres. Esto llevó a la consolidación de lo que Mendoza nombra como un pacto social de género entre capitalistas y obreros que les dio estatus de ciudadanía, vía el trabajo asalariado, a costa de la exclusión de los trabajadores racializados del mundo del trabajo asalariado. Las mujeres europeas fueron excluidas inicialmente de ese pacto social de género, pero luego serían integradas también al mundo del trabajo asalariado, aunque en una

posición de inferioridad respecto a los hombres blancos (Mendoza, 2010, p. 25). Sin embargo, hombres y mujeres racializadas siguen estando excluidos y excluidas del mundo del trabajo asalariado de manera generalizada.

Los planteamientos de estas feministas negras, antirracistas y descoloniales respecto al carácter profundamente racializado del trabajo doméstico remunerado, también son coincidentes hasta cierto punto con los planteamientos más recientes de Silvia Federici, quien reconoce que con la Nueva División Internacional del Trabajo, el trabajo doméstico está cada vez más “desexualizado”, ya que se han incrementado los procesos de externalización de los servicios domésticos, desempeñados en su mayoría por personas migrantes racializadas (Federici, 2013). Considero fundamentales estos aportes y planteamientos desde los feminismos negros, antirracistas y descoloniales, para abordar la experiencia laboral y subjetiva de las empleadas domésticas indígenas de los Altos de Chiapas, ubicadas en el sur de México. Estos aportes permiten entender que la experiencia de estas trabajadoras no está producida de manera exclusiva por la clase y sexo, sino también por procesos de clasificación racial, que configuran una jerarquización no solo entre hombres y mujeres, sino también entre las propias mujeres.

Las relaciones laborales del servicio doméstico remunerado, no sólo remiten a las desigualdades de clase y género, sino también a una desigualdad entre las mujeres blancas burguesas o clase media y las mujeres racializadas empobrecidas (negras e indígenas). Por tanto, podemos considerar el trabajo doméstico remunerado que llevan a cabo un grupo de trabajadoras del hogar indígenas en los Altos de Chiapas, como un trabajo altamente sexuado y racializado, en tanto buena parte de quiénes se ocupan en estos empleos son mujeres indígenas o migrantes de otros países, especialmente centroamericanas. El trabajo doméstico en los Altos de Chiapas y el sur de México, se encuentra inscrito en estas relaciones de racialización, colonialidad del poder y de la institución de servidumbre como apropiación no solo de su trabajo, en términos del sexo y sus productos, sino como sujetas racializadas que son apropiadas en su subjetividad entera.

A continuación presentaré el marco de las relaciones sociales y laborales que configuran el trabajo del hogar remunerado ejercido por un grupo de mujeres indígenas de los altos de Chiapas, destacando sus experiencias con las violencias racistas, la vulneración de sus derechos laborales, el racismo del salario y las violencias sexuales racializadas que han vivido a lo largo de sus trayectorias laborales.

2. Trayectorias laborales racializadas de un grupo de trabajadoras del hogar indígenas de los Altos de Chiapas

En este apartado presento el análisis de las trayectorias laborales de las trabajadoras del hogar que integran actualmente el CEDACH (Colectivo de Empleadas Domésticas de los Altos de Chiapas). Conocer brevemente sus historias de vida y las características de sus trayectorias laborales permite entender las condiciones de trabajo y las relaciones laborales racializadas bajo las cuales han trabajado en el Estado de Chiapas. A continuación, se presentan las historias de vida y trayectorias laborales de 6 mujeres indígenas que han hecho parte del equipo de trabajo de Cedach, cuya información fue obtenida principalmente a través de entrevistas en profundidad semi-estructuradas y de talleres realizados por la investigadora con el colectivo. Presento las historias de vida de las compañeras que tienen una trayectoria más larga en el colectivo y que fueron fundadoras del mismo, y luego presento las historias de vida de las compañeras más jóvenes y que tienen menos tiempo de participación en CEDACH. Las mujeres entrevistadas fueron Martina Gómez², Cecilia Morales, Micaela Sántiz, Manuela López, Lupita Sántiz y María. Sus edades oscilan entre los 29 a los 60 años.

Martina Gómez es una mujer indígena de 43 años, separada, nacida en Tzajalá municipio de Ocosingo, tiene dos hijas, actualmente sigue activa en el trabajo doméstico remunerado. Su inserción laboral a este trabajo se produjo a través de la red familiar de una de sus tías quien la llevó a trabajar a Tuxtla Gutiérrez, la capital de Chiapas, siendo todavía una niña de 9 años.

Cecilia Morales es originaria de Tenejapa, y creció con sus abuelos ya que es huérfana por parte de su madre, murió cuando ella tenía más o menos unos 10 años. Luego se fue a vivir junto con sus abuelos a casa de un tío suyo, pero tuvo muchos problemas con la esposa de su tío, ya que recibió varios maltratos y humillaciones de parte de ella. Por esta situación regresa donde su papá, pero este la maltrataba de igual forma, e incluso le amenazaba con machetazos. Y ante esa dura realidad de violencias, se vio obligada a salir de su comunidad entre los 11 o 12 años, y decidió migrar a San Cristóbal de Las Casas para buscar trabajo y otra vida lejos de esos maltratos. Sin embargo, en el trabajo del hogar se vio enfrentada a otro tipo de violencias.

Micaela Sántiz es una mujer de 50 años, originaria de Oxchuc, proveniente de una familia muy empobrecida. Ella es hermana de otra de las integrantes del Cedach, doña Lupita Sántiz. Los padres de Micaela y Lupita son originarios de la comunidad de Crustón, del municipio de Oxchuc. Su familia está integrada por 10 hermanos, 6

2 Los nombres originales de las entrevistadas han sido cambiados conforme a lo que se acostumbra en la investigación social con el fin de proteger la privacidad de las entrevistadas.

hombres y 4 mujeres. Toda su familia era hablante de tzeltal, y se dedicaban al trabajo del campo, de la milpa. Micaela desde niña se dedicaba al trabajo de la milpa, también tejía, buscaba leña y hacía la comida, porque su mamá se dedicaba a cuidar a sus hermanos. Su inserción laboral al trabajo doméstico se da a través de su hermana mayor Lupita quien ya tenía más experiencia trabajando en San Cristóbal de Las Casas. En el caso de Manuela López quien es originaria de una comunidad de Teopisca migró a trabajar por primera vez como empleada doméstica a la capital de Tuxtla Gutiérrez cuando ella tenía diez años en compañía de su prima. Su papá era quien cobraba el salario que a ella le pagaban.

Lupita Santiz es originaria de Oxchuc, y desde muy niña comenzó a trabajar en el campo, en la milpa. Lupita relata que desde los 6 años se levantaba muy temprano, y antes de las 6 de la mañana ya estaba desayunando para ayudar a sus padres en el campo. Desde que tenía 13 años, algunos hombres de su comunidad, mayores que ella, comenzaron a pedirla en casamiento y esto le generaba gran angustia porque ella no quería. La situación de pobreza de su familia era considerable por lo que sus padres querían aceptar estas ofertas de casamiento. Lupita relata que esa fue una situación muy triste para ella y lloraba a escondidas, ya que, si le decía a su papá que no quería aceptar las ofertas, la castigarían. Ella trató de buscar apoyo en su abuelita y finalmente lo encontró en el sacerdote de su comunidad quien se encargó de llamar a su papá para que desistiera de la idea de dar a Lupita en casamiento forzado.

Por su parte, María Sánchez es una mujer indígena de 29 años, vive en unión libre y también nació en el rancho Tzajalá del municipio de Ocosingo. María también se insertó al trabajo doméstico remunerado a los 9 años, a través de su hermana, quien fue por ella a su comunidad y la trajo a San Cristóbal de Las Casas para cuidar a su sobrina. María lleva veintitrés años viviendo en esta ciudad. Pero antes de insertarse al trabajo doméstico remunerado Ana se encargaba de cuidar a su sobrino y de realizar las labores del hogar para su hermana, mientras ésta trabajaba en hogares ajenos. En ese momento, Ana que era una niña tenía que hacer la comida para ella y su sobrino, a pesar de que aún no sabía cocinar muy bien por lo que recibía regaños de su hermana por esto. De igual manera, Ana sufrió violencias cuando llegó a San Cristóbal de Las Casas, por no saber hablar, ni leer ni escribir en español, ya que solo era hablante de tseltal.

2.1. Biografías y Trayectorias Laborales

Para la gran mayoría de las entrevistadas su inserción laboral al trabajo del hogar remunerado inició desde su niñez, en edades que oscilan entre los 8 a los 12 años. Esto

ha sido así incluso con las integrantes del Cedach que pertenecen al grupo etario más joven, es decir, para las menores de 35 años. Sin embargo, es importante remarcar que las condiciones de inserción de las mujeres indígenas mayores de 40 años estuvieron marcadas por una mayor precariedad y por mayores maltratos y violencias físicas y simbólicas de carácter racista, sexista y clasista. Definitivamente hay algunas diferencias entre estos dos grupos etarios, que tienen que ver también con la inserción más rápida al trabajo por horas de las mujeres más jóvenes, a diferencia de las mujeres mayores de 40 años que permanecieron más tiempo en el trabajo de planta. Sin embargo, hay continuidades en las violencias racistas y patriarcales que han vivido ambos grupos etarios, por lo que se podría decir que las mujeres indígenas integrantes del Cedach pertenecen a una misma generación de trabajadoras domésticas.

De igual manera, todas son mujeres indígenas migrantes de comunidades rurales muy empobrecidas de municipios como Oxchuc, Tenejapa o Teopisca y cuya lengua no era el español, sino el tsotsil o el tzeltal. Con la vivencia larga en San Cristóbal de Las Casas, sobre todo de las mujeres mayores, han ido olvidando sus lenguas, pero algunas todavía la conservan. A continuación, voy a presentar algunas de las primeras experiencias laborales de las integrantes del equipo de trabajo del Cedach. Me centraré en las experiencias de algunas de las entrevistadas, en tanto considero son paradigmáticas del carácter racializado del trabajo doméstico remunerado, en cuanto a las situaciones de pobreza familiar, despojo, control y maltratos que implican las condiciones laborales de las mujeres indígenas que se dedican a este trabajo en San Cristóbal, tanto en la modalidad de planta como de entrada por salida.

2.2. Primeras experiencias: La modalidad de planta

Los primeros trabajos que ejercen la mayoría de las trabajadoras del hogar indígenas integrantes del Cedach son en la modalidad de planta, ya que es la modalidad que representa menos barreras a la entrada en este mercado de trabajo para quienes son más jóvenes y sin experiencia. El trabajo en esta modalidad les permite adquirir los conocimientos y habilidades de sus propias patronas o de otras empleadas domésticas mayores y con más experiencia. A medida que alcanzan mayor experiencia y edad, las trabajadoras del hogar tienden a buscar trabajos por horas o en la modalidad de entrada por salida, lo que les da un poco más de independencia y autonomía para negociar de mejor manera sus condiciones laborales y conseguir pareja o formar sus propios hogares y familias. En el caso de la entrevistada Martina, desde su primera experiencia laboral en la ciudad de Tuxtla siendo una niña de aproximadamente 8 años, se enfrentó con varias situaciones de violencia, maltrato y discriminación

sexista-racista, ya que no sabía hablar español, y tampoco sabía hacer todas las actividades que constituyen las labores del trabajo del hogar remunerado. Así lo relata Martina:

“fue muy difícil para mí porque por primera vez salí de mi comunidad, no sabía hablar español, no sabía cocinar, no sabía hacer aseo, nada, entonces este... a golpes me enseñaron [...] este... golpes físicos, psicológicos, porque era puro insulto, también porque eran regañadas, porque tenía que aprender a hablar español, porque no querían que yo hablara mi lengua (tsotsil) [...] me cacheteaba la señora, me cacheteaba y luego cuando no sabía hacer algo me iba a quemar las manos [...] ah, el hijo... el hijo me pegaba también” (Martina Gómez, Entrevista, marzo de 2017).

Martina señala que tales insultos como “inútil, india, tonta, mensa”, se lo decían sobre todo los hijos varones de la patrona para la que trabajaba. Además, era golpeada físicamente tanto por la dueña de casa como por sus hijos. En este primer trabajo al lado de su tía permaneció 3 años, hasta que una de las hijas de su patrona se casó, constituyó un hogar aparte y Martina le pide que la lleve con ella como su empleada, dado que se sentía más cómoda, y que construyó una buena relación con ella. Así es como Martina comienza a trabajar con la hija de su primera patrona a la edad de 12 años y es como comienza a trabajar sola sin la compañía de su tía en este segundo trabajo de su trayectoria laboral. En el caso de la entrevistada Cecilia Morales inicia a trabajar a los 11 años aproximadamente, cuidando niños en San Cristóbal de Las Casas, cuidaba el bebé de una maestra. En sus primeras inserciones laborales sufrió violencias racistas, teniendo que soportar insultos como “esta india no sabe hacer nada”, o que le separaran los cubiertos e incluso la comida. Mientras sus empleadores comían carne mientras a ella le daban solo tortillas, frijoles y huevo. Y justo a causa de estos maltratos, Cecilia prefirió renunciar a esos trabajos para no seguir soportando esas humillaciones.

Micaela Sántiz inicia a trabajar junto con su hermana en un comedor en San Cristóbal de Las Casas, con la intención de ayudar a su familia y a sí misma, siendo todavía una adolescente de 14 o 15 años. La jornada de trabajo iniciaba a las 6am hasta las 2pm o 3pm. Era un comedor donde habían empleados hombres y mujeres. Doña Micaela se dedicaba principalmente a la limpieza, a labores como barrer, trapear o lavar. Ella recuerda que esta primera experiencia laboral fue bastante pesada, ya que sufría maltratos por parte de la patrona y la regañaba si no hacía sus labores con rapidez. Los empleados de este comedor trabajaban de planta, dormían allí mismo todos

juntos en un mismo cuarto y no todos tenían camas, algunos dormían en un petate³. De igual forma, Micaela señala que el salario era muy bajo hacia finales de los ochenta, correspondía con unos 20 o 25 pesos mexicanos al mes. Además, debían aguantar insultos de su patrona, tales como: “que somos unos ignorantes, que no sabemos nada”. Micaela estuvo trabajando durante un año en este primer trabajo.

Manuela López comenzó a trabajar como empleada doméstica a los 9 años en Tuxtla, y fue su padre quien la llevó a trabajar en casa de una señora, donde recibió muchos maltratos. Manuela la recuerda como “muy mala la señora”, en donde le pagaban un salario muy bajo y recibía golpes físicos de su empleadora. Manuela expresa que experimentó violencias y maltratos que podemos nombrar como racistas que tienen que ver con su condición indígena y con la animalización de su cuerpo. Violencias racistas que son expresión de los efectos del colonialismo y la vigencia de la colonialidad del poder y principalmente de la colonialidad del ser y de sus subjetividades. Estas violencias racistas se expresan en el hecho de que cuando Manuela estaba dormida su empleadora la despertaba pegándole con sus pies. Así lo relata Manuela:

“Me levantaban, así... dormía yo en el piso, como éste... y me levantaban con sus pies y sí, me daban también la comida en el patio. Pero, como no sabía yo bien pues éste... hablar ¡pues! Y siempre aguantar. Y de allí llegó una maestra que conocía a mi difunto papá, que si quería yo trabajo con ellos y esté... bueno, le dije. Y salí corriendo otra vez con la señora esa, y no me dejaban salir, pero sí estuve trabajando, con ella” (Manuela López, Autoetnografía colectiva, octubre de 2017).

Lupita Sántiz también migró a San Cristóbal de Las Casas huyendo de la posibilidad de un casamiento forzado y de las largas jornadas de trabajo en la comunidad y la milpa, sin sueldo. Esto la lleva a tomar la decisión de migrar hacia San Cristóbal a cuidar de su sobrina. Inicialmente solo iba a permanecer una semana en esta ciudad, pero durante esa semana conoció a una mujer que le ofreció trabajo como empleada doméstica. Lupita es hablante tseltal y en ese tiempo no sabía hablar el español, por lo que su sobrina tuvo que ayudarle a traducir lo que le decía la señora que le ofreció el trabajo. Lupita tuvo que pedirle permiso a su papá para que la dejara trabajar en San Cristóbal y a través de su hermano quien viajó hasta Oxchuc, le consultó sobre esta decisión. Para escapar de este y otros intentos de casamiento forzado, Lupita se vio obligada a dejar a su familia y aunque al principio tenía grandes expectativas con la residencia en San Cristóbal, luego de años vividos en esta ciudad se encontró con varias violencias en sus primeras experiencias laborales. Su papá le dio el permiso

3 Estera o petate tejido de palma, que se usa en México y otros países centroamericanos para dormir sobre ella.

para trabajar, pero solo por un mes, pero ya al ver que Lupita le aportaba económicamente y que ese dinero les servía, le permitió trabajar de manera permanente en San Cristóbal.

En su primer trabajo en una casa de familia, Lupita sufrió varios maltratos y violencias ya que su patrona la regañaba y le gritaba por no saber hablar el español, lo cual no le permitía entender las instrucciones que ella le daba. Igual tenía que comer en platos aparte de los de la familia. Lupita señala entonces que su sufrimiento no acabó al salir de su comunidad y de la casa de sus padres ya que al llegar a la ciudad de San Cristóbal de Las Casas como empleada doméstica se encontró con otras violencias por parte de sus empleadoras. Este es un fenómeno que se va a repetir en la experiencia de casi todas las integrantes del Cedach. Tal fenómeno podemos nombrarlo como un continuum de violencias en el sentido en que lo propone Ángela Davis (2019), en tanto las violencias que viven en su hogar de origen se conectan y son continuación de las violencias que van a vivir fuera de su hogar, pero que además se profundizan con su inserción al trabajo doméstico remunerado. Lupita vivió estas violencias con frustración pues no sabía cómo enfrentarlas, principalmente porque al no saber hablar el español le costaba defenderse de estos maltratos:

Al igual que sus compañeras, las primeras experiencias laborales de Lupita en el trabajo del hogar se dieron bajo la modalidad de trabajo de planta. La mayoría de las integrantes del Cedach comparten en su experiencia el hecho de provenir de un contexto de despojo en el que crecieron ellas y sus familias en las comunidades rurales de Chiapas, producto de las relaciones de servidumbre instaladas a partir del modelo de la finca hacendaria chiapaneca de herencia colonial (Astorga, 1985, p. 26, 119-121). Estas relaciones de servidumbre no terminaron con el fin del modelo de la hacienda colonial, como ha mostrado Enrique Astorga Lira, el minifundismo es parte integrante de la economía capitalista de los países subdesarrollados. Es decir, para el caso de América Latina, el minifundismo y el latifundismo son parte central de los países con economías dependientes configuradas desde el proceso de colonialismo europeo en esta región. El modelo del minifundio, tal como plantea Astorga Lira, más que caracterizarse por no ser rentable y terminar restringido al autoconsumo, se caracteriza principalmente por estar destinado a producir peones y sirvientas. Chiapas particularmente, ha sido uno de los Estados que más ha producido peones para las fincas y trabajadoras del hogar a nivel nacional. Es importante señalar que estos peones y trabajadoras del hogar remuneradas son hombres y mujeres indígenas. (Astorga, 1985, p. 13-15).

En este sentido, y siguiendo los planteamientos de Cumes (2014a), afirmo que el modelo de la finca hacendaria chiapaneca convirtió a las mujeres indígenas de de-

terminadas comunidades rurales en seres despojados que se ven obligadas a ingresar al modelo de la servidumbre vía el trabajo doméstico remunerado, y al mismo tiempo esas relaciones de servidumbre las convierten en sujetos despojables. Es decir, el ciclo del despojo parece interminable. Precisamente, en los talleres y entrevistas que realizamos durante el proceso de investigación-intervención feminista antirracista, ellas contaron la manera como sus abuelos fueron empobrecidos por esos procesos de despojo, donde otros hacendados o familias con más poder, les robaron sus tierras. Aunque no lo perdieron todo, lo cierto es que grandes extensiones de tierra, quedaron reducidas a pequeñas parcelas y eso sometió a sus familias y comunidades indígenas a procesos de empobrecimiento que luego obligarían tanto a hombres y mujeres a migrar hacia las urbes, en busca de trabajo que les permitiera una sobrevivencia mínima.

La gran mayoría de las veces, las pequeñas parcelas de la economía campesina minifundista no logran cubrir las necesidades básicas familiares, y por ello sus integrantes, incluso siendo muy niños, se ven obligados a migrar como trabajadores agrícolas o trabajadoras del hogar. Esto ha sucedido y sigue sucediendo en Chiapas, tanto en la región del Soconusco como en Los Altos de Chiapas, en las fincas latifundistas herederas de las haciendas cafetaleras (Astorga, 1985, p. 121). En el caso de Chiapas, el modelo minifundista es consecuencia de los despojos de carácter colonial que les han dejado a las familias indígenas, con parcelas pequeñas, a veces bajo el modelo de la milpa, para su propia subsistencia y para vender a bajo precio para el comercio en las ciudades. En el caso de las trabajadoras del hogar integrantes del Cedach, este modelo minifundista las obligaba a una forma de trabajo muy ardua para mantener a todos los miembros de la familia, y en la cual el trabajo de los niños y niñas se vuelve fundamental para lograr el objetivo de la sobrevivencia. Para el caso de Guatemala que comparte muchas similitudes con la realidad de las trabajadoras del hogar chiapanecas, así lo expresa Cumes:

“La pobreza, orfandad, necesidades económicas, la violencia junto a la falta de protección de los padres a las niñas son factores que las mujeres identifican como acontecimientos que han influido en su llegada al trabajo de casa particular. Es determinante el poder de decisión que han tenido los padres o los familiares adultos sobre la vida de las niñas, pero hay otras experiencias en que son las niñas quienes deciden ir a trabajar aún en contra de la voluntad de los padres” (Cumes, 2014a, p. 143).

En el caso de María Sánchez, al igual que en el de Lupita Sántiz, antes de encontrar su primer trabajo se dedicó a apoyar a su hermana en el cuidado de su sobrina y la limpieza de la casa, en tanto su hermana trabajaba como empleada doméstica en otra

casa. Podría decirse que ese apoyo implicó una especie de etapa de aprendizaje de las tareas que se requieren para realizar el trabajo doméstico remunerado. La hermana de María Sánchez ya llevaba veinte años viviendo y trabajando en San Cristóbal de Las Casas, cuando ella tenía 30 años, María tenía tan solo 9 años. María consigue su primer trabajo, a través de su hermana, con una ex-patrona. Su hermana es quien negocia sus condiciones de trabajo ya que tenía más experiencia en el trabajo del hogar remunerado, y porque además sabía hablar español, mientras que María aún no lo aprendía pues su lengua original es el tzeltal⁴.

En este primer trabajo, María solo trabajaba los fines de semana y siendo muy niña comenzó a aprender varios de los quehaceres del hogar para el que trabajaba, se dedicaba principalmente a la limpieza y a hacer mandados, cocinaba poco porque apenas estaba aprendiendo. Por desempeñar estas labores le pagaban un salario muy bajo, aproximadamente unos 20 pesos al mes o a la semana, ya que María no recuerda bien cada cuánto le pagaban. Para María, enfrentarse a esta primera inserción laboral en el trabajo del hogar, significó enfrentarse a violencias racistas y discriminaciones como mujer indígena, como el hecho de tener un cuarto o un baño segregado del resto de la familia. Además, también tuvo que enfrentarse al cambio de la dinámica rural a la urbana, que implicó aprender a moverse en una ciudad como San Cristóbal, siendo una niña y sin saber hablar el español o “la castilla” como lo nombran ellas. Así lo relata María:

“pues lo que yo quizás sufrí... pues discriminación, no, pero de que te dan tu cuarto siempre aislado, ¿no?, tu solo o este es tu baño y tu cuarto ¿no?, pues es solo eso. (...) fue, pues para mí fue difícil una porque no sabía hablar el español, dos, que no conocía la ciudad, otra que no sabía yo leer, con más facilidad me perdía yo, pero no me perdí porque mi hermana me mandó a trabajar con su ex patrona me encerraba con candado tuve que brincar la barda porque me dejaba encerrada, encerrada, encerrada, no, este y si me vine desde allá pero de que mi hermana no dejaba, que me llevó caminando para ir a dejarme y no se me olvidó la calle ahí donde pasamos ahí volví a regresar, ahí volví a llegar yo, pero no me perdí” (María Sánchez, Entrevista, 10 de abril de 2017).

En el relato de María se evidencia lo que supone para una mujer indígena migrante rural llegar a un espacio urbano racializado con una fuerte carga colonial como San Cristóbal de Las Casas y aprender a moverse en esa ciudad. Y las dificultades para

⁴ Las lenguas tzeltal y tsotsil son los idiomas propios de los grupos indígenas del mismo nombre asentados en el Estado de Chiapas, ubicado al sur de México, en la frontera con Guatemala. El tzeltal es hablado principalmente en tierras bajas, mientras que el tsotsil es hablado principalmente en las tierras altas montañosas, más conocidas como los Altos de Chiapas.

aprender a moverse y habitar esta ciudad no tienen que ver solamente con el hecho de aprender a ubicarse en un espacio físico, conocer sus calles, los sitios principales, sino con el hecho de hablar un idioma diferente al español, en el caso de María, el tzeltal, y sentirse violentada por la imposición del español y saberse y sentirse excluida de la lengua hegemónica, la lengua colonial. Este proceso de imposición de la lengua colonial, el español, responde a la colonización de su ser y de sus subjetividades. En términos fanonianos esto las ubica en la zona del no ser (Fanon, 2001), al no poder interlocutar. Pero más que no ser consideradas interlocutoras válidas por la gente no indígena que habla el español, es estar reducidas a la condición de salvajismo, de animalidad, de no ser consideradas humanas y ciudadanas de pleno derecho. Y esto se conecta, además, con el hecho de llegar a desempeñar el trabajo del hogar remunerado, en un contexto donde ese trabajo se realiza en condiciones de servidumbre, -como ya he mostrado-, por la densidad de violencias tanto físicas como psicológicas que han vivido estas mujeres indígenas integrantes del CEDACH en sus primeras experiencias laborales.

Entonces, hasta el momento se puede decir que las primeras experiencias laborales de este grupo de mujeres indígenas, relacionadas con la modalidad de planta, estuvieron marcadas por las desigualdades de clase social, de sexo, pero sobre todo de raza, que configuran y estructuran las relaciones laborales del mercado de trabajo del servicio doméstico remunerado en San Cristóbal de Las Casas, Chiapas. Las entrevistadas señalan que al ser trabajadoras todavía infantiles e inexpertas, se acostumbraba a que sus empleadoras les pagaran en especie, con despensa o simplemente con el hecho de darles vivienda y comida lo cual nos da cuenta de la forma como el salario se establece para estas mujeres indígenas bajo criterios racistas. Sin embargo, las características racializadas de este trabajo y sus consecuentes violencias racistas, no se limitan exclusivamente a los bajos salarios, al pago en especie, o a las largas jornadas de trabajo, sino, sobre todo, a las situaciones de violencia física y psicológica a la que son sometidas las trabajadoras del hogar indígenas chiapanecas en estos lugares de trabajo, que van desde golpes, cachetadas, gritos, insultos, usar utensilios de cocina y espacios de alimentación separados de los que usan los miembros de la familia para la que trabajan. Estas constituyen formas de explotación y de dominación que son expresiones de la colonialidad del ser y del poder y que remiten a relaciones de servidumbre, que como ya he argumentado, son expresión de la concepción y práctica material de la apropiabilidad de los cuerpos y vidas de las mujeres indígenas en cuanto objetos.

2.3. En la búsqueda de un poco más de autonomía: la modalidad de entrada por salida

La modalidad de entrada por salida, es la forma de trabajo por la que prefieren optar las trabajadoras del hogar indígena cuando buscan experimentar mayor autonomía, libertad y flexibilidad en cuanto a jornadas laborales y sobre en cuanto al trato en términos de la relación interpersonal con el empleador o empleadora. Después de las primeras experiencias laborales bajo la modalidad de planta, las entrevistadas optaron buscaron emplearse en trabajos de entrada por salida. La entrevistada María relata que su primera experiencia de entrada por salida llegó después de trabajar para una mujer indígena profesional, originaria de Tenejapa que le ofreció buenas condiciones laborales en la modalidad de trabajo de planta. Además, destaca que recibía de parte de ella un buen trato, en tanto no se vio sometida a humillaciones ni maltratos o violencias de carácter racista. María parece sugerir que el hecho de que su empleadora también fuera indígena hacía que tuviera más empatía con su situación y que por tanto la relación fuera más respetuosa y justa en términos laborales. María estuvo trabajando para esta mujer indígena aproximadamente 3 o 4 años, en la colonia Prudencio Moscoso ubicada en la periferia norte de San Cristóbal, y fue ella quien le enseñó a María a hablar el español, dado que en las primeras negociaciones de trabajo era su hermana quien hablaba por ella. Sin embargo, aunque las condiciones laborales con esta empleadora no eran muy precarias, María ya estaba cansada del trabajo bajo la modalidad de planta y quería comenzar a trabajar bajo la modalidad de entrada por salida:

“si me sentía a gusto trabajando con ella hasta que salí de trabajar con ella, porque así lo decidí tambiénirme de entrada por salida, aunque ella me decía no te vayas que vas a hacer con esa su amiga que ya está mucho más grande que tú, tú tienes 14 años no, si me decía que no me fuera que me iban a echar a perder en la calle, tomé la decisión de irme de ahí, porqué como, bueno me lo contaba bien bonito mi amiga no, que bien padre que trabajar de entrada por salida vas a ganar más, aquí estas encerrada y te paga muy poco y es más de planta no, entonces si lo pensé, no, voy a ganar más” (María Sánchez, Entrevista, 27 de marzo 2017).

María conoció a una amiga originaria de Altamirano que llevaba mucho más tiempo viviendo y trabajando en San Cristóbal de Las Casas en la modalidad de entrada por salida y quien le propuso que se buscara un nuevo trabajo en esta modalidad, para que saliera del encierro del trabajo de planta y tuviera más posibilidades de tener un salario más alto. A pesar de que su empleadora de Tenejapa no quería que dejara de trabajar para ella, María decidió buscar en la modalidad de entrada por

salida. Sin embargo, primero pasó por la experiencia de trabajar en un asilo de ancianos dirigido por monjas, y esa experiencia la marcó suficientemente para decidirse a dejar definitivamente el trabajo de planta y entrar al trabajo por horas, es decir, de entrada por salida. Fue así como se encontró con una empleadora que le dio la oportunidad de tomar clases de alfabetización con su mamá. Los horarios de trabajo de María iban de 7am a 4pm, y asistía a las clases de alfabetización de 5pm a 7pm, obtenía un salario de 600 pesos mexicano al mes, lo que implicó para ella una mejora significativa en sus condiciones laborales.

Las trayectorias laborales de las mujeres indígenas entrevistadas integrantes del Cedach muestran entonces que las redes familiares han sido muy importantes para ingresar al mercado laboral del trabajo doméstico remunerado en San Cristóbal de Las Casas. Estas redes familiares les brindaron apoyo y conocimientos sobre un espacio laboral que ellas no conocían o conocían muy poco. Además, su ingreso a este mercado de trabajo lo realizan a una edad muy temprana, teniendo en cuenta que ambas eran solo unas niñas. Por otra parte, tanto Martina como María vienen de hogares muy pobres, lo que a una corta edad las obligó no solo a ellas sino también a sus hermanos a migrar y buscar otras condiciones de existencia. De igual forma, las primeras experiencias laborales están configuradas en torno a situaciones de violencia racista, sexista y clasista, que definen los bajos salarios que ganaban en sus primeras experiencias laborales. En el caso de María en su primer trabajo llegó a ganar 20 pesos al mes en el año 1997, aproximadamente.

Todas las entrevistadas expresan haber vivido experiencias de abusos sexuales y acosos, que nombro como violencias sexuales racializadas. En la mayoría de los casos, estas experiencias de abuso y acoso sexual racializado fueron el principal motivo para que abandonaran los hogares para los que trabajaban. En síntesis, podemos decir que estas primeras experiencias laborales estuvieron marcadas por las motivaciones de las integrantes del CEDACH, relacionadas con la necesidad de escapar de situaciones de marcada violencia patriarcal y racista en sus familias, como casamientos forzados, maltratos físicos de los padres, dinámicas de trabajo en el campo con cargas fuertes, entre otras. En el caso de los casamientos forzados a temprana edad de adolescentes y mujeres indígenas, que considero hacen parte de los legados coloniales impuestos sobre la población indígena por los colonizadores europeos y que serían interiorizados posteriormente por algunas comunidades de Chiapas como forma de sobrevivencia y que aún hoy continúan vigentes.

2.3 Relaciones Laborales Racializadas en un Contexto Total Racializado

A partir de la reconstrucción de las historias de vida de las integrantes del colectivo Cedach, puedo concluir que la precariedad de las condiciones de trabajo en relaciones laborales de carácter racista, sexista y clasista, está sustentada en la vigencia de las relaciones de servidumbre colonial en el contexto total racializado de San Cristóbal de Las Casas. Estas relaciones de servidumbre colonial convirtieron a las mujeres indígenas en seres despojables y apropiables, sobre la base de su bestialización y animalización, es decir, lo que constituyó su proceso de racialización, que legitima la aplicación sobre sus cuerpos de diferentes tipos de violencia por parte de sus patrones y patronas y otros miembros de la familia.

Entonces, esa apropiabilidad de los cuerpos de las mujeres indígenas está sustentada en el hecho de ser consideradas y haber sido reducidas como parte de sus pueblos indígenas a seres despojables, seres que pueden ser usados para todo tipo de faenas y servicios, incluido el sexual. Sus distintos empleadores, las patronas y sus familias consideran que les pertenecen de cuerpo entero y de tiempo completo, consideran que no solo deben controlar y vigilar el trabajo que efectivamente realizan, las labores de limpieza o de cuidado, sino que también deben controlar su vida entera, su mundo interior, sus creencias, sus deseos, sus pensamientos. Y es así como puede comprobarse que el proyecto civilizador colonialista basado en el modelo de la servidumbre continúa vigente, aunque se reactualice bajo diferentes formas.

La violencia sexual racializada que viven con frecuencia las mujeres indígenas en el trabajo del hogar remunerado da cuenta de apropiabilidad y despojabilidad intrínsecas a las relaciones del modelo de servidumbre. Esas situaciones de acoso y abuso sexual que han enfrentado las integrantes del Cedach no son la excepción, sino que confirman la regla de la apropiación racializada de los cuerpos de las mujeres indígenas en el trabajo del servicio doméstico. Estas situaciones se constituyen en fuente de vulnerabilidad y precariedad laboral, que ha llevado a que la mayoría de las entrevistadas que las vivieron se vieran obligadas a renunciar a sus trabajos. Todo este conjunto de violencias, formas de explotación y de dominación, de apropiación material y subjetiva que han vivido las entrevistadas, principalmente en sus primeras experiencias laborales, da cuenta de que no se pueden entender por separado los sistemas de opresión racista, sexista, clasista, ya que es su interconexión, como han mostrado varias feministas negras e intelectuales indígenas, la que estructura la vida de las mujeres racializadas en su conjunto, en el caso particular de esta investigación, la vida de las mujeres indígenas.

3. Conclusiones

En este artículo mostré la forma como los procesos de racialización definen la estructuración jerárquica del trabajo doméstico remunerado, en condición de inferioridad frente al trabajo reproductivo no pagado. El trabajo doméstico remunerado tiene un carácter profundamente racializado, en tanto es ejercido principalmente por mujeres racializadas, negras e indígenas y porque los criterios para fijar las formas de pago o el salario, responden a criterios racistas. Tales criterios racistas se fundamentan en la colonialidad del ser impuesta sobre las subjetividades de las mujeres indígenas, -para el caso que interesa a esta investigación- que las definieron por debajo de la línea de lo humano, animalizándolas y justificando su apropiabilidad no como fuerza de trabajo, sino en su corporalidad y subjetividad entera. En este sentido, argumenté la forma en la que las relaciones laborales del trabajo doméstico remunerado en Chiapas, no solo remiten a las desigualdades de clase y sexo, sino también a una desigualdad racial, fundada en la jerarquía entre las mujeres blancas, mestizas, burguesas o clase de media y las mujeres indígenas empobrecidas, en tanto que en las condiciones laborales de este mercado de trabajo todavía subsisten de manera fuerte las relaciones coloniales de servidumbre. Estas relaciones de servidumbre de carácter colonial, que responden a la colonialidad del poder y del ser, han ubicado a los cuerpos y subjetividades de las mujeres indígenas, en una relación de subordinación no solo de carácter económico frente al capital y el mundo de la producción, sino también frente a las relaciones jerárquicas simbólicas y materiales, de carácter racista y sexista, en una sociedad como la *coleta* (San Cristóbal de Las Casas) que se representa como blanco-mestiza desde la posición de las élites y las clases medias, quiénes son los principales empleadores de las mujeres indígenas trabajadoras del hogar remuneradas.

Bibliografía

ASTORGA LIRA, Enrique. *Mercado de trabajo rural en México. La mercancía humana*, México, D.F.: Ediciones Era, 1985.

CHIRIX, Emma. *Cuerpos, poderes y políticas: Mujeres mayas en un internado Católico*, Guatemala: Ediciones Maya' Na'oj, 2013.

CUMES, Aura. La "india" como "sirvienta". Servidumbre doméstica, colonialismo y patriarcado en Guatemala (Tesis de doctorado no publicada). Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, (CIESAS), (2014a). Disponible en <http://repositorio.ciesas.edu.mx/handle/123456789/283>

_____. La casa como espacio de "civilización" (p: 371-397). En DURIN, Severin et. al. (Coords.). *Trabajadoras en la sombra. Dimensiones del Servicio Doméstico Latinoamericano*. México: Centro de investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Escuela de Gobierno y Transformación Pública, Tecnológico de Monterrey, 2014b.

DAVIS, Ángela. El color de la violencia contra las mujeres (pp. 57-75). En VIVEROS Mara. (Ed.). *Black Feminism. Teoría Crítica, Violencias y Racismo*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas, Vicerrectoría de Investigación, 2019

_____. *Mujeres, raza y clase*. Madrid: Ediciones Akal, 2004 [1981].

DELPHY, Christine. Por un feminismo materialista. El enemigo principal y otros textos. Barcelona: Cuadernos inacabados La Sal, 1985. Disponible en: <https://www.legisver.gob.mx/equidadNotas/publicacionLXIII/Christine%20Delphy%20-%20Por%20un%20feminismo%20materialista.pdf>

FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica. Traducción: Julieta Campos, 2001.

FEDERICI, Silvia. *El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo*. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2018.

_____. *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2013.

GROSFUGUEL, Ramón. *De la Sociología de la Descolonización al nuevo antiimperialismo decolonial*, 183-213; Ciudad de México: Ediciones Akal, 2022.

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de Naturaleza (p: 27-67). En CUIEL, Ochy y FALQUET, Jules (Comps.). *El patriarcado al desnudo. Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

HOOKS, bell. Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista (p: 33-50). En HOOKS, bell et.al. (Eds). *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, p. 73-101. 2008. Disponible en: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>

MATHIEU, Nicole. ¿Identidad sexual/sexuada/ de sexo? Tres modos de conceptualización de la relación entre sexo y género (p: 147-196). En CUIEL, Ochy y FALQUET, Jules (Comps.). *El patriarcado al desnudo. Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

MENDOZA, Brenny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano (p: 19-36). En ESPINOSA, Yuderlys. (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En la frontera, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social (p: 777-831). En *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponible en: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20201009055817/Antologia-esencial-Anibal-Quijano.pdf>

SCOTT, Joan. La mujer trabajadora en el siglo XIX (p: 405-436). En DUBY, Georges et. al. (Dirs.). *Historia de las mujeres en Occidente*, Vol. 4, Madrid: Ediciones Taurus, 1993.

TABET, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas (p: 69-145). En CUIEL, Ochy y FALQUET, Jules (Comps.). *El patriarcado al desnudo. Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

Entre Safo de Lesbos e Audre Lorde: amores e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e século XXI

Ana Clara Azanha do Nascimento*, Mary Jane Paris Spink** e Beatriz Borges
Brambilla***

Resumo: O apagamento histórico ao qual são submetidas mulheres que se relacionam com mulheres obstaculiza sua emancipação subjetiva e política, uma vez que a impossibilidade de construir memória sobre a própria história produz lacunas de afirmação de identidades. Fundamentado por uma perspectiva materialista histórico-dialética, este artigo visa produzir uma historicização e análise crítica dos amores e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e no século XXI. Para tal, foram investigadas as determinações materiais dos erotismos antigos e feita uma articulação entre os discursos eróticos presentes na obra das autoras Safo de Lesbos e Audre Lorde. Evidenciou-se a relevância da escrita erótico-afetiva feminina como produtora de memória e resistência, em um movimento de insubmissão política que resiste ao longo das gerações.

Palavras-chave: História das sexualidades sáficas. Memória social. Resistência política.

Abstract: The historical erasure to which women who relate to women are subjected hinders their subjective and political emancipation, as the lack of memory about their own history creates gaps in identity affirmation. Based on a historical-dialectical materialist perspective, this article aims to produce a historicization and critical analysis of loves and eroticism among women in Ancient Greece and the 21st century. The material determinants of ancient eroticism were investigated, and an articulation between the erotic discourses in the works of Sappho of Lesbos and Audre Lorde was made. The relevance of female erotic-affective writing as a producer of memory and resistance was highlighted, in a movement of political insubordination that endures through generations.

Keywords: History of sapphic sexualities. Social memory. Political resistance.

Resumen: El borrado histórico al que son sometidas las mujeres que se relacionan con mujeres obstaculiza su emancipación subjetiva y política, ya que la imposibilidad de recordar su propia historia crea lagunas en la afirmación de identidades. Basado en una perspectiva materialista histórico-dialéctica, este artículo tiene como objetivo producir una historización y un análisis crítico de los amores y erotismos entre mujeres en la Antigua Grecia y el siglo XXI. Se investigaron las determinaciones materiales del erotismo antiguo y se articuló entre los discursos eróticos presentes en la obra de Safo de Lesbos y Audre Lorde. Se evidenció la relevancia de la escritura erótico-afectiva femenina como productora de memoria y resistencia, en un movimiento de insubordinación política que resiste a lo largo de las generaciones.

Palabras clave: Historia de las sexualidades sáficas. Memoria social. Resistencia política.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). <https://lattes.cnpq.br/6160709158852228>; <https://orcid.org/0009-0007-5352-507X>.

** Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Docente e orientadora dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUCSP; coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, desde 1987 (Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1672-505X>.

*** Doutora em Psicologia Social (PUC/SP). Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). <http://lattes.cnpq.br/6415720570998957>; <https://orcid.org/0000-0001-9157-8593>

1. Introdução

A história da humanidade, ao longo de seus múltiplos capítulos, tem sido redigida por uma pena regada a sangue, propriedade de uma classe dominante cujas ideias defendidas são consideradas universais. Essa narrativa se perpetua por meio de um processo de naturalização de sujeitos e fatos históricos, na medida em que camadas populares são apagadas, compreendidas como não naturais e, portanto, não pertencentes à história. Tais grupos surgem em citações excepcionais, quando torna-se necessária a consideração de casos desviantes e/ou anormais.

Entre essas minorias, estão as mulheres, que, relegadas às notas de rodapé da história, têm sido submetidas a inúmeras – e muitas vezes invisíveis – violências. O relatório *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto de Pesquisas Datafolha (2023), ilustra as desigualdades de gênero na estrutura social brasileira ao apontar que 18,6 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência ou agressão no ano de 2022, sendo 65,6% mulheres negras.

As estatísticas de lesbofobia e violência contra grupos sáfcicos¹ no país também apontam para um cenário de violência intensificada contra mulheres atravessadas por orientações sexuais dissidentes: segundo informações coletadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) pela agência de notícias Gênero e Número (SILVA, 2021), 2.379 lésbicas foram vítimas de estupro no ano de 2017, totalizando uma média de seis estupros por dia. Mulheres negras compuseram 58% dos casos notificados, evidenciando um forte impacto da questão racial nas dinâmicas de violência contra mulheres sáficas.

A teoria social crítica, notadamente a perspectiva da autora marxista Angela Davis (2016), debate a multiplicidade de opressões de mulheres negras e trabalhadoras através do materialismo histórico-dialético. À sua análise acrescentamos as opressões contra mulheres sáficas, entendendo que essas formas de opressão, assim como as demais, não podem ser dissociadas umas das outras. Não é possível, portanto, isolar es-

¹ A escolha pelo termo “sáfica” não foi feita de forma a ignorar o candente debate presente na comunidade LGBTIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, intersexo, assexuais, panssexuais, não-binários e mais) acerca da obliteração da palavra “lésbica”. Pelo contrário, a lesbianidade, em suas diversas expressões, é reivindicada no corpo teórico deste artigo, dando espaço para o termo “sáfico” somente para que se possa garantir a inclusão de diferentes orientações sexuais vivenciadas por mulheres que se relacionam com mulheres, englobando tanto mulheres lésbicas, bissexuais e panssexuais quanto outras configurações afetivo-sexuais não nomeadas em diferentes momentos da história. Assim, expressões como “mulheres que se relacionam com mulheres”, “mulheres que amam mulheres”, “relações homoafetivas/homoeróticas” serão utilizadas visando abranger todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino e que se atraem, se envolvem ou se apaixonam de forma romântica por outras mulheres.

ses marcadores sociais como em um laboratório, uma vez que as categorias de poder não são excludentes e hierárquicas, mas sobrepostas, e incidem sobre a singularidade de diferentes maneiras, a depender do contexto, território e grupo em que o sujeito está inserido. A concomitância desses elementos de opressão pode contribuir para a produção de quadros de sofrimento psíquico complexos, agravados pela falta de políticas sociais de assistência e saúde específicas para as demandas desses grupos, uma vez que as políticas públicas têm sido objeto de desfinanciamento e sucateamento no país (FBSP, 2022).

Embora se reconheça a invisibilização desses grupos e as consequências ultrajantes para as vidas dessas mulheres, raramente se discutem as formas pelas quais esses apagamentos moldaram suas subjetividades e senso coletivo. Pretende-se, portanto, realizar o resgate dessas histórias negligenciadas e construir novos sentidos acerca dessas memórias, considerando a análise histórica como fator imprescindível para a investigação da forma com que as ideias sobre raça, gênero e sexualidade visaram justificar a dominação de mulheres.

Assim, a primeira tarefa para a produção de história sobre as sexualidades e paixões femininas deve ser questionar sua autoria: quem detém o privilégio da palavra e tem sido responsável por promover uma norma hegemônica?

O que se observa é que tanto a sexualidade quanto a afetividade feminina são moldadas por uma perspectiva cisheteronormativa² e monogâmica que evidencia a fabricação ideológica das classes dominantes, igualmente moralistas e controladoras. Esses dispositivos, calcados na lógica patriarcal, atuam como determinações essenciais de formações econômico-sociais (SAFFIOTI, 1976). Não por acaso as fontes históricas das quais se absorvem as informações, bem como as posteriores produções de dogmas e ideologias discriminatórias, foram majoritariamente produzidas por homens brancos, de alto nível hierárquico na estratificação social e, não raras vezes, pertencentes às estruturas eclesiásticas.

A produção dessas histórias tem como ferramentas primordiais as tecnologias de aniquilação. Visando à manutenção do capitalismo, que se sustenta no patriarcado, na misoginia, na cisheteronormatividade e no racismo, as tecnologias de isolamento e degradação de mulheres identificadas como dissidentes em termos de orientação

2 A cisheteronormatividade representa a fusão entre os sistemas de naturalização da heterossexualidade e da cisgeneridade. Essa estrutura normatiza, legitima e prioriza a heterossexualidade como padrão relacional e a cisgeneridade como a identidade de gênero “naturais”, em detrimento de outras orientações sexuais e identidades de gênero que, marginalizadas, são consideradas desviantes e ilegítimas. Essa perspectiva, alimentada pela dinâmica do capital, serve como sustentáculo para a opressão patriarcal e LGBTIA+fóbica, invisibilizando e violentando a diversidade afetiva, sexual e identitária por meio da definição de padrões do que significa ser mulher ou homem e de quais formas tais sujeitos, categorizados de forma binária, devem se relacionar com seus pares.

sexual têm sido atualizadas ao longo da história, a depender das demandas do capital presentes em cada período ou região. No Brasil, líder mundial no *ranking* de assassinatos de pessoas da população LGBTIAPN+, como indicado no dossiê *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil* (GASTALDI; BENEVIDES; COUTINHO 2022), são múltiplas as inflições de tecnologias do capitalismo incrementadas em prol de uma soberania da aniquilação da diferença³. Estas podem ser localizadas em quatro pilares, abaixo detalhados: (1) a medicina; (2) a religião; (3) a justiça; e (4) a memória.

As primeiras, respectivamente as instituições médica e religiosa, entrelaçam as histórias da loucura e da sexualidade femininas ao compartilharem atitudes consoantes por meio da patologização psiquiátrica e da recriminação religiosa da sexualidade, promovendo a marginalização social e, algumas vezes, a internação de mulheres patologizadas consideradas histéricas, amorais, desviantes ou simplesmente não pertencentes à ordem “natural”. Essa lógica manicomial segue presente na atualidade, a exemplo dos debates acerca da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), responsável pela proibição da patologização da homossexualidade. Segundo Aragusuku e Lara (2019), a Resolução vem sendo disputada por grupos conservadores que pleiteiam uma “psicologia cristã”, alegando que as diversidades sexuais e de gênero contribuem para a descaracterização da família, da moral e dos princípios cristãos que supostamente fundamentam a sociedade brasileira. Vale mencionar que ainda que o fundamentalismo religioso, atrelado ao neoconservadorismo, manicomialize a sexualidade, setores diversos da saúde mental e da luta pelos direitos LGBTIAPN+ seguem em luta pela afirmação das identidades de gênero e orientações sexuais como libertação de todas as formas de opressão e exploração.

A terceira instituição se expressa por meio do poder judiciário e punitivo das nações. O principal exemplo dessa forma de controle e dominação de populações dissidentes é a criminalização do envolvimento afetivo e/ou sexual entre pessoas do mesmo gênero, que possibilita que, atualmente, o amor e sexualidade dissidentes sejam passíveis de pena de morte em 13 países (DOSSIÊ MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL, 2022). Apesar de o Brasil não entrar nessa lista, os assassinatos contra homossexuais são mais numerosos no Brasil do que em países onde a prática das sexualidades dissidentes é criminalizada com pena de morte (NO-

3 No que tange às dinâmicas de absorção de demandas das agendas LGBTIAPN+ pelo capital, observa-se que o modo de produção capitalista tem fagocitado determinadas pautas ao criar nichos de mercado voltados para a diversidade. São exemplos disso a usurpação de movimentos reivindicatórios pela emancipação sexual e de gênero por grandes grupos econômicos, como ocorrido na Parada LGBTIAPN+ e demais datas de visibilidade da comunidade. A criação de um nicho de mercado voltado para a diversidade, que vai desde a expansão da indústria pornográfica até produtos e serviços específicos para as populações em questão (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020), provoca contradições de difícil superação.

GUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020). Vale ressaltar, ainda, que o direito ao casamento homoafetivo, assegurado por decisão do Supremo Tribunal Federal⁴, sofreu ataques em 2023 por meio de um projeto de lei submetido à Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, que visa vetar o casamento e a união estável entre pessoas do mesmo gênero (AMOROZO, 2023).

A última dentre as tecnologias mencionadas que compõem o sofrimento imposto à população em questão consiste na impossibilidade de memória sobre a própria história. Estudos acerca da relevância da memória social afirmam que a representação de um grupo ao longo da história molda a construção de subjetividades de indivíduos identificados com ele, como, por exemplo, o caso das identificações de lésbicas e gays com figuras históricas da Antiguidade.

David Halperin (2022) versa sobre a legitimidade das identificações com figuras do passado, qualificando-as como “necessárias, inevitáveis e politicamente vitais” – apesar de deslocadas. O *continuum* verificado, exposto de forma clara pelas identificações contemporâneas com figuras históricas, explicita a ininterrupta presença do passado no presente. Observam-se dois movimentos comuns: por um lado, a continuidade da herança do passado expressa em amores e erotismos entre mulheres, que ocorrem desde os mais longínquos tempos; e, por outro, os movimentos descontínuos atrelados à legitimação e à memória dessas existências.

A menção persistente a figuras específicas, entretanto, também pode ser compreendida pela falta de outros elementos históricos que sustentem a perspectiva desnaturalizante da heteronormatividade. A presença constante da figura da poetisa Safo de Lesbos no que diz respeito às tradições sáficas, por exemplo, chama a atenção. Além de inspirar a etimologia das palavras mais utilizadas no seio dessa tradição (*lésbica*⁵ e *sáfica*⁶), a poeta tem sido evocada com constância ao longo da história,

4 A decisão pelo reconhecimento jurídico da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal ocorreu devido ao julgamento de duas ações: primeiro, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, que foi impetrada por Sérgio Cabral, então Governador do Rio de Janeiro, em 2008. O governador reivindicava uma nova interpretação dos artigos 19 (incisos II e V) e 33 da Constituição Brasileira, visando a exclusão de “qualquer inteligência desfavorecedora da convivência estável de servidores homoafetivos, em comparação à tutela juridicamente conferida à união igualmente estável de servidores heterossexuais”. Segundo, no ano seguinte, foi intentada a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4227 pelo Procurador Geral da República, que visava a atribuição da interpretação da Constituição Federal ao artigo 1.723. Ambas as ações foram julgadas no dia 5 de maio de 2011, sendo a procedência dos pedidos obtida por unanimidade de votos (LEITE, 2011).

5 Termo derivado da ilha de Lesbos, na Grécia, onde Safo nasceu.

6 Termo derivado do nome da autora, que designa tanto a obra de Safo quanto a cultura e identificação afetivo-sexual.

de forma praticamente exclusiva⁷. O estranhamento frente a essa continuidade prolongada não se deve à autora não representar um marco histórico-cultural de suma relevância, mas sim ao fato de a comunidade sáfica parecer ser a única a se voltar, em tamanha proporção e ao longo de tantos séculos, para uma figura tão distante – histórica e culturalmente. Por que não se veem homens heterossexuais se identificando tão fortemente com autores dos períodos clássicos grego e romano, como Homero,⁸ ou mesmo homens gays, reivindicando Cáriton⁹?

Segundo os pesquisadores Jean Baptista e Tony Boita (2017), a forma como cada grupo compreende seu passado determina seu posicionamento no presente e suas estratégias futuras. Diante disso, é plausível que a insistente retomada da poeta grega surja como uma estratégia de resistência às demais ausências de territórios, patrimônios e saberes. Sob a ótica dos autores, tais lacunas de afirmação de identidades podem gerar uma memória silenciada, fortalecendo a vulnerabilidade social do grupo em questão por meio da deslegitimação da sua existência. Antoine Idier (2018) articula as interações entre passado, presente e futuro como uma fonte de constituição identitária singular e coletiva. Entende-se, assim, a centralidade de um movimento triplo na constituição das identidades políticas e sexuais de grupos dissidentes, na medida em que são forjados por “condições de possibilidades herdadas do passado, apropriadas no presente e implantadas no futuro” (IDIER, 2018, p. 1).

Os resultados encontrados por Idier na literatura francesa e descritos na introdução da obra *Archives des mouvements LGBT+: une histoire des luttes de 1890 à nos jours*¹⁰ (2018) são reflexo desse processo: em sua coletânea de documentos de minorias sexuais, o autor constata a insuficiência de registros e denuncia a impossibilidade de constituir a memória como elemento fortalecedor para a comunidade em questão. Argumentando sobre a indispensabilidade da politização histórica das lutas de minorias sexuais, Idier cunha o termo “inventário negativo” como um movimento combativo de contar a história pelas ausências, através de um mapeamento das lacunas do

7 No século II d.C, a autora mais comumente associada às práticas homoeróticas não era Safo, mas Filenes – uma autora/personagem cujas informações biográficas são escassas. Sua autoria é atribuída à escrita de um manual erótico da Antiguidade (BOEHRINGER, 2022), mas sua referência não é comum na atualidade.

8 Homero é considerado o mais antigo poeta da Grécia e fundador da poesia épica. Apesar das informações acerca da sua existência e biografia serem controversas, compreende-se que tenha vivido por volta do século VIII a.C. Ao autor foram atribuídas a autoria das obras *Iliada* e *Odisseia*. Vale mencionar que o autor também escreveu obras com passagens hoje cunhadas como homossexuais, contudo, foi referenciado nesse trecho por sua contribuição reconhecida no imaginário social ser majoritariamente associada aos heroísmos e tragédias gregas.

9 Cáriton de Afrodísias é identificado como um dos mais antigos escritores da Grécia. É autor da obra *Quéreas & Calírroe*, que conta a história erótica dos personagens Quéreas e Policarpo.

10 *Arquivos de movimentos LGBT+: uma história de lutas de 1890 até os dias atuais*, em livre tradução.

que ora não é documentado, ora é apagado.

A rota de fuga da escrita subversiva subsumida pelo “inventário negativo” ecoa as indagações propostas por Paul Preciado (2020, p. 26) acerca da desobediência frente à posição degradante à qual grupos subalternos são sujeitos: “O que significa falar para aqueles a quem foi negado o acesso à razão e ao conhecimento, o que significa para nós, que fomos considerados doentes mentais? [...] Falar é inventar a língua da travessia”.

Observa-se, assim, que a tradição sáfica de agarrar-se à escrita poética como um dos principais elementos de sua cultura não constitui mera coincidência, e sim uma estratégia indispensável de resistência política pela palavra.

Nesse sentido, este trabalho propõe a historicização da sexualidade de mulheres sáficas por meio de uma digressão à Grécia Antiga nos períodos arcaico e clássico. A escolha por esse recorte territorial e histórico se deu tanto pela relevância da autora Safo de Lesbos no bojo da tradição sáfica, quanto devido ao epíteto de “berço da sexualidade” atribuído historicamente ao território. Vale ressaltar que essa descrição de pioneirismo do território grego antigo não é reivindicada no trabalho, na medida em que se reconhecem as existências de vivências de outros povos e civilizações com igual relevância.

Esse deslocamento visará elucidar o funcionamento das práticas afetivo-sexuais e seus significados políticos, proporcionando uma discussão acerca dos discursos de erotismos sáficos no período, especialmente por meio do estudo do papel do eros mélico e dos fragmentos de discursos amorosos da poeta Safo de Lesbos. Trazendo os discursos sobre eros para a contemporaneidade, os elementos apresentados serão articulados à obra da educadora, poeta e ativista negra e lésbica Audre Lorde, com maior especificidade às suas contribuições teóricas “A poesia não é um luxo”, escrita em 1977, e “Usos do erótico: o erótico como poder”, escrito em 1978, ambos situados no livro *Irmã Outsider: ensaios e conferências* (2019).

Se Safo funda a dimensão transgênero do erotismo, Lorde descreve o eros como fonte considerável de poder e informação, articulando a imposição de sua supressão à dominação racista e patriarcal. A autora reivindica, assim, o erotismo como elemento revolucionário para a ruptura com a opressão, abrindo as portas para uma leitura crítica e interseccional. A luta contra o patriarcado e suas correntes, inerente às vivências sáficas – sejam elas explícitas ou de dentro do armário¹¹ – revelam que as experiências descritas pelas autoras são também universais a mulheres cujas orientações sexuais dissidentes não permitiram a escrita, a vida ou a memória. Punidas,

11 A expressão “estar dentro do armário”, muitas vezes referida somente como “estar no armário”, designa as circunstâncias de sujeitos da comunidade LGBTIAPN+ que, em razão da violência e discriminação social, mantêm suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero em segredo. Estar dentro do armário, portanto, significa não expressar ou viver de acordo com sua identidade autêntica.

degradadas, aceitas, amadas, mulheres sáficas também criaram e seguem criando verbos, inventando, nas palavras de Preciado (2020), uma língua da travessia que, ao desafiar a normatividade, as mantêm vivas.

Produzir-se-á, assim, um inventário negativo crítico composto pelas narrativas subalternas sequestradas e silenciadas de escritoras que trataram, à sua maneira, do sentimento e da sedução entre mulheres, seja na Antiguidade, seja no século XXI. A análise dessa discussão será fundamentada pela luz do materialismo histórico-dialético, de modo a investigar de que forma essas vivências e concepções de sexualidade se confundem, dialogam ou se misturam diante do modo de produção capitalista com viés ultraneoliberal em escalada.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi a análise crítica de um tema a partir de fontes bibliográficas distintas. Para tal, foram demarcados quatro eixos temáticos de estudo: (1) memória e história LGBTIAPN+; (2) determinações materiais das opressões de gênero e sexualidade; (3) historiografia das homossexualidades femininas gregas, com foco na poesia de Safo; e (4) discussões acerca da poesia e do erotismo na obra de Audre Lorde.

2.1. Fontes bibliográficas

Para o aprofundamento do debate acerca da memória e da história LGBTIAPN+, foram lidos o livro *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*, de Renan Quinalha (2022); o artigo “Memória e esquecimento LGBT nos museus patrimônios e espaços de memória no Brasil” (2017), de Jean Baptista e Tony Boita; os capítulos “Sexualidade, diversidade e história” e “História política do movimento LGBT”, da obra *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*, de Leonardo Nogueira, Maysa Pereira e Rafael Toitio (2020); e trechos da obra *Archives des mouvements LGBT+: une histoire des luttes de 1890 à nos jours*, de Idier (2018).

O segundo eixo também foi trabalhado por meio da leitura de Nogueira, Pereira e Toitio, em especial nos capítulos “Gênero e sexualidade: determinações materiais” e “Diversidade sexual e de gênero, revolução e socialismo – à guisa de conclusão”, que possibilitaram uma compreensão crítica do gênero e da sexualidade através de uma lente materialista histórico-dialética.

Para a construção do conhecimento acerca das sexualidades sáficas, foi realizada a leitura completa da parte “Sociedades Antigas: Grécia e Roma” do livro *Uma história das sexualidades*, de Sylvie Steinberg (2021), e o capítulo “Mito e Poesia Lírica Arcaica: o Homoerotismo no Feminino”, incluso na obra *Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana*, de Sandra Boehringer (2022). Foram utilizados como materiais, também, a tese *Eros no oikos: relações de gênero e representações da espacialidade e da sexualidade feminina em Atenas do V século a.C.* (SANTOS, 2018) e o artigo “Pólis e oikos, o público e o privado na Grécia Antiga” (FLORENZANO, 2023). A seleção das fontes teve como prioridade a leitura de obras que pautassem a experiência entre mulheres ou, ainda, uma descrição da conjuntura política e social do período atrelada a questões de gênero.

Por fim, foi lida a obra *Irmã Outsider: ensaios e conferências* (2019), de Audre Lorde, com ênfase nos capítulos “A poesia não é um luxo” e “Usos do erótico: o erótico como poder”.

As obras selecionadas para a pesquisa histórica foram eleitas de acordo com a confiabilidade das fontes, a relevância dos temas abordados para a pesquisa – buscaram-se majoritariamente fontes que abrangessem as vivências afetivas entre mulheres ou, ainda, uma descrição da conjuntura política e social do período atrelada a questões de gênero –, e a data de publicação. Os ensaios de Audre Lorde, por sua vez, foram escolhidos em razão tanto da temática abordada por ambas as autoras (Safo e Lorde), quanto devido à postura emancipadora e revolucionária encontrada em suas obras, que aludem a uma compreensão política condizente com a linha norteadora deste trabalho. Ademais, argumenta-se que haja uma urgência no diálogo entre a psicologia e epistemologias subalternas propostas por autoras oriundas de outras áreas do conhecimento, como é o caso da literatura e a política.

2.2. Análise crítica

Visando à superação das formas de produção de conhecimento positivistas-burguesas, “neutras e imparciais” e objetivando a escrita de histórias marginalizadas por essas narrativas, adotou-se a historicidade como instrumento para a construção de conhecimento acerca da categoria “sexualidade sáfica”. A perspectiva materialista histórico-dialética é utilizada como lente investigativa dos amores e erotismos entre mulheres nos períodos da Antiguidade grega e da contemporaneidade. A abordagem fornece um direcionamento analítico abrangente, compreendendo os processos históricos de contradição espelhados em uma sociedade em movimento e conferindo à análise das estruturas sociais e econômicas um papel central. Reconhecem-se, a

partir dela, os modos de produção, as distribuições de poder e as organizações sociais como categorias essenciais às condições de vida, inclusive no que diz respeito às dinâmicas do que se denomina homossexualidade feminina atualmente.

O método compreende que coexistem múltiplas determinações sobre a reprodução do real, ou seja, o real, como atividade humana sensível, é produzido de forma historicizada em condições historicamente determinadas. Dessa maneira, a categoria “história” é, também, uma atividade humana sensível, compreendida como um encaideamento de constantes interações entre as determinações particulares e universais que contornam a singularidade do real em cada território, época e sociedade.

A escolha por uma análise crítica que valorize as contribuições da abordagem marxista sublinha a relevância de uma leitura que não abra mão das particularidades históricas de sociedades antigas, mas que, pelo contrário, direcione a uma práxis favorável à emancipação das classes oprimidas – nesse caso, de mulheres identificadas como lésbicas, bissexuais, panssexuais e sáficas.

Dito isso, este trabalho é regido por métodos construídos por epistemologias subalternas que têm como direção uma ciência combativa às violências perpetradas pelo processo de exploração-dominação-opressão colonial incutido no seio social brasileiro.

3. Grécia Antiga: a trans-historicidade da escrita de realidades inexportáveis

A Antiguidade Clássica representa a articulação histórica e cultural das civilizações grega e romana ao longo dos séculos VIII a.C. a V d.C. Herdeira do legado dório¹², a Grécia Antiga foi uma civilização célebre por sua diversidade linguística e contribuições significativas em uma série de áreas do conhecimento, atravessando seu auge e declínio entre os séculos XX a.C. e I a.C. O período foi posteriormente desmembrado por historiadoras(es) em cinco eras: Pré-Homérico, Homérico, Arcaico, Clássico e Helenístico – sendo os períodos Arcaico e Clássico considerados o apogeu anterior à transformação da Grécia em protetorado¹³ romano em 146 a.C.

Apesar do acúmulo de estudos minuciosos acerca de variadas características do período, são recentes os trabalhos dedicados à sexualidade. A área de estudos em sexualidade passou a disputar os campos de estudos sociais durante a década de 1960, no contexto de efervescências segregacionistas raciais e de reivindicações pelos direi-

12 Povo indo-europeu pertencente ao período da Antiguidade. O povo dório contribuiu para o desenvolvimento da cultura grega, juntamente com outros grupos étnicos, como aqueus, jônios e eólios.

13 O termo “protetorado” é utilizado para nomear um território que é colocado sob autoridade de outro Estado, que, apesar de protegê-lo militar e diplomaticamente, submete-o a imposições diversas, a depender da natureza do acordo. O protetorado detém algum grau de autonomia, contudo, não conduz relações externas, tampouco suas finanças e suas defesas.

tos civis nos Estados Unidos, que culminariam na luta em prol de minorias na década seguinte, movimentada pelo advento dos *gay and lesbian studies*, *postcolonial studies*, *queer studies* e *subaltern studies*¹⁴ (BOEHRINGER, 2022). Esse movimento caminhou concomitantemente à produção de diversos estudos voltados para as relações homoeróticas e/ou pederásticas masculinas (e.g. Kenneth Dover, 1978; David Halperin, 1990; entre outros). Contudo, observou-se a negligência em relação à homossexualidade feminina, de forma que não foram realizados estudos específicos com tal recorte. Obras que diziam investigar “a sexualidade” de forma generalizada, tratavam, na realidade, de uma sexualidade específica: a de homens – evocando a sexualidade feminina somente de forma complementar à masculina.

Nos trabalhos iniciais sobre as sexualidades da Antiguidade, os contextos interpessoais de vivências gregas foram abordados como detalhes da “vida privada”, remetendo a relações sexuais extraconjugais no que tangia ao universo masculino, e ao casamento, gravidez ou prostituição no que dizia respeito ao universo feminino (BOEHRINGER, 2021). Os aspectos não estritamente heterossexuais foram muitas vezes omitidos, de forma que passagens explícitas de pederastia escritas por autores clássicos como Platão e Ovídio foram retiradas do currículo acadêmico (BOEHRINGER, 2022). Esse ocultamento contribuiu para a equivocada reprodução de histórias da heterossexualidade como categorias naturais, fixas ou neutras, uma vez que, não retratadas, vivências homossexuais parecem não ter constituído a história.

Evidentemente, a compreensão das sexualidades autênticas do período extrapola as características da conjugalidade e da procriação. A questão que passa a tomar espaço, pois, é: como escrever, nos dias de hoje, uma história da sexualidade e amorosidade entre mulheres na Antiguidade? E, ainda, como tornar possível o diálogo entre essa história e os amores e erotismos entre mulheres na atualidade?

Essa pergunta atravessa, inevitavelmente, uma contradição historiográfica. Dois polos são separados por uma tênue linha: de um lado, a projeção *ipsis litteris*¹⁵ de crenças e concepções afetivo-sexuais do século XXI sobre vivências antigas e, do outro, o completo distanciamento entre as vivências do passado e da contemporaneidade, gerando uma visão completamente abstrata e naturalizada da realidade da Antiguidade. Para ilustrar os dois lados dessa moeda, pode-se pensar que o primeiro caso mencionado, marcado pela projeção de crenças modernas, manifesta-se quando se diz que uma mulher habitante da Grécia Antiga seria “sapatão”¹⁶, uma vez que se

14 Respectivamente, estudos gays e lésbicos, estudos pós-coloniais, estudos *queer* e estudos subalternos.

15 Do latim “literalmente” ou “nas mesmas palavras”.

16 Gíria informal utilizada para denominar mulheres que se relacionam com mulheres. O termo, frequentemente empregado de forma pejorativa, foi apropriado pela comunidade LGBTIAPN+, tornando-se uma forma de expressão identitária.

relacionava exclusivamente com outras mulheres, por exemplo. Essa afirmação faria com que o(a) locutor(a) incorresse em um erro de anacronismo, visto que o próprio conceito de sapatão é atravessado por fatores políticos contemporâneos. O segundo caso, por sua vez, ocorreria caso se buscasse impedir que mulheres sapatões se identificassem com as obras de Safo, por não ser possível atribuir a ela o conceito de “homossexualidade feminina”, por exemplo.

Halperin (2022) indica horizontes para uma construção historiográfica rigorosa ao propor que as compreensões eróticas correntes são inexportáveis, isto é, não é possível olhar o passado como versões exóticas do que já nos é familiar. Ainda assim, é imprescindível, se não inevitável, observar as possíveis correspondências entre as perspectivas amorosas e eróticas da Era Antiga e da contemporaneidade, visto que o próprio amor entre mulheres pode ser considerado um fato objetivo para a garantia de uma realidade trans-histórica (BOEHRINGER, 2022) dos movimentos sáfico, lésbico, bissexual e panssexual de mulheres no século XXI. O caminho indicado pelo autor é de busca pela compreensão dos cruzamentos, subdivisões e repartições entre as categorias próprias à cada sociedade Antiga e as categorias elaboradas a partir de perspectivas contemporâneas. Observa-se, assim, uma leitura que contrapõe o reducionismo do fenômeno ao defini-lo como um fato social total.

Não se trata de narrar a história das sexualidades dissidentes pela oposição à história da heterossexualidade ou como uma tentativa de descoberta de onde se iniciou a homossexualidade para justificá-la – investigação essa que jamais ocorreria com a heterossexualidade, inclusive. Tampouco se busca relacionar de forma simétrica as sexualidades grega e contemporânea, mas sim entender de forma histórica o funcionamento da primeira e suas influências na atualidade.

Produzir uma história das sexualidades sob a ótica do materialismo histórico-dialético, aqui adotada como perspectiva norteadora, significa (1) escrevê-la com o compromisso com a desuniversalização do sujeito liberal e positivista, rompendo com uma hermenêutica alienante do sujeito, e (2) compreendê-la como um sistema de hierarquizações que deve ter como horizonte a desnaturalização de poderes, corpos, gêneros, culturas e subjetividades (BRAMBILLA; KAHHALE, 2022). Esse movimento possibilita traçar as múltiplas heranças fragmentadas, como a diversidade das práticas sexuais, as relações no que tange às diferenças de idade, as orientações sexuais e a nomenclatura ou ausência de concepções acerca de temas como os que hoje denominamos “sexualidade”, “consentimento”, “estupro”, entre outros.

3.1. Determinações materiais das sexualidades antigas

Ao debruçar-se sobre os estudos historiográficos da homossexualidade feminina, Sylvie Steinberg (2021) defende que não somente a categoria tem sido expressivamente reformulada ao longo da história, como também a anacrônica concepção de sexualidade remete ao vazio na cultura grega. Esse mesmo efeito se aplica às noções de homossexualidade, heterossexualidade e demais orientações sexuais – que só surgiram séculos depois, em 1868 e 1892, respectivamente. Não obstante, historiadores como Halperin (1990) têm atribuído o termo *before sexuality* ao período, justamente devido à inexistência de uma compreensão da categoria como é entendida hoje. O vácuo cultural evocado por essas palavras não foi meramente resultado de ninguém as ter neologizado naquele período, e sim devido ao fato de que as invenções humanas não poderiam surgir de forma espontânea na ausência de condições materiais propícias para tais formulações, como ocorreria séculos depois, sob as condições estabelecidas após a Revolução Industrial. A falta de correspondência entre as concepções antigas e contemporâneas não denotam a inexistência de envolvimento que dissessem respeito, a sua própria maneira, ao sexo e à paixão.

Se, por um lado, a sexualidade expressa através das relações afetivo-eróticas refletiam as condições de uma civilização hierarquizada, por outro também sustentavam a reprodução das relações de classe e a manutenção do sistema de produção em vigor. Ou seja, na mesma medida em que as expressões subjetivas da sexualidade eram moldadas pelas contradições sociais, a categoria de sexualidade em si implicava práticas sociais, materiais e simbólicas que estruturavam essa civilização, em um movimento dialético. Nesse sentido, a investigação das amorosidades e erotismos entre mulheres não pode se eximir da contextualização do cenário político-econômico e como este forjava as significações do papel social feminino.

A civilização grega antiga se apoiava em dois pilares essenciais: a escravização e a democracia. O primeiro operava como uma instituição centralizadora da sociedade, de forma que as(os) escravas(os) constituíam uma parcela significativa da população. A democracia, por sua vez, era restrita aos homens livres, nascidos em demarcações territoriais específicas. A titulação de cidadão permitia o exercício da política – ou πολιτεία/politeia – nas ágoras¹⁷, ou seja, a livre elucubração referente à sociedade, à comunidade e aos demais aspectos da vida coletiva. Tal delimitação jogava à margem

17 Derivada da palavra grega “ἀγείρω” (“reunir”), o termo “ágora” (do grego, ἀγορά) traduz-se como “assembleia” ou “lugar de reunião”. As ágoras eram praças e espaços abertos da pólis cuja função era viabilizar as discussões políticas e culturais entre cidadãos. Constituíam, pois, a expressão máxima da democracia grega.

os direitos sociais de mulheres, estrangeiras(os) e escravas(os), negando-lhes o poder de decisão sobre a vida pública.

Enquanto aos homens livres cabia o manejo da pólis – a vida pública política da cidade-estado grega –, as mulheres eram responsabilizadas pelo cuidado do *oîkos*, uma unidade social e política composta por uma família nuclear, cujo poder recaía na figura do pai, “senhor da casa”. Lisiana L. T. da Silva e Jussemir W. Gonçalves (2014) ressaltam o papel fundamental das mulheres na vida privada, destacando que, apesar de despossuídas da prática cidadã, atuavam de forma fundamental na reprodução legítima da estrutura social como mães de filhos cidadãos. Segundo Saffioti (1976), apesar de serem política, social e juridicamente inferiores aos homens, as mulheres participavam do sistema produtivo das sociedades pré-capitalistas, desempenhando um papel subsidiário nas funções econômicas.

Em uma análise acerca das determinações históricas da sexualidade, Nogueira, Pereira e Toitio (2020) criticam formulações diversas, tanto sobre a Grécia Antiga quanto sobre a Modernidade, que desconsideram as desigualdades sociais no que diz respeito ao cotidiano, ao usufruto dos produtos do trabalho e à própria reprodução social. Falar da sexualidade de mulheres na Grécia Antiga significa, portanto, falar de relações entre pessoas tolhidas de participação política em uma democracia grega, na qual transparecem os vestígios ainda incipientes de uma estrutura classista-patriarcal que se aperfeiçoaria ao longo da história para suprir as necessidades de uma reprodução social de dominação (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020).

Esse panorama abre portas para uma análise abrangente das sexualidades em seus contornos materiais, históricos e dialéticos, não permitindo que se abra mão das particularidades dos corpos, gêneros e suas respectivas funções sociais. Nesse contexto, a adoção de uma ótica desengessada também se faz presente: a sexualidade é compreendida não somente em termos de práticas sexuais e reprodutivas, mas, também e principalmente, como as vivências de intimidade, prazer e erotismo.

3.2. Entre o íntimo, o identitário e as instituições (extra)conjugais

A obra *Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana*, da autora Sandra Boehringer (2022), esboça uma cartografia erótica do desejo feminino grego. Segundo a autora, os envoltimentos íntimos de ordem afetivo-sexual na Grécia Antiga não tinham como critério a genitália ou mesmo a performance do que hoje denomina-se gênero (BOEHRINGER, 2021).

O vínculo entre a identidade e a orientação sexual é complexo na mesma medida em que é recente: a concepção de que a orientação sexual molda a identidade dos

sujeitos irrompeu na Europa burguesa, entre os séculos XVII e XX (BOEHRINGER, 2016). Nesse período, o sexo passou a adquirir novos papéis no meio social, “passando a ser investido de uma importância inédita, capaz de definir e normalizar o ser moderno” (HALPERIN, 1998, p. 96-97). Essa perspectiva foi aprimorada com o emergir do “instinto sexual” como uma função autônoma da experiência humana no século XIX, que suscitou um modelo psicologizante de subjetividade sexual. Esse modelo, pautado na perspectiva essencialista, opera pela associação entre aspectos como a saúde mental, as escolhas eróticas, os níveis de suposta normalidade ou desvio a uma personalidade específica, um modo de “ser” perene e imutável denominado “sexualidade” (HALPERIN, 1998).

Boehringer menciona que a própria divisão dos sentimentos, práticas e desejos sexuais das demais atividades humanas aponta para a contemporaneidade desse discurso, que, na Antiguidade, “nada” dizia sobre a construção do sujeito. Na Grécia Antiga, indivíduos que se dedicassem a práticas sexuais específicas não atribuíam a esse fato um aspecto identitário de maneira nem fluida e tampouco fixa, como as categorias de orientação sexual modernas. Nessa civilização, o domínio da sexualidade constituía-se em diferentes âmbitos, como na educação, na política ou no contexto do banquete, mas sempre como prática e não como um estado fixo.

As mulheres gregas também não se definiam em função do sexo ou da desigualdade política, não existindo uma homogeneidade da categoria “mulher” ou uma noção identitária referente à uma possível “natureza feminina consciente”. A noção de que uma mulher ou um homem definisse as particularidades de seu ser de forma íntima ou psicológica à vista de parceiras ou práticas sexuais era inconcebível.

O descolamento das normas sexuais-reacionárias hodiernas por parte dessa sociedade ocasionou a formação de um imaginário social moderno de “promiscuidade” atrelado ao “berço da civilização”. A retratação explícita do erotismo nas artes poéticas e visuais, em especial as representações homossexuais, tornaram-se alvo de condenações moralistas associadas ao pecado e à ausência de pudor, resgatadas dos valores medievais.

Apoiando-se em Mark Jordan (2007), Boehringer descreve a distorção teológica da “sodomia” para torná-la um meio de condenação das relações homossexuais na Idade Média, especialmente na Itália comunal. O termo “sodomita” remonta à história da cidade de Sodoma, destruída por Deus em razão da arrogância e ingratidão de suas(seus) habitantes. Assim, no “crime de sodomia” estavam abarcadas transgressões religiosas diversas, como a usura, a heresia, a blasfêmia e o crime de lesa-majestade, bem como diferentes tipos de comportamentos sexuais proibidos. Com o tempo, a palavra passou a ser generalizada para tornar-se sinônimo das abundâncias

sexuais e, posteriormente, do desejo entre pessoas do mesmo sexo, em especial o desejo e ato da penetração anal. A expressão “vício sodomita” também foi amplamente utilizada para qualificar estupros e abusos sexuais perpetrados por homens contra meninos jovens.

Apesar de mais escassos, registros históricos permitem a compreensão da extensão da problemática à cultura sáfica, não somente no que tange às práticas sexuais, mas, também, às amorosidades, como demonstrado pelo fragmento do livro *Tratado do amor cortês*, de André Capelão (2019). Datado de 1185, o autor comenta que o amor só existe entre pessoas de sexos opostos, não podendo haver amor entre dois homens ou duas mulheres devido à uma proibição da natureza.

As práticas sexuais femininas com penetração realizadas com a confecção de artifícios também chamaram a atenção da ordem religiosa, e, apesar de indicarem uma denúncia, oferecem informações acerca das práticas sexuais medievais. É o caso do trecho descrito por Burcardo de Worms, bispo responsável pela coleção de leis canônicas denominada “*Decretum*”, em que o autor escreve “[...] Fizeste o que certas mulheres têm o costume de fazer, fabricaste uma máquina do tamanho que te convêm, ataste-a na altura do teu sexo ou daquele de uma companheira e fornicaste com outras mulheres más [...]?” (BOEHRINGER, 2016).

O repúdio à sodomia feminina extrapolava o campo social e contaminava, também, a lei: segundo os estatutos das comunas de Camerino e Treviso, mulheres que se relacionassem com mulheres, ou seja, que cometessem tal pecado contra a natureza, deveriam ser atadas nuas a um pelourinho disposto em praça pública, para terem seus corpos queimados no dia seguinte (BOEHRINGER, 2021).

Essa digressão ilustra o legado da intolerância de algumas religiões ocidentais que repudiam vivências de sexualidade que não tem como propósito a reprodução e que seguem sendo reivindicadas na atualidade. Além de sustentar uma hipótese homofóbica em sua natureza, essa interpretação, alimentada também pela academia – que discursa de forma retraída e pejorativa sobre o “amor/vício grego” (BOEHRINGER, 2021) –, suscita o pensamento equivocado de que essa sociedade era imune a normas limitantes e estereotipadas de uma socialização erótica, e, por essa razão, seria necessário controlar e punir tais vivências. O que ocorre, contudo, é que os costumes eróticos e amorosos gregos estavam circunscritos a paradigmas particulares ao período. Não se trata, portanto, de uma cultura de “libertinagem”, mas sim de uma cultura que estabelecia contratos sexuais pautados em outras características e dinâmicas, como, inclusive, a procriação, a transmissão de patrimônios e a pedagogia das iniciações sexuais.

Como previamente mencionado, a aquisição da condição de cidadão era um aspecto crucial nessa civilização. A possibilidade de transmissão de bens e criação de

filhos legítimos que pudessem reivindicar essa posição de cidadania ao atingirem a maioridade tornavam o casamento um elemento central para a ascensão social (BOEHRINGER, 2021). No entanto, apesar de cantos da Era Antiga e registros de epitáfios dos períodos clássico e helenístico indicarem uma abertura para práticas eróticas e afetivas entre os pares no âmbito conjugal, entende-se que essa relação não ocorreria *a priori*. Um casamento poderia ter como consequência uma união apaixonada entre pares e/ou uma vivência de sexualidade prazerosa, mas não existiria nele, por si só, uma condição para que isso ocorresse. Os registros matrimoniais analisados por Boehringer ilustram a pluralidade de discursos sobre as uniões conjugais das(os) antigas(os). Ainda assim, a autora chama a atenção para os contratos matrimoniais e imagens documentadas em recipientes encontrados em uma parcela do Egito povoada por pessoas gregas após a conquista alexandrina. Os dados demonstram tanto a idealização do casamento e da vida das esposas quanto o papel burocrático dos casamentos como uma representação restrita a indivíduos livres que representavam uma aliança entre famílias, não considerando os sentimentos e a vida da futura esposa. Não se tratava, assim, de uma instituição romântica, mas sim de transferência de dotes e controle das mulheres, que passavam da tutoria do pai ao esposo.

A conjugalidade era utilizada como sistema de desigual controle entre homens e mulheres, de forma que na vida grega a dois as mulheres não poderiam manter relações sexuais extraconjugais, arriscando serem vítimas de severas punições e julgamentos caracterizados como “piores que o estupro” (BOEHRINGER, 2021). Já aos homens, esse privilégio era garantido de forma lícita e, por vezes, até mesmo valorizada. Diferentemente do veto moral aos casamentos homoafetivos entre mulheres da atualidade, a união matrimonial não ocorria no período somente devido à impossibilidade de transmissão de bens, na medida em que mulheres ocupavam um *status* social inferiorizado na civilização.

As autoras também apresentam outros complexos aspectos das contratualidades sexuais. Assim, se por um lado a genitália e as práticas sexuais em si não constituíam nem um fator de valorização ou repúdio, inexistindo o opróbrio às relações atualmente denominadas homossexuais, por outro, a condenação moral se dava por critérios de ordem social, como o estatuto dos parceiros, o estatuto conjugal das mulheres, o tipo de ato realizado, entre outros. Um exemplo são as recomendações escritas nas entradas de santuários na Grécia clássica e helenística. Segundo os documentos, o contato com fluidos corporais, caracterizados como “máculas”, como outros comportamentos, entre eles dar à luz, cuidar de defuntos ou ir à guerra, não carregavam em si um caráter condenável e perene. Sugeria-se, apenas, que os sujeitos lavassem os corpos ou esperassem um tempo específico para entrar nos templos. Vale mencionar,

ainda, que não eram feitas diferenciações no que tange às relações entre o mesmo sexo ou com de sexos opostos.

O sistema de normas sexuais era designado pelo paradigma *katá nómon* x *para nómon*, sugerindo, respectivamente, o que era e o que não era adequado socialmente. Esse dualismo se distancia profundamente das interpretações opositoras entre normal x patológico e pecado x virtude, que, diversas vezes atribuídas à Grécia Antiga, simplesmente não cabem em seu contexto. Uma mesma prática poderia ser considerada como *katá nómon* ou *para nómon*, na medida em que a moral sexual era avaliada em função de critérios diversos, de forma exclusivamente estatutária.

Além disso, o fundante papel pedagógico cumprido pela homossexualidade na civilização parece ter sido consensuado entre diversos historiadores do tema. Sob essa perspectiva, no período arcaico as práticas sexuais homoeróticas seriam organizadas como modelos iniciáticos civilizatórios entre homens e meninos, indicando uma assimetria etária e também social. Boehringer (2022) problematiza a generalização dessa tese para as relações homoeróticas entre mulheres e destaca a insuficiência de documentos que permitam supô-la.

Ainda assim, considerando a tendência à projeção entre representações masculinas e femininas, vale ressaltar a crítica proposta por Halperin em sua obra *One Hundred Years of Homosexuality: And Other Essays on Greek Love* (1989).¹⁸ O autor propõe que a “purificação da pederastia do desejo sexual”, marcada pela ideia de uma socialização ritualística realizada somente sob eventualidades prescritas, parte de uma premissa que insiste em isentar os sujeitos de uma preferência pessoal, perpetuando a perspectiva de uma heterossexualidade de ordem natural. O autor não nega a possibilidade de um eixo pedagógico na caracterização dessas relações, mas denuncia a lógica moralista que pauta uma oposição “natural” entre a homossexualidade e a heterossexualidade, que ocorreria tanto na perspectiva de relações entre homens, quanto mulheres.

4. O eros Sáfico

Sem dúvida, a apreensão das contratualidades sexuais fornece uma visão da realidade material da dominação e subjugação das mulheres da época. Contudo, estudá-las não permite o contato com as concepções autênticas acerca do amor e da sexualidade – em especial os amores e erotismos sáficos, que contemplam uma dimensão velada. Esses dois elementos (amor e sexo), apesar de compreendidos como experiências atemporais, são estruturados de maneiras diferentes a depender da conjuntura his-

18 *Cem anos de homossexualidade: e outros ensaios sobre o amor grego*, em livre tradução.

tórico-política em que os sujeitos estão inseridos (BOEHRINGER, 2016). Ou seja, existiam paralelos para as abstrações hoje denominadas “amor” e “sexualidade” na Grécia Antiga, mas a forma de expressá-las, compreendê-las e vivê-las só pode ganhar sentido quando relacionada às condições históricas e culturais do período.

A primeira distinção entre as concepções antigas e contemporâneas reside na linguagem: se o termo “sexualidade” a nada remete na tradição grega, é através do conceito de “eros” que se fala sobre as experiências referentes à intimidade e às paixões na Grécia Antiga. Conforme Boehringer (2021), o termo surge durante o período homérico e passa a ser utilizado de forma não restrita às práticas sexuais, podendo ser evocado em poemas para designar uma satisfação de desejo relativo à comida ou bebida, por exemplo. Já no período arcaico, entre os séculos VII e VI a.C., a expressão passa a designar de forma mais específica as sensações que dizem respeito ao que hoje denominamos amor e sedução. O erotismo diferencia-se do amor moderno e contemporâneo, entre outros fatores, por não poder ser ampliado às relações familiares e entre amigas(os), por exemplo – essa concepção estaria mais próxima do conceito grego de *philia*.

Apesar de cultivar o nome da divindade mitológica – deus Eros, deus da paixão –, o eros era constantemente significado na poesia grega como um impulso arrebatador não antropomorfizado que leva ao desejo sexual por alguém do mesmo sexo ou do sexo oposto, podendo esse desejo ser concretizado ou não. Claude Calame, em sua obra *Eros na Grécia Antiga* (2013), explicita essa dicotomia ao descrever eros como o “doce encanto de um amor, suficientemente concreto para assumir a figura humana e suficientemente potente para agir como uma divindade” (p. 5).

Diferentemente da poesia épica, que por vezes relaciona eros ao desejo de guerra, a poesia mélica se destaca pela expressão erótica associada à música, à emoção e à beleza. A palavra “mélica” deriva do grego *melos*, que significa “canto”, e ressalta a relação entre poesia e música: os poemas líricos eram frequentemente acompanhados por instrumentos musicais, como liras e cítaras, e cantados publicamente por coros de jovens ou pelas(os) poetisas responsáveis por sua escrita (BOEHRINGER, 2021). Esse movimento artístico ocorria em contextos diversos, de festas a celebrações religiosas, e não raras vezes continha passagens homoeróticas femininas. Boehringer, no subtítulo “Eros, o desejo como força”, exemplifica esse dado a partir de uma composição do século VIII a.C., de autoria do poeta Álcman (Fragmento 26). Escrita por encomenda da pólis espartana, a composição cujo eu lírico feminino é explícito e repleto de passagens de sedução e desejo, é cantada e interpretada por meninas jovens. O amor e a sedução entre mulheres, portanto, eram declamados e cantados de forma pública na poesia arcaica, sendo esta marcada por elementos como o sofri-

mento vivido pela disputa entre a ausência e o desejo pelo toque físico, a relevância dos olhares eróticos e as comparações da beleza do objeto erótico a corpos celestes. No fragmento, a figura de desejo denominada Astimelusa é descrita como uma mulher idealizada, que sequer responde ao eu lírico. A comparação do objeto de desejo com os astros confirma a inalcançabilidade amorosa.

Conforme descrito por Livia Gonsalves Toledo (2008), a arte desempenha um valioso papel de explicitação das práticas estabelecidas e aceitas em uma sociedade. Essa posição dialoga com a relevância descrita por Boehringer acerca da função política e pedagógica dos coros juvenis na pólis. Segundo a autora, os coros de meninas e meninos eram considerados estágios importantes na vida de jovens no período arcaico nos âmbitos da educação e da política (Boehringer, 2021).

Apoiando-se em James Smalls, Toledo comenta que as obras artísticas com representações mitológicas produzidas ao longo da história ocidental, sobretudo durante o Renascentismo, ilustraram uma vasta gama de relações homoeróticas entre homens, tornando raras as representações de relações entre mulheres. As poucas obras reconhecidas que retrataram essas configurações afetivas foram desenvolvidas por homens, de forma que não sugeriam uma aceitação da afetividade entre mulheres, mas sim a saciação do prazer masculino fetichizante das relações sáficas.

Esse efeito não ocorre na Grécia Antiga: a análise da obra de autores gregos do período (e.g. Alcman e Anacreonte) permite afirmar que, ao menos na poesia, a fetichização masculina não encontrava sentido, visto que os envolvimento sáficos eram descritos tais quais outras práticas relacionais. Além de encontrarem voz em autores homens que transitavam por eus líricos femininos, as expressões homoeróticas de mulheres também ressoaram na escrita de mulheres, especialmente em Safo.

Nascida em Mitilene, na Ilha de Lesbos, em torno do século VIII (BOEHRINGER, 2021), Safo tornou-se célebre pela escrita de obras poéticas que narravam o erotismo feminino em primeira pessoa – apesar de se tratarem de eus líricos fictícios, não dizendo, necessariamente, de sentimentos vividos pela poeta, mas sim por um eu personagem.

Safo é reconhecida como uma das mais proeminentes poetisas do gênero lírico, apesar de suas obras terem chegado à modernidade de forma esparsa. Como em Alcman, o eros contido em sua produção é, variadas vezes, reconhecido como eros mélico. Caracterizado por tornar tanto homens quanto mulheres reféns de uma paixão extasiante que remete a um estado de perda do controle de si, de invasão de sensações que transformam o sujeito em vítima, esse eros tem a doçura como elemento principal.

O eros de Safo, tal qual os eros mélicos do período, não aponta uma diferenciação

erótica baseada no sexo, de modo que são narradas cenas eróticas de personagens ora com homens, ora com mulheres (embora sejam raras as descrições de relações eróticas entre um homem e uma mulher). A força desse elã se dá pela assimetria entre o desejo daquela(e) que é cativada(o) e a resistência daquela(e) que desperta esse sentimento, instigando sentimentos intensos e paradoxais, que transitam entre a visceralidade e o encanto, o prazer e a angústia. Tais sensações são descritas por Safo como um eros “doce-amargo” (*glukupiros*).

Boehringer (2021) descreve a constante negação dos elementos eróticos na obra sáfica: o desejo de ver o erotismo expresso na obra da autora grega como uma manifestação intensa de amizade entre mulheres atravessou inúmeros autores, como o psicanalista Georges Devereux (1970), que argumenta que as aflições físicas vividas pela personagem eram fruto da percepção de uma anormalidade.

A negação reflete uma lente moralista moderna e contemporânea carregada de LGBTIAPN+fobia, que insiste que o contexto encomiástico narrado não decorre do desejo, mesmo quando se observa a aparição de elementos homoeróticos com componentes físicos e evocações íntimas sofisticadas que seguem o mesmo padrão poético-erótico de outros autores, embora estes nunca tenham tido sua dimensão erótica negada. Por esses aspectos, Boehringer afirma que o amor lírico expresso na obra de Safo só poderia ser percebido de forma erótica no período em que sua poesia foi concebida.

Os amores e erotismos homossexuais femininos descritos por Safo não são apresentados de forma transgressiva, e os sentimentos de angústia e melancolia são descritos em virtude da própria caracterização erótica e mélica do gênero. O eros, assim como na escrita de outros autores do período, nunca é descrito por um viés de estigmatização ou condenação social. Pelo contrário, a disseminação dessa ideologia opressiva só passou a se dar durante o Império Romano, sob influência marcante da tradição judaico-cristã, reconhecida por sua postura extremamente repressora da homossexualidade.

Essa conduta teve como expoentes os imperadores Teodósio I (347-395) e Teodósio II (401-150), que, reconhecidos por terem oficializado o cristianismo no Império Romano, decretaram a condenação de homens homossexuais com tendências “afeminadas” e/ou de “passividade” (COELHO, 2015). Os imperadores, embasados nas perspectivas religiosas da moral e das leis naturais, pregavam que as relações entre homens e mulheres seriam a expressão máxima da vontade divina.

Pouco se fala sobre relações homossexuais femininas nesses documentos, mas a Epístola aos Romanos, supostamente escrita por São Paulo em viagem missionária à Grécia em período similar, denuncia as relações homoeróticas femininas, descreven-

do-as como antinaturais e desviantes (COELHO, 2015). Nesse contexto, uma série de poemas de Safo foi lançada às chamas em dois episódios distintos que se tem notícia – em um primeiro momento no ano de 380 e, posteriormente, no início do Cristianismo (SILVEIRA-BARBOSA, 2023). Segundo Silveira-Barbosa, um fragmento poético resistente a esses ataques e desgastes do tempo declara: “sei que alguém no futuro também lembrará de nós”.

Esse verso deixado pela autora convoca para a análise: o “nós” lírico não é descrito, deixando em aberto se se trataria de um “eu” coletivo empregado para as composições corais ou mesmo se a autora constituiria essa coletividade. As análises feitas outrora neste artigo acerca da inexistência de uma noção identitária mediada pelas orientações sexuais também contribuem para a argumentação de que, muito provavelmente, a palavra “nós” não se refere a comunidade de mulheres que mantinham relações entre si, especialmente porque não há evidências de marginalização do grupo em razão de práticas sexuais. Nesse sentido, certamente não é possível deduzir o significado pretendido pela poetisa nesse trecho, uma vez que sua obra é fragmentada e os registros sobre a homossexualidade feminina na Grécia Antiga não fornecem informações suficientes ou explícitas para que se possa pressupor seu contexto.

Ainda assim, é possível tomar seu trecho emprestado e realocar a frase da autora em uma interpretação contemporânea sem conjecturar suas intenções. Não se pretende, aqui, desvirtuar o contexto original ao conferir novos significados ao verso de Safo, mas sim construir novos sentidos que se alinhem com a realidade atual, como a possibilidade de que a vontade seja expressa pelo desejo de preservação da memória. O uso da expressão “alguém no futuro” indica uma preservação singular, e não por todas as pessoas das gerações seguintes, podendo indicar que não se trataria de uma memória relevante para grupos majoritários e detentores de maiores poderes, mas sim para grupos minoritários que teriam menos registros de uma memória social coletiva.

Essa interpretação sublinha a importância de manter viva a memória e a escrita de mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mulheres. Conduz também ao enfrentamento manifestado nas comunidades femininas ao longo da história que têm resistido aos ataques de aniquilamento de sua memória. A reivindicação da obra sáfica ultrapassa a leitura pura de sua produção, o corriqueiro uso das palavras lésbica e sáfica e mesmo a referência direta e frequente à autora em obras contemporâneas. Trata-se da preservação milenar de perspectivas amorosas e eróticas entre mulheres, que encontram na poesia feminina sáfica um símbolo histórico da luta e do combate à naturalização da heteronormatividade.

5. A resistência não é um luxo: as ressonâncias sáficas em Audre Lorde

Um aspecto central do legado de Safo reside não nas palavras utilizadas em sua poesia, tão particulares e características da vivência grega antiga, mas na possibilidade de uso da escrita como potente ferramenta na fabricação de memórias de grupos dissidentes, em especial o de mulheres que amam mulheres. Nesta seção, buscar-se-á investigar as ressonâncias sáficas na obra de Audre Lorde, autora cuja prosa e a poesia passaram a entrelaçar palavra e resistência, tornando a escrita um instrumento crítico para a consolidação de epistemologias avessas aos imperativos racistas e heteronormativos. Serão descritas duas argumentações – uma sobre a poesia como recurso e, em seguida, o uso do erotismo como poder.

Vale mencionar que essa correlação não visa atrelar à obra de Lorde uma influência direta da autora arcaica, na medida em que não foram encontradas nas fontes utilizadas quaisquer referências à Safo. A relação tecida será feita somente no que tange à relação entre autoras que, cada uma à sua maneira, provocaram reflexões acerca da escrita poética e do erotismo.

Audre Lorde foi uma escritora feminista interseccional negra, lésbica e militante pelos direitos civis, sexuais e raciais. A autora, estadunidense e de ascendência caribenha, tornou-se um expoente nos campos da teoria, práxis e literatura ao se utilizar da escrita para amplificar vozes marginalizadas. Lorde nomeava a sexualidade como parte integrante de si e descrevia sua poesia como uma intersecção entre ela própria e seus mundos (ROWELL; LORDE, 2000), de forma a enlaçar as dimensões política e poética em um único nó, propondo uma relação dialética entre suas vivências e sua escrita.

Sua perspectiva poética é trabalhada com maior detalhamento no capítulo “A poesia não é um luxo”, da obra *Irmã Outsider: ensaios e conferências* (2019). A autora propõe uma análise das estruturas que a cercam ao descrever a estrutura socioeconômica capitalista e imperialista vigente como um sistema determinado pelo lucro, pelas relações de poder hierárquicas e por um processo de desumanização dos sujeitos pelas instituições. Nesse cenário, Lorde demarca um distanciamento epistêmico das produções patriarcais literárias da branquitude. A poesia branca e masculina, arraigada nas profundas raízes coloniais, é denominada como um “estéril jogo de palavras”, que toma a palavra de forma banal e deturpada ao promover não a emancipação, mas a tonificação de sistemas opressivos que são atualizados em estrofes esvaziadas.

No horizonte de exploração dos sujeitos em prol do acúmulo de lucro, a vivência e expressão de sentimentos operam segundo a lógica do racionalismo hegemônico, sobre a qual se espera uma submissão dos sentimentos à razão – tal como a submissão das mulheres aos homens. A submissão feminina citada pela autora é mantida por

meio de uma socialização misógina: ensinadas a respeitar mais seus medos do que a necessidade de significar suas emoções e pensamentos, mulheres carregam o peso de inúmeros silêncios que, com o passar do tempo, tornam-se sufocantes e adoecedores.

Expand-se, também, a análise de Lorde em relação à submissão feminina ao processo de silenciamento instaurado pela maior história de escravização da humanidade, cuja ausência de reparações históricas segue alimentando um trauma colonizador, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil. Segundo Patrícia Hill Collins (2015), a escravização de homens e mulheres vindos de África foi uma instituição profundamente patriarcal, alicerçada na autoridade do homem branco e na propriedade privada. Não é de se espantar que os silenciamentos coloniais incidam ainda hoje na vida dessas mulheres, na medida em que a transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de classes somente atualiza as violências racistas e patriarcais por meio de uma estrutura imperialista opressora.

Os patriarcas brancos nos disseram: “Penso, logo existo”. A mão negra dentro de cada uma de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos: “Sinto, logo posso ser livre”. A poesia cria uma linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária, a implementação da liberdade. (LORDE, 2019, p. 47)

A poeta critica a perspectiva europeia da vida como um “problema a ser resolvido” por ideias racionais e posiciona-se a partir de uma noção contra-colonial da vida como uma experiência com a qual se deve interagir. A poesia, portanto, inverte a tradicional lógica racionalista dominante, que condicionaria a existência à lógica, por um movimento destilador e revelador da experiência. A manifestação poética é metaforizada como “iluminação”, ou seja, iluminam-se os sentimentos por meio da verbalização. A autora argumenta que, apesar de não terem nome ou forma, os sentimentos pré-poéticos já são sentidos pelo sujeito, podendo, assim, o indivíduo “sentir, logo, existir”. A destilação da experiência da qual brotaria a “verdadeira poesia” constituiria a criação do pensamento, uma vez que este só pode ser elaborado por meio do fazer poético.

A tese defendida no ensaio é de que, muito diferentemente de um ato puramente estético ou luxuoso, a poesia é uma necessidade vital para a existência e sobrevivência de mulheres nas sociedades capitalistas.

A relevância política expressa por Lorde é corroborada por Agatha da Luz, Juliana de Miranda e Aiana Silva (2019), que destrincham a importância social e subjetiva da literatura lésbica preta na dimensão raça-sexualidade-gênero. Para as autoras, a literatura negra lésbica é um recurso emancipador de afetos e vivência por proporcionar a possibilidade de essas mulheres serem vistas de forma humanizada por meio da

quebra do não-lugar. Essa ruptura viabiliza movimentos de identificação e pertencimento capazes de liquidar a marca da solidão ancestral (LUZ; MIRANDA; SILVA, 2019), por meio da potencialização do sonho, da esperança e da mudança – ora como linguagem, ora como ideia, mas, posterior e finalmente, como ação tangível (LORDE, 2019). A escrita, portanto, é vista como uma indagação dos processos opressores e, concomitantemente, como uma tarefa.

[...] Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio? Para algumas de vocês que estão aqui hoje, talvez eu seja a expressão de um dos seus medos. Porque sou mulher, sou negra, sou lésbica, porque sou quem eu sou – uma poeta negra guerreira fazendo o meu trabalho –, então pergunto: vocês tem feito o trabalho de vocês? (LORDE, 2019, p. 45)

No trecho, Lorde destaca a relevância da interseccionalidade, descrevendo os elementos interseccionais de suas vivências como mulher negra e lésbica e desafiando as leitoras à ação política de nomear e resistir pela palavra em nome de uma classe que compartilha diferentes eixos de opressão. Trata-se de uma tarefa voltada para a crítica e a autocritica e que convoca a busca pelas palavras, lacunas e silêncios.

Um dos silêncios propostos por Lorde, que, em sua supressão, sufocaria os indivíduos, era o erotismo. A autora reinventa as compreensões acerca do termo a partir de uma perspectiva de vivência do erótico sob uma conjuntura neoliberal racista-patriarcal. Enquanto o erotismo mélico do período arcaico era frequentemente retratado pela idealização frente ao objeto de desejo, a compreensão erótica proposta por Lorde convida a considerá-lo como uma arena para a discussão de poder, identidade, diversidade e resistência.

O ensaio “Usos do erótico: o erótico como poder” é composto por dois momentos: o de análise política e o de reivindicação do erotismo. No primeiro momento, a autora denuncia as estruturas patriarcais e racistas de opressão que permeiam a cultura e a história, argumentando que um dos principais aspectos da dominação feminina se dá por meio da supressão do erótico como fonte considerável de poder e informação. Na sociedade de classes, marcadamente atravessada pela dominação patriarcal de mulheres, o erotismo passa a provocar sensações de culpa e não merecimento, fazendo com que mulheres camuflam seus desejos, abdicando dos prazeres por considerá-los demonizados. Assim, o desejo, tal qual a escrita, passa a fazer parte do domínio masculino – e, segundo a autora, passa a ser frequentemente deturpado por homens e usado contra as mulheres. Lorde (2019, p. 67) denomina essa distorção como “confusa, trivial, psicótica e plastificada”.

A tomada do erotismo pelos homens é exposta pela autora de forma análoga ao processo de alienação do trabalho descrito pela perspectiva marxiana.

O horror maior de qualquer sistema que define o que é bom com relação ao lucro, e não a necessidades humanas, ou que define as necessidades humanas a partir da exclusão dos componentes psíquicos e emocionais dessas necessidades – o horror maior de um sistema como esse é que ele rouba do nosso trabalho o seu valor erótico, o seu poder erótico e o encanto pela vida e pela realização. Um sistema como esse reduz o trabalho a um arremedo de necessidades, um dever pelo qual ganhamos o pão ou o esquecimento de quem somos e daqueles que amamos. (Lorde, 2019, p. 68)

Assim como nas contraditórias relações de trabalho que tornam os sujeitos estranhos a si mesmos e ao seu entorno (MARX, 2002), mulheres descolam-se de suas vontades e prazeres em prol de uma redução pela dominação. Outra aproximação com a obra marxiana ocorre em uma analogia em que a autora relaciona mulheres a formigas, de forma similar às noções de expropriação do trabalho propostas pelo autor. Para Lorde, as mulheres, por ocuparem uma posição social desprivilegiada, seriam “ordenhadas psiquicamente” por homens, tendo a sua “fonte de energia” erótica sugada para suprir o patriarcalismo, tal qual formigas suprem seus líderes com substâncias nutritivas. Essa rejeição ao erotismo e entrega ao poder patriarcal significa, para a autora, uma redução ao abuso e ao absurdo.

Já em um segundo momento, a autora delimita os eixos revolucionários do erotismo, que, segundo sua perspectiva, opera de várias formas, seja pelo gozo físico, emocional, psíquico ou intelectual, sendo sempre atravessado pela capacidade de sentir. A interlocução entre as esferas psíquica e emocional, denominadas pela autora como a dimensão “espiritual”, é inexoravelmente política, produzindo o que ela chamaria das “paixões do amor em seus significados mais profundos” (LORDE, 2019, p. 70).

Nesse sentido, a expropriação do que a autora considera ser uma energia revigorante com potencial revolucionário produz uma costura crítica acerca das fronteiras entre o prazer e a opressão. Se Safo versava sobre o eros doce-amargo, Lorde transita entre os eros revolução-opressão, carregado da doçura potência transgressora e desobediente, mas igualmente amargo pela expropriação opressiva racista-heteronormativa. A leitura de sua obra convida a examinar as potências eróticas como uma força revolucionária provocadora e libertadora, que, ao desafiar as normas estabelecidas, fomenta a resistência e a desobediência de gênero.

6. Considerações finais

Esta pesquisa considerou a relevância do estudo do sofrimento social vivenciado por mulheres sáficas decorrente, dentre outros fatores, da aniquilação de suas memórias. O silenciamento de suas vivências e consequente deslegitimação de suas existências, atuantes em nome de um capitalismo patriarcal-colonial, contribuiu para a marginalização de suas tradições.

O estudo buscou produzir uma releitura da tradicional história da sexualidade por meio da historicização das dinâmicas afetivo-sexuais em articulação com as condições sociopolíticas de mulheres no período. Foram identificadas a hierarquização da civilização, profundamente marcada por um sistema de escravização e restrição da democracia à parcela masculina da população, e a inferioridade política, social e jurídica de mulheres (SAFFIOTI, 1976). Nesse contexto, observou-se a centralidade do matrimônio não como uma instituição romântica, mas como forma de aquisição de cidadania e transmissão de bens (BOEHRINGER, 2016).

Em um segundo momento, foram investigadas as representações poéticas presentes na obra de Safo de Lesbos. O estudo do uso do eros mélico sáfico, similar ao uso de demais poetas do período, corroborou a tese de Boehringer (2022) acerca da inexistência de uma percepção identitária atrelada à orientação sexual na Antiguidade. A obra erótica de Safo também demonstra que as composições líricas homoeróticas femininas eram cantadas em público sem que fossem evocados aspectos de condenação moral, social ou quaisquer sensações de vergonha por parte do eu lírico.

Na contemporaneidade, é possível identificar as similaridades com essas dinâmicas sociais antigas e questionar se, atualmente, pode-se dizer que mulheres gozam de uma cidadania plena tal qual homens brancos. Os altos índices de violência, bem como a negligência médica vivenciada por mulheres sáficas em consultas ginecológicas, por exemplo, quando não são solicitados exames básicos para os cuidados com a saúde sexual, indicam que não. Passados mais de dois mil anos da civilização grega, conclui-se que ainda há, ainda, uma luta contínua pelo acesso a direitos cidadãos básicos e pelo respeito às identidades dissidentes.

Os frequentes ataques LGBTIAPN+fóbicos, alicerçados em uma perspectiva naturalizante da heteronormatividade, também sugerem a necessidade de um movimento de resistência contínuo. As contribuições da autora Audre Lorde, nesse cenário, apontam para a urgência de uma radicalização teórica e prática desse grupo minoritário que é dupla, tripla, quádrupla ou mesmo quintuplamente oprimido – no caso de mulheres trans, pretas e/ou pobres. Os aspectos revolucionários do uso da escrita e do erotismo como táticas de resistência política contrárias ao sistema hege-

mônico branco e patriarcal proposto pela autora corroboram uma perspectiva politizante e emancipatória necessária.

Conclui-se que há urgência na nomeação das experiências sáficas, uma vez que não falar sobre as sexualidades femininas dissidentes significa não pesquisá-las, não legitimá-las e, assim, contribuir para uma reprodução social violenta que negligencia os avanços nos direitos sexuais, de saúde e assistência a esse grupo invisibilizado.

Referências

- AMOROZO, Marcos. Comissão da Câmara aprova projeto de lei que proíbe casamento homoafetivo. *CNN Brasil*, Brasília, DF, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comissao-da-camara-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-casamento-homoafetivo/>. Acesso em: 25 out. 2023.
- ANDRADE, Tadeu Bruno da Costa. *A referencialidade tradicional na poesia de Safo de Lesbos*. 2019. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-08082019-112625>
- ARAGUSUKU, H. A.; LARA, M. F. A. Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 39, n. spe 3, p. e228652, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- BRAMBILLA, Beatriz Borges; KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. O nó exploração-dominação-opressão e a fusão classe-raça/etnia-gênero segundo a Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, Ana M. B. et al. (Org.). *Psicologia Sócio-Histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo: Educ, 2022. p. 81-106.
- BOEHRINGER, Sandra. *Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana*. São Paulo: Unifesp, 2022.
- BOEHRINGER, Sandra. Sociedades Antigas: Grécia e Roma. In: STEINBERG, Sylvie (Org.). *Uma história das sexualidades*. São Paulo: Edições Sesc, 2021. p. 20-47.
- CALAME, Claude. *Eros na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CAPELÃO, André. Tratado do amor cortês. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- COELHO, Rafael Teruel. A tradição judaico-cristã e a homofobia: substratos ideológicos de um preconceito. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13945>
- COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEVEREUX, George. The Nature of Sappho's Seizure in Fr. 31 LP as Evidence of Her Inversion. *Classical Quarterly*, Coventry, v. 20, n. 1, p. 17-34, 1970.
- DOSSIÊ denuncia 273 mortes e violências de pessoas LGBT em 2022. *Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil*, Florianópolis, 8 maio 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolen-ciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 29 set. 2023.
- DOVER, K. *Greek homosexuality*. Londres: Duckworth, 1978.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Instituto Datafolha. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4. ed. São Paulo: FBSP, 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022*. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contrameninas-mulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>. Acesso em: 19 set. 2023.

FLORENZANO, M. B. B. Pólis e oikos, o público e o privado na Grécia Antiga. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA ANTIGA, 1., 2001, Rondonópolis. *Anais [...]*. São Paulo: MAE-USP, 2001. p. 113-118. Disponível em: http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano_polis_e_oikos.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo (Coord.). *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis: Acontece, 2023.

HALPERIN, David M. Prefácio. In: BOEHRINGER, Sandra. *Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana*. São Paulo: Unifesp, 2022. p. 9-17.

HALPERIN, David M. *One Hundred Years of Homosexuality*. Nova York: Routledge, 1990.

IDIER, Antoine et al. *Archives des mouvements LGBT+: une histoire des luttes de 1890 à nos jours*. Paris: Textuel, 2018.

JORDAN, Mark D. *La invención de la sodomia en la teología cristiana*. Barcelona: Editorial Laertes, 2002.

LEITE, Emanuela Vasconcelos. *Contornos da Decisão do STF Sobre as Uniãoes Homoafetivas e a Possibilidade de Conversão das Citadas Uniãoes em Casamento*. 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Constitucional) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2011. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2015/02/Contornos-da-Decis--o-do-STF-Sobre-as-Uni--es-Homoafetivas-e-a-Possibilidade-de-Convers--o-das-Citadas-Uni--es-em-Casamento.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

LEITE, Letícia Batista Rodrigues; SANTOS, Natália Gonçalves de Souza; BOEHRINGER, Sandra. A sexualidade tem um passado? Do êros grego à sexualidade contemporânea: questionamentos modernos ao mundo antigo. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 10, n. 15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/10538>. Acesso em: 10 de outubro de 2023

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUZ, Agatha Leticia Eugênio da; MIRANDA, Juliana Damasceno de; SILVA, Aiana Hana Sarges. Afeto e (Des)Humanização: a literatura negra lésbica como instrumento de luta. *Gênero na Amazônia: Dossiê Mulheres, Política e Poder*, Belém, n. 15, p. 133-143, 2019.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

POLESSO, Natalia Borges. Geografias lésbicas: literatura e gênero. *Criação & Crítica*, São Paulo, n. 20, p. 3-19, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138653/139437>. Acesso em: 25 out. 2023.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROWELL, Charles H.; LORDE, Audre. Above the Wind: An Interview with Audre Lorde. *Callaloo*, Baltimore, v. 23, n. 1, p. 52-63, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Juliana Magalhães dos. *Eros no oikos: Relações de gênero e representações da espacialidade e da sexualidade feminina em Atenas do V século a.C.* 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13361>. Acesso em: 20 nov. 2024.

STEINBERG, Sylvie. *Uma história das sexualidades*. São Paulo: Edições Sesc, 2021.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da; GONÇALVES, Jussemar Weiss. *O lugar da mulher ateniense: entre o oikos e a polis*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES, 2., 2014, Pelo-

tas. *Anais* [...]. Pelotas: Ufpel, 2014. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/eifi/arquivos eletronicos/66.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVA, Vitória Régia da. No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. *Gênero e Número*. Brasil, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulhereslesbicas-sao-estupradas-por-dia/>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. “Boca a boca”: sobre como nós, lésbicas, chegamos até aqui. *Revista Periódicus*, Salvador, v 1, n. 19, p. 123-133, 2023. DOI: 10.9771/peri.v1i19.52755

TOLEDO, Livia Gonsalves. *Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista*. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Conselho de Direitos das Mulheres: entre disputas de hegemonias e contenção de conflitos

Gabriela Alves dos Santos* e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso **

Resumo: O artigo tem como objetivo compreender crítica e dialeticamente as forças políticas presentes no Conselho Nacional de Direitos das Mulheres em seu processo histórico de conquistas e retrocessos desde sua gênese. Para tanto, realiza-se pesquisa documental e bibliográfica. Sustenta-se a concepção de que os conselhos são espaços contraditórios de participação política importantes para o fortalecimento da democratização de políticas sociais, podendo trazer ganhos às mulheres e à luta feminista ainda que dentro dos limites da sociabilidade burguesa. Aponta-se as tentativas de desarticulação e esvaziamento desses espaços enquanto parte do projeto político conservador nas últimas décadas. Reflete-se sobre a indissociabilidade da luta feminista, anticapitalista e antirracista mesmo nos limites da ordem burguesa na luta por direitos e na busca de sua superação no horizonte da emancipação humana.

Palavras-chave: Conselhos de Direitos das Mulheres. Estado. Políticas sociais. Lutas feministas. Direitos sociais.

Resumen: El artículo pretende comprender crítica y dialécticamente las fuerzas políticas presentes en el Consejo Nacional de los Derechos de la Mujer en su proceso histórico de logros y retrocesos desde su génesis. Para ello se realiza investigación documental y bibliográfica. La idea es que los consejos son espacios contradictorios de participación política y son importantes para fortalecer la democratización de las políticas sociales, con la capacidad de traer beneficios para las mujeres y la lucha feminista, incluso dentro de los límites de la sociabilidad burguesa. Los intentos de desarticular y vaciar estos espacios se destacan como parte del proyecto político conservador de las últimas décadas. El artículo reflexiona sobre la inseparabilidad de la lucha feminista, anticapitalista y antirracista, incluso dentro de los límites del orden burgués, en la lucha por los derechos y la búsqueda de su superación en el horizonte de la emancipación humana.

Palabras clave: Consejos de Derechos de las Mujeres. Estado. Política social. Luchas feministas. Derechos sociales.

Abstract: The article aims to critically and dialectically understand the political forces present in the National Council for Women's Rights in its historical process of achievements and setbacks since its genesis. To this end, documentary and bibliographical research is carried out. The idea is that councils are contradictory spaces for political participation that are important for strengthening the democratization of social policies and can bring gains to women and the feminist struggle, even within the limits of bourgeois sociability. Attempts to disarticulate and empty these spaces are highlighted as part of the conservative political project in recent decades. The article reflects on the inseparability of the feminist, anti-capitalist and anti-racist struggles even within the limits of the bourgeois order in the fight for rights and the search for overcoming them within the horizon of human emancipation.

Keywords: Women's Rights Councils. State. Social politics. Feminist struggles. Social rights.

* Mestra e bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

Link do lattes: <https://lattes.cnpq.br/8288729667978515>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8558-8699>

** Doutora em Serviço Social. Professora Associada da graduação em Serviço Social e do programa de pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/4134515951014036>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3524-7623>

“Não serei interrompida! Não aturarei interrompimento de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita.”

Marielle Franco

A insatisfação da sociedade civil quanto à recorrência histórica dos golpes de Estado e o regime ditatorial nos países latino-americanos desencadeou processos reflexivos e organizativos quanto às formas de participação, desembocando na conquista constitucional de mecanismos de participação na esfera de decisão do Estado. Destarte, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela busca da emancipação política por meio da luta pelo fim das ditaduras empresarial-militares e a conquista de direitos políticos e sociais, tendo o Brasil a forte característica da busca de ampliação do Estado por meio da participação da sociedade civil.

O Brasil foi o pioneiro dessa previsão constitucional em 1988, e, posteriormente, Venezuela, Equador e Bolívia foram destaques na proposição de uma constituição alinhada aos valores democráticos e à defesa dos direitos sociais e identitários (em especial no que se refere aos povos originários), em 1999, 2008 e 2009, respectivamente. Esses governos promoveram um deslocamento em relação às orientações neoliberais mais duras dos anos 1990, sem, contudo, propor alterações dos parâmetros de ajustes fiscais. Ademais, foram reconhecidos pelos esforços voltados à redução da miséria e fome, sobretudo com a adoção de políticas sociais focalizadas, o que provocou controvérsias sobre a efetividade desse modelo no combate às desigualdades sociais.

Contraditoriamente, tais conquistas dos direitos sociais na América Latina ocorrem no contexto de crise mundial do capital, momento em que há um processo de diminuição dos investimentos sociais e a recuperação dos valores liberais da economia, como o da autorregulação. Com a crise do *Welfare State* (sequer vivenciado nos países latino-americanos) e do socialismo real na década de 1970, criaram-se as condições sócio-históricas para a ofensiva neoliberal, a qual “[...] restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (Netto, 1994, p.77).

Temos um processo mundial de resposta do capitalismo a mais uma de suas crises (processo cíclico), neste momento pela via de implementação da política neoliberal,

1 Trecho do pronunciamento da vereadora Marielle Franco, na Sessão Plenária do Rio de Janeiro, 08/03/2018, em resposta à manifestação de um vereador contra seu discurso feminista e prol ditadura militar.

que tem como base a diminuição do Estado e, portanto, das políticas sociais. A América Latina, recém-saída das ditaduras, num crescente movimento pela democratização dos espaços públicos e luta dos movimentos sociais, quer seja por direitos civis e políticos, quer seja por direitos sociais, é pressionada pelo mercado financeiro e, em especial, pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) para cortes com o social².

Dialeticamente, será nessa década também que, após a luta contra as ditaduras, a sociedade civil se reorganizará. No caso do Brasil³, há certa prevalência da organização por demandas e/ou grupos sociais, tais como o movimento de moradia, da luta pelos direitos das crianças e adolescentes, das mulheres, de negros/as, dentre outros.

Ocorre, portanto, que temos um adiamento do processo de implementação da política neoliberal em relação a outros países latino-americanos e, ao mesmo tempo, o fortalecimento dos movimentos e suas lutas sociais que se desenvolvem e aprofundam nos anos 2000, mesmo diante da inevitável implantação do neoliberalismo. São conquistados entre as décadas de 1980 e 2010 vários avanços no que se refere às liberdades de expressão e direitos de grupos historicamente oprimidos, em especial mulheres, negros/as e população LGBTQIA+.

A partir de meados da década de 2010, frente a um novo ciclo de crise econômica e política, vivenciamos o esgotamento dos projetos de redistribuição (limitada) de renda e do investimento nas políticas sociais, com destaque à ascensão das forças de direita ao poder mundialmente, novamente num movimento histórico de recrudescimento diante dos avanços progressistas – momento de retomada do liberalismo e radicalização do conservadorismo⁴.

Na América Latina, de maneira articulada com forças da burguesia estadunidense, tal movimento traz uma nova roupagem do liberalismo e do conservadorismo, mesclando elementos do individualismo, do discurso religioso, do antiestatismo e

2 Fruto das ditaduras empresarial-militares, o endividamento dos países da América latina deixa-os extremamente vulneráveis diante das exigências do Banco Mundial e do FMI. Em 1989 ocorre o chamado “Consenso de Washington”, que define “recomendações” a serem seguidas na década de 1990 para ajustes nas economias “em desenvolvimento”, traduzindo a política neoliberal.

3 Na maior parte dos países latino-americanos, a saída das ditaduras é marcada pela luta por direitos civis e políticos, em especial contra militares e empresas envolvidas nos golpes. No Brasil temos a Lei da Anistia, que, de certa maneira, silencia a luta por punição dos envolvidos diretamente no golpe.

4 “O conservadorismo reacionário apresenta-se como avesso a qualquer espécie de reforma útil à estabilidade da própria sociedade do capital. [...] Trata-se de um conservadorismo que não apenas refuta qualquer espécie de reforma dentro da ordem, como também estrutura outro tipo de senso comum que imprime, nas diferentes esferas da vida social, formas de ser e de pensar comprometidas com a destruição de conquistas civilizatórias que se constituíram sem abalar substancialmente a propriedade privada e a reprodução ampliada do capital como relação social que expropria e concentra/centraliza riqueza” (Sant’ana; Silva, 2020, p. 352-353).

do nacionalismo, com repercussões diretas aos direitos das mulheres, negros/as e população LGBTQIA+.

A radicalização do conservadorismo é uma resposta às conquistas obtidas pelas lutas dos/as trabalhadores/as. É necessário reconhecer que, num sistema capitalista-racista-patriarcal, atacar direitos é manusear as desigualdades econômicas, raciais e de gênero, é estratégia de manutenção do sistema de opressões e hierarquização de relações. E as mulheres são grande alvo nesse cenário. A busca pelo controle de nossos corpos e vidas, da manutenção da hierarquização dos sexos, da submissão e adequação das mulheres ao mundo patriarcal é estratégia central para que estejamos submetidas à disciplina do trabalho remunerado e não remunerado, sejamos expropriadas de nossos corpos e colocadas como objeto sexual e máquinas reprodutoras (Federici, 2023).

Nessa quadra histórica, desde o processo de redemocratização no Brasil, é possível perceber que, embora os movimentos de mulheres (nem todos feministas) convirjam à reivindicação dos direitos humanos das mulheres, decerto, há heterogeneidade teórica e pragmática entre si e no seu interior, como nas concepções de caráter liberal, socialista, radical, pós-moderna, entre outras.

Sabemos, pois, que a luta pelos direitos humanos das mulheres, mesmo que atrelada a lutas mais amplas, em especial de combate ao racismo, não acabará, por si só, com a tríade capitalismo-patriarcado-racismo. É fundamental haver nitidez das limitações da luta por direitos dentro do Estado burguês. Não há revolução por meio das políticas sociais e por dentro do Estado. No entanto, partimos aqui da premissa da importância, e por que não dizer vitalidade, da luta pelos direitos das mulheres numa perspectiva antirracista, mesmo dentro desta ordem social – luta que passa por nos mantermos vivas e transformarmos as possibilidades de cada uma e todas nós de uma vida digna, hoje, e para as futuras gerações.

Em um cenário de ameaça histórica dos direitos das mulheres e enfraquecimento dos mecanismos de controle social, afirmamos que estes têm uma dada dimensão democrática e que são espaços (possíveis) de disputas e de resistência para a defesa e fortalecimento dos direitos das mulheres. Assim, acreditamos na importância de discutir sobre os mecanismos de controle e participação social como uma das tantas estratégias de resistência, no sentido de aperfeiçoá-los, visto que a direção social das políticas sociais está vinculada aos processos econômicos, políticos e sociais de cada contexto histórico (Behring; Boschetti, 2009).

É nessa direção que este artigo apresenta os resultados obtidos a partir de pesquisa qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo é compreender as forças políticas no interior do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres

entre os anos de 1985 e 2020. Tecemos considerações sobre as estruturas coloniais e patrimonialistas na formação sócio-histórica brasileira, a luta plural das mulheres e os limites da democracia burguesa. Apontamos ao longo do estudo que os conselhos são espaços de contradições e disputas. Seu enfraquecimento é um projeto político, e há de se desenvolver estratégias políticas num contexto de polarizações e colisões entre os feminismos na contemporaneidade. Adotamos como perspectiva a necessidade de encampar a luta por direitos conjuntamente com as lutas antipatriarcais, anticapitalistas e antirracistas mais amplas.

Premissas para a compreensão do papel e importância dos conselhos de direitos

A concepção hegemônica de democracia do século XX, ancorada no modelo de representação e fundamentada por teóricos como Schumpeter (1961), Dahl (1997), Huntington (1994) e Przeworski (1999), entra em cheque a partir de meados do referido século, diante de importantes acontecimentos históricos que envolvem a participação popular. Nessa concepção, a democracia é entendida como “[...] um sistema institucional, para tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (Schumpeter, 1961, p. 328).

A luta política dos movimentos sociais contra as ditaduras na América Latina, bem como a independência dos países africanos e as experiências socialistas no Leste Europeu e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), possibilitaram a emergência de diversos atores sociais na cena política, como os/as negros/as, as mulheres, os povos originários, os/as quilombolas, pessoas LGBTQIA+, dentre outros/as, dando base para a construção de referências contra-hegemônicas à perspectiva de democracia. Partindo do pressuposto de que o modelo representativo não garante a incorporação das demandas das identidades “minoritárias” no campo político, a concepção de democracia participativa visa a contrapor-se à concepção hegemônica.

Consideramos que, “[...] se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático” (Freire, 1967, p. 92). Na perspectiva freiriana, a democracia, antes de ser uma forma política, é uma forma de vida, na qual os sujeitos devem ter condições para participarem efetivamente do debate público. Nesses termos, a participação é a democratização da vida cotidiana e tem uma função educativa (Pateman, 1992). A transição do homem/mulher massificado/a para aquele/a com uma postura crítica requer uma educação voltada à responsabilidade social e política (Freire, 1967).

Nessa perspectiva, não temos a visão ingênua (messiânica), liberal ou meritocrática de que a participação social é a garantia da democracia e cidadania em sua radicalidade, para além de suas formas burguesas. Compreendemo-la como condição necessária à vida em coletividade, inclusive enquanto mediação para a construção da emancipação política, tendo como horizonte, a emancipação humana.

No capitalismo, a cidadania e a democracia burguesas são construídas em torno da igualdade formal, e sua transformação em igualdade social real pressupõe o fim da hierarquização e opressão das relações sociais e, portanto, necessariamente, a coletivização dos meios de produção. Visto que universalizar os meios de produção é incompatível com o capitalismo, universalizar o poder também o é, e não serão os meios formais e institucionais de participação e controle social que garantirão tal universalização.

É necessário, portanto, termos a nitidez de que a defesa da democracia em sua radicalidade é incompatível com a atual sociabilidade, mas condição necessária mesmo nesta ordem social. Na perspectiva de não cair em visões reducionistas sobre a democracia, compreendemos os conselhos de direito como parte da democracia-método e não como democracia-condição:

Por democracia-método deve entender-se o conjunto de mecanismos institucionais que, sob formas diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem, por sobre a vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas sociais; quanto à democracia-condição social, ela não é um simples conjunto de institutos cívicos, organizados num ordenamento político, mas um ordenamento societário em que todos, a par de opiniões e opções políticas e sociais, têm iguais chances de intervir ativa e efetivamente nas decisões que afetam a gestão da vida social. (Netto, 1990, p. 84-85).

Quanto à cidadania, observamos a edificação de uma esfera política apartada da econômica, que privilegia os imperativos do mercado, reduzindo o direito à cidadania ao caráter formal e abstrato, o que significa a igualdade civil coexistente com a desigualdade socioeconômica, deixando intacta a exploração de classe (Wood, 2003).

A concepção moderna de cidadania se assemelha à tradição romana, ao passo que enfatiza a cidadania enquanto *status* legal, ou seja, a lei assume um papel central na manutenção e regulação do direito à posse. Ocorre que compreender a identificação do liberalismo clássico com o patriarcado moderno aponta uma ficção política, a qual preconiza uma igualdade abstrata que produz desigualdades políticas e sociais.

Como aponta Silva (2009), a ideia de cidadania passiva e ativa é uma categoria jurídica que traduz uma dada concepção sobre a igualização, sendo que no liberalismo clássico o princípio da igualdade assumiu mais que um significado restrito à

igualdade perante a lei, abarcando também a ideia de igualização socioeconômica, educacional e civilizacional. O alcance à universalização dos direitos dependia de que os/as sujeitos/as transitassem individualmente e/ou coletivamente de um indivíduo inacabado para um indivíduo autônomo, por meio do mérito ou de reformas legislativas.

O que se coloca é que, no século XIX, o debate sobre a cidadania centrou-se na adequação a um tipo moral e social homogêneo para ingresso no espaço público, o que implicou rejeitar as diferenças culturais e de sexo/gênero e preservar as desigualdades sociais e políticas, traduzidas no não acesso aos direitos políticos e civis, sob o discurso de que a desigualdade seria transitória. No caso das mulheres, por exemplo, além do fundamento da ordem da natureza, a noção de cidadãs passivas foi associada à falta de acesso à educação, lida como um atraso civilizacional que seria suprimido com o “progresso”.

Na teoria política moderna, o Estado emergiu como soberano do domínio universal e público, visto ainda enquanto um ente imparcial. O Estado foi, então, apartado da sociedade, assumindo a figura do árbitro neutro que regula as atividades da economia competitiva. Conforme Young (2012), a concepção de uma justiça imparcial trouxe funções ideológicas, como a perspectiva de neutralidade do Estado, de legitimidade da autoridade burocrática e os processos decisórios hierárquicos. Reforçou, ainda, a opressão, pois não se colocou em voga o fato de que o aparato jurídico é regido por grupos privilegiados. Compreender o Estado enquanto domínio público de decisão imparcial significou alimentar o discurso de que a justiça atende todos os interesses da coletividade.

Como apontou Young (2012), o discurso da justiça e dos direitos preconizou uma suposta imparcialidade, sob a justificativa de que deveria prevalecer a vontade geral ante os interesses particulares. Ocorre que a busca pela imparcialidade reduziu a pluralidade à unidade, o que significou negar as diferenças para a manutenção de um bem comum formulado sobre uma perspectiva burguesa, racista e sexista.

Junto à dicotomia “vontade geral *versus* interesses particulares”, emergiu também a dicotomia entre razão e sentimento, pois os desejos e paixões foram tomados como irracionais e contrapostos à formulação da teoria moral imparcial, o que implicou a divisão entre o público e o privado, numa perspectiva de colocar os interesses, as necessidades e os desejos concretos dos/as sujeitos/as enquanto algo privado e subjetivo. Ora, se a divisão entre razão e sentimento é associada, respectivamente, à feminilidade e à masculinidade, o domínio público foi contraposto à natureza feminina, o que significou excluí-las da participação do público cívico moderno. Em síntese:

Análises feministas recentes sobre a dicotomia entre público e privado na teoria política moderna sugerem que o ideal do público cívico como imparcial e universal é, em si, suspeito. Políticos e teóricos políticos modernos proclamaram a imparcialidade e a generalidade do público e, ao mesmo tempo, muito conscientemente consideraram adequado que algumas pessoas – mais especificamente mulheres, não brancos e, às vezes, os não proprietários – dessem ser excluídas da participação nesse público. Se não foi apenas um erro, isso sugere que o ideal do público cívico como expressão do interesse geral, do ponto de vista imparcial da razão, resulta, ele próprio, em exclusão. Ao pressupor que a razão se opõe ao desejo, à afetividade e ao corpo, essa concepção de público cívico exclui aspectos corporais e afetivos da existência humana. Na prática, essa suposição impõe a homogeneidade ao público cívico, excluindo do público aqueles indivíduos e grupos que não se encaixam no modelo do cidadão racional capaz de transcender corpo e sentimento. Essa exclusão tem base dupla: a tendência a opor razão e desejo e a associação dessas características a alguns tipos de pessoas. (Young, 2012, p. 185).

Sob esse prisma, é fundamental considerar a discussão da esfera pública com o devido enquadramento teórico-social comprometido com a perspectiva feminista, senão incorre-se no risco de reduzir os parâmetros substantivos de justiça à lógica universalista, numa ode à democracia e cidadanias burguesas como fiadoras de uma sociedade realmente justa. A interpretação das necessidades sociais reflete uma razão moral em um dado contexto estrutural, lido aqui enquanto patriarcal e que traz implicações à construção de consensos.

Do que se trata, portanto, é ter consciência de que a busca de consensos numa sociabilidade desigual, com tamanha hierarquização e opressão de classe, raça e gênero, sempre expressará o desejo e necessidades machistas e racistas se não houver nitidez dos projetos em disputa por hegemonia. É necessário lutar pela hegemonia de um projeto anticapitalista, feminista e antirracista.

Cabe destacar que a hegemonia “[...] significa, em primeiro lugar a capacidade de direção, de fazer-se aceitar, de obter o acatamento e o consenso do conjunto da sociedade a partir da organização e da ação de um grupo em relação aos demais grupos da sociedade” (Faleiros, 1997, p. 95). Nesses termos, a hegemonia é ético-política, ou seja, não se trata de mera dominação econômica, mas refere-se a uma dominação econômica e política com dada direção intelectual e moral que exprime consensos e coerções, passíveis de crises hegemônicas, o que desponta que ela não é imutável, e sua não manutenção abre espaços a novas hegemonias.

Compreendendo o materialismo histórico-dialético enquanto filosofia da *práxis*, entendemos que a conquista pela hegemonia não se dá de forma casual, mas abrange um processo político complexo, permanente e dialético, com vistas ao despertar da

consciência individual e coletiva, engendrando rearranjos sociais, políticos e econômicos capazes de romper com esta base material e as superestruturas daí decorrentes. Noutros termos, quanto à consciência individual e coletiva:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (Gramsci, 1999, p. 103).

Pensando no movimento feminista e de mulheres como sujeitas coletivas, a disputa pelo espaço público e da hegemonia de um projeto feminista é fundamental. Numa visão ampla do Estado, a luta das mulheres enquanto sujeitas coletivas por participação e controle social pode ser uma das estratégias na luta pela emancipação política? Seriam os conselhos de direito espaços de disputas de hegemonias e/ou manutenção de conflitos? E ainda, ao considerarmos que a emancipação humana tem limites estruturais na ordem burguesa, seria possível despatriarcalizar e desracializar o Estado por meio das instituições, levando em conta que a função política do Estado é favorecer o bloco no poder⁵?

Consideramos que os direitos da cidadania burguesa estão vinculados aos valores burocráticos capitalistas. O aparelho estatal não é ocupado exclusivamente pelos proprietários dos meios de produção de forma intencional, pois isso nutre a lógica da liberdade jurídica e da igualdade formal (Poulantzas, 2019). Ainda que a gestão das políticas sociais possa ser ocupada com maior diversidade, é ilusório crer que o corpo burocrático é de acesso universal. O Estado tem uma dimensão classista, racista e patriarcal, o que significa compreender suas limitações para transformação social.

Por sua vez, em uma perspectiva gramsciana de Estado ampliado, conseguimos entender que este não tem somente um caráter coercitivo, mas assume caráter dual, pois atende tanto os interesses da burguesia quanto da classe trabalhadora, a partir da organização da sociedade civil e da sua correlação de forças. A esfera econômica (estrutura) não se reduz à produção de mercadorias, mas envolve o conjunto de relações sociais, políticas, jurídicas e culturais (superestrutura), o que caracteriza estrutura e superestrutura enquanto indissociáveis.

Interessa-nos nesta reflexão compreender a busca da hegemonia, de construção

⁵ Bloco do poder é a unidade contraditória entre as frações de classes proprietárias; isto é: a burguesia não é homogênea, mas, entre suas convergências e divergências, detém o poder, tendo uma fração de classe hegemônica (Poulantzas, 2019).

de consensos e de direcionamento político por meio da sociedade civil nesse novo modelo de governança, que inclui os conselhos de direitos. Não se pode perder de vista que o fio condutor desta análise é que a base econômica, de fato, determina as superestruturas, mas, nestas, há a possibilidade de mediações feitas pela sociedade civil; aqui o conselho é situado como parte do Estado ampliado, e os movimentos de mulheres como parte da sociedade civil, entendidos na perspectiva gramsciniana.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no ‘governo jurídico’. (Gramsci, 1999, p. 20).

O que queremos destacar é que na sociedade civil as classes estão buscando exercer sua hegemonia. O Estado, por ter a função de organizar o bloco no poder, está mediando as relações de dominação e subordinação a partir da correlação de forças, o que o situa no campo da luta de classes. Dada a sua autonomia relativa frente ao bloco do poder, opera ao mesmo tempo para assegurar a reprodução das relações de produção e possibilitar mecanismos de participação no âmbito social e econômico.

A emergência dos direitos circunscreve-se na lógica do contraditório como expressão dos compromissos assumidos pelo bloco do poder, a partir da conjuntura e correlação de forças. Ao analisar as políticas sociais é necessário compreendê-las enquanto “[...] processos e resultado das relações contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (Behring; Boschetti, 2009, p. 36).

Trata-se de uma perspectiva que busca capturar a totalidade ao compreender o caráter contraditório das políticas sociais, uma vez que atendem tanto aos interesses da burguesia quanto do proletariado. Extrapola, portanto, uma compreensão unilateral, uma vez que essa discussão pode tendenciar para a compreensão de que são expressões exclusivas do Estado ou que são estritamente resultado da luta das classes trabalhadoras; ambas neutralizam a dimensão política do Estado e podem reduzir a função da política a mero mecanismo de cooptação da classe trabalhadora (Behring; Boschetti, 2009).

Consideramos os aparelhos hegemônicos, entre eles os conselhos, como a “[...] condensação material de uma relação de forças dentro de uma classe ou aliança de classes que permite a ela confrontar o seu antagonista num nível propriamente político” (Thomas, 2009, p. 226). Assim, o poder político não emana apenas do Esta-

do, mas também dos projetos hegemônicos das classes sociais. Coadunaremos que existem aparelho(s) hegemônico(s) no plural. Significa dizer que há um conjunto de instituições que mapeiam como as classes sociais ascendem ao poder por meio de uma “[...] intrincada rede de relações sociais na sociedade civil” (Thomas, 2009, p. 224-225).

Os conselhos são caracterizados como instâncias de deliberação, avaliação e fiscalização das políticas sociais. São reconhecidos por inaugurarem um novo modelo de representação ao terem como principal característica a composição paritária entre representantes da sociedade civil e do Estado, em nível federal, estadual e municipal. Sua implementação depende de leis ordinárias estaduais e municipais, e o repasse de verbas está condicionado à sua criação. Em síntese:

Os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política. Se efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas sociais, pois se relacionam ao processo de formação das políticas e tomadas de decisões. Com os conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública. Eles criam uma esfera social-pública ou pública não estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, porque eles viabilizam a participação dos segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços nos quais se tomam as decisões políticas. Se o Estado e as políticas neoliberais “desconstroem” o sentido público, retirando sua universalidade e remetendo para o campo do assistencialismo e da lógica do consumidor de serviços, os conselhos têm a possibilidade de reaglutinarem esses direitos fragmentados, reconstituindo os caminhos de construção da cidadania que está sendo esfacelada. (Gohn, 2011, p. 91-92).

É considerando essas premissas que entendemos os conselhos e nos propomos a realizar uma reflexão crítica e dialética sobre o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, a partir da retomada de sua história repleta de conquistas e retrocessos desde sua gênese, bem como apontar a importância desse espaço para a luta das mulheres e do feminismo no Brasil.

Conselho de Direitos das Mulheres: possibilidades, desafios e contradições

Partimos da compreensão de que os movimentos feministas são sujeitos políticos coletivos que se caracterizam pela consciência crítica das mulheres quanto à desigualdade entre os sexos nas relações de produção e reprodução da vida social, propondo a redefinição do papel da mulher na sociedade e repensando as condições à sua emancipação política, a partir da dialética entre teoria e *práxis*. Em síntese,

consideramos feminismo como:

[...] a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. (Garcia, 2011, p. 13).

Importante destacar que o movimento social reconhece que não há universalidade do “*ser mulher*” e se contrapõe a uma perspectiva determinista que reduz e/ou nega a potencialidade dos/as sujeitos/as. A busca por não essencializar o “*ser mulher*” recai no paradoxo: como é possível autodefinir as experiências femininas sem essencializar e, ao mesmo tempo, trazer à tona o reconhecimento e unidade entre os movimentos de mulheres? (Segato, 1997).

Longe de solucionar o dilema, o que se pauta é a compreensão de que há uma estrutura que produz e reproduz relações sociais hierárquicas entre os sexos, fundamental à construção cultural e histórica dos valores que moldam os comportamentos associados ao masculino e feminino, e imprimem aos sujeitos sua identidade coletiva. A categoria mulher, evidentemente, não é estanque e não se confunde com uma categoria universal, senão, incorrer-se-ia no risco de negar as particularidades do ser mulher, prevalecendo, tendenciosamente, um feminismo academicista e ocidental. Assim, a diversidade dos movimentos revela o combate à universalização da mulher e conflui ao desafio de criar uma identidade que denuncie e supere a subalternidade das relações sociais de sexo (Segato, 1997).

Compreende-se que tal subalternidade é estruturadora e estruturada pelo sistema capitalista e o racismo numa unidade-diversa desde a constituição desse sistema social centrado na opressão e hierarquização das relações de classe, raça e gênero/sexo, que tiveram no processo de colonização e de caça às bruxas (Federici, 2019) as pré-condições para sua constituição mundialmente. Dominação, portanto, que constrói a estrutura e superestrutura da sociabilidade burguesa.

No Brasil, como um dos países colonizados, as bases de constituição do Estado se deram a partir de uma formação sócio-histórica marcada pelo escravismo e patriarcalismo. Suas raízes histórico-culturais revelam nossa inexperiência democrática, pois a base escravista é antagonica a uma estrutura política democrática e popular, e nosso processo de inauguração de um Estado formalmente democrático edificou-se sobre uma mentalidade feudal e de não participação do povo.

A constituição de um Estado formalmente democrático no Brasil, é, portanto,

herdeira da lógica colonial: racista e machista. “Herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierárquicas” (Gonzalez, 2020, p. 143).

Destarte, a própria defesa do Estado democrático, ainda que dentro da ordem burguesa, foi uma questão para o Brasil desde sua formação, o que trará diversos impactos para a luta de sujeitos/as coletivos/as pela hegemonia e por espaços de participação social e garantia de direitos.

Especificamente no que se refere às lutas das mulheres, as divergências entre os feminismos acentuaram-se na década de 1980, sobretudo com a pauta das formas tradicionais de organização da esquerda. A transição democrática e a reforma econômica neoliberal propiciaram um contexto favorável à massiva integração das mulheres nas estruturas estatais a partir das cotas parlamentares e a incorporação de pautas feministas na agenda governamental, impulsionadas pelo seu reconhecimento na luta democrática e pela preocupação em atrai-las enquanto eleitoras.

A partir da implementação dos conselhos e das organizações não governamentais (ONGs) discutia-se sobre a “institucionalização dos movimentos” ou sua atuação autônoma. Considerava-se que, com a inserção das mulheres nas estruturas estatais, o movimento seria desradicalizado. Ponderamos aqui que a aproximação entre Estado e sociedade civil, de fato, pode trazer reveses às lutas sociais; o que não significa considerar que qualquer aproximação represente desmobilização, burocratização, desradicalização, cooptação e/ou subordinação.

Conforme Pinto (2003), a criação dos Conselhos de Direitos da Mulher foi uma reivindicação iniciada durante a mobilização das campanhas Diretas Já, mais especificamente pelo Movimento de Mulheres pelas Diretas Já. Com a redemocratização, a oposição assumiu parte dos governos estaduais, e as feministas dos partidos receberam cargos estaduais, articulando a instituição do Conselho da Mulher como instrumento para a defesa das suas demandas. A institucionalização não foi consenso entre as feministas, pois aquelas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) tendiam à perspectiva radical do feminismo, indicando que o movimento poderia perder sua autonomia e que as transformações profundas nas relações de poder não poderiam advir da relação estreita entre os movimentos sociais e o Estado.

A polarização do feminismo perpassava o debate sobre as possibilidades e os limites do conselho. Destarte, sua análise pressupõe compreender o seu caráter duplo:

Implicam, de um lado, a ampliação do espaço público – atuando como agentes de mediação dos conflitos remando, portanto, contra as tendências das políticas neoliberais de suprimir os espaços de mediação de conflitos; mas, de outro lado, dependendo da forma como são

compostos, poderão eliminar os efeitos do *empowerment*, no sentido de pertencer dos indivíduos, e reafirmar antigas práticas herdeiras do fisiologismo. Como tal, carregam contradições e contrariedade. Tanto podem alavancar o processo de participação sociopolítica de grupos organizados, como estagnar o sentimento de pertencer de outros – se monopolizados por indivíduos que não representem, de fato, as comunidades que os indicaram/elegeram. (Gohn, 2011, p. 112-113)

Desse modo, os conselhos disputam hegemonias, podendo constituir-se enquanto terreno de manutenção da ideologia da classe dominante ou espaço de confronto e resistência.

No Brasil, o primeiro conselho das mulheres foi o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) criado pelo governador de São Paulo Franco Montoro (PDT, 1982/1985) no ano de 1983, mediante o Decreto nº 20.892, de 4 de abril de 1983. Já em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) mediante a Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Na época, o conselho era vinculado ao Ministério da Justiça, com autonomia administrativa e financeira, composto por 17 integrantes e três suplentes, escolhidos pelo presidente da República, cuja finalidade era: “[...] promover em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País” (Brasil, 1985).

Após a criação do CNDM, o órgão desempenhou uma intervenção importante no processo de incorporação das demandas feministas no aparato jurídico brasileiro, a exemplo da sua exitosa participação no processo de elaboração na Constituinte de 1988. O conselho realizou campanhas nacionais na televisão e em outdoors com o slogan: “Constituinte pra valer tem que ter os direitos da mulher!”. Ademais, realizou um evento em Brasília, cujo produto foi o documento “Cartas das mulheres”, de autoria de um conjunto amplo de mulheres de todo o país, entre lideranças sindicalistas, políticas, acadêmicas, entre outras, que buscavam sistematizar as reivindicações feministas para envio ao Congresso Nacional. As pautas perpassavam a defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, da educação pública gratuita e universal, da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), além das reivindicações específicas sobre os direitos das mulheres: “Para muitas feministas, esta carta sistematizou reivindicações históricas das mulheres que terminaram por serem convertidas em direitos constitucionais, numa vitória que, segundo as mesmas, contemplou algo em torno de 80% de suas demandas” (Silva, 2012, p. 43). À luz da Constituição Federal (1988), observamos incorporações no aparato jurídico brasileiro, como o comprometimento em assegurar o aleitamento materno entre presidiárias, o direito à licença à gestante,

a igualdade de direitos e deveres na sociedade conjugal, o título de domínio e concessão de uso conferido às mulheres, a incorporação à previdência social às trabalhadoras domésticas, entre outras.

O órgão teve uma atuação importante no cenário internacional ao representar as mulheres brasileiras na II Conferência Internacional de Direitos Humanos da ONU, em Viena (1993); na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, em Belém/PA (1994); na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, Egito (1994); e na IV Conferência Mundial da Mulher, em Bejing, China (1995).

Ademais, conforme Pinto (2003), o processo de construção da Constituinte foi marcado pela mobilização da sociedade civil em torno das emendas populares, as quais deveriam conter pelo menos 30 mil assinaturas para serem aprovadas. Entre as 122 emendas que foram enviados ao Congresso, quatro tratavam especificamente dos direitos das mulheres, somando 243.068 assinaturas. O conteúdo versava sobre aposentadoria das donas de casa, saúde da mulher, planejamento familiar, direito de posse e propriedade para a mulher, legalização do aborto, entre outros.

Já entre os anos de 1990 e 1995, a Era Collor promoveu a política de enxugamento dos gastos públicos, o que inviabilizou financeiramente o conselho, com a extinção do Fundo Especial dos Direitos da Mulher. Esteve em curso o desmonte do conselho no ano de 1989, quando o ministro da Justiça renovou o quadro de conselheiras de forma arbitrária, provocando uma grave crise institucional de representação.

Somente em 1996 o CNDM foi reativado pelo fato de o Brasil ter assumido o compromisso de desenvolver políticas de proteção à mulher nos tratados internacionais. No entanto, o CNDM não tinha estrutura administrativa e orçamentária para o desenvolvimento de políticas sociais às mulheres. Até então, o CNDM, com a parceria dos ministérios, vinha assumindo caráter de executor das políticas sociais, desviando-se da sua finalidade de órgão aconselhador e orientador das políticas sociais (Pinto, 2003).

Em decorrência do caso de Maria da Penha Fernandes, no ano de 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por negligência e omissão nos casos de violência doméstica, recomendando que o país criasse uma legislação específica de proteção às mulheres em situação de violência doméstica. Sem estrutura financeira e estrutural, o CNDM passou a reivindicar a criação de um órgão gestor do governo, com dotação orçamentária própria, com vistas à implementação das políticas sociais de gênero. Daí desembocou a criação da Secretaria dos Estados dos Direitos da Mulher (Sedim), com status de ministério, mediante a Medida Provisória nº 37, de 8 de maio de 2002, que foi reestruturada no governo do presidente

Luís Inácio Lula da Silva através da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, responsável por transformar a Sedim em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), além de transferir o CNDM do Ministério da Justiça para a SPM, cujo objetivo era:

À Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo com vistas à promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos a igualdade das mulheres e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias. (Brasil, 2003b).

A partir de 2003, observamos a permeabilidade das demandas das mulheres no aparato jurídico, sobretudo em virtude da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, na figura de Luís Inácio Lula da Silva. Diante da criação da SPM, a partir do decreto nº 4.773, de 07 de julho de 2003, o CNDM passou por uma reestruturação institucional, o que o tornou órgão colegiado de caráter consultivo que integra a estrutura básica da SPM, sem autonomia financeira e administrativa, tendo como algumas de suas competências “[...] participar na elaboração de critérios e parâmetros para formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar condições de igualdade às mulheres, inclusive da proposta orçamentária da União” e “[...] participar da organização das conferências nacionais de políticas públicas para as mulheres” (Brasil, 2003a).

Quanto à Conferência Nacional das Mulheres (CNPM), essa expressa a extensão dos processos de participação política e a busca pela construção de políticas às mulheres. O CNDM, ao ser o organizador das pré-conferências, assumiu a responsabilidade de aproximação e articulação com os movimentos de mulheres, sendo lócus para privilegiado para reunir os processos políticos que direcionam as políticas sociais às mulheres (Santos, 2021).

Fruto da conferência, em 2004, a SPM lançou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), no sentido de reafirmar o comprometimento do governo brasileiro com a promoção de políticas direcionadas às mulheres que tivessem como

perspectiva alterar as desigualdades existentes no país (Brasil, 2004), adotando, para tanto, o diálogo com movimentos sociais.

Não obstante os avanços, circunscritos num período de ampliação popular na direção das políticas sociais, a partir de 2013, esteve em curso um processo de criminalização dos movimentos sociais e o fortalecimento do conservadorismo, o que trouxe um cenário de ameaças sobretudo aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Assim, foram travadas discussões no interior do conselho e na sua articulação com a SPM, a exemplo do debate sobre a Norma Técnica de Atenção ao Abortamento Seguro, responsável por ditar sobre a orientação de profissionais quanto aos cuidados no processo de abortamento para as mulheres no serviço de saúde; da discussão quanto à tramitação do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que, sob o discurso da proteção integral ao nascituro, retrocedia nos direitos reprodutivos das mulheres a partir da criação do “Bolsa Estupro⁶”; e da discussão e posicionamento oficial do conselho pela abordagem de gênero nos currículos escolares, na contramão do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), que retirou o conceito de gênero e suas dimensões, como orientação sexual, das práticas escolares (Santos, 2021).

Ainda, como sintetiza Santos (2021), entre 2013 e 2015, tiveram destaque as seguintes discussões no CNDM: a) PEC 66/2012, responsável por estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais; b) reforma política, na perspectiva de ingresso das mulheres no espaço público; c) Fórum dos Partidos Políticos, na perspectiva de retomá-lo enquanto espaço de discussão sobre mulheres na política e sua participação popular; d) Fórum de Instâncias de Mulheres nos Partidos, resgatando sua importância para a construção da ocupação das mulheres no poder político institucional; e) Política de Saúde Feminista, buscando reivindicar uma visão feminista na política de saúde; f) discussão sobre a criação da legislação sobre feminicídio. Nesse período, a composição do conselho permitia maior resistência em seu interior e qualidade nas discussões (Santos, 2021).

Em 2016, com o golpe parlamentar-midiático, apoiado pelo Judiciário, a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, foi destituída. Tratou-se de uma saída da burguesia brasileira ante as exigências internacionais de busca desenfreada pela retomada dos lucros pós-crise de 2008/2009, o que colocou em xeque os direitos

⁶ O Projeto de Lei nº 5.435/2020 ficou conhecido popularmente como “Bolsa Estupro” e despertou mobilização contrária pelos movimentos sociais. Mulheres vítimas de estupro poderiam receber auxílio do Estado caso o genitor não provesse alimentos, sendo garantido a ele os mesmos direitos de um pai legítimo.

sociais. No governo de Michel Temer, tivemos como principal medida econômica a PEC 55/2016 (popularmente conhecida como PEC do Fim do Mundo), responsável por limitar o teto dos gastos públicos por 20 anos. Nos anos seguintes, houve a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a continuidade de priorização da negociação de títulos e a provisão de condições de financiamento aos capitalistas. No que se refere às políticas sociais, estas foram desmanteladas sistematicamente, o que foi uma escolha *política* sobre a alocação do fundo público.

Reconhecemos que, nos governos petistas, houve um impacto material positivo que permitiu aos trabalhadores/as sair da situação de pobreza extrema a partir do aumento do peso da renda do trabalho, da expansão do crédito, da queda do desemprego, do aumento do salário-mínimo. Contudo, esse período permaneceu numa lógica contrária à universalização social-democrata, e não houve a necessária reversão de tendências estruturais, como a desconcentração da propriedade de terras em prol da reforma agrária. Houve um deslocamento em relação às orientações neoliberais mais duras dos anos 1990, sem, contudo, promover alterações dos parâmetros de ajuste fiscal. Vivenciamos uma falsa sensação de um projeto neodesenvolvimentista/reformista no país, e seus limites ficaram expostos desde as manifestações populares de 2013, momento em que o conservadorismo encontrou solo fértil para o seu fortalecimento.

No que se refere à SPM, por meio da Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2016, ela foi transformada no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o que significou a fusão da SPM, da Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), representando um retrocesso na luta histórica dos movimentos sociais em prol da implementação de secretarias específicas.

Através da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foi extinguido, transferindo suas competências para o Ministério da Justiça e Cidadania. Logo depois, houve a Medida Provisória nº 768, de 02 de fevereiro de 2017, criando o Ministério dos Direitos Humanos, onde a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) foi alocada, mas, poucos meses depois, foi transferida para a Secretaria de Governo da Presidência da República, por meio da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. Por fim, a SNPM e o CNDM retornaram ao Ministério dos Direitos Humanos por meio do Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018, demonstrando a instabilidade democrática, a perda de dotação orçamentária e o descaso com as políticas direcionadas às mulheres.

Quanto ao CNDM, segundo Santos (2021), entre 2016 e 2018, observa-se as reper-

cussões dessas arbitrariedades para a continuidade das ações do conselho, observando-se, pós-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, tentativas de desestruturá-lo e esvaziá-lo, vide a renúncia coletiva de algumas conselheiras, a reestruturação da coordenação e diversas mudanças nos cargos de lideranças. O cenário é de declínio na qualidade das discussões, a exclusão e inflexão da SPM em relação à CNDM e de divergências entre as representantes governamentais e da sociedade civil, passando estas últimas a se posicionarem de forma autônoma em relação às outras.

No ano de 2019, houve a ascensão do presidente Jair Bolsonaro (2018 – 2022). Por meio da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, criou-se o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF), o que significou a usurpação do Ministério, dado seu alinhamento aos setores antifeministas, conservadores e religiosos da política brasileira, com repercussões para o CNDM, posto que a ministra indicou Eronildes Vasconcelos de Carvalho para a presidência do conselho, sendo ela conhecida pelo seu trabalho na Igreja Universal do Reino de Deus. Na Secretaria, assumiu Cristiane Rodrigues Brito, advogada sem envolvimento com a temática de gênero (Santos, 2021). Os mecanismos de controle social vivenciaram uma grave crise de representação, e as políticas às mulheres ficaram à mercê dos setores conservadores da sociedade brasileira.

É sabido que a viabilidade dos mecanismos institucionais depende de um cenário de estabilidade política democrática, e, portanto, percebe-se distintos interesses públicos quanto à temática de gênero a depender dos regimes de governo vigentes. Se por um lado a institucionalização do conselho abrange o momento histórico de redemocratização do país, com visibilidade e valorização dos movimentos sociais, as recentes ameaças democráticas no Brasil anunciam o enfraquecimento dos mecanismos de controle social e um direcionamento antifeminista dado às políticas das mulheres. É fundamental estarmos sempre alerta, pois, como nos lembra Simone de Beauvoir (1949, p. 29): “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

Considerações finais

As recentes experiências de ataque à democracia brasileira, a exemplo da desmoralização das instituições democráticas, das suspeitas de fraude e da tentativa de golpe nas eleições de 2022, são um convite à problematização da participação social, não somente enquanto possibilidade de uma gestão democrática nas políticas sociais, mas, também, desta enquanto mediação pedagógica, dotada de potencial transformador em torno dos diferentes projetos societários. Adotamos aqui a perspectiva

marxista, na qual a ação dos sujeitos históricos coletivos constrói a trajetória da humanidade. Consideramos a história a partir do movimento dialético, no qual as forças produtivas engendram relações sociais permeadas de conflitos contraditórios, sendo que a correlação de forças permite (ou não) mudanças de ordens sociais, políticas e econômicas.

Resgatar a trajetória histórica do CNDM permite compreender seus fluxos e re-fluxos e identificar suas dificuldades de decisão e interferência nas políticas sociais, em maior ou menor grau, a depender da conjuntura do país. Perpassa o debate sobre a inexistência de recursos necessários ao seu funcionamento, a tecno-burocratização dos temas, a definição autoritária da agenda de discussões, a pouca representatividade e capacidade decisória. O que se observa são as tentativas cíclicas de desarticulá-lo e esvaziá-lo, o que demonstra tentativas de restringir a participação democrática a favor de modelos tradicionais, pautados no elitismo e autoritarismo. Ainda assim, a depender do momento, verifica-se resistência no interior dos conselhos, o que denota sua potencialidade enquanto espaços (possíveis) de disputas de hegemonia.

Quando se defende a inserção da mulher nas instituições políticas, entendemos que isso lhe possibilita emancipação política, mas falamos aqui da mulher como uma sujeita política coletiva. Significa considerar a importância dos direitos para melhores condições de vida, mas apontar que estes apresentam limitações, pois circunscrevem-se à lógica da cidadania, a qual não ataca o fundamento das desigualdades sociais: a propriedade privada. A emancipação política é limitada e corresponde a contradições desse sistema. “Portanto, nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade” (Marx, 2010, p. 50).

A reivindicação das mulheres ao espaço público por si só não ataca as relações patriarcais, uma vez que é ilusório crer que, num sistema capitalista patriarcal, é possível uma reestruturação econômica neutra em termos de gênero. Contudo, ponderamos a necessidade de repensar a importância das políticas redistributivas, de reconhecimento e representação enquanto meio para garantir condições mais dignas de existência. Entendemos que a reivindicação das mulheres por direitos é legítima, tendo em vista que estes possibilitam uma autonomia relativa às mulheres (o que não se confunde com emancipação humana) nos marcos do capitalismo. Nessa perspectiva, os direitos conquistados expressam o desenvolvimento de uma consciência feminina que torna as mulheres sujeitas políticas coletivas que podem subverter a ordem de sexo/gênero dos espaços públicos e promover a reivindicação coletiva das suas demandas. O que se coloca em voga é a apropriação da esfera pública enquanto

mediação da sociedade civil e Estado, bem como a potencialidade e os limites dos espaços institucionalizados.

Visto que, a cada crise do capital, a classe dominante amplia seu caráter coercitivo e coloca os direitos sociais sob ameaça, é necessário pautar as lutas políticas e os processos de democratização das políticas sociais no sentido de tensionar a lógica do capital, na qual os imperativos do mercado se sobrepõem aos direitos dos/as trabalhadores/as. Historicamente, os parâmetros de justiça foram formulados pelo Estado e pela burguesia, o que significou o distanciamento das reais necessidades dos grupos subalternizados. Na direção de reavaliar como se dá a interpretação destas, é que se defende a incorporação dos sujeitos nas estruturas de governança. Sem isso, pode haver o enquadramento equivocado das demandas, além de incorrer no risco de dadas demandas serem deslegitimadas nos processos de disputas.

É sabido que a desigualdade econômica e política traz impasses quanto à tarefa coletiva de democratização da gestão das políticas sociais, agudizada pelo próprio processo de formação sócio-histórica brasileira. Nossa gestão pública se constituiu sobre os alicerces do patrimonialismo e da burocracia, abarcando um pacto de dominação entre os interesses oligárquicos e da burguesia emergente. Historicamente, o país assumiu como direção o “insulamento burocrático”, isto é, a obstrução das classes dominadas ao aparelho burocrático e a manutenção dos canais de diálogo com as classes dominantes (Souza Filho; Gurgel, 2016). Os rebatimentos da formação sócio-histórica são a inserção periférica e dependente do país no capitalismo internacional, a exacerbação do autoritarismo na dominação de classe e a tendência de passivização da sociedade. No caso dos conselhos, isso se manifesta na falta de recursos humanos e financeiros, no autoritarismo, na burocratização e na falta de representatividade.

Compreendemos a importância de alterar a cultura política de nossa sociedade (civil e política), ainda “[...] fortemente marcada pelo clientelismo, fisiologismo e por diversas formas de corrupção; [...] pois a cidadania predominante se restringe ao voto e é ainda marcada pelas heranças coloniais da subserviência e do conformismo” (Gohn, 2011, p. 36). A discussão sobre a atuação qualificada dos conselhos consiste no enfrentamento a essa lógica, ao se defender os direitos enquanto garantias que possibilitam condições mais dignas de existência.

Conforme Gohn (2011), os conselhos são a possibilidade concreta de incorporar uma pluralidade de atores sociais na gestão das políticas sociais e impulsionar a construção de identidades coletivas, numa sociedade marcada pela exclusão social e baixos níveis de participação social. Ao terem como “[...] arena principal de atuação as esferas do consumo e da distribuição de bens, serviços e equipamentos públicos”

(Gohn, 2011, p. 114), podem intervir na qualidade dos serviços prestados, a exemplo da rede de atendimento à mulher. Não obstante os conselhos estarem limitados aos parâmetros da democracia liberal, isso não invalida suas contribuições na democratização das políticas sociais.

Sabemos que os objetivos radicais e/ou a defesa de prioridades específicas de dados grupos podem não ser frutíferos nos espaços institucionais, o que pode provocar distanciamentos com relação aos movimentos sociais. O esvaziamento dos conselhos contribui para que sejam apropriados equivocadamente e percam sua dimensão democrática, configurando-se cada vez mais enquanto espaço de contenção de conflitos. A possibilidade de uma perspectiva feminista no aparato jurídico suscita reflexões sobre a importância de arranjos institucionais efetivos e mais inclusivos na gestão das políticas sociais, na perspectiva de colidir com as possibilidades e os desafios de incorporação das demandas das mulheres pelo Estado, além de suscitar reflexões sobre os dilemas e a necessidade de atuação complementar com os movimentos sociais.

Se por um lado é notório que o Estado não emancipa o gênero humano, doutro, sua autonomia relativa permite a ampliação dos direitos, fundamentais para novos patamares civilizatórios. A força das lutas dos movimentos feministas carrega as possibilidades de garantir melhoria na qualidade de vida das mulheres nos diferentes aspectos dessa vida, mesmo que nessa ordem social. A luta é contra esse sistema de opressão/exploração de classe, raça e gênero e por sua derrocada, mas é também uma luta cotidiana pela vida.

Destarte, se compreendemos que, por um lado, não basta a supressão da hierarquização das relações de gênero/sexo para uma verdadeira emancipação humana, por outro, podemos afirmar que tão pouco basta a supressão das classes para a emancipação política das mulheres. É necessária uma reforma intelectual e ética para assegurar a emancipação do gênero humano, o que significa ampliar possíveis equívocos da tradição política ortodoxa marxista que outrora não legitimou os movimentos de mulheres, sob justificativa do risco de fragmentação das lutas. Assim, reafirmamos a necessidade de revolucionar a estrutura (mas não só); é necessário revolucionar conjuntamente a superestrutura, incorporando uma perspectiva feminista e antirracista.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. *Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos

da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018*. Transfere a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério dos Direitos Humanos. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9417-20-junho-2018-786877-norma-pe.html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. *Medida Provisória nº 768, de 02 de fevereiro de 2017*. Cria a Secretaria Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2017a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2017/medidaprovisoria-768-2-fevereiro-2017-784229-norma-pe.html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. *Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017*. Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 2017b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2002/37.htm. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016*. Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, 16 de março de 2016. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13341.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. *Lei nº 13.266, de 05 de abril de 2016*. Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Brasília, 2016b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13266.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *I Plano Nacional de Política para as Mulheres*. Brasília: SEPM, 2004.

BRASIL. *Decreto nº 4.773, de 07 de julho de 2003*. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, e dá outras providências. Brasília, 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4773.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. *Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003*. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14600.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. *Medida Provisória nº 37, de 8 de maio de 2002*. Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2002/37.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. *Decreto n. 7.353, de 29 de agosto de 1985*. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

FALEIROS, Paula Vicente de. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1997.

FEDERICI, Sílvia. *Além da Pele*. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FEDERICI, Sílvia. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática para liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organi-

zação: Flavia Riosa, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Vol. 1.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

MARX, Karl *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Campinas: Unicamp, 2019.

PRZEWORSKI, Adam. Minimalist conception of democracy: a defense. In: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDÓN, Casiano. *Democracy's value*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 23-55.

SANTANA, Raquel. Santos. ; SILVA, José Fernando Siqueira. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, v. 20, p. 351-372, 2020.

SANTOS, Carla Beatriz Rosario dos. *Práticas e expressões feministas do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em contexto de regressão democrática*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal da Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2021.

SÃO PAULO. *Decreto nº 20.892, de 4 de abril de 1983*. Cria o Conselho Estadual da Condição Feminina. São Paulo, 1983. Disponível em: <https://al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1983/decreto-20892-04.04.1983.html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo, democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*, v. 12, n. 2, p. 235-262, 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44155>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SILVA, Salete Maria da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, Cristina Nogueira da. *Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade*. *Análise Social*, vol.192, 2009

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. *Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica*. São Paulo: Cortez, 2016.

THOMAS, Peter. *The Gramscian moment: phylosophy, hegemony and Marxism*. Leiden; Boston: Brill, 2009.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 169-203, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2015>. Acesso em: 18 nov. 2024.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Quando a teoria do Norte “nos dá a honra”: notas geopolíticas sobre uma dupla de feministas do Norte no Brasil

Annelise Erismann*

Resumo: Pensando o imperialismo na circulação internacional do feminismo, o artigo analisa relatos sobre a estadia da francesa Simone de Beauvoir e da americana Elizabeth Bishop no Brasil. Alego que a classificação de ambas enquanto feministas, indubitável no caso beauvoiriano e anacrônica no caso bishopiano, justifica-se pelas penalidades de gênero e sexualidade da mobilidade internacional de mulheres intelectuais. Qualifico seus feminismos como integrantes de uma teoria do Norte, em analogia à teoria do Sul de Connell, e discuto a respectiva aplicabilidade do adjetivo “revolucionário”. Concluo que suas estadias brasileiras exemplificam a função geopolítica do turismo acadêmico, bem como um modelo de internacionalização do feminismo baseado no conceito mohantiano da feminista-turista.

Palavras-chave: Turismo acadêmico. Simone de Beauvoir. Elizabeth Bishop.

Abstract: By reflecting on imperialism and international feminism, the article analyzes accounts of the travels of the French Simone de Beauvoir and the American Elizabeth Bishop in Brazil. I argue that their classification as feminists, undoubted in the case of Beauvoir and anachronistic in the case of Bishop, is justified by the penalties of gender and sexuality in the international mobility of women intellectuals. I qualify their feminisms as part of a Northern theory, in analogy to Connell's Southern theory, and discuss the respective applicability of the adjective “revolutionary.” I conclude that their Brazilian travels exemplify the geopolitical function of academic tourism and a model of the internationalization of feminism based on the Mohantian feminist-as-tourist concept.

Keywords: Academic tourism. Simone de Beauvoir. Elizabeth Bishop.

Resumen: Pensando en el imperialismo en la circulación internacional feminista, el artículo analiza los relatos de la estancia de la francesa Simone de Beauvoir y de la estadounidense Elizabeth Bishop en Brasil. Argumento que la clasificación de ambas como feministas, indudable en el caso de Beauvoir y anacrónica en el de Bishop, se justifica por las penalidades del género y de la sexualidad en la movilidad internacional de las intelectuales. Categorizo sus feminismos como una teoría del Norte, en analogía con la teoría del Sur de Connell, y discuto la respectiva aplicabilidad del adjetivo “revolucionario”. Concluyo que sus estancias brasileñas ejemplifican la geopolítica del turismo académico y la internacionalización del feminismo basado en el concepto mohantiano de feminista-turista.

Palabras clave: Turismo académico; Simone de Beauvoir. Elizabeth Bishop.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Lausanne (2023).

Seguindo a tradição de teorias pós-coloniais que refletem sobre a gênese colonialista do turismo (Tucker, 2019), este artigo reflete sobre a geopolítica da circulação internacional de acadêmicas através da análise das estadias de duas autoras do Norte global no Brasil no auge da Guerra Fria: a filósofa feminista francesa de esquerda Simone de Beauvoir (1908-1986) e a poetisa estadunidense de direita Elizabeth Bishop (1911-1979). Por essa renovação da dependência ser um processo contínuo, poderíamos ironicamente também incluir os escritos daquela que nos serve de alicerce para conceitualizar como Beauvoir e Bishop configuram opostos dentro de uma chamada teoria do Norte¹. Esse termo é proposto no presente artigo como uma analogia ao termo teoria do Sul, criado pela feminista australiana Raewyn Connell para definir todo “[...] conhecimento gerado no encontro colonial e na experiência pós-colonial das sociedades colonizadas [...]” (Connell, 2017, p. 9, tradução minha). A ironia reside no simples fato de que, tantos anos após as narrativas viáticas de Beauvoir e Bishop, posteriormente analisadas no presente artigo, a própria Connell nos fornece seu relato de uma última viagem ao Brasil em 2011 em um *blog post* na sua página profissional.

Nesse *post*, Connell tece um relato curto porém povoado de interessantes percepções que a princípio ecoariam as descrições de uma turista qualquer: a autora faz comentários sobre o clima, reconhece sua incapacidade de compreender o idioma local, compartilha detalhes das instalações do evento – “Caxambu, uma antiga cidade termal na serra, [...] em um hotel da era do Segundo Império, cheio de painéis de madeira e incrivelmente barulhento e labiríntico” (Connell, 2011) – e faz ao menos um comentário que tanto revela sobre as expectativas ocidentais de uma verdadeira estadia brasileira – “Quando chegar a minha hora, posso morrer feliz, pois fui dançar com brasileiro/a/e/s no Brasil” (Connell, 2011). Despassando as meras observações do clima e geografia locais, a autora acrescenta trechos sobre sua surpresa frente às diferenças e semelhanças teóricas e conceituais encontradas durante sua participação na Conferência Nacional de Ciências Sociais organizada pela Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), evento que havia lhe trazido ao Brasil:

[...] a maior parte dela [da bibliografia referenciada] ainda é muito centrada na Europa e nos Estados Unidos em termos teóricos – também é verdade para a Austrália

¹ Neste texto, me refiro à teoria do Norte como qualificador para toda construção intelectual nascente no Norte global. Utilizo essa expressão como analogia ao que a socióloga feminista australiana Raewyn Connell chama de teoria do Sul (“Southern Theory” no original).

[...] com a vantagem extra de uma sociedade com pobreza em massa, um pouco de violência, e um governo ainda-reformista, mas trabalhista, ainda que parcialmente neoliberal [...] estive em sessões sobre política LGBTT (acrescente ‘travesti’ à discutível sigla internacional LGBT) [...] sobre ‘Reinventando os clássicos brasileiros’, e sobre algo que temos na Austrália, mas não teorizamos da mesma forma, ‘dilemas da modernidade na periferia’[...].

O Homem do Ministério, bem-vestido de terno e gravata, fez uma longa e rápida apresentação em PowerPoint com todas as estatísticas de como o financiamento foi aumentado, os números foram aumentados e a produção de publicações internacionais foi exponencialmente alta (tudo verdade). Então os acadêmicos bolshie, em jeans e camisas de gola aberta, rasgaram tudo em pedaços, e até eu pude acompanhar os murmúrios sombrios sobre o neo-colonialismo acadêmico e a intensificação do trabalho. Familiar. (Connell, 2011).

O presente artigo considera esses trechos como exemplares de um “diário de bordo” que nos permite entender o que é o Brasil no olhar da autora (feminista) ocidental que transita pelo país. A análise desses escritos visa a contribuir para o fortalecimento de uma crítica *pós-colonial brasileira*, que, tal qual posto pela feminista indiana Chandra Mohanty, inicia-se no questionamento dos “[...] efeitos da globalização sobre a academia como um processo que combina a ideologia de mercado com um conjunto de práticas materiais extraídas do mundo dos negócios.” (Mohanty, 2006, p. 13, tradução minha). Uma forma de pôr em prática essa crítica mohantiana seria o repensar a circulação internacional de teorias e metodologias feministas (ou, em suas palavras, a internacionalização do currículo em estudos sobre as mulheres e de gênero) e questionar-se se, de fato, uma teoria emancipatória poderia surgir de uma prática tão opressiva quanto a do turismo acadêmico de feministas (Mohanty, 2006).

Revisitar as memórias das viagens de duas outras teóricas do Norte, antecessoras à Connell nesta função, nos casos de Simone de Beauvoir e Elizabeth Bishop, requer, todavia, um recuo crítico sobre os limites metodológicos do que se pode inferir da análise de todo o material autobiográfico. Utilizando-se de uma metodologia similar em sua tese de doutorado, que analisa o recito das viagens de Simone de Beauvoir e de uma outra autora francesa, a historiadora brasileira Thaina Cardinalli traz a seguinte reflexão sobre sua motivação, da qual também compartilho, e que se torna essencial para o entendimento da premissa deste artigo:

Há sempre novas e incessantes perguntas para as mulheres que nos precederam. Para ambas as viajantes, gostaria de entender: por que Simone de Beauvoir não contou abertamente sobre os seus envolvimento homoafetivos? Por que construiu sua história de vida atrelada a de Sartre, mesmo quando ambos os escritores já não compartilhavam mais afetos? [...] Impossí-

vel não reconhecer que o que esperava encontrar nas produções escritas de Adèle e Simone, seria um perfil de mulher que se emancipou através do ato da viagem, que desbravou lugares longínquos sozinha; contudo essas são as minhas questões, as demandas colocadas pelo meu tempo histórico, bem como atravessadas pelas conquistas dos movimentos feministas. Desse modo, se tem algo que (me) conecta a ambas as viajantes é que buscamos mulheres a frente de seu tempo. Por isso, [...] procurei, primeiramente, identificar o que escreveram, mas também o que silenciaram de sua condição, para assim sinalizar as permanências, sobrevivências de nossas memórias – históricas, afetivas, políticas, míticas – sobre o ser-mulher. (Cardinalli, 2023, p. 230).

Um dos maiores riscos, que o presente artigo não nega, é gerado pelo anacronismo da qualificação, não de Beauvoir, mas sim de Bishop, enquanto feministas. Enquanto Beauvoir, filósofa autora do tratado *O segundo sexo*, estaria diretamente ligada à propagação do feminismo no mundo, tendo, no caso brasileiro, apresentado Danda Prado, uma das líderes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, à teórica feminista materialista Christine Delphy (Abreu, 2020, p. 225), Bishop pouco poderia ser vista como representante de um feminismo emancipador de opressões. Ainda assim, o fato de ter sua experiência de circulação internacional cerceada pelos regimes tradicionais de gênero e sexualidade, que a colocariam, enquanto mulher lésbica, em posição subalterna à dita heterossexualidade compulsória (Rich, 1980), teria lhe tornado retroativamente uma figura vanguardista do feminismo² pelo “simples fato” de viver um relacionamento homoafetivo com a arquiteta brasileira Lota de Macedo Soares no Brasil dos anos 60. Não apenas em relação à sua experiência enquanto membro de uma minoria sexual, Bishop também poderia ser revisitada enquanto feminista pela sua contribuição a uma mobilização política à direita que obedece a uma norma estratificada de gênero.

Com o intuito de visitar os escritos sobre as estadias brasileiras de Beauvoir e Bishop, o presente artigo pergunta: em que medida as práticas de turismo acadêmico de autoras internacionais provindas de países imperialistas, aqui subsumidas como feministas do Norte, contribuem ao enfrentamento, à retificação ou ao contorno de

² Esse argumento é trazido no prefácio escrito pelos editores da revista Piauí, que primeiro publica a correspondência de Bishop com o escritor Robert Lowell (Bishop; Lowell, 2009). Hicok (2016) faz uma observação semelhante sobre a forma como Bishop é “rebatizada” feminista devido a sua relação com Lota: “A relação de Bishop com Macedo Soares inspirou uma série de projetos criativos como mais um testemunho do intenso interesse no tempo que Bishop havia passado no Brasil e no seu caso de amor com uma brasileira. Estes incluem [...] um filme de 2014 baseado no livro de Oliveira, *Alcançando a Lua (Flores raras)*, do conhecido cineasta brasileiro Bruno Barreto, que é particularmente interessante culturalmente devido à forma como foi comercializado como um filme de interesse para a comunidade LGBT. Wolfe Video, a maior distribuidora de filmes lésbicos e gays deste país, apresenta o DVD deste filme em seu catálogo de 2015 como um de seus favoritos (*staff picks*)” (Hicok, 2016, p. 03).

relações de poder entre países e gêneros? Longe do receio de possíveis anacronismos, pensar em tais questões, com a ajuda de relatos de autoras do passado, nos permite lançar luz sobre padrões ainda muito naturalizados nas modalidades contemporâneas de internacionalização dos feminismos.

E no caminho de uma teoria do Sul havia dois impérios

Seja enquanto autoras políticas da Guerra Fria, mulheres brancas burguesas ou cidadãs de países do Norte, Bishop e Beauvoir formavam um par, ao menos em termos puramente demográficos. Se ambas poderiam ter sido vistas agindo como turistas acadêmicas, as estadias de Beauvoir e Bishop se diferem na duração de suas respectivas permanências no Brasil. Bishop viveu no Brasil permanentemente por quinze anos (Hicok, 2016), enquanto Beauvoir passou menos de três meses no país – mais precisamente, de 11 de agosto a 20 de outubro de 1960 (Martin, 2020). Antagônicas eram ainda suas afiliações políticas – enquanto firme apoiadora do golpe de Estado no Brasil em 1964, Bishop celebrava, por exemplo, a possível visita do poeta fascista americano Ezra Pound ao Brasil:

E agora os últimos boatos são de que Pound está vindo para cá. [...] Pensei que ele queria voltar direto para a Itália. Há uma enorme colônia italiana em São Paulo e ele pode muito bem ter amigos fascistas aqui. [...] Mas fico tremendamente deprimida ao pensar nele propagando mais idéias antiamericanas por aqui, onde já existe muita gente fazendo isso... Você soube alguma coisa a respeito? Se ele está mesmo vindo para cá, é claro, eu gostaria de visitá-lo no Rio, ajudar a senhora P., se eu puder, e até trazê-lo aqui, quem sabe? [...] No fundo, espero que não seja verdade. Já existem malucos demais por aqui. Porém, se for verdade e você souber qual o endereço dele, lá ou aqui, pode mandar para mim, para que eu possa redigir um bilhete? *Estou* feliz por ele estar livre. (Bishop 1958 apud Bishop; Lowell, 2009, grifos do original).

Poucas leitoras questionariam a afiliação política de Beauvoir ao espectro de esquerda. Em complemento a tez de seu trabalho teórico, Beauvoir formava com Jean-Paul Sartre o casal mais notório de intelectuais franceses que se punha ativamente na defesa dos movimentos de descolonização no Terceiro Mundo, tais quais a Guerra de Independência da Argélia contra o Império Francês e a Revolução Cubana na América Latina.

Enquanto viajantes do Norte guiadas por tendências políticas antagônicas, foralhes permitido o trânsito dentro de eixos opostos no seio da intelligentsia brasileira. Para Elizabeth Bishop, o escritor brasileiro Jorge Amado não era mais que um antagonista distante: “Todos os ‘intelectuais’ são assim, muito de esquerda – quan-

do não são comunistas, como Jorge Amado – e muito friamente polidos conosco, americanos” (Bishop 1965 apud Frias Filho, 2009). Enquanto isso, Amado e sua esposa Zélia Gattai, que Beauvoir e Sartre haviam conhecido enquanto o escritor brasileiro estava no exílio na Europa entre 1940 e 1952 (Cardinalli, 2017), haviam sido os principais anfitriões de Beauvoir e Sartre em solo brasileiro. Amado e Gattai os haviam convencido da utilidade da visita do casal francês, que, com suas conferências e artigos, poderiam também se beneficiar de um maior entendimento de um país submetido à realidade pré-revolucionária do subdesenvolvimento (Beauvoir, 1995). Beauvoir (1995, p. 446) declararia posteriormente seu objetivo na viagem ao Brasil: “Sartre propunha-se a falar de Cuba aos brasileiros [...]. Para conhecer o Terceiro Mundo, era-nos necessário conhecer um país subdesenvolvido, semicolonizado, onde as forças revolucionárias estavam ainda, talvez por longo tempo, acorrentadas”. Uma razão nada secundária para sua viagem teria sido igualmente sua campanha de contrapropaganda à propaganda oficial francesa sobre a Guerra da Argélia pelo mundo (Fort, 2016).

Amado e Gattai ficaram incumbidos da organização da estadia e dos passeios de Beauvoir e Sartre. Os escritores brasileiros incluíram passeios não turísticos que ajudariam seus hóspedes a entender a realidade local através de “[...] visitas a fazendas, plantações de cacau, fábricas de fumo, usinas, barragens hidrelétricas [...]” (Cardinalli, 2019a, p. 285), assim como visitas a “bairros de invasão” e favelas no estado da Bahia (Cardinalli, 2019a, p. 286). Estes também haviam sido cenários que povoavam a literatura de Amado, repleta de reflexões sobre as divisões sociorraciais locais. Beauvoir tinha lido a literatura de Amado antes de sua viagem (Beauvoir, 1995), pré-adquirindo, portanto, esses mesmos filtros conceituais para entender a realidade brasileira (Cardinalli, 2017). Há de se salientar que Amado também pôde publicar e divulgar seu trabalho em francês graças ao apoio de Beauvoir e Sartre como editores da revista *Le Temps Modernes* (Cardinalli, 2017).

Enquanto Beauvoir era acolhida por um casal de comunistas brasileiros, Bishop os considerava como ricos e preguiçosos, interessados apenas na instrumentalização das massas do país, ainda que fossem impopulares frente a esta. Os seguintes trechos de suas cartas ao amigo poeta estadunidense Lowell indicam essa visão:

Os rapazes brasileiros são muito diferentes dos americanos, sem dúvida – amantes dos 14 anos em diante, mais ou menos. Eles sabem tudo de l’amour, mas não têm a menor idéia de como fazer a cama. Ou limpar os sapatos, ou de como ganhar dinheiro – ou quanto custa viver – ou como é a vida real da sua empregada. De fato, eles nem vêem a classe pobre como gente, e ainda acham que são comunistas. [...]. (Bishop, 1963 apud Frias Filho, 2009).

Todos os comunistas, estudantes, janguistas, nacionalistas etc. se esgoelam sobre “reforma

agrária” – como se qualquer um com juízo fosse contra a reforma agrária no Brasil. Mas o que eles realmente querem são mudanças aterrorizantes na Constituição que dariam a Goulart poderes ditatoriais. Aparentemente há muitas leis boas – sempre existem aqui – e tudo que eles têm que fazer é colocá-las em prática. Mas rotulando tudo de “reforma agrária”, quando o que querem é escrever uma nova Constituição, eles mantêm o povo atordoado, como de hábito, e os estudantes esgoelando que Carlos é contra o camponês... Ô, Senhor, estou cheia disso. [...]. (Bishop, 1963 apud Frias Filho, 2009).

A coisa mais estimulante, na verdade, foi a passeata do dia 2. Foi planejada por duas semanas como uma manifestação anticomunista. Nessa ocasião, no dia 2, a revolução já estava terminada e os comunistas em fuga; portanto, não era mais necessária. Porém mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas e marcharam – de novo debaixo de uma chuva. Foi de fato impressionante. Estou mandando para você algumas revistas com fotos [...]. De fato, a manifestação foi espontânea e não é possível que sejam *todos* da direita rica e reacionária... (Bishop, 1963 apud Frias Filho, 2009, grifos do original).

Todavia, seu menosprezo aos comunistas brasileiros não a tornaria incapaz de considerar sua capacidade de articulação internacional. Bishop relembra, por exemplo, um encontro informal com uma comissão chinesa na residência do paisagista Roberto Burle Marx:

Infelizmente alguém teve a idéia de trazer uma comissão comercial chinesa que tinha acabado de chegar de Cuba – oito ou dez chineses pequenos, de aspecto relaxado, joviais, de cabelos compridos, que não tocavam em álcool e faziam muitas perguntas sobre as pessoas, em francês ou em mau inglês. [...] Tentei conversar com um deles cujo inglês era muito limitado e quando me disse que “Castro-forte-forte”, brandindo o punho, e “Batista-mau-mau” (como se eu não tivesse ouvido falar *dele*, provavelmente), pela primeira vez, eu creio, um verdadeiro calafrio de medo e horror do comunismo desceu pela minha espinha. Eram uns homenzinhos lúgubres, de ar ignorante, os olhos ardiam com uma paixão justiceira – e lá estávamos nós muito alegres, admirando as plantas e a coleção de antiguidades de Roberto etc., nos entupindo de comida e à beira de colher o que semeamos. (Bishop, 1961 apud Frias Filho, 2009, grifos do original).

Assim como os Chicago Boys serviram como uma vanguarda revolucionária, reconstruindo o Estado, a sociedade e ganhando “mentes” em prol de uma revolução capitalista plena (Clark, 2017), Bishop também teve função semelhante ao cementar uma câmara de eco conservadora transnacional, dependente de revisionismo histórico, sendo para tal amparada por agentes do Estado imperialista assim como pelas elites políticas e econômicas da economia periférica (como Carlos Lacerda, um amigo próximo de sua parceira Lota de Macedo Soares). Os seguintes trechos das cartas

de Bishop nos fariam, ao menos, acreditar nessa interpretação dos eventos:

Não acredite no que você vê sobre “legalidade” e salvar a preciosa “Constituição”! Todos os velhos vigaristas estão voando de volta para os seus cargos o mais depressa que podem & o PC age abertamente agora. (Bishop, 1961 apud Frias Filho, 2009).

A suspensão dos direitos, a cassação de boa parte do Congresso etc., isso *tinha* de ser feito por mais sinistro que pareça. De outro modo teria sido uma mera “deposição”, e não uma “revolução” – muitos homens de Goulart continuariam lá no Congresso, todos os comunistas ricos iriam fugir (como alguns fugiram, é claro) e os pobres e ignorantes seriam entregues à sua sorte. (Bishop, 1964 apud Frias Filho, 2009).

Na minha última viagem tive de almoçar na embaixada com nossa amiga Vera – na lanchonete. [...] O adido cultural se uniu a nós; com muito medo, creio, de que eu fosse produzir livros sobre a sua última operação, que ele me contou. Porém parece que um funcionário itinerante do Departamento de Estado tinha acabado de passar por lá (esqueci o nome) e, quando perguntaram sobre você, ele ficou muito satisfeito e disse: “Esse é o tipo de pessoa que nós queremos; quem dera mais gente boa quisesse fazer essas viagens etc.” [...] Se as próximas eleições correrem do jeito como parece que vão correr, Carlos talvez consiga ser vice-presidente (ou até presidente, mais cedo ou mais tarde), ou pelo menos ministro da Educação. Talvez eu consiga que o Departamento de Estado do Brasil convide você para vir aqui então! (Bishop, 1959 apud Frias Filho, 2009).

Bishop chegaria a escrever a única edição da revista *Life World Library* existente dedicada exclusivamente ao Brasil no ano de 1962. Nesta, produzida para o mercado americano de classe média, a autora entrega em 160 páginas um apanhado da geografia, política, sociedade, economia, cultura e dos recursos estratégicos no Brasil.



Fotografia 1. Fotografia feita pela autora da capa do livro de autoria de Bishop (Bishop, 1962)



Fotografia 2. Fotografia feita pela autora das páginas 50 e 51 do livro de Bishop, visualizando a elite brasileira. Fotografias inseridas em seu capítulo 3: *Século de Honra e Orgulho* (Bishop, 1962)



Fotografia 3. Fotografia feita pela autora das páginas 142 e 143 do livro de Bishop, visualizando Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, e uma manifestação camponesa com a foto de Fidel Castro. Fotografias inseridas em seu capítulo 9: *Os combates por uma democracia estável* (Bishop, 1962)

Em suas breves notas sobre a viagem brasileira, Beauvoir não poderia ter se distinguido mais de Bishop no que concerne suas aspirações políticas para o país. Durante sua anteriormente referenciada visita de quase três meses, Beauvoir pôde concluir que a Revolução Cubana não poderia ser replicada no Brasil. A autora, por exem-

plo, escreve: “Esta é mais uma das contradições brasileiras: a cidade n. 1 deste país capitalista foi projetada por arquitetos ligados ao socialismo. Eles fizeram belas obras e construíram um grande sonho, mas não conseguiram vencer” (Beauvoir, 1995, p. 484). Analisando essa viagem, Fort (2016, p. 126, tradução minha) conclui: “No retorno, Beauvoir e Sartre estão convencidos que nesse país, uma revolução socialista não será possível em bastante tempo”.

Era, portanto, como se Bishop desse mais crédito a/o/e/s comunistas brasileiro/a/e/s do que o casal Beauvoir-Sartre, cujas avaliações da esquerda brasileira não lhe davam maior crédito do que ser mais um satélite fracassado da Internacional Comunista. Para Beauvoir, o Brasil que ela havia presenciado era apenas mais um lugar isolado do “mundo”³.

Suas visões do país que as acolhia como visitantes findariam por delimitar os marcos da política de solidariedade internacional que acabariam por exercitar. Vice-versa, as relações de gênero do país que visitavam fariam com que a condição de viajante metropolitana continuasse a ser duramente marcada por gênero. Ao menos aos olhos de figuras beneficiárias do patriarcado brasileiro⁴, Beauvoir teria agido conforme a norma de gênero tradicional, cuidando de Sartre e sendo identificada como sua esposa nas fotos oficiais: “Os jornais noticiavam: ‘SARTRE ESTÁ NO BRASIL E TROUXE SIMONE DE BEAUVOIR’” (Lima, 2015). Isso ocorreria ainda que, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro (Cardinalli, 2019b), Beauvoir tivesse palestrado sobre “o papel da mulher na sociedade”, fato que ela mencionaria mais tarde em suas memórias:

Novamente falei sobre mulheres, em uma grande sala florida e perfumada, diante de damas aparentadas, que pensavam exatamente o contrário do que eu dizia. Uma jovem advogada, porém, agradeceu-me, em nome das mulheres que trabalham. A condição das mulheres brasileiras é difícil de definir: varia, segundo as regiões. No Nordeste, uma moça - mesmo que viva numa favela - não tem nenhuma possibilidade de casar-se, se não é virgem~ é sempre rigidamente vigiada pelo seu círculo. As grandes cidades industriais do Sul são mais liberais. O divórcio não existe no Brasil. Mas se um homem e uma mulher, um dos quais casado, de-

3 “Havia a sensação de pânico de estar isolado do mundo... Senti que tinha sido colocado sob uma maldição: Eu nunca iria sair daqui... Este continente era uma grande rede da qual nunca iríamos escapar” (Beauvoir apud Rowley, 2007). O fato de Beauvoir ter adoecido com febre tifoide durante essa viagem pode ter reforçado a sensação de estar presa no país.

4 Ver o comentário de Fernando Henrique Cardoso (FHC) sobre Beauvoir tratando Sartre “como um bebê,” citado em Rowley (2007); para uma versão mais longa dos comentários de FHC, assim como os remarques de outro intelectual brasileiro, José Arthur Giannotti, sobre o que este último refere como uma “divisão social do trabalho dentro deste pequeno mundo existencialista”, ver Romano (2000, p. 185).

cidem viver juntos, anunciam nos jornais. São considerados, nos meios mais puritanos, como um casal legítimo e seus filhos têm direito ao nome e à herança do pai. Está tudo muito bem, mas o preço é que, quando deixa seu lar, a mãe perde todos os direitos sobre os filhos. E quando um homem morre, só a primeira esposa é legatária: a companheira, que compartilhou de sua vida, sem contrato oficial, nada herda. (Beauvoir apud Romano, 2000, p. 184).

Com a publicação de suas cartas ao seu ex-amante Algren, a reação de Beauvoir àquela que fora identificada na imprensa brasileira como “O amor brasileiro de Sartre” (Caballero, 1986) se tornaria motivo de atenção maior, sobrepondo-se a qualquer atividade intelectual que pudesse ter servido ao fortalecimento do feminismo no país. Nos anos 60, Beauvoir, com seus 52 anos, fora confrontada com uma proposta de casamento de Sartre, de 55 anos, feita para a jornalista local Cristina Tavares, de 24 anos. Tavares se tornaria mais tarde uma deputada federal engajada em causas feministas⁵, mas, em uma das cartas de Beauvoir a Algren, ela seria simplesmente lembrada como “uma ruiva de vinte e cinco, virgem” (Rowley, 2007, tradução minha). Rowley – uma biógrafa desse período das vidas de Sartre e Beauvoir – afirma ainda:

Beauvoir disse à Tavares que Sartre tinha levado a sério a proposta de casar-se com ela. Ele queria levar Tavares de volta à Paris; ele pensou que ela poderia então completar sua educação. Foi ela, Beauvoir, que havia refreado a impetuosidade de Sartre, lembrando-lhe o choque cultural que [a mudança] representaria para uma jovem pernambucana. (Rowley, 2007).

O frisson gerado por um casamento não-monogâmico, que determinaria tanto a recepção de Beauvoir no Brasil na época quanto o interesse no período após a publicação de suas memórias sobre essa viagem, não se encontrava obviamente da mesma forma nos escritos de Bishop ou em sua recepção. Tampouco encontramos relatos de experiências com lesbofobia no dia a dia de Bishop e Macedo Soares. Nota-se que essa lesbofobia é potencialmente estrutural, já que a relação entre Bishop e Macedo Soares aparece nos escritos de Bishop de forma “discreta”. Uma notória exceção é o poema de Bishop “Song for the Rainy Season,” que é muito convincentemente interpretado por Hicok (2016) como sendo povoado por figuras de linguagem que permitem reflexões sobre moradia/diferença, oculto/não-proibido/ilegal, oculto/aberto, assim como maculado/imaculado em relação à diáde futuro/presente. Hicok afirma que esse poema em particular ajuda a entender as nuances de uma relação homoafetiva exatamente por destacar

5 Tavares, que cresceu em uma família rica de uma área rural em um estado nordestino, concordaria com a interpretação de Beauvoir sobre diferenças insuperáveis entre ela e o famoso casal: “Eu era tão ignorante, uma criatura selvagem. Aos olhos deles, eu poderia muito bem ter sido um ser extraterrestre. Eles estavam vinte anos à frente de seu tempo na França, e eu estava vinte anos atrás do mundo moderno” (Tavares apud Rowley, 2007, tradução minha).

[...] momentos de distanciamento dentro do espaço doméstico [...] e uma sensação de história invasora e fronteiras confusas onde a ‘sombra/vida’ do casal (lésbico) no centro do poema tem alguma proteção pela casa e pela chuva, mas que está sujeita ao medo da descoberta em um mundo hostil a tais relacionamentos. (Hicok, 2016, posição 449, tradução minha).

Em suas cartas à Lowell, Bishop se referia à Lota como “minha amiga” (Bishop, 1954 apud Bishop; Lowell, 2009) ou “minha anfitriã” (Bishop, 1952 apud Bishop; Lowell, 2009), embora o pronome de referência usado para explicar os planos e atividades diárias das duas fosse “nós.” Como mulheres de privilégio dentro das hierarquias de classe⁶ e raça⁷ nacionais, sendo minoritizadas sexualmente⁸, a ideia de casamento era raramente mencionada (apenas, por exemplo, quando, segundo Bishop, sua companheira Lota era parabenizada por membros da família por haver “sido poupada” da provação do casamento)⁹.

Estritamente em termos das implicações políticas de seu militância para com a renovação da indústria cultural brasileira, seus quinze anos de residência brasileira contrastavam com a visita relâmpago de Beauvoir. Esse longo período garantiria à Bishop a possibilidade de pôr em prática estratégias para impulsionar a carreira de escritoras brasileiras da direita brasileira, como, por exemplo, Raquel de Queiroz. Queiroz, que costumava escrever textos anticomunistas e antitrabalhistas para o chamado Instituto de Pesquisas e Ciências Sociais (Ipes), reconhecido como instituto de pesquisa a favor do golpe de Estado em 1964 (Paim, 2014), tentava deixar o Brasil

6 “Estamos começando a garagem; é mais uma ponte do que uma garagem e Lota está contente com quinze ‘homem’ para comandar” (Bishop, 1958 apud Bishop; Lovell, 2009). “Uma prova final com a costureira esta tarde. Temos cinco, juro, trabalhando para nós agora, mas ainda tenho muito receio de que aquilo que parece chique no Rio vá parecer St. Louis de 1948, em Nova York – ou em Boston” (Bishop, 1957 apud Bishop; Lovell, 2009).

7 “Estou dividida entre os prazeres de ser incansavelmente servida, ainda que de modo displicente, por todos os nossos pequenos negros, ou fazer uns ovos mexidos *direito* para mim mesma...” (Bishop, 1957 apud Bishop; Lovell, 2009, grifos do original).

8 Hicok conta uma história interessante de um período tardio na vida de Bishop em que Lota já havia cometido suicídio e seus laços com o Brasil assemelhavam-se aos de uma estrangeira com propriedades no Brasil, mas residente no exterior. Bishop estava nesse momento em um relacionamento com uma vizinha chamada Lilli Correia de Araújo, viúva do artista Pedro Luiz Correia de Araújo (Hicok, 2016). O autor escreve: “Em uma carta de janeiro de 1966, que Bishop escrevera a Lilli de Seattle enquanto lecionava na Universidade de Washington, ela demonstra estar cheia de planos para sua casa em Ouro Preto e de afeição por Lilli: ‘Oh - estas fotos dos homens que estão trabalhando lá em casa me fazem sentir saudades de casa – eu quero estar lá – eu tenho tantos planos para (um) futuro de trabalho duro (escrevendo) e pacífico, passando muitos meses ai com você, minha adorável querida, amor’ (VC 112. 4). Brett Millier observou que Lilli ‘só tinha tido relações lésbicas’ desde a morte de seu marido em 1955 para ‘preservar sua memória’” (Hicok, 2016, p. 3476-3485, tradução minha).

9 “Lota tem inúmeras tias, tios e primos por aqui. Dos mais de 66 netos, ela é a única que não casou & não pára de receber congratulações por isso” (Bishop, 1959 apud Bishop; Lovell, 2009, grifos do original).

no momento da desestabilização pré-golpe de Estado em 1964. Sobre ela, Bishop escreve:

Obrigado por oferecer ajuda para Rachel de Queiroz. No momento, estou *de folga* quanto a tentar ajudar quem quer que seja! – talvez só para brasileiros! Eles são tão inconfiáveis... É adorável poder ser assim, e nós talvez sacrifiquemos muita coisa, com as nossas consciências e tudo o mais. (Bishop, 1963a apud Frias Filho, 2009, grifos do original).

Fui maldosa a respeito de Rachel de Q. [Queiroz]. Ela quer muito ir para os EUA, eu sei, e se ela escrevesse artigos para cá, provavelmente, talvez tivesse dinheiro para pagar a viagem do marido também – os dois são muito dedicados. Ela *devia* ir, o lugar está ficando inundado de literatura antiamericana violenta, poemas (acabei de receber dois livros desse tipo) etc. – todos tão rasteiros. Os escritores e poetas soam como no início da década de 30 nos EUA e é uma pena que pareçam querer passar por tudo aquilo outra vez – também passaram por isso aqui (a geração de Rachel). (Bishop, 1963b apud Frias Filho, 2009, grifos do original).

Para além de contribuir ao refúgio de notoriedades culturais locais, Bishop também havia tentado facilitar a internacionalização das carreiras de jovens escritores localizados em áreas empobrecidas no Brasil:

Também me esqueci de dizer que em Belém conheci um jovem poeta, Joaquim Francisco. Ele acabou de ganhar uma bolsa para passar um ano nos EUA onde vai estudar poesia americana. Quando o encontrei, ele não sabia para qual universidade ia ser mandado, mas achava que ia partir do Brasil em junho ou julho. Achei-o adorável e tomei a liberdade de lhe dar um bilhete para você e para uns outros poetas. Na certa ele nunca vai chegar nem a milhas de distância de você, mas se acontecer de aparecer, acho que você vai gostar dele. E tenho certeza de que não vai trazer nenhum incômodo – é muito educado. Tem só 22 anos, muito bonito, gentil e conhece de cor todos os poetas contemporâneos – o que deve lhe ter custado um enorme trabalho, morando em Belém –, e foi muito comovente. Leva tudo isso muito a sério e é agradável conhecer aqui alguém que acha que a poesia americana, no presente, é melhor do que a francesa, e que você é o melhor de todos. (Bishop, 1960 apud Bishop; Lowell, 2009).

Em guisa de conclusão: revisitar os diários de bordo de feministas do Norte no Sul como metodologia incubadora de uma teoria do Sul

O presente artigo tentou salientar a importância das ditas narrativas viáticas de autoras do Norte global no Brasil para o desenvolvimento de uma teoria *pós-colonial brasileira*, fazendo tal análise sobre a base de um apanhado da literatura primária e secundária sobre as estadias de Simone de Beauvoir e Elizabeth Bishop no Brasil. A

curta presença de Beauvoir e Sartre no país, justificando-se como gesto de solidariedade internacional (feminista e comunista), seguia, portanto, uma lógica totalmente diferente do militantismo contrarrevolucionário comprometido de Bishop. Face a esse, o casal francês apresentava um militantismo turista, marcado por um tipo de fadiga da solidariedade¹⁰. A comparação dos relatos sobre as estadias brasileiras de ambas as autoras aqui apresentadas não visa a apontar o campo da esquerda internacional como o culpado do recrudescimento histórico da direita brasileira. No entanto, essa comparação entre uma Simone-turista e uma Elizabeth-quase-brasileira pode nos dizer tanto sobre um determinado padrão na internacionalização dos feminismos, que, sendo ainda hegemônico, é subsumido pela feminista pós-colonial indiana Chandra Mohanty nas figuras da “feminista-como-turista” e da “feminista-como-exploradora” (Mohanty, 2006, p. 17). Enquanto a estadia brasileira de Beauvoir no Brasil demonstra como o feminismo da segunda geração podia continuar tanto refém de normas de gênero e sexualidade tradicionais quanto propagador de arquétipos do turismo acadêmico, a longa residência de Elizabeth Bishop no Brasil revelar-se-ia como condição de uma cruzada contrarrevolucionária. Ainda que penalizada por sua sexualidade não-hegemônica, a autora pôde se servir até mesmo de táticas de mobilização política em um campo político severamente estratificado por gênero, o que a torna, apesar do risco de anacronismo que esta conclusão toma para si, uma feminista internacional à direita.

Referências

- ABREU, Maira. Nosotras: un féminisme latino-américain dans le Paris des années 1970. *Cahiers du Genre*, v. 1, n. 68, p. 219-255, 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. *A força das coisas*. Tradução por Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- BISHOP, Elizabeth. *Brazil*. Time Incorporated, 1962. (Series: Life World Library).
- BISHOP, Elizabeth; LOWELL, Robert. O Brasil é mesmo um horror. *Revista Piauí*, v. 35, ago. 2009. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-brasil-e-mesmo-um-horror-2/>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- CABALLERO, Mara. O amor brasileiro de Sartre. *Jornal do Brasil*, 15 fev. 1986. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=1246&dat=19860215&id=hu0pAAAAIABJ&sjid=NmQFA-AABAJ&pg=1380,3861344&hl=de>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- CARDINALI, Thainã Teixeira. *Temporalidades, escrita e feminino*: as narrativas viáticas de Adèle Tous-saint-Samson e Simone de Beauvoir. 2023. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Gradua-

10 “[...] o resto do mundo existia, e não devíamos desinteressar-nos dele. Franqui [diretor do jornal cubano *Revolution*] estava certo: a experiência cubana nos dizia respeito. Uma visita ao Brasil nos esclareceria sobre os problemas dos países subdesenvolvidos; Amado e outros homens de esquerda a desejavam porque pensavam que, através de conferências e artigos, Sartre lhes poderia ser útil. Permanecer surdos a esses convites, mutilar nossa curiosidade, encolher-nos na desgraça francesa, era uma espécie de demissão. Sartre foi o primeiro a sacudir nossa inércia” (Beauvoir, 1995, p. 427).

ção em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

CARDINALLI, Thainã Teixeira. De debates históricos-políticos à construções de si: A narrativa do Brasil na autobiografia de Simone de Beauvoir. *Revista História e Cultura*, v. 8, n. 2, p. 290-312, 2019a. doi: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v8i2.3041>

CARDINALLI, Thainã Teixeira. Imagens de si, escritas sobre o (s) Outro (s): uma análise do relato da viagem ao Brasil de Simone de Beauvoir. *Revista Ipseitas*, v. 5, n. 2, p. 135-146, 2019b.

CARDINALLI, Thainã Teixeira. Tramas sensíveis, caminhos guiados: a viagem de Simone de Beauvoir ao Brasil (1960). In: SIMPOSIO DE HISTORIA NACIONAL, 29., 2017. **Anais do XXIX Simpósio de História Nacional**. Associação Nacional de História, 2017. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502648696_ARQUIVO_textotramassensiveiscaminhosguiados_anpuh2017.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

CLARK, Timothy David. Rethinking Chile's 'Chicago Boys': neoliberal technocrats or revolutionary vanguard? *Third World Quarterly*, v. 38, n. 6, p. 1350-1365, 2017. doi: <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1268906>

CONNELL, Raewyn. Southern theory and world universities. *Higher Education Research & Development*, v. 36, n. 1, p. 4-15, 2017. doi: <https://doi.org/10.1080/07294360.2017.1252311>

CONNELL, Raewyn. *With Social Sciences in Brasil*. 2011. Disponível em: <http://www.raewynconnell.net/2011/11/with-social-sciences-in-brasil.html>. Acesso em: 02 jun. 2024.

FRIAS FILHO, Otavio. Foi uma revolução rápida e bonita. *Revista Piauí*, v. 36, set. 2009. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/foi-uma-revolucao-rapida-e-bonita/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

FORT, Pierre-Louis. *Une femme en mouvement*. Simone de Beauvoir. Vincennes: Presses Universitaires de Vincennes, 2016. p. 117-132.

HICOK, Bethany. *Elizabeth Bishop's Brazil*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2016.

LIMA, Daniela. *A mulher é um devir histórico*: rastros de Beauvoir no Brasil. 8 set. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/09/08/a-mulher-e-um-devir-historico-rastros-de-beauvoir-no-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MARTIN, Tiphaine. *Simone de Beauvoir's travel to Brazil*. 2020. Disponível em: <https://lirecrire.hypotheses.org/3017>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MOHANTY, Chandra Talpade. US Empire and the Project of Women's Studies: Stories of citizenship, complicity and dissent. *Gender, Place & Culture*, v. 13, n. 1, p. 7-20, 2006. doi: <https://doi.org/10.1080/09663690600571209>

PAIM, Lorena. Duas siglas estão por trás da desestabilização do governo Jango. Sul 21, 01 abr. 2014. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2014/04/duas-siglas-estao-por-tras-da-dese-stabilizacao-do-governo-jango/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs*, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980. doi: <https://www.jstor.org/stable/3173834>

ROMANO, Luis Antonio Contatori. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir pelo Brasil em 1960*. 2000. Tese (Doutorado em Letras) – Curso de Teoria Literária, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ROWLEY, Hazel. *Beauvoir, Brazil and 'Christina T'*. abr./maio 2007. Disponível em: <https://www.bookforum.com/print/1401/beauvoir-brazil-and-christina-t-96>. Acesso em: 02 jun. 2024.

TUCKER, Hazel. Colonialism and its tourism legacies. In: DALLEN, Timothy J. (Org.). *Handbook of globalisation and tourism*. Cheltenham : Elgar Publishing, 2019. p. 90-99.

Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola* e Luis Ernesto Gomez Cornejo Rotalde**

Ángela Ramos nasceu no dia 6 de junho de 1896 em Callao, a cidade que possui o porto mais importante do Peru desde o início de sua existência. Durante a conquista, foi declarado o primeiro porto do Vice-Reino devido à sua capacidade de receber navios de maior calado e, também, por abastecer a capital do Vice-Reino, a cidade de Lima.

Foi neste contexto que Callao se desenvolveu até ao início do século XX e é nesta oportunidade que nos referimos a 1919, a data em que se daria o início a essa vida sem tréguas para Ángela Ramos.

Pertencente a uma família de classe média, partilhou a sua infância com suas irmãs, Gabriela e Rebeca, e seus dois irmãos mais novos, Carlos e Luís, todos eles filhos de Panchito e “RR de R”, apelido de Rosa Relayze de Ramos.

Como era comum na época, as meninas só frequentavam a escola primária. Era o destino de vida das mulheres no Peru, portanto, tornarem-se senhoras de família preparadas para as tarefas do lar na formação familiar.

Já naquela tenra idade, Ángela Ramos dava sinais do seu desejo de romper com esses cânones, de não se estagnar nos conhecimentos primários a qual tinha sido destinada, e, por isso, comunicou ao pai o seu desejo de se tornar professora.

As limitações econômicas da família e as duras restrições que uma mulher tinha na sociedade para alcançar uma profissão superior e depois conseguir exercê-la se tornaram desafios e metas difíceis de alcançar.

Ángela persistiu na sua vocação e, a partir desse momento, assumiu a necessidade de ser autodidata. O seu imenso amor pela leitura cresceu e ela pôde apreciar o quão imensamente libertador era o conhecimento e a leitura.

Quatro linhas de ação marcariam a sua vida: o despertar pela justiça que a levaria ao caminho de uma lutadora comunista; o profundo amor pela pedagogia que, como mestra autodidata, a forjou, levando-a mais tarde aos caminhos da poesia e dramaturgia; depois, a sua máquina de escrever Remington, a qual usou como arma de luta e com ela cultivou o jornalismo; e, por fim, o caminho incansável da defesa das causas nobres e justas da vida, entre elas, a luta feminina, porque se autodenominava como feminina, para lançar as bases da inclusão da mulher em todo o espectro social

* Bisneto de Angela Ramos e doutorando do IPPUR.

** Neto de Angela Ramos

e humano da época.

Mesmo antes de o pai ter sido demitido da *Pacific Steam Navigation Company*, empresa inglesa de grande poder econômico, Ângela entrou para a docência, pois queria estudar para se desenvolver como professora, mas as limitações econômicas e a segregação e discriminação ao sexo feminino impediram a sua formação superior¹.

No entanto, isso não a impediu de ser autodidata e conseguiu trabalhar como professora numa escola pública do porto. Enquanto trabalhava como docente, soube do despedimento arbitrário do seu pai, poucos dias antes de se aposentar, perdendo os seus direitos laborais e não recebendo qualquer direito que tinha — nenhum pagamento ou indenização pelo seu tempo de trabalho na empresa.

Nesse ato injusto e arbitrário que enfrentou, juntaram-se duas componentes: o pai sem trabalho e sem rendimento econômico e uma afronta moral impiedosa e muito destrutiva, que acabou por levá-lo à sepultura.

Perante esses acontecimentos e esgotadas todas as vias de reclamação, incluindo as queixas às autoridades laborais, Ângela, amiga da filha do General Cáceres, levou uma carta de protesto aos meios de comunicação, tendo sido recebida pelo diretor e proprietário do jornal *El Comercio* (RACSO), que apreciou ter diante de si uma futura jornalista ao ler a sua magnífica prosa e capacidade informativa de suas problemáticas.

Naquela carta, fazia duas denúncias e abordava dois temas: um era a injustiça cometida contra o seu pai e o outro era o sofrimento da mulher que trabalhava, refletindo sobre a exploração do trabalho não remunerado e o tratamento discriminatório em relação às mulheres.

Foi assim que se deram seus primeiros passos como jornalista, no jornal *El Comercio*, onde abordou vários temas da atualidade, sendo os mais relevantes aqueles relacionados com o sufrágio feminino, que se concretizou no Peru no ano de 1956. Além disso, escreveu sobre a necessidade de justiça entre homens e mulheres e promoveu a questão da “igualdade de trabalhos, igualdade de salários”, desenvolvendo uma forte campanha contra a lei, abrangendo a marginalidade da época e lutando contra a discriminação das mulheres no acesso ao ensino superior.

Naquela época, José Carlos Mariátegui, grande leitor, acompanhou de perto os trabalhos jornalísticos de Ângela e chamou-a para colaborar na revista *Amauta*, que ele dirigia. Assim, os dois estabeleceram uma relação muito próxima.

Mais tarde, ele a integrou ao Comitê Central do Partido Socialista, fundado no

¹ Vale a pena mencionar que, após a guerra com o Chile, o capital inglês se reafirmou no Peru e tornou-se ainda mais importante, de modo que a empresa foi indiscutivelmente uma das companhias estrangeiras com maior presença.

ano de 1928, que posteriormente se tornou o Partido Comunista do Peru, constituído no ano de 1930, confiando-lhe o secretariado do Socorro Rojo Internacional (SRI) e a organização das mulheres no partido. Ramos continuou colaborando na *Amauta* e também se envolveu em outros meios de comunicação, como a revista *Variedades*, os jornais *La Prensa*, *La República*, *La Noche* e outros meios. Neles, escreveu campanhas muito sustentadas sobre direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a liberdade de associação das mulheres. Nesse momento, os seus companheiros de jornalismo deram-lhe a alcunha de “Angeloba” e de “Angelucha”, pelos seus trabalhos empenhados em causas muito nobres e justas.

A sua evolução como militante do partido comunista não limitou em nada sua dedicação ao jornalismo da época, de forma que seus escritos se tornaram uma corrente de opinião e de mudança social, fazendo incursões na esfera das entrevistas, sobretudo no campo da arte e da cultura em geral.

Com a morte prematura de José Carlos Mariátegui, iniciou-se um período muito polêmico no seio do nascente Partido Comunista. Sua ausência possibilitou uma luta interna muito profunda pela hegemonia no partido, a tal ponto que os fundadores e Ángela se retiraram do partido em 1936, uma vez que o confronto com Eudocio Ravines, em particular, era insuperável.

Eudocio Ravines foi eleito secretário-geral do Partido Comunista do Peru, tendo-se descoberto mais tarde que tinha sido agente da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos, tornando-se assim, juntamente com Felipillo, um dos mais famosos traidores da história peruana. Felipillo teve a ousadia de entregar o Inca Atahualpa na conquista do Peru aos espanhóis comandados pelo seu conquistador, Francisco Pizarro.

A sua militância política não a impediu de continuar a colaborar em diversos meios de comunicação escrita, aventurando-se pela primeira vez como entrevistadora em assuntos basicamente relacionados à arte, o que lhe permitiu não só conhecer os mais distinguidos representantes da poesia, da literatura, do romance, do teatro e de todas as artes em geral na sociedade peruana, mas também conhecer todos os expoentes máximos que pisaram no solo peruano, o que lhe possibilitou desenvolver um amplo e profundo conhecimento da cultura global da época.

Assim temos, por um lado, a sua militância política, primeiro próxima do grande José Carlos Mariátegui e logo na direção do Partido Comunista, e, por outro lado, desenvolvendo plenamente sua grande capacidade de jornalista e entrevistadora.

Posteriormente, em 1941, ingressou no Congresso da República, na Câmara dos Deputados, e foi encarregada de dirigir a biblioteca dessa instituição. A tarefa de reconstrução da biblioteca da Câmara se deu, sem dúvida, aos seus esforços para dar

forma e recuperar todo o material e documentação existentes antes da guerra com o Chile — conhecida como Guerra do Pacífico (1879-1883) —, que foi depredada nos anos posteriores durante a ocupação chilena.

Essa tarefa foi também levada a cabo pelos seus antecessores. Não esqueçamos que, nessa época, a profissão de bibliotecário não existia no Peru, o que exigia um grande esforço de criatividade e empenho. Foi no Congresso da República que se aposentou anos mais tarde, quando a legislação sobre o assunto indicava que a idade para a aposentadoria era de 75 anos.

A partir de 1936, ano em que se demitiu do Comitê Central do Partido Comunista do Peru, e até sua entrada na Câmara dos Deputados, em 1941, alargou os seus horizontes e dedicou-se à poesia e depois à dramaturgia.

Durante esse período, produziu seus melhores e mais empenhados poemas, cujo teor se prende fundamentalmente às questões da atualidade política nacional e internacional, à luta contra o fascismo, à luta pelo sufrágio feminino e pela igualdade de gênero, que designa como uma luta feminina e não feminista, seguindo os ensinamentos da revista *Amauta*.

Nesse período, após sua militância política, dedicou-se a sua criação mais nobre, que foi a poesia e o ensaio, e também a produzir seus melhores artigos nos diversos meios de comunicação. Durante esse tempo, também ocupou cargos importantes da Asociación Nacional de Escritores y Artistas (ANEA), fundou a casa de *Amauta*, organizou o primeiro sindicato de jornalistas do Peru, fundou a primeira *Asociación del Libro Peruano* e produziu inúmeros artigos sobre o sufrágio feminino.

O seu labor proselitista das ideias avançadas e revolucionárias, dos desejos mais profundos dos despossuídos e questionadora da realidade imperante a levou a produzir inúmeros escritos e artigos de imprensa que, aos olhos de todos, foram uma pena rebelde e empenhada nessas causas. Essas nobres causas nos permitem afirmar aquilo a que ela própria denominou de “uma vida sem trégua” quando tinha de se referir a si própria. Nas vezes em que padeceu encarcerada pelos seus ideais, tomou-as como parte dessa luta incansável por ideias justas. Uma vez disse que esse é o preço de ser socialista.

Na política, ela foi grande e esteve entre os grandes da época, ousou abraçar ideais emancipatórios e semeou uma semente que as gerações atuais reconhecem — foi a primeira mulher comunista do Peru.

Como jornalista, foi a primeira mulher a desempenhar essa nobre profissão, foi a primeira repórter e entrevistadora, e empenhou-se em causas de profunda linhagem popular.

Sem desdramatizar suas convicções femininas, lutou pela igualdade de direitos

das mulheres em relação aos homens e nunca deixou de se indignar com a profunda tristeza da dor de uma mulher que trabalha tão duramente, sendo superexplorada, ou até trabalhando mais do que um homem e ainda com a terrível discriminação da qual elas são alvo.

Nos últimos anos da sua vida na política e no jornalismo, dedicou-se a criticar e a desvendar como os títulos e as manchetes dos jornais alteravam a verdade; dedicou-se com imensa prolixidade a criticar os títulos ou manchetes das várias notícias, fazendo a sua crítica a esses enunciados em pouquíssimas palavras, de todos os jornais de circulação e de “opinião” que existiam, que, sutilmente ou não, devassavam a alma dos leitores, fazendo-os ver como verdadeiras notícias totalmente falsas. Algumas vezes, fazia troça, outras vezes era muito cáustica e, por que não, também encontrava as mensagens sórdidas da imprensa, sobretudo da imprensa amarela.

Ela costumava dizer em relação a esse trabalho quotidiano: “[...] aquí está a alma dos proprietários dos meios jornalísticos, que os assalariados sejam eles ou não, devem e têm que difundir, [...] eles os proprietários, estes se escondem atrás de seus assalariados, estes últimos bradam sostenendo o contrario [...] são inteiramente livres de se submeterem a eles”².

Ângela morreu no dia 25 de julho de 1988. Quando uma vida não tem trégua, é porque não houve descanso nem alívio para refletir sobre aspectos supérfluos, e ainda mais se a palavra nunca se divorciou da prática, isto é, Angeloba/Angelucha.

Referências

RAMOS, Ângela. *Una vida sin tregua*. Tomo I. Peru: Minerva, 1990.

RAMOS, Ângela. *Una vida sin tregua*. Tomo II. Pe

2 Citação de história oral proveniente de memória familiar.

Teorias críticas para repensar a integração regional na América Latina: um diálogo entre o estruturalismo da CEPAL e o marxismo

Thomaz Delgado De David* e Gustavo Menon**

Resumo: Este estudo apresenta as convergências teóricas entre as abordagens do estruturalismo latino-americano da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o pensamento da teoria marxista da dependência (TMD) para avançar nas reflexões e projetos de integração regional na América Latina. A partir do resgate das contribuições cepalinas e da TMD, foram observados elementos de aproximação entre os dois modelos teóricos, destacando como a região é interpelada por meio da condição de dependência e subdesenvolvimento. Apesar das notórias divergências entre as teorias, busca-se contribuir para um diálogo entre seus principais conceitos na formulação de um novo projeto de integração latino-americana, observando as dinâmicas do capitalismo contemporâneo e a estruturação da divisão internacional do trabalho. Por fim, conclui-se que uma justaposição entre essas leituras teóricas pode viabilizar outro projeto de integração regional, pautado em termos de soberania, superação do subdesenvolvimento e maior autonomia na inserção dos países latino-americanos nas relações internacionais.

Palavras-chave: Integração regional. América Latina. CEPAL. Teoria marxista da dependência (TMD).

Abstract: This study presents the theoretical convergences between the Latin American structuralism approach of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) and the thought of the Marxist theory of dependence to advance reflections and projects of regional integration in Latin America. By rescuing the contributions of ECLAC and MTD, elements of convergence between the two theoretical models were observed, highlighting how the region is addressed through the condition of dependence and underdevelopment. Despite the notable divergences between the theories, the aim is to contribute to a dialogue between their main concepts in formulating a new Latin American integration project, considering the dynamics of contemporary capitalism and the structuring of the international division of labor. Finally, it is concluded that a juxtaposition of these theoretical readings can enable another regional integration project, based on terms of sovereignty, overcoming underdevelopment, and greater autonomy in the insertion of Latin American countries into international relations.

Keywords: Regional integration. Latin America. ECLAC. Marxist theory of dependence.

Resumen: El presente estudio expone las convergencias teóricas entre las aproximaciones del estructuralismo latinoamericano de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y el pensamiento de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) para avanzar en reflexiones y proyectos de integración regional en América Latina. A través del rescate de las contribuciones de la CEPAL y la TMD, se observaron elementos de aproximación entre los dos modelos teóricos, destacando cómo la región es interpelada a través de la condición de dependencia y subdesarrollo. A pesar de las notorias

* Doutorando e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Coordenador da Rede de Pesquisadores Marxistas. Organizador do livro “(Re)pensar as Relações Internacionais: abordagens marxistas”. E-mail: thomaz_delgado@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3769620750745364>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8402-0989>.

** Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo - PROLAM/USP. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e no Grupo de Trabalho “China e o Mapa do Poder Mundial”, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, Argentina. Professor na Universidade Católica de Brasília (UCB) e docente credenciado no PROLAM-USP. Coordenador do curso de Relações Internacionais na UCB. E-mail: gustavo.menon@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9027785526016734>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1057-027X>.

divergencias entre las teorías, se busca contribuir a un diálogo entre sus conceptos principales en la formulación de un nuevo proyecto de integración latinoamericana, observando las dinámicas del capitalismo contemporáneo y la estructuración de la división internacional del trabajo. En conclusión, se afirma que una yuxtaposición entre estas lecturas teóricas puede viabilizar otro proyecto de integración regional, basado en términos de soberanía, superación del subdesarrollo y mayor autonomía en la inserción de los países latinoamericanos en las relaciones internacionales.

Palabras clave: Integración regional. América Latina. CEPAL. Teoría marxista de la dependencia (TMD).

1. Introdução

O regionalismo, em sentido amplo, é um fenômeno histórico de longa data, visto que diferentes formas de integração econômica, política, social e cultural ocorreram em contextos anteriores à modernidade¹, desde os impérios antigos até o feudalismo na Europa (SÖDERBAUM, 2015). Contudo, a integração regional, em sentido formal, deve ser situada no contexto das relações estabelecidas no âmbito do sistema pluries-tatal, no qual os Estados soberanos deliberadamente decidem promovê-la e, para isso, constituem instituições, dão origem a regimes jurídicos e à formação de um sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2004).

Assim, a integração regional, nos marcos contemporâneos, emerge na Europa no final da década de 1940. Após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foram instituídas organizações internacionais (OIs) de caráter global e regional e firmados tratados com a finalidade de assegurar a paz e a estabilidade econômica² (MESQUITA, 2019).

Assim, se por um lado a integração regional tinha a paz e a estabilidade como propósitos na Europa, por outro, na América Latina, o debate acerca da integração estava preocupado com o desenvolvimento econômico e com a industrialização (SÖDERBAUM, 2015). Nesse contexto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), teve importante papel no desenvolvimento de estudos e recomendações voltados à integração.

Foi somente no início da década de 1960, com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc)³, constituída a partir do Tratado de Montevideu (1960), que se deu início à integração regional formal na América Latina⁴. Cabe mencionar que, diferentemente do contexto europeu pós-guerra, as preocupações na América Latina eram diferentes e estavam relacionadas, sobretudo, com a sua condição de subdesenvolvimento.

Os pesquisadores cepalinos lograram relacionar a área da Economia, até então tratada de forma apartada, com a dominação internacional, aproximando-a da Ciência Política e de outras ciências sociais (MACHADO, 1999). Além disso, deram origem à

1 Considera-se o século XV como início da modernidade, tendo em vista o declínio do feudalismo na Europa, a queda de Constantinopla e início das chamadas Grandes Navegações.

2 Nesse sentido, destaca-se o Banco Mundial (1944), o Fundo Monetário Internacional (1945), a Organização das Nações Unidas (1945), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949), o Conselho para Assistência Econômica Mútua (1949) e o Pacto de Varsóvia (1955).

3 Alalc abrangeu 11 países em sua composição: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

4 Emprega-se o termo América Latina neste trabalho para designar a região que compreende a América Central, a América do Sul, o Caribe e o México.

chamada “escola estruturalista” da CEPAL⁵, uma escola do pensamento marcada por um desenvolvimento teórico original, autônomo e crítico.

Por sua vez, diferentemente do estruturalismo cepalino, a teoria marxista não possui uma vasta contribuição centrada na questão da integração regional. Contudo, o marxismo apresenta uma elevada capacidade de compreensão das desigualdades territorializadas e das assimetrias de poder que perfazem o capitalismo. Inclusive, dispõe de teorias centrais para a interpretação do capitalismo global, como as teorias do imperialismo (LÊNIN, 2012; LUXEMBURGO, 1985, KAUTSKY, 2002; HARVEY, 2014) e a teoria marxista da dependência (TMD), representada por autores como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

À vista disso, este trabalho propõe repensar a integração latino-americana com base em teorias críticas. Tal proposta decorre de uma percepção de que existem semelhanças estruturais entre os países da região e de que a integração na periferia global apresenta uma possibilidade concreta de enfrentamento da ordem global hegemônica que a subalterniza.

Considerando-se a contribuição do estruturalismo cepalino para a integração regional, assim como a possibilidade de instrumentalização da teoria marxista em torno dessa questão, a problemática que se impõe consiste no desafio de estabelecer um diálogo entre essas matrizes teóricas críticas, com a finalidade de repensar a integração latino-americana. Assim, o problema de pesquisa é expresso através do seguinte questionamento: de que maneira as contribuições teóricas do estruturalismo cepalino e da teoria marxista podem dialogar em torno da integração latino-americana?

Para responder tal questão, o método de abordagem empregado consiste no materialismo histórico-dialético, nos termos propostos por Norbert Guterman e Henri Lefebvre (1964), os quais afirmam que a dialética somente pode ser considerada como tal enquanto estiver associada ao materialismo histórico. O materialismo histórico-dialético assume que são as condições e as necessidades materiais que conduzem os processos históricos, de forma dialética, por intermédio da superação de contradições em movimento. Assim, tal abordagem garante uma mirada holística, capaz de conectar as estruturas da economia política internacional com os processos históricos de integração regional, entre teorias (dever ser) e práticas (ser). Ademais, adota-se o método de procedimento histórico, considerando a necessidade de efetuar um resgate dos processos da integração latino-americana, com vistas à sua contextualização. Como técnica de pesquisa, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental (documentação indireta), levando em conta o avanço técnico-científico existente e os tratados internacionais.

5 Para os fins deste trabalho, será dado enfoque às principais contribuições da CEPAL elaboradas na segunda metade do século XX, que constituem os pilares do estruturalismo cepalino.

O objetivo geral deste artigo é conceber um diálogo entre as contribuições teóricas do estruturalismo cepalino e do marxismo que possibilite um repensar crítico acerca da integração regional da América Latina.

Sequencialmente, este trabalho encontra-se estruturado em duas seções. Na primeira, abordam-se contribuições teóricas críticas (do estruturalismo cepalino e do marxismo) para se pensar a integração regional. Depois, na segunda, estabelece-se um diálogo entre essas contribuições, lançando as bases para repensar a integração latino-americana.

2. Teorias críticas para se pensar a integração latino-americana

Na atualidade, existe uma significativa variedade de teorias para se pensar a integração regional. Entre elas, Söderbaum (2015) aponta o funcionalismo, o neofuncionalismo, o estruturalismo, o racionalismo, o institucionalismo etc.

Contudo, nem todas essas teorias podem ser consideradas “teorias críticas”. Teorias tradicionais e consolidadas no meio acadêmico usualmente oferecem explicações para o que está dado ou, quando estabelecem críticas, fazem-no de maneira pretensamente “objetiva” ou “neutra”. Para que uma teoria seja considerada crítica, entende-se que o seu conjunto deve ser capaz de questionar o *status quo*, tomando partido daqueles que são oprimidos pela ordem vigente.

Nesse sentido, o estruturalismo da CEPAL figura como uma teoria crítica pensada desde e para o Sul Global, que rompe com as noções pré-estabelecidas pelos centros hegemônicos e proporciona novas perspectivas de desenvolvimento. Por sua vez, o marxismo é, por excelência, uma teoria revolucionária, que elabora uma crítica sistêmica ao capitalismo e se preocupa com a transformação da realidade.

A seguir, serão expostas, em duas subseções, as contribuições dessas teorias críticas em relação à integração regional da América Latina. Na primeira subseção, faz-se uma síntese de algumas das principais contribuições cepalinas e, na segunda, efetua-se um esforço teórico para conceber, ainda que em termos gerais, uma teorização marxista da integração regional, aplicada ao contexto latino-americano.

2.1. Contribuições do estruturalismo da CEPAL

A origem da escola estruturalista da CEPAL, conforme assinalado por José Luís Fiori (2001), reside nas concepções teóricas de Raúl Prebisch e de Celso Furtado, que proporcionaram uma perspectiva sistêmica do desenvolvimento desigual no capitalismo global. Prebisch (2000) percebeu que, de acordo com a divisão internacional do tra-

balho, à América Latina, historicamente, sempre competiu o papel desvantajoso de produção de alimentos e matérias-primas para as indústrias do centro global⁶.

Nesse sentido, Fiori (2011, p. 23) afirma que “os países dependentes da exportação de produtos primários [...] serão sempre países periféricos, incapazes de comandar a própria política econômica e incapazes de comandar sua participação soberana na economia mundial”. Assim, nota-se que a origem do pensamento cepalino está associada com uma perspectiva crítica do papel subalterno da América Latina na ordem global, conduzindo a reflexões em torno de uma outra forma de desenvolvimento.

Além disso, Ocampo (1998) aponta que, desde o seu início, a CEPAL desenvolveu um método analítico próprio, além de ênfases temáticas que, com algumas variações, mantiveram-se através do tempo. Para o autor, tal método, nomeadamente histórico-estrutural, concede destaque à maneira pela qual as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento, assim como resultam em comportamentos distintos daqueles dos países desenvolvidos (OCAMPO, 1998).

Dessa forma, tal método rompe com uma noção linear, a-histórica e abstrata do desenvolvimento. Isso porque seus fundamentos levam à análise de que as possibilidades de desenvolvimento na periferia global são condicionadas por uma estrutura político-econômica concreta e pré-existente, tanto no âmbito interno quanto no cenário internacional.

Tendo em vista o ponto de partida da escola estruturalista da CEPAL, assim como o seu método, cabe introduzir, brevemente, a evolução do seu pensamento. O Quadro 1 relaciona cinco períodos do século XX (cada um marcado por um tema central) com três eixos da análise histórico-estruturalista (inserção internacional, condições estruturais e ação estatal).

⁶ O conceito de “deterioração dos termos de troca” empregado por Prebisch (1986) explica a desvantagem econômica dos países cuja exportação é predominantemente marcada por produtos primários. Conforme o autor, o progresso técnico tende a aumentar a produtividade agrícola sem que haja, necessariamente, um aumento da demanda. Ademais, produtos primários não admitem grande diversificação e, mesmo que ocorra uma realocação produtiva (por meio do desmonte da mão de obra e do capital), ainda assim estão sujeitos à deterioração dos preços pela saturação do mercado. Por outro lado, o deslocamento facilitado da demanda por produtos industrializados no cenário internacional dificulta ou impede a sua saturação e, conseqüentemente, contribui para uma valorização comercial.

Quadro 1. Síntese dos elementos analíticos que compõem o pensamento da CEPAL

	Análise histórico-estruturalista		
Períodos e temas	Inserção internacional (centro-periferia e vulnerabilidade externa)	Condições estruturais internas (econômicas e sociais) do crescimento/ progresso técnico e de emprego/distribuição da renda	Ação estatal
1948-1960 Industrialização	Deterioração das relações de troca; desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos; integração regional	Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas pela especialização e heterogeneidade estrutural: inflação estrutural e desemprego	Conduzir deliberadamente a industrialização
1960 Reformas	Dependência; integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés antiexportação industrial	Reforma agrária e distribuição da renda como requisito para redinamizar a economia; heterogeneidade estrutural; dependência	Reformar para viabilizar o desenvolvimento
1970 Estilos de crescimento	Dependência, endividamento perigoso; insuficiência exportadora	Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização que combina o mercado interno e o esforço exportador	Viabilizar o estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer as exportações industriais
1980 Dívida	Asfixia financeira	Ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques estabilizadores; custo social do ajuste	Renegociar a dívida para ajustar com crescimento
1990-1998 Transformação produtiva com equidade	Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais	Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para uma redução da brecha da equidade	Executar políticas para fortalecer a transformação produtiva com equidade

Adaptação do quadro constante em Bielschowsky (2000, p. 19)

Conforme aponta o Quadro 1, ao longo da segunda metade do século XX, a CEPAL se dedicou a tratar da inserção internacional das economias latino-americanas a partir de uma perspectiva que enfatizou aspectos de sua dependência e vulnerabilidade periférica na ordem global, além de conceder destaque ao papel da integração regional. No que se refere às condições estruturais internas, cabe ressaltar as propos-

tas de substituição de importações e de desenvolvimento com equidade, envolvendo reforma agrária e redinamização da economia, diminuição de desigualdade social e distribuição de renda.

Além disso, é importante destacar que a CEPAL, ao longo da sua evolução de pensamento, defendeu a necessidade de uma atuação estatal intervencionista para a condução ao desenvolvimento. Assim, é possível dizer que a integração regional proposta pela teoria cepalina se preocupa, fundamentalmente, com um desenvolvimento econômico que não desconsidera os aspectos políticos e sociais envolvidos e que, pelo contrário, deposita no papel ativo do Estado e na dinâmica social um importante fator para o êxito da integração.

À vista dessa síntese, parte-se para um aprofundamento diante de algumas das contribuições elencadas. Conforme verificado, para a CEPAL, faz-se necessário pensar em uma integração regional associada à noção de industrialização, com a complementaridade das economias latino-americanas. Prebisch (2000) defendia a industrialização dos países periféricos como forma de obter uma parcela dos resultados do progresso técnico e, com isso, melhorar o padrão de vida da população de modo progressivo.

Para Maria da Conceição Tavares, a industrialização não deve ser encarada apenas como crescimento industrial, mas como instalação de um setor de bens de produção (especialmente bens de capital) que permita internalizar investimento e progresso técnico (ANDRADE; SILVA, 2010). Conforme sinalizado pela autora, a substituição de importações é o caminho para a ruptura com o perfil agroexportador da América Latina, rumo a um desenvolvimento regional na periferia global subdesenvolvida (TAVARES, 1973).

Assim, os avanços teóricos dessa escola envolvem, em linhas gerais, proposições sobre a necessidade de crescimento das exportações e a proposta de substituição de importações. Além disso, para a escola estruturalista, o papel fundamental para a industrialização da periferia global compete ao Estado e às políticas públicas (FIORI, 2001). Medeiros e Serrano (2001) reconhecem isso ao destacarem o intervencionismo estatal e o planejamento que se impõe na alocação eficiente de divisas.

Aproximando tal teoria da realidade concreta, o impacto do neoliberalismo na América Latina durante a década de 1990 e seu recrudescimento no período recente representa o oposto daquilo que preconizava Prebisch em termos de estratégia para o desenvolvimento dos países periféricos. Isso porque o neoliberalismo está relacionado com o desmonte sistemático das indústrias, com a privatização de setores estratégicos da economia e com o subfinanciamento público de pesquisas em ciência e tecnologia e nas políticas sociais.

Como resultado, o aprofundamento do desenvolvimento desigual entre centro e periferia global impõe aos países periféricos uma condição de dependência em relação à produção física e tecnológica de bens de maior valor agregado por empresas originárias do centro. Assim, a retomada das contribuições teóricas da CEPAL se demonstra adequada diante dos desafios contemporâneos enfrentados pela América Latina.

À vista do exposto, as contribuições do estruturalismo cepalino para repensar a integração latino-americana podem ser resumidas:

a) Metodologicamente: pelo emprego do método histórico-estruturalista, que possibilita uma compreensão original e crítica das estruturas herdadas que condicionam o desenvolvimento na América Latina.

b) No plano econômico: pela industrialização como aspecto central para romper com a dependência econômica; pela substituição de importações como um dos meios para o processo regional de industrialização; pela proposição de um desenvolvimento com equidade, com reforma agrária, diminuição da desigualdade social e distribuição de renda.

c) No plano político: pela compreensão da relação dicotômica entre centro e periferia global, marcada por assimetrias de poder; pelo reconhecimento da necessidade de um papel intervencionista dos Estados, em uma agenda reformista, para a promoção de uma integração regional desenvolvimentista; e, por fim, pela proposição de uma inserção internacional soberana da América Latina em face do centro global.

2.2. Contribuições da teoria marxista

Diferentemente da escola estruturalista da CEPAL, a teoria marxista não possui uma vasta contribuição centrada na questão da integração regional. Contudo, o marxismo tem sido, com frequência, empregado para uma compreensão da economia política internacional (EPI), pela crítica à dinâmica do capitalismo global. Pretende-se, assim, extrair da “EPI marxista” uma contribuição para se pensar a integração regional no contexto capitalista.

Considerando-se os aspectos que merecem destaque dentro de uma concepção marxista de EPI, tem-se que: a) o cenário internacional é a arena na qual se manifestam conflitualidades inerentes ao capitalismo global; b) a economia política capitalista engendra a desigualdade econômica e as assimetrias de poder; c) o sistema de múltiplos Estados é conformador da ordem político-econômico capitalista; d) atores diversos, para além dos Estados, integram a dinâmica de acumulação e reprodução

do capital; e e) existe, na prática, uma indissociabilidade entre economia e política no capitalismo. Além disso, uma perspectiva marxista deve considerar que a economia política internacional é estruturante e estruturada, respectivamente, do e pelo capitalismo global – assim como as consequências dessa constatação (FIORI, 2001; MARTINS, 2011).

À vista disso, uma economia política marxista da integração regional não deve encarar a integração como algo meramente “positivo” ou “negativo”, mas compreender seus processos específicos de maneira historicamente situada, seus papéis, suas possibilidades e seus limites.

A EPI marxista proposta apresenta chaves analíticas que auxiliam nessa compreensão, na medida em que permite analisar a integração regional como parte das relações centro-periferia no cenário internacional, marcadas pelo imperialismo. O imperialismo é uma categoria que, do ponto de vista marxista, interpreta a dinâmica da EPI no capitalismo sob um enfoque nas relações político-econômicas de dominação e de dependência. Nas palavras de Ruy Mauro Marini:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm neste seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2017, p. 327)

David Harvey (2014), um dos teóricos marxistas do imperialismo contemporâneo, aponta para uma dualidade entre o que considera ser a lógica territorial (geopolítica) e econômica (capitalista) do imperialismo. Segundo o autor, tais lógicas estariam relacionadas, com predominância da última.

Ademais, ao tratar dessa lógica predominantemente econômica do imperialismo, Harvey remete a uma espécie de “acumulação primitiva contemporânea”⁷, isto é, o imperialismo da acumulação por espoliação. Essa modalidade se resume na liberação de meios de produção a baixo custo, para emprego do capital sobreacumulado e geração de lucro (HARVEY, 2014).

Diante disso, o imperialismo como fenômeno contemporâneo coincide, invariavelmente, com o neoliberalismo, pois este engendra o cenário pelo qual o capital sobreacumulado encontra aplicações rentáveis ao explorar a periferia global (SCOTELARO; RAMOS; TEIXEIRA, 2018). Nesse sentido, Harvey (2014, p. 124) aponta que “se o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação⁸ desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema”.

Portanto, esse “novo” imperialismo, marcado pela espoliação, objetiva mercantilizar aquilo que não está totalmente submetido à lógica mercantil capitalista (HARVEY, 2014). Considerando-se a vasta riqueza natural latino-americana e o contexto da onda conservadora que assolou a América Latina (especialmente na segunda década do século XXI), a acumulação por espoliação encontrou um cenário ideal para a sua ocorrência.

Casos paradigmáticos dessa acumulação por espoliação que abrangem a América Latina envolvem o neoextrativismo mineral, a estrangeirização de terras e a mercantilização da água (DE DAVID, 2023). Além disso, a dependência financeira diante do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e a privatização de setores estratégicos se somam à dinâmica dos mecanismos econômicos de dominação imperialista.

A partir da crítica ao imperialismo, torna-se possível repensar as diretrizes macroeconômicas e políticas da integração. No caso latino-americano, por exemplo, “o imperialismo limita o desenvolvimento regional [...] e mantém reduzida à dimen-

7 O entendimento da acumulação primitiva decorre dos escritos de Marx na obra *O capital*, especialmente em seus capítulos finais, intitulados “A chamada acumulação originária” e “A teoria moderna da colonização”, nos quais o autor reflete sobre o processo histórico de expropriação e as relações coloniais entre a Europa Ocidental, sobretudo a Inglaterra, e o restante do globo (TIBBLE, 2013). Para mais, ver Marx (2013).

8 Conforme a definição de Harvey (2014, p. 124), a sobreacumulação “é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouras lucrativas”.

são formal a soberania dos países da região” (DE DAVID; SILVA, 2020, p. 505). Isso ocorre pois a resposta ao problema da sobreacumulação capitalista no centro global possui fundamento na usurpação do potencial produtivo da periferia. Ao mesmo passo, as relações imperialistas tornam concreta a soberania dos países do centro e meramente formal (devido à abstração jurídica) na periferia.

Segundo Fiori (2011, p. 30), “não é possível conceber uma integração internacional soberana que não questione e enfrente, de uma forma ou de outra, os consensos éticos e estratégicos das potências que controlam, naquele momento, o núcleo central do poder mundial”. Em outros termos, a afirmação da soberania na periferia global perpassa, necessariamente, por uma articulação regional anti-imperialista.

Para além da contribuição a partir do conceito de imperialismo, não se pode olvidar, também, o avanço teórico advindo da TMD a partir da década de 1960, para a qual o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são duas faces distintas, porém complementares, do processo de industrialização no capitalismo (OSÓRIO, 2018).

Entre os fundadores da TMD, estão André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, os quais apresentam contribuições relevantes para situar as economias da periferia global enquanto dependentes, assim como para compreender os efeitos da subalternidade. Conforme Theotônio dos Santos (2011), a dependência econômica interestatal consiste na circunstância em que algum país tem a sua economia subordinada ao desenvolvimento de outro, ao qual o primeiro encontra-se sujeito. Para Andre Gunder Frank (1970, p. 24, tradução nossa), “a investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é, em grande parte, produto histórico da economia passada, atual e de outras relações entre a periferia subdesenvolvida e os atuais países metropolitanos desenvolvidos”.

Nesse sentido, o subdesenvolvimento na periferia global sustenta o padrão de desenvolvimento do centro, fato que caracteriza a dependência econômica de regiões como a América Latina. Contudo, isso não implica na desconsideração de que o desenvolvimento econômico periférico pela industrialização continua sendo, apesar dos seus limites intransponíveis, uma resposta concreta (exequível, mesmo que restrita) para problemas concretos (que não se extinguem no capitalismo).

Portanto, a TMD possibilita perceber na integração regional a característica da dependência econômica, assim como na relação entre blocos de países agroexportadores (como o MERCOSUL) e de países exportadores de produtos com maior valor agregado (como a União Europeia).

Além disso, cabe mencionar que, assim como no caso da CEPAL, o método ocupa um papel central no desenvolvimento da teoria marxista. O materialismo histórico-dialético corresponde à noção de que os processos históricos se sucedem de acordo

com as condições e as necessidades materiais (materialismo histórico), e que isso se dá em um movimento constante e contraditório (dialética). Nessa senda, Callinicos (2004, p. 29, tradução nossa) aponta que o “materialismo histórico é dialético na extensão que estruturas sociais são constituídas por contradições internas”.

Tal método apresenta uma possível contribuição na medida em que permite identificar, com base na estrutura do capitalismo global, as possibilidades e os limites dos processos de integração regional na periferia do modo de produção. Além disso, permite compreender um movimento contraditório: a integração regional pode oferecer uma resistência da periferia global à exploração capitalista, mesmo sem romper com as bases desse sistema.

À vista do exposto, as contribuições da teoria marxista para repensar a integração latino-americana podem ser resumidas:

a) Metodologicamente: o método materialista histórico-dialético apresenta potencial para explicitar, através das engrenagens e contradições do capitalismo internacional, os aspectos que condicionam a integração regional.

b) No plano econômico: por meio da teoria marxista da dependência, evidencia-se a relação intrínseca entre o desenvolvimento no centro global e o subdesenvolvimento na periferia, que repercute na necessidade de pensar uma integração regional que rompa com esse padrão; através do conceito de imperialismo, percebe-se que a acumulação por espoliação tem resultado na perda de potencial produtivo da América Latina em prol do desenvolvimento de países centrais.

c) No plano político: a teoria marxista auxilia na compreensão de uma ordem global marcada pela conflitualidade, na qual a soberania dos países latino-americanos é, frequentemente, reduzida ao seu aspecto formal. Nesse sentido, faz-se necessária uma integração regional que confira unidade e aumente o poder desses países nas relações internacionais, materializando, desse modo, a sua soberania e conferindo maior autonomia na divisão internacional do trabalho.

3. O repensar da integração latino-americana através de um diálogo entre o estruturalismo cepalino e o marxismo

Conforme exposto anteriormente, tanto o estruturalismo cepalino quanto o marxismo oferecem contribuições críticas e relevantes para repensar a integração latino-americana. Nesse contexto, e de acordo com o objetivo deste trabalho, importa compreender, através de um diálogo entre as teorias, em que medida tais contribuições convergem em um entendimento dos possíveis rumos da integração na contemporaneidade.

Esse diálogo será estabelecido com base na proposta de uma integração regional

de caráter desenvolvimentista. Tal proposta leva em consideração tanto as contribuições do estruturalismo cepalino quanto do marxismo, articuladas em torno de um modelo factível. Contudo, para que se possa compreender o que se propõe em termos de regionalismo desenvolvimentista, cabe antes efetuar uma retomada e uma distinção com outra forma de regionalismo, qual seja, o liberal.

Conforme verificado na primeira seção, os processos de integração regional na América Latina têm se orientado com primazia em eixos econômicos, com exceção da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Acontece que existem variações significativas referentes às diretrizes macroeconômicas que podem caracterizar o eixo econômico definidor de um bloco. A oposição notável entre essas diretrizes pode ser expressa através do que Teixeira e Desiderá Neto (2012) definem como regionalismo liberal e regionalismo desenvolvimentista.

Acerca do regionalismo liberal, este encontra seus fundamentos na doutrina clássica do comércio internacional, com princípio na crítica de Adam Smith ao sistema mercantilista, aprofundada por David Ricardo, que introduziu a noção de vantagens comparativas⁹. Por sua vez, Herckscher e Ohlin desenvolveram a versão neoclássica da teoria do comércio, formalizada por Samuelson, que consolidou a visão ortodoxa da teoria do comércio internacional (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012).

De acordo com tal perspectiva neoclássica da teoria do comércio internacional, dá-se destaque às obras de Viner (1950, 1953), o qual elaborou conceitos como criação e desvio de comércio. De acordo com sua teoria, acordos comerciais entre membros de um bloco econômico poderiam conduzir “à criação de comércio entre os membros, mas também poderia haver desvio de comércio, ou seja, a substituição da importação de terceiros países mais eficientes por importações de membros do bloco regional, menos eficientes” (TEIXEIRA, DESIDERÁ NETO, 2012, p. 8).

Desse modo, a perspectiva liberal¹⁰, em termos gerais, não percebe o regionalismo como a melhor alternativa econômica. Para tal corrente, “a integração econômica de caráter regional é apenas um *second best* relativamente a uma abertura econômica multilateral e irrestrita, em que os ganhos de comércio seriam maximizados” (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 8-9).

Por outro lado, o regionalismo desenvolvimentista origina-se através do pensamento de Friedrich List que, por sua vez, parece ter sido influenciado por Alexander

⁹ As vantagens comparativas foram pensadas para explicar a razão pela qual países absolutamente mais produtivos e outros menos produtivos estabelecem relações comerciais entre si. Em síntese, consistem em vantagens através das quais um país, apesar de ser menos produtivo, pode se especializar na produção de determinados bens e exportá-los para outro que, apesar de mais produtivo, opta por se especializar em produção diversa que oferece maiores benefícios econômicos.

¹⁰ Para uma teoria geral da integração regional, com base em uma perspectiva liberal, ver Balassa (1961).

Hamilton, ex-Secretário do Tesouro dos EUA (1789-1795) que se opôs às teorias britânicas sobre livre comércio e defendeu a industrialização estadunidense (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012). Para List (1985), a livre concorrência em um contexto marcado pela coexistência de países em diferentes estágios do processo de industrialização faz com que os mais desenvolvidos mantenham tal posição e os demais jamais consigam atingi-la.

Na América Latina, pensar em uma integração regional desenvolvimentista hoje representa um horizonte distinto daquilo que está posto, na medida em que se verificou um estágio de ruptura ou fragmentação dos processos de integração nos últimos anos, levado a cabo a partir da ascensão de Chefes de Estado de direita e de extrema-direita. Contudo, é importante que se teorize acerca desses modelos, eis que os processos de integração apresentam a possibilidade de rearticulação regional diante de novas vitórias eleitorais de governos progressistas na região.

Assim, com base em um diálogo entre o estruturalismo cepalino e o marxismo, uma integração regional desenvolvimentista pode ser pensada a partir de dois eixos complementares e indissociáveis: um econômico e outro político.

O eixo econômico dessa integração corresponderia à noção de que o desenvolvimento regional pode ser alcançado através de um papel ativo dos Estados rumo à (neo)industrialização, com base na substituição de importações e no aumento das exportações intra e extrabloco. Isso demandaria, inclusive, algum grau de protecionismo. Além disso, à vista da dependência econômica e da perda do potencial produtivo da região através de práticas expropriatórias, deve ser feita uma distinção entre aquilo que é, de fato, investimento estrangeiro em setores estratégicos e o que é acumulação por espoliação. Com isso, não se propõe um fechamento das economias, mas uma regulamentação jurídica que evite práticas exploratórias.

Ainda no eixo econômico, deve se ter em conta a necessidade de desenvolvimento com equidade, haja vista o contexto social latino-americano. Tal proposição deve considerar a diminuição da desigualdade social e a distribuição de renda como objetivos, que resultariam em uma dinamização da economia, com o aumento da capacidade produtiva e do poder de renda, sobretudo, das classes populares.

Por seu turno, o eixo político dessa integração estaria centrado no papel intervencionista dos Estados da região e no potencial de enfrentamento conjunto das diretrizes macroeconômicas impostas por países e organizações financeiras do centro global. O intervencionismo estatal na economia é, para o estruturalismo cepalino, um fator imprescindível para a condução ao desenvolvimento. Além disso, a teoria marxista auxilia a compreender as possibilidades de contestação da ordem capitalista global por meio de uma integração entre os países latino-americanos.

Ademais, conforme analisado, tanto o estruturalismo cepalino quanto o marxismo compreendem criticamente a relação conflituosa entre os países do centro e da periferia. O primeiro se preocupa com uma inserção internacional soberana da América Latina, e o segundo com a materialização dessa soberania usualmente circunscrita aos aspectos formais. Assim, a soberania latino-americana é uma questão central a ser colocada no âmbito da integração política na região.

Por fim, tanto o método histórico-estrutural (CEPAL) quanto o materialismo histórico-dialético (marxismo) demonstraram contribuições importantes para uma análise da integração regional. Se, por um lado, o primeiro já aponta a existência de uma estrutura herdada que condiciona a reprodução sistemática do subdesenvolvimento na América Latina, por outro, o segundo dá nome a essa estrutura, concebendo-a como a própria dinâmica do sistema capitalista. Dessa maneira, repensar a integração regional passa por instrumentalizar métodos de abordagem críticos e capazes de articular o arsenal teórico existente em torno da realidade concreta.

À vista do exposto, o diálogo estabelecido entre o estruturalismo cepalino e a teoria marxista se deu por meio de um modelo concreto de integração regional, qual seja, o modelo desenvolvimentista. Através dele, buscou-se articular as contribuições de cada teoria, tanto no plano político e econômico quanto na seara metodológica.

4. Conclusão

Desde a segunda metade do século XX até o presente, os processos de integração latino-americana ocorreram entre continuidades e rupturas marcadas por tendências políticas regionais e influenciadas pela conjuntura internacional. Nesse sentido, considera-se o contexto do pós Segunda Guerra Mundial, da Guerra Fria, dos regimes autoritários (alguns marcados pela Doutrina de Segurança Nacional), do período de redemocratização, do neoliberalismo emergente com o Consenso de Washington¹¹, da onda rosa¹² e da recente onda conservadora na América Latina (SILVA, 2018).

11 O Consenso de Washington consistiu em um encontro organizado pelo Instituto de Economia Internacional, que reuniu funcionários do governo estadunidense, do FMI, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e economistas latino-americanos (CAMPAGNARO, 2014). As diretrizes que moldam o Consenso de Washington incluem: disciplina fiscal, reordenação das prioridades das despesas públicas, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, liberalização do comércio, liberalização do investimento estrangeiro direto interno, privatização, desregulação e direitos de propriedade (WILLIAMSON, 2009).

12 A onda rosa designa uma tendência política regional correspondente à ascensão de chefes de Estado de esquerda e centro-esquerda na América Latina. Tem como marco inicial a eleição de Hugo Chávez para a presidência da Venezuela, em dezembro de 1998, e, como fim, o ano de 2016, consideran-

Acompanhando esses processos, diversas teorias tomaram forma e foram aplicadas. Entre essas, destacou-se o estruturalismo cepalino, com vasta contribuição para a integração regional da América Latina. Ademais, verificou-se que a teoria marxista, embora não possua uma tradição de pensamento relacionada à integração regional, oferece contribuições importantes a partir de sua aplicação na área da economia política internacional.

Este trabalho, ao analisar as contribuições do estruturalismo cepalino e do marxismo para a integração latino-americana, dividiu as contribuições em três categorias: metodologia, plano econômico e plano político. A partir disso, estabeleceu um diálogo entre as teorias, com o objetivo de repensar a integração latino-americana com base na proposta de um novo regionalismo desenvolvimentista. Esse regionalismo desenvolvimentista proposto se valeu das contribuições de ambas as teorias, na medida em que foram encontrados diversos pontos de convergência e de complementaridade entre elas.

Em termos econômicos, percebeu-se a noção de que o desenvolvimento, apesar de suas limitações na periferia do capitalismo global, se dará pela industrialização, entre outros fatores, e que deve haver algum protecionismo planejado para aumentar os níveis de exportação intrabloco e extrabloco e diminuir os de importação extrabloco. Vale ressaltar, também, no que diz respeito ao âmbito político, a constatação de que compete aos Estados latino-americanos, em conjunto, um enfrentamento das diretrizes macroeconômicas impostas pelo imperialismo (ou países centrais, na ótica da CEPAL), assim como a condução ao desenvolvimento regional, através de políticas intervencionistas.

Além disso, foram apontadas contribuições metodológicas a partir do método histórico-estrutural, que permeia as análises cepalinas, e o método materialista histórico-dialético, referente à teoria marxista. Tais métodos possibilitam uma compreensão holística, crítica e estrutural da integração da América Latina diante do contexto do capitalismo global.

De acordo com a metodologia marxista, pode-se entender que os processos de integração e de desintegração regional manifestam, dialeticamente, contradições próprias do sistema pluriestatal capitalista, cuja totalidade estrutural condiciona as possibilidades e os limites desses processos. Por seu turno, o método cepalino, com base nas estruturas político-econômicas historicamente legadas, permite compreen-

do-se a conjuntura regional e o golpe de Estado que destituiu a presidenta Dilma Rousseff no Brasil. Tal periodização oferecida para o fenômeno encontra amparo nos trabalhos de Santos (2018) e Silva (2018). Cabe mencionar que a terminologia onda rosa (*marea rosa* ou *pink tide*, respectivamente, em espanhol e em inglês) e suas variações (ex.: maré rosa; onda progressista) passaram a ser empregadas no âmbito acadêmico a partir de obras como a de Francisco Panizza (2006).

der os contrastes no interior dos Estados e no plano das relações interestatais, que engendram as condições de integração regional.

Portanto, há um diálogo possível entre os métodos, na medida em que ambos consideram, de modo sofisticado, as estruturas como uma totalidade histórica que é determinante em suas análises. Apesar disso, cabe uma ressalva no sentido de que, apesar dessas aproximações, existem categorias próprias e um arcabouço teórico que distinguem tais metodologias.

Por fim, destaca-se que o atual cenário latino-americano não apresenta perspectivas positivas para a integração regional, devido aos efeitos recentes da onda conservadora. Isso porque essa tendência política regional associa-se com o neoliberalismo e o autoritarismo, que historicamente marcaram, respectivamente, períodos de regionalismo aberto e de ruptura na integração latino-americana.

Não obstante, deve ser reafirmada a necessidade de teorizar acerca de uma outra integração para a América Latina, mesmo em tempos nos quais isso parece utópico. Da mesma forma que Lênin (1988, p. 18) referia que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”, sem esforços teóricos da direção de repensar criticamente a integração latino-americana, não poderá haver um movimento coerente em sentido diverso ao que está posto.

Referências

- ANDRADE, Rogério P. de; SILVA, Renata Carvalho. Uma mestra na periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 4, p. 539-559, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000400001>
- BALASSA, Bela. *Teoria da integração econômica*. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Clássica Editora, 1961.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CALLINICOS, Alex. *Making history: agency, structure, and change in social theory*. 2. ed. Leiden: Koninklijke Brill, 2004.
- CAMPAGNARO, Yuri Gabriel. *Capital imperialismo e neoliberalismo: um estudo da reforma financeira e da privatização dos bancos estaduais no Brasil na década de 1990*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35449>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- DE DAVID, Thomaz Delgado; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. “Os ventos do norte não movem moinhos”: o repensar da integração latino-americana com base na crítica ao imperialismo. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 9, n. 18, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/10955/7627>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- DE DAVID, Thomaz Delgado. *A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI*. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-26042023-164710/pt-br.php>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- FIORI, José Luís. Sistema mundial, império e pauperização: para retomar o pensamento latino-amer-

icano. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-75

FIORI, José Luís. *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. (Texto para Discussão CEPAL-Ipea, n. 42). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1347>. Acesso em: 19 nov. 2024.

FRANK, Andre Gunder. Dependencia economica, estructura de clases y politica del subdesarrollo em Latinoamerica. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 32, n. 2, p. 229-282, 1970. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3539038?seq=1>. Acesso em: 10 dez. 2023.

HARVEY, David. (2003). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2014.

KAUTSKY, Karl. O Imperialismo (1913-1914). Tradução de Andrea Cristina Gimenez. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 443-464.

LEFEBVRE, Henri; GUTERMAN, Norbert. *Que és la dialectica?* Buenos Aires: Dedalo, 1964.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1988. (Coleção Pensamento Socialista)

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIST, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. *Estudos avançados*, v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000100018>

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (Org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001.

MESQUITA, Rafael. Regionalismo, integração regional e as relações internacionais: uma introdução teórica. *Revista de Estudos Internacionais*, Campina Grande, v. 10, n. 1, p. 3-22, 2019. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/2465>. Acesso em: 19 nov. 2024.

OCAMPO, José Antonio. Cincuenta años de la CEPAL. *Revista de la CEPAL*, Santiago, número extraordinário, 1998. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12119/1/0NE011016_es.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

PANIZZA, Francisco. La marea rosa. *Análise de Conjuntura OPSA*, Rio de Janeiro, n. 8, 2006.

PREBISCH, Raúl. Notas sobre el intercambio desde el punto de vista periférico. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 28, 1986. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/38059>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record: Cepal, 2000. p. 69-136. (Volume 1). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1611>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, Theôtonio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.

SCOTELARO, Marina; RAMOS, Leonardo; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *Acumulação por despos-*

sessão, novo imperialismo e neoliberalismo: notas sobre David Harvey e o Internacional. In: BUGIATO, Caio; GARCIA, Ana (Org.). Dossiê “Marxismo e Relações Internacionais”. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 46, p. 163-172, 2018.

SILVA, Fabricio Pereira da. O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14207/9147>. Acesso em: 21 out. 2024.

SÖDERBAUM, Fredrik. Early, old, new and comparative regionalism: the scholarly development of the field. *KFG Working Paper Series*, Berlim, n. 64, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2687942>

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. *A Recuperação do desenvolvimento no regionalismo latino-americano*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012. (Texto para Discussão, n. 1790). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1790.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

TIBLE, Jean. *Marx selvagem*. São Paulo: Annablume, 2013.

VINER, Jacob. *The Customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

VINER, Jacob. *International trade and economic development*. New York: Free Press, 1953.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: an introduction*. Duke University Press: Durham and London, 2004.

WILLIAMSON, John. A Short History of the Washington Consensus. *Law and Business Review of the Americas*, Dallas, v. 15, p. 7-23, 2009. Disponível em: <https://scholar.smu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1381&context=lbra>. Acesso em: 21 out. 2024.

A América Latina e as consequências do esgotamento do boom de commodities (2003-2016)*

Francisco Luiz Corsi** e Agnaldo dos Santos***

Resumo: Tratamos neste artigo sobre as características gerais do impacto que o aumento da demanda por produtos primários (*commodities*) trouxe para alguns países da América Latina, e como o esgotamento desse ciclo levou a uma situação em que a reprimarização econômica foi a marca em quase todos os países analisados. Apesar de o fenômeno ter ocorrido em uma conjuntura eleitoral favorável às forças de esquerda e centro-esquerda na região, os governos eleitos não conseguiram reverter o processo. Pretendemos apontar que os impactos do boom de commodities não foram os mesmos para todos os países da região, assim como indicar os limites do extrativismo para explicar as economias mais diversificadas da região, que possuem mercados internos mais amplos.

Palavras-chave: Extrativismo. Reversão produtiva. Comércio internacional. Desenvolvimento.

Resumen: En este artículo abordamos las características generales del impacto que el aumento de la demanda de productos primarios (*commodities*) ha traído a algunos países de América Latina, y cómo el agotamiento de este ciclo ha llevado a una situación en la que la reprimarización económica fue el sello distintivo en casi todos los países analizados. Si bien el fenómeno se dio en una coyuntura electoral favorable a las fuerzas de izquierda y centroizquierda en la región, los gobiernos electos no lograron revertir el proceso. Por otro lado, pretendemos señalar que los impactos del boom de las materias primas no han sido los mismos para todos los países de la región, así como señalar los límites del extractivismo para explicar las economías más diversificadas de la región, que tienen mercados internos más amplios.

Palabras clave: Extractivismo. Reversión productiva. Comercio internacional. Desarrollo.

Abstract: We present in the article the general characteristics of the impact that the increase in demand for primary products (*commodities*) brought to some Latin American countries, and how the exhaustion of this cycle led to a situation in which economic reprimarization was present in almost all countries analyzed. Although the phenomenon occurred in an electoral situation favorable to left and center-left forces in the region, the elected governments were unable to reverse the process. We intend to point out that the impacts of the commodity boom were not the same for all countries in the region, as well as to indicate the limits of extractivism to explain the more diversified economies in the region, which have broader domestic markets.

Keywords: Productive reversal. International trade. Development. Extractivism.

* Artigo baseado nos trabalhos apresentados no XX Congresso de la Federación Internacioal de Estudios sobre América Latina y el Caribe (FIEALC), realizado em Buenos Aires, entre 19 e 22 de setembro de 2023

** Economista pela FEA-USP, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e Livre Docente em Economia Política pela Unesp. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (campus Marília).

*** Cientista social e doutor em Sociologia pela FFLCH-USP. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (campus Marília).

1. Introdução

A América Latina entrou em uma fase de baixo crescimento a partir do final da alta demanda (*boom*) de *commodities* em 2014, indicando os limites de uma estratégia de desenvolvimento baseada no extrativismo¹. Esse processo foi acompanhado de deterioração das condições sociais, em especial no período da pandemia de covid-19². Mesmo em um contexto de baixo desempenho econômico, também se observa o agravamento da crise ambiental³. Dessa forma, os países da região enfrentam impasses econômicos, sociais e ambientais de difícil solução.

Esses impasses ensejaram críticas severas à estratégia de desenvolvimento, reforçada a partir do início dos anos 2000 por governos de diferentes tendências políticas, baseada, sobretudo no que se refere à América do Sul, na exportação de *commodities*. Essas críticas foram dirigidas em especial às forças progressistas que assumiram governos a partir do início dos anos 2000. A onda progressista praticamente coincidiu com *boom* de *commodities*, sendo substituída pela retomada de vários governos por forças de direita. Teve início uma fase de instabilidade política e medíocre desempenho econômico.

De acordo com Svampa (2019; 2024), estaríamos diante do esgotamento do extrativismo e do neoextrativismo (implementado pelos governos progressistas), concebido “como um ‘modo particular de acumulação’”, no qual, diferentemente do extrativismo tradicional, adotado pelos governos conservadores da região, “o Estado desempenha um papel mais ativo na captação do excedente e na redistribuição, garantindo desse modo certo nível de legitimação social, ainda que com os mesmos impactos sociais e ambientais negativos” (SVAMPA, 2019, p. 25). Ou seja, os governos progressistas teriam reforçado o caráter primário-exportador que historicamente constitui um dos eixos centrais dessas economias desde que elas foram formadas no bojo do processo de acumulação primitiva. Desse modo, não buscaram formular um novo padrão de desenvolvimento que pudesse dar conta simultaneamente dos gravíssimos problemas sociais e ambientais da região, ou as ações nesse sentido foram

1 Entre 2014 e 2019, as economias latino-americanas cresceram em média, ao ano, 0,2%. Entre 2014 e 2021, esse número foi de 0,1%, resultado que caracteriza uma estagnação (CEPAL, 2022a; FMI, [2022]).

2 Os pobres representavam, em 2014, 27,8% da população e a pobreza extrema correspondia a 7,8%. Em 2021, ano em que a economia se recupera da pandemia, os pobres eram 32,1% e os miseráveis 13,8% da população. Em 2021, o desemprego na região estava em 9,6%, não obstante a economia ter se recuperado. Em 2011, a taxa era de 6,7% (CEPAL, 2022).

3 Em 2021, o desmatamento foi o dobro da média observada entre 2009 e 2018. Entre 1961 e 1990, a taxa média de aumento da temperatura foi de 0,1°C/década. No período 1991 e 2021, foi de 0,2°C/década. Desde a década de 1980, as geleiras dos Andes perderam 30% de seu volume. As secas se tornaram cada vez mais frequentes e prolongadas (CEPAL, 2022c; ONU, 2023).

claramente insuficientes e muitas vezes retóricas. Isso teria agravado a inserção subordinada e dependente dos países latino-americanos na economia mundial.

Segundo Svampa (2019, p. 162-163):

[...] a partir de um olhar mais de longo prazo, a expansão do neoextrativismo resultou em uma série de desvantagens. [...] Por um lado, o neoextrativismo não conduziu a um salto na matriz produtiva, e sim à maior reprimarização das economias, o que foi agravado pela chegada da China, potência que de modo acelerado foi se impondo como sócia desigual na região latino-americana. Ao mesmo tempo, a crescente baixa do preço das matérias-primas gerou um déficit na balança comercial que impulsionou os governos a contrair mais dívidas e a multiplicar os projetos extrativos, iniciando assim uma espiral perversa, que leva à consolidação de um padrão primário-exportador dependente. [...] Por outro lado, se faz evidente o vínculo entre neoextrativismo, grilagem e desigualdade. A América Latina é não só a região mais desigual do mundo, mas também a com pior distribuição de terras, em virtude do avanço das monoculturas e da espoliação, em benefício de grandes empresas e latifundiários. [...] Por último, para além das diferenças internas, os modelos de desenvolvimento dominantes apresentam uma lógica comum: grande escala, ocupação intensiva do território, ampliação dos impactos sociais e sócios-sanitários, predomínio de grandes atores corporativos, democracia de baixa intensidade e violação dos direitos humanos.

Acosta e Brand (2018, p. 20-28) a esse respeito assinalaram:

O progressismo, porém, acabou se transformando em uma espécie de neoliberalismo transgênico uma vez que instrumentalizou e aplicou políticas próprias do neoliberalismo mais descarado. [...] O aprofundamento do extrativismo [...] sob o signo do “progressismo” chegou a níveis de intensidade que os governos liberais anteriores não foram capazes de alcançar. [No entanto] Houve avanços na luta contra a fome e a pobreza em todos os países da região [...], isso foi possível graças ao retrocesso do neoliberalismo e ao fortalecimento do Estado. [...] As conquistas sociais se explicam, em grande medida, pelos elevados preços das matérias-primas, cuja exportação possibilitou altos rendimentos.

Para esses dois autores, que têm uma perspectiva genericamente anticapitalista, a saída para a situação de crise socioambiental vivida pela América Latina seria o “Bem Viver”⁴, que convergiria com a proposta de decrescimento (que discutiremos adian-

4 Segundo Svampa (2019, p. 79), “O bem viver tem como um de seus eixos centrais a relação do homem com a natureza, considerado o homem como parte integrante desta. Desse modo, leva a outras linguagens de valorização (ecológicas, religiosas, estéticas, culturais) com relação à natureza, à ideia de que crescimento econômico deve estar subordinado à conservação da vida. Tal visão redundante, portanto, no reconhecimento do direito da natureza, o que não supõe uma natureza virgem, e sim o respeito integral por sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, sua estrutura, suas funções e seus

te), como norte para os modelos pós-extrativistas de economia para a região. Porém, essa convergência ainda não seria uma realidade.

Ainda não se pode afirmar que as atuais propostas de Bem Viver na América Latina estejam acompanhadas do decrescimento – no sentido da desmaterialização, da descoisificação, da descentralização e da desurbanização. O Plano Nacional de Desenvolvimento do Equador, por exemplo, foi rebatizado como Plano do Bem Viver, propagando a necessidade de superar o extrativismo, mas na prática não leva esta proposta a cabo, nem no projeto e nem na execução. Na realidade, os dez anos do governo de Rafael Correa (2007-2017) aprofundaram o extrativismo mais que os presidentes anteriores, abertamente neoliberais, com a promessa de supostamente, um dia, “abandonar o extrativismo” (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 138).

As críticas levantadas por Svampa, Acosta e Brand são de grande importância para discutirmos as estratégias de desenvolvimento na América Latina no contexto de permanência de graves problemas sociais, de agravamento da crise ambiental e de reprimarização e retrocesso estrutural de várias economias da região. As suas proposições são críticas ao chamado neodesenvolvimentismo⁵, cujo um dos pilares é o extrativismo. No entanto, pretendemos no presente artigo apontar os limites do extrativismo para explicar as economias mais diversificadas e com amplo mercado interno da região. Também pretendemos a apontar a necessidade de ir além das propostas do decrescimento e do Bem Viver, no sentido de caminharmos em direção do ecossocialismo.

processos evolutivos, a defesa dos sistemas de vida [...] Os direitos da natureza levam a uma profunda mudança civilizacional, que questiona as lógicas antropocêntricas dominantes e se transforma em uma resposta de vanguarda ante a atual crise civilizatória [...] trata-se de construir uma sociedade sustentada na harmonia das relações dos seres humanos com a natureza”.

5 As políticas neodesenvolvimentistas adotadas pelos governos latino-americanos neste período não são homogêneas, as diferenças nacionais são marcantes. Ultrapassa os limites do presente artigo uma discussão detalhada de cada uma delas. De modo geral, elas estão pautadas, pelo menos no discurso, que nem sempre corresponde às medidas tomadas, pela defesa do crescimento econômico, acompanhado de melhorias da distribuição da renda e das condições de vida e trabalho do grosso da população. Também defendem a ampliação do mercado interno, a diversificação da economia, o incremento do investimento e o combate à crise ambiental. Em geral, também defendem a intensificação da exploração dos recursos naturais como fundamental para obter recursos para criar as condições para a instauração de um novo padrão de desenvolvimento mais compatível com o equilíbrio ecológico. Observam-se variados graus de ruptura e continuidade com as políticas neoliberais. Na análise dessas políticas é necessário tomarmos muito cuidado com analogias com o período desenvolvimentista (1930-1980), pois os riscos de anacronismo são consideráveis.

2. Breve digressão política e teórica

A proposta de uma bioeconomia que reconheça a inevitabilidade do impacto ambiental, mas que rompa com o modelo teórico calcado no crescimento, surgiu a partir das preocupações apontadas por Nicholas Georgescu-Roegen e sua proposta de decrescimento. Para o estatístico e economista romeno, que emigrou para os Estados Unidos nos anos 1940, era preciso levar em consideração o problema da energia nos cálculos econométricos. E isso implicava necessariamente o reconhecimento de que o crescimento contínuo da economia era uma ilusão compartilhada por todas as correntes teóricas de seu tempo. Para tanto, Georgescu incorporou em suas análises as consequências derivadas da entropia, a partir da Segunda Lei da Termodinâmica. De forma muito simplificada, podemos descrever esse fenômeno como o da difusão e desorganização da energia que, após ser utilizada para atividades econômicas, por seu uso contínuo e sua dinâmica, transforma-se em detritos não aproveitáveis.

De acordo com o autor, a principal fonte energética disponível é aquela derivada das estrelas, como o nosso Sol. Mas, em termos econômicos, só conseguimos aproveitar uma parte diminuta dessa energia, principalmente aquela armazenada pelas plantas na fotossíntese, base de quase toda a cadeia alimentar. O restante se perde pelo universo. Logo, temos um sistema fechado (nosso planeta), que depende exclusivamente dessa fonte energética. Se aceleramos a extração de fontes energéticas estocadas em baixa entropia, principalmente por meio de combustão de combustíveis fósseis, aumentamos os detritos em alta entropia (*carbojunks*). Georgescu participou dos trabalhos organizados pelo Clube de Roma, instituição criada em 1968 para discutir temas voltados à política e economia internacionais, com foco no desenvolvimento sustentável (CECHIN, 2010). Em 1972, a instituição divulgou o relatório “Os Limites do Crescimento”, sob responsabilidade de Dana Meadows e com a participação de Georgescu e outros especialistas. Parte de suas teses aparece no relatório, que vem desde então gerando expressivos debates sobre a viabilidade de um desenvolvimento sustentável. Enquanto o relatório do Clube de Roma sugere essa possibilidade, pautada na diminuição da velocidade do uso dos recursos naturais e da geração de poluentes, Georgescu apontou para uma solução mais radical e polêmica: o decrescimento. Seria o momento de reduzir o patamar de desenvolvimento econômico, e isso deveria começar pelos países mais ricos, permitindo uma “moratória” aos países de desenvolvimento tardio a criarem condições de aumento de riqueza e sua distribuição. Mas, ao final, todos deveriam perseguir a meta de redução do crescimento econômico, em benefício das futuras gerações, que terão ao seu dispor uma quantidade bem menor de fontes energéticas em baixa entropia (CECHIN, 2010).

Suas proposições, consideradas “heréticas” diante do *mainstream* econômico, acabaram lhe custando o ostracismo acadêmico nas décadas seguintes. Mas também não foram bem-vistas nas análises mais à esquerda, pois tanto keynesianos quanto alguns marxistas possuem o mesmo entendimento da necessidade de garantir a expansão econômica, ainda que de forma mais racional. Muitos inclusive enxergaram nas teses de decrescimento uma nova forma de malthusianismo. E tais suspeitas só aumentaram quando alguns autores alinhados à ortodoxia passaram a aceitar a crítica ao crescimento, desde que a desaceleração fosse para todos os países de forma simultânea, e não primeiramente aos mais ricos (como propunha Georgescu). De toda maneira, o debate acerca do desenvolvimento sustentável (que aceita algum grau de crescimento) acabou se tornando hegemônico nos órgãos multilaterais, como as agências das Nações Unidas (ONU) e organizações sociais de atuação global. Tal preponderância, ao menos no plano do discurso, evidencia-se nas conferências que vem sendo realizadas pela ONU desde os anos 1970: Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992), Quioto (1997), Joanesburgo (2002), Rio+20 (2012). Um dos documentos gerados nessas conferências, e que é parâmetro para as negociações multilaterais sobre aquecimento global, é o Protocolo de Quioto, proposto na conferência de 1997. O acordo foi ratificado em 2007, sem a participação dos Estados Unidos, que deveriam contribuir com as maiores reduções de emissões carbônicas e se negaram a assumir tal compromisso, alegando os custos exorbitantes do abandono das fontes energéticas tradicionais.

O avanço da acumulação de capital progressiva, acompanhado dos processos de urbanização, de crescimento demográfico e de formação da sociedade de produção e consumo de massas, acelerados no pós-guerra, exigiram maior atenção aos seus impactos ambientais. Era preciso, assim, conciliar a exigência perene do sistema econômico por crescimento com modelos teóricos e práticas mercantis que, em tese, respeitassem a “pegada ecológica” deixada pela humanidade no meio ambiente. Dessa forma, começa a surgir uma agenda sob a denominação de “economia verde”. Debaixo dessa denominação há diversas abordagens que não rompem com a mercantilização da vida (nos termos tratados por Karl Polanyi⁶), nem com uma eventual diminuição do ritmo de crescimento, como sugerem por exemplo os pesquisadores da bioeconomia, mas sim a tentativa de viabilizar os negócios tradicionais com alguma preocupação ambiental. Mercado de carbono, turismo ecológico e energias renováveis seriam alguns exemplos da denominada economia verde.

Em anos mais recentes, empresas e literatura acadêmica (das áreas de economia e administração de empresas) começaram a incorporar em seus documentos o acrônimo ESG, do inglês *environmental, social and governance* (governança corporativa,

6 Vide o debate proposto pelo autor em Polanyi (2000).

social e ambiental). Seria uma nova abordagem, que emergiu a partir do documento “Ganha Quem Cuida”, organizado pelas Nações Unidas e instituições financeiras em 2004 (UNITED NATIONS, 2004). As sugestões do documento, que depois passaram a compor uma agenda de metas corporativas, são: a) busca por alternativas sustentáveis que diminuam o impacto ambiental na produção, embalagem e descarte de produtos; b) incorporação dos direitos trabalhistas pelas empresas, de modo a garantir segurança laboral, diversidade, inclusão e participação de projetos sociais e causas comunitárias; c) adoção de gestão ética que inclua transparência nos processos, combate à corrupção e ao trabalho escravo, por meio de responsabilidade corporativa. Conforme seus defensores, tais práticas podem prevenir problemas judiciais relacionados a questões trabalhistas e corrupção empresarial, multas por agressão ambiental, fidelização de clientes, valorização da marca corporativa, acesso às linhas de crédito verde e *green bonds*, além de maior retenção de talentos (ENTENDA..., 2024).

Dessa forma, o documento de 2004 vai embasar a agenda programática da Economia Verde, que surgirá em outro documento da ONU, o relatório “Rumo a uma Economia Verde”, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), de 2011 (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2012). A ênfase na gestão eficiente da água, resíduos e da terra, além de energia renovável, bioconstruções e transportes sustentáveis, aponta para soluções que compatibilizem crescimento econômico com menor impacto ambiental. Somado a isso, são citados mecanismos de quantificação das externalidades negativas da atividade econômica, que possam punir (com multas) ou premiar (por meio do mercado de créditos de carbono) os agentes econômicos. Em outras palavras, manter o *status quo*, com um revestimento ecologicamente correto. Portanto, o *mainstream* econômico de matiz liberal consegue apenas propor uma mudança na forma como a atividade mercantil impacta o meio ambiente, reduzindo o seu ritmo e eventualmente reduzindo as desigualdades sociais por meio da ampliação de atividades geradoras de renda.

Como assinalou Moreno (2016, p. 266-278), o *Global Green New Deal* foi uma resposta à grave crise aberta em 2008. A crise ambiental para os defensores da economia verde seria “essencialmente uma falha de mercado” e “uma falha de mercado deve ser corrigida por uma solução de mercado”, que incorpore e internalize “os custos das ‘externalidades’”, atribuindo um preço à poluição e conferindo direitos de propriedade aos bens comuns. Assim, segundo a autora:

A economia verde [...] é uma falsa solução às mudanças climáticas, já que não contraria a continuidade da atual economia “marrom”, extrativista e intensiva em energia. Pelo contrário, seus mecanismos “verdes” são concebidos de tal forma que a criação de valor sob sua lógica são complementários e interdependentes da economia atual, funcionando como um forma

de “economia espelho”: é justamente a escassez e a contaminação dos recursos produzidos pela economia atual, que geram valor aos “ativos ambientais” da economia verde (MORENO, 2016, p. 292).

A economia verde visa transformar o enfrentamento da crise ambiental em um novo espaço de acumulação de capital, uma nova fronteira de expansão para o capitalismo. Esta perspectiva é incompatível com as proposições de Georgescu, do Bem Viver e com análises inspiradas na tradição socialista, que mesmo com certa reticência em relação ao decrescimento, procuram tratar do tema e da necessidade de incorporar em seu arcabouço teórico os dilemas do desenvolvimento. Existe uma corrente do decrescimento inserida no movimento MAUSS (*Mouvement anti-utilitariste en sciences sociales*)⁷, que possui diversos pontos de contato com o ecossocialismo. O acrônimo em francês faz referência ao sociólogo Marcel Mauss (2003), cujo “Ensaio sobre a Dádiva”⁸ é um clássico na análise econômica não utilitarista. Encontramos nas pesquisas e propostas do movimento ideias como o combate à propaganda comercial que estimula o consumismo, a prevalência do transporte coletivo, a diminuição da jornada de trabalho, entre outras medidas. Isso implica em um processo de transição energética e de consumo que não pode mais ser adiado e que deve ser implementado de forma concomitante com o combate à desigualdade social e de transformação estrutural, presentes na agenda ecossocialista e do Bem Viver.

O ecossocialismo parte de uma releitura de Marx, que, embora tenha tratado do tema ambiental, não o aprofundou. Isso contribuiu para que acabasse prevalecendo tanto entre seus apoiadores quanto nos críticos a tese de que ele era mais um dos profetas da modernidade agarrado ao paradigma do crescimento contínuo. Um autor que aponta a insuficiência do tratamento dado por Marx e Engels às ameaças que o desenvolvimento capitalista cria especificamente à natureza é Michael Löwy. O sociólogo brasileiro acredita que existe na obra do revolucionário alemão alguns *insights* importantes sobre o poder destrutivo do crescimento econômico sobre a natureza, mas que ele não os desenvolve. Vide a passagem de *A ideologia alemã*: “No desenvolvimento das forças produtivas atingem-se um estado onde surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas, mas sim forças destrutivas” (MARX, 1974 *apud* LÖWY, 2014, p. 27).

O que tornaria a crítica ecológica de Marx algo ambíguo para Löwy é que, em outras obras, o autor teceria considerações sobre uma neutralidade das tais forças

⁷ Vide <https://www.maussinternational.org>, acesso em: 26 nov. 2024.

⁸ Vide a versão do ensaio publicada em *Sociologia e antropologia* (2003).

produtivas, como na seguinte passagem de *Para a crítica da economia política*, texto anterior a *O capital*: “De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social [...]. Uma formação social nunca parece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida” (MARX, 1974 *apud* Löwy, 2014, p. 25-26). Assim, seria necessário avançar na crítica da economia política, incorporando uma crítica ecológica ao desenvolvimento capitalista, utilizando a mesma argumentação que Marx utilizou para tratar do Estado burguês, como encontramos em *A Guerra Civil na França*: “A classe trabalhadora não pode se contentar em tomar tal e qual a máquina do Estado e fazê-la funcionar por sua própria conta” (MARX, 1974 *apud* Löwy, 2014, p. 38). Nem todos os estudiosos dos aspectos ecológicos na crítica marxiana concordam integralmente com as ponderações de Löwy. Kohei Saito, por exemplo, aponta:

Mesmo que sua interpretação reflita com precisão o pensamento de Marx à época, a crítica de Löwy dificilmente pode ser generalizada para toda a obra de Marx, uma vez que sua crítica ao capitalismo se tornou cada vez mais ecológica a cada ano que passou. Como visto, a evolução de seu pensamento subsequente ao Livro I de *O Capital* mostra que, em seus últimos anos, Marx ficou seriamente preocupado com o problema do desmatamento, e é altamente duvidoso que o Marx tardio, após ler Fraas e Kirchhof, elogiasse o desmatamento em massa em nome do progresso, sem levar em consideração a regulação consciente e sustentável da interação metabólica entre humanidade e natureza (SAITO, 2021, p. 316-317).

Em que pese eventuais pontos de divergência, Löwy, Saito e demais estudiosos da obra de Marx concordam que existe em sua crítica à economia política os elementos de um socialismo ecológico, ou ecossocialismo. O programa pode ser resumido nos seguintes termos: “[...] Uma sociedade ecologicamente racional fundada no controle democrático, na igualdade social, e na predominância do valor de uso [sobre o valor de troca]” (LÖWY, 2014, p. 45). Tal empreendimento exigiria, por suposto, um modo de vida alternativo, priorizando a produção de valores de uso de usufruto comum, como uma ênfase no transporte coletivo sobre o privado (LÖWY, 2014). Vemos, então, que para o ecossocialismo não existe qualquer compatibilidade entre a dinâmica capitalista, que mercantiliza a natureza, e a de desenvolvimento sustentável.

Foster (2023) também entende que o ecossocialismo implicaria em uma sociedade pautada pelos valores de uso e pela necessidade imperiosa de mudanças nas relações de produção e no padrão de consumo. O ecossocialismo abarca, para o referido autor, a perspectiva do decrescimento para as sociedades ricas, não ficando claro qual sua proposta para a periferia. Porém, na sua visão, que à maneira de Löwy enfatiza a

necessidade da superação do capitalismo, o decrescimento, ou o abandono do crescimento econômico, significaria

[...] eliminar a formação de capital líquido. Com o contínuo desenvolvimento tecnológico e melhoria das capacidades humanas, o mero investimento de reposição é capaz de promover progresso constante da qualidade da produção nas sociedades industriais maduras, eliminando ao mesmo tempo as condições de exploração do trabalho e redução da jornada de trabalho. Juntamente com a redistribuição do excedente social e da redução do desperdício, isso permitiria melhorar significativamente a vida da maioria das pessoas. O decrescimento, que é destinado especificamente aos setores mais ricos da população mundial, é, portanto, direcionado para melhoria das condições de vida da grande maioria, mantendo ao mesmo tempo as condições ambientais da existência e promoção do desenvolvimento humano sustentável. [...] Contudo, em vez de constituir um obstáculo intransponível ao desenvolvimento humano, isto pode ser visto como o início de uma nova fase da civilização ecológica baseada na criação de uma sociedade de igualdade substantiva e sustentabilidade ecológica, ou ecosocialismo. O decrescimento, neste sentido, não visa a austeridade, mas sim encontrar uma “saída próspera” do nosso atual mundo extrativista, esbanjador, ecologicamente insustentável, pouco desenvolvido, explorador e desigual, hierárquico e classista. Em alguns setores da economia, experimentariam um crescimento contínuo, possibilitado pelas reduções em outros. As despesas com combustíveis fósseis, armamentos, jatos particulares, veículos esportivos, segundas residências e publicidade, deveriam ser cortadas para dar espaço ao crescimento em setores como agricultura regenerativa, produção de alimentos, habitação digna, energia limpa, cuidados de saúde acessíveis, educação universal, bem-estar comunitário, transporte e conectividade pública digital e outros setores relacionados à produção e as necessidades ecológicas e social (FOSTER, 2023, p. 2).

Não obstante as convergências, há uma diferença de ênfase importante. O ecosocialismo propõe enfaticamente, como acabamos de assinalar, a superação do capitalismo como requisito para uma sociedade mais igualitária, democrática e capaz de enfrentar a crise ambiental. As propostas de decrescimento e do Bem Viver, apesar de serem antissistêmicas e proporem, como os ecossocialistas, a necessidade de um novo padrão de consumo e distribuição, deixam de maneira mais aberta a natureza das sociedades pós-extrativistas e pós-crescimento. Defendem de modo genérico que a viabilidade e as estruturas dessas sociedades seriam definidas no processo político de transformação global, pois decrescimento e pós-extrativismo estão articulados, uma vez que historicamente o desenvolvimento dos países centrais depende crucialmente da manutenção do extrativismo na periferia (ACOSTA; BRAND, 2018; Dliger; Lang; Pereira Filho, 2016). Parece faltar uma definição mais clara do que seria uma sociedade pós-extrativista. Ademais, o fato de Foster (2023) defender a substituição

do capital constante depreciado por um novo tecnologicamente mais avançado implicaria em aumento da produtividade do trabalho e, portanto, poderia haver expansão da produção, que permitiria ampliar o consumo, diminuir a jornada de trabalho e sustentar o crescente número de trabalhadores aposentados com o envelhecimento da população. No mínimo, nessa versão de ecossocialismo haveria incongruência com o decrescimento, pelo menos na concepção de Georgescu, que parece ser avesso à ideia de aumentar a produção.

Outra diferença importante reside nas distintas visões em relação ao antropoceno, “um novo tempo no qual o ser humano se tornou uma força de transformação de alcance global e geológico” (SVAMPA, 2019, p. 144). Fase na qual a ação humana está pondo em risco a vida no planeta, cujo início seria o período do pós-guerra, marcado por profundas transformações sobretudo no padrão de consumo, na demografia e na tecnologia, que levaram à crise ambiental que vivemos. Segundo Moore (2013), tal abordagem dilui o fato de a degradação ambiental ter se acelerado sobremaneira com o advento do capitalismo e não apenas a partir da Segunda Guerra mundial, sendo assim, deveríamos denominar o período de predomínio desse modo de produção de “capitaloceno”. Há também uma diferença importante em relação à hierarquia das espécies. Na visão do Bem Viver, por exemplo, o ser humano estaria no mesmo patamar das demais espécies animais e vegetais. Todavia, nem todos os ecossocialistas pensam dessa maneira. Lowy (2005, p. 47) a esse respeito assinalou:

[...] nas correntes ditas “fundamentalistas”, vemos esboçar-se, sob o pretexto de combate contra o antropocentrismo, a recusa do humanismo, o que leva a posições relativistas que põem todas as espécies vivas no mesmo nível. É realmente necessário considerar que o bacilo de Koch ou o mosquito anófeles têm o mesmo direito à vida que uma criança tuberculosa ou com malária? [...] O “Princípio da Responsabilidade”, para ter um significado ético verdadeiro, não pode referir-se unicamente “à natureza” como abstração, mas antes ao meio ambiente natural da vida humana: o antropocentrismo é aqui sinônimo de humanismo.

Há um limite físico do planeta terra e dificilmente o desenvolvimento tecnológico estenderá esse limite indefinidamente, podendo até encurtá-lo, pois a tecnologia (como de resto as forças produtivas) pode, em muitos casos, transformar-se em força destrutiva da humanidade e do planeta. A própria existência de qualquer sociedade implica em interação, transformação e apropriação da natureza, nos termos da entropia, mobilizada pelo argumento do decrescimento. A questão parece ser qual forma de organização social é capaz de minimizar o desequilíbrio do meio ambiente. A discussão dos dilemas do desenvolvimento da América Latina, diante da crise ambiental que se aprofunda, tem que enfrentar essas questões.

Isso implica discutir as estratégias de desenvolvimento não de forma abstrata, mas sim a partir da situação concreta. Ou seja, discutir a situação concreta subjacente às discussões sobre os rumos da região. O pano de fundo dos limites no curto e médio prazo do extrativismo reside na crise estrutural do capitalismo aberta a partir de 2008, embora no longo prazo a escassez de recursos naturais, o aquecimento global e a poluição se coloquem cada vez mais como limites intransponíveis. O fim da fase expansiva (2003-2008) abriu um período instável de crise, de acirramento da disputa pela hegemonia mundial, de baixo desempenho econômico, de agravamento da crise ambiental e de aprofundamento das desigualdades sociais em âmbito global. Os limites das estratégias de desenvolvimento devem ser discutidos nesse contexto. O próprio esgotamento do *boom* de *commodities* é um dos desdobramentos dessa crise. Dessa maneira, a discussão tem como ponto de partida o entendimento do esgotamento do *boom* de *commodities*.

3. A reorganização do capitalismo, o ciclo de commodities e os limites do modelo extrativista

Para entendermos a crise aberta em 2008, temos que vê-la em perspectiva histórica, o que nos leva a discutir a chamada globalização, que foi uma resposta do capital à crise estrutural aberta na década de 1970. Dado os limites deste artigo e os nossos objetivos, não seria possível discutir aqui a reestruturação do capitalismo a partir daquela década nos seus múltiplos aspectos⁹. Uma das características centrais da nova fase que nos interessa ressaltar foi o inchaço da esfera financeira, fruto sobretudo da baixa

⁹ Em linhas gerais, a reestruturação do sistema a partir da década de 1980, levada a cabo pelos governos dos países centrais, pelas grandes corporações, pelos grandes bancos e fundos de investimento, baseou-se nos seguintes processos: (1) desmonte gradativo do Estado de Bem Estar Social no centro do sistema; (2) abertura comercial das economias nacionais; (3) desregulamentação dos mercados financeiros; (4) exacerbação do processo de centralização de capitais, por meio de intenso processo de fusões, incorporações e aquisições de empresas em escala global, sobretudo no centro do sistema; (5) reestruturação produtiva, calçada na introdução da chamada acumulação flexível, que precarizou as condições de trabalho e fragmentou ainda mais a classe trabalhadora, mudanças que impactaram a consciência e a organização dos trabalhadores; (6) nova onda de inovações tecnológicas, que poupa força de trabalho e que é importante também para viabilizar a crescente interligação financeira, comercial e produtiva da economia mundial; e (7) reconfiguração espacial da acumulação de capital, caracterizada pela crescente internacionalização da produção, com o objetivo de abrir novos espaços de acumulação e criar um exército industrial de reserva em escala global, cabendo destacar nesse processo a abertura das economias nacionais e o aprofundamento da incorporação da China e da Índia ao capitalismo global. O conjunto desses processos, que ocorreu sob a égide política e ideológica do neoliberalismo, visava em especial enfrentar a causa principal da taxa de lucro, que seria recomposta pela queda dos salários, pelo aumento da produtividade, pela maior rapidez de circulação de capitais e pela expansão de novos espaços de acumulação (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2021).

rentabilidade do capital nos setores produtivos no centro do sistema. Tal inchaço criou as condições para a formação de sucessivas bolhas especulativas. Esse processo ampliou a instabilidade sistêmica, como indicam as recorrentes crises financeiras verificadas desde os anos de 1980. O neoliberalismo orientou política e ideologicamente esse processo de reestruturação, além de impregnar toda a sociedade, condicionando a percepção da realidade e a ação dos indivíduos (CHESNAIS, 2016).

Interessa-nos também destacar a reconfiguração espacial da acumulação em direção à periferia, em particular em direção ao leste asiático, o que gerou paulatinamente cadeias produtivas de valor, que passaram a abarcar grande parte da economia mundial¹⁰. Nesse processo, alguns poucos países asiáticos se industrializaram. Concomitantemente, observou-se a desindustrialização do centro do sistema e de algumas áreas da periferia. A maior parte desta continuou a inserir-se na economia mundial como exportadora de produtos primários¹¹.

A menor rentabilidade no centro, o acirramento da concorrência e a expansão exacerbada da capacidade produtiva em escala global decorrente, em parte, do forte crescimento econômico verificado no Leste asiático fizeram com que a acumulação nas economias centrais declinassem. Nesse contexto, um volume crescente de capitais formados nessa região buscou condições mais favoráveis de valorização na periferia, atraídos por uma oferta abundante e barata de força de trabalho e por altas taxas de

10 As grandes corporações, por meio de empresas organizadas em rede, organizaram cadeias globais de produção e distribuição, que se estendem por diferentes países. Essas grandes corporações mantêm o controle das fases de maior valor agregado do processo produtivo. Os países centrais continuam controlando a produção de tecnologia de ponta, as finanças e o comércio mundiais, pontos fundamentais para assegurar a hegemonia, em um momento no qual a produção manufatureira tendeu a deslocar-se seletivamente para algumas regiões periféricas e a China desafia o predomínio ocidental (CHESNAIS, 2016; CORSI, SANTOS; CAMARGO, 2021).

11 Entre 1981 e 2000, os países em desenvolvimento da Ásia cresceram 5,77% em média ao ano, enquanto os africanos 2,44% e os latino-americanos 2,25%. No período 2001-2008, o desempenho desses países foi respectivamente o seguinte: 7,26%, 5,01% e 3,52%. Nesses dois períodos, o crescimento médio do PIB dos países desenvolvidos foi de 2,73% e 1,90%. No ano de 1990, a participação dos países em desenvolvimento no valor adicionado da indústria de transformação em escala mundial foi de 17,49%; em 2000, passou para 21,83%; em 2010, 32,58%; e, em 2013, para 35,49%. A participação desses países no total das exportações de produtos manufaturados saltou 6,4%, em 1960, para 40,1% em 2010. Em 2010, 79% dos trabalhadores da indústria de todo o mundo encontravam-se nas regiões menos desenvolvidas, pois elas concentram os setores mais intensivos em força de trabalho. Esses resultados devem-se ao desempenho de alguns poucos países em desenvolvimento, mas em particular à China, que cresceu aceleradamente no período. Hoje, no entanto, não podemos mais considerar esse país como em desenvolvimento, pois trata-se da segunda economia do mundo e do polo mais dinâmico da acumulação de capital, além de uma potência militar. Ao analisarmos esses dados, é preciso levar em conta a intensa expansão industrial de alguns poucos países asiáticos e a desindustrialização de países da América Latina nas últimas décadas, em particular do Brasil. Enquanto isso, os países desenvolvidos se desindustrializaram, passaram a ser economias baseadas sobretudo nos serviços, que, em 2010, correspondiam a cerca de 75% do PIB desses países (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2021; NAYYAR, 2014; SMITH, 2016).

lucro. Outra saída encontrada por esse capital foi a esfera financeira.

A crise energética foi outro elemento essencial da crise estrutural do capital da década de 1970, pois os dois choques do petróleo colocaram no centro do debate a questão da crise ambiental e da insustentabilidade de um modo de produção baseado na acumulação progressiva de capital. Em pouco tempo, o problema do desenvolvimento sustentável tomou corpo e o capital procurou articular uma resposta à crise ecológica compatível com a sua lógica de valorização permanente. Procurou, como já assinalamos, tornar a economia verde em um novo espaço de acumulação. Mas a contradição entre a preservação do meio ambiente e a lógica da acumulação progressiva, como indicam os ecossocialistas, é insuperável. Como também foi indicado, apesar de inúmeras iniciativas e acordos no âmbito da ONU, como era de se esperar, não foi possível deter a acelerada degradação ambiental. As necessidades de recursos naturais não pararam de crescer e a poluição só aumentou. Hoje, caminhamos para uma situação na qual os desequilíbrios ambientais não poderão mais ser revertidos.

Segundo Foster (2023), o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), a temperatura média deveria aumentar menos de 1,5°C dos níveis pré-industriais para evitarmos uma catástrofe ambiental. Nos relatórios do IPCC publicados entre 2021 e 2023, o cenário mais otimista seria um incremento de temperatura inferior a 1,5°C. Para tanto, o aumento de temperatura de 1,5°C não poderia ser ultrapassado antes de 2040, aumentando para 1,6°C, e depois o aumento declinaria para 1,4°C até o final do século. Para isso acontecer, seria necessário zerar as emissões de carbono até 2050. Porém, esse cenário otimista já teria sido inviabilizado. Foster (2023) baseado em dados apresentados por Kevin Anderson, especialista em mudança climática, afirmou:

Para não ultrapassar o aumento de 1,5°C no aquecimento, são necessários cortes nas emissões em 11% ao ano [...] No entanto, estas taxas médias globais ignoram o conceito de equidade, central em todas as negociações climáticas da ONU, que dá aos “países em desenvolvimento” um pouco mais de tempo para descarbonizar. Se isso acontecer em conta a equidade, a maioria dos países “desenvolvidos” terá que atingir zero emissões CO₂ entre 2030 e 2035, enquanto os países em desenvolvimento seguirão o exemplo na década seguinte. Qualquer atraso reduzirá ainda mais esses prazos (FOSTER, 2023).

Apesar do agravamento da crise ambiental e do discurso em prol de um desenvolvimento sustentável, que paulatinamente ganhou espaço no debate internacional, observa-se, desde a década 1970, a crescente necessidade de matérias-primas, combustíveis fósseis e alimentos, o que reforçou o papel de grande parte da periferia como fornecedora desses recursos. Os países periféricos que baseiam suas economias no

extrativismo e aqueles que se industrializaram não são historicamente responsáveis pela crise atual e enfrentam, de modo geral, graves problemas de desigualdade social, miséria e carências nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. Portanto, precisam se desenvolver; sendo assim, para eles não se coloca o imperativo do decrescimento. No entanto, deveriam buscar implementar padrões de desenvolvimento alternativos aos do ocidente. Ao não caminharem nessa direção, contribuíram para o agravamento da crise ambiental. A China, por exemplo, que em poucas décadas tornou-se a segunda economia do mundo e uma grande potência, calçou seu desenvolvimento nos padrões produtivo, tecnológico e de consumo do ocidente ao invés de trilhar o caminho do ecossocialismo. Gradativamente, passou a ser uma grande consumidora de recursos naturais e em um dos países mais poluidores do mundo, apesar de seus esforços recentes no sentido de enfrentar esses problemas¹².

No período que vai dos anos de 1980 ao *boom* de *commodities*, os países desenvolvidos e vastas áreas da periferia tenderam a apresentar um baixo crescimento econômico, enquanto os países asiáticos, que se consolidaram como novos espaços de acumulação, viveram uma fase de expansão econômica acelerada. A rápida expansão desses países e as bolhas especulativas, que por um curto espaço de tempo tiveram forte impacto na atividade econômica, evitaram que a economia mundial mergulhasse em uma prolongada estagnação.

A América Latina seguiu a tendência de baixo crescimento, acompanhada de graves crises inflacionárias e de endividamento externo. Esses problemas foram bastante graves para aqueles países que tinham logrado avançar no processo de industrialização. O esgotamento do período desenvolvimentista engendrou as condições para o advento de um novo padrão de acumulação, sob o impulso das políticas neoliberais. As fortes pressões dos EUA, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do capital financeiro, além do fortalecimento das frações de classe vinculadas às exportações e à especulação financeira global, impuseram políticas econômicas inspiradas no Consenso de Washington, que passaram a orientar os planos de estabilização. Abriu-se uma fase de abertura e desregulamentação das economias, de privatização das empresas estatais, de enxugamento do Estado e retrocesso estrutural das economias mais diversificadas. O resultado foi o aprofundamento da dependência e da vulnerabilidade externa da região. Ao final da década de 1990, não obstante o controle da inflação e alguns momentos de crescimento, a situação, de modo geral, era desalentadora. O colapso dos planos de estabilização no Brasil e na Argentina atestavam fracasso das políticas neoliberais. A crise contribuiu para a vitória eleitoral, em vários países, de forças de centro-esquerda, que pelo menos parcialmente alteraram a políti-

12 Ver a respeito, entre outros, Lima, Albuquerque e Nascimento (2021).

ca econômica no sentido de retomada do crescimento.

A economia da região ganharia impulso quando a economia mundial entra em uma fase de crescimento entre 2003 e 2008. A fase expansiva foi fruto, em parte, da política expansiva adotada pelos EUA como resposta à crise da Nasdaq (2001) e do forte crescimento da economia chinesa. A política expansiva norte-americana estimulou a formação de uma gigantesca bolha especulativa no setor imobiliário, que acabou envolvendo o conjunto da economia mundial.

Ao consolidar-se como o principal polo de acumulação de capital, a China reorganizou a divisão internacional do trabalho e criou sua própria periferia. A América Latina rapidamente foi atraída pela potência asiática, carente de *commodities* para sustentar seu acelerado crescimento. Embora o preço das *commodities* também tenha subido em virtude da especulação, o efeito do incremento da demanda chinesa sobre o mercado foi de grande monta (LEITE, 2017). Entre 2002 e 2011, verificou-se uma elevação dos preços da ordem de 230%, sendo que os preços das *commodities* mineiras cresceram 322%, e o das energéticas 310%. Um dos resultados desse processo foi a substantiva melhora dos termos de intercâmbio da América Latina, que cresceram 38% (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019).

Nesse contexto, o extrativismo foi reforçado na região, em especial na América do Sul. Aumentaram sobremaneira as exportações de recursos naturais não renováveis. O forte incremento das exportações de produtos agropecuários está acarretando a degradação de extensas áreas de floresta e de cerrados, além do esgotamento dos recursos hídricos. Como já observamos, esse processo reforçou velhas estruturas socioeconômicas e a dependência da região.

3.1. Auge e limites da estratégia neoextrativista

Os governos de centro-esquerda eleitos no início do século XXI na América Latina, embora tivessem muitas peculiaridades nacionais, implementaram, de modo geral, políticas econômicas expansionistas com o objetivo de combater a miséria e a desigualdade social. A adoção dessas políticas expansivas, em boa medida, só foi possível em decorrência do incremento das exportações, dos preços das *commodities* e dos termos de troca e também em virtude da volumosa entrada de capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos e de investimentos especulativos. O forte incremento das exportações estimulou o crescimento econômico, sobretudo nos países com economias menos diversificadas. Contudo, é fundamental também observar que a melhora no balanço de pagamento reduziu a vulnerabilidade externa, abrindo espaço para a expansão do mercado interno com base no aumento do consumo, dos

investimentos e dos gastos públicos, sem que houvesse crises cambiais como aquelas que estrangularam qualquer crescimento mais forte da economia na década de 1990 em vários países latino-americanos.

Essa mudança de rumo no novo contexto da economia mundial resultou no crescimento bastante razoável do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, que, entre 2003 e 2013, cresceu a uma taxa média anual de 3,6%, sustentado pelo incremento do consumo, do investimento e das exportações. Esse processo foi acompanhado de redução do desemprego e da pobreza¹³. Os resultados em relação ao enfrentamento da crise ambiental foram insuficientes diante da magnitude do problema¹⁴.

Essas políticas expansivas e distributivistas apresentaram rupturas e continuidades com o neoliberalismo. Em geral, parecem exageradas as colocações de Acosta e Brand (2018) segundo as quais os governos progressistas teriam radicalizado o neoliberalismo. O fato de não avançarem na definição de um modelo que apontasse para a superação do extrativismo e até o terem aprofundado, não obstante o discurso pautado na defesa do meio ambiente e em novas formas de organizar a economia, como no caso do governo Correa no Equador, não quer dizer que necessariamente houve tal radicalização. Em muitos casos, houve apenas uma flexibilização das políticas neoliberais; em outros, a adoção de políticas alternativas foi mais evidente. As reformas implementadas foram limitadas, mas é preciso levar em consideração a correlação de forças adversa. Também é preciso considerar a melhora das condições de vida de parcela expressiva da população. Porém, tudo isso não justifica a postura repressiva em relação aos movimentos sociais contrários aos megaprojetos de exploração dos recursos naturais por parte de alguns governos, como no caso da Bolívia e do Equador¹⁵.

13 Em 2002, a pobreza atingia 45,3% da população, enquanto a pobreza extrema atingia 12,2%. Em 2014, esses números foram respectivamente 27,7% e 7,7%. A tendência de queda da pobreza e da pobreza extrema foi revertida com o esgotamento do *boom* de *commodities* e com o fim da onda progressista na região. Em 2018, a parcela de pobres estava em 29,7% e a da pobreza extrema 10,5% da população. Em 2020, no auge da pandemia, a pobreza era de 32,8% e a pobreza extrema de 13,2% da população. A partir daí observa-se uma queda, mas sem que os números da pobreza e da pobreza extrema tenham retornado ao patamar anterior. Em 2023, segundo estimativas da CEPAL, a pobreza atingiu 29,1% e a pobreza extrema 11,1% da população (CEPAL, 2016; CEPAL, 2023).

14 Ver a respeito em UNITED NATIONS (2023).

15 Segundo Svampa (2019, p. 66-69), na América Latina “[...] em 2010 havia 120 conflitos mineiros que afetavam 150 comunidades; em 2012, os conflitos já eram 161, com 173 projetos e 212 comunidades afetadas. Em fevereiro de 2014, o número de conflitos chegava a 198, com 297 comunidades afetadas. Em janeiro de 2017, havia 207 conflitos, que envolviam 227 projetos e 331 comunidades. Os países com maior quantidade de conflitos são Peru (39), México (37), Chile (36), Argentina (26), Brasil (20), Colômbia (14) e Equador (6) [...] Um dos casos mais preocupantes é o do Equador, onde apesar da própria Constituição estabelecer os direitos da natureza, a resposta do governo Rafael Correa (2007-2017) ao conflito socioambiental foi a criminalização e condenação do protesto [...]”.

As políticas neodesenvolvimentistas também se mostraram insuficientes tanto para deter o retrocesso estrutural das economias mais diversificadas da região, como no Brasil e na Argentina, quanto para diversificar aquelas de menor densidade econômica. Nesse sentido, o *boom* de *commodities* representou um reforço dos setores exportadores e da posição de dependência dos países latino-americanos. O caso do Brasil é ilustrativo. A preços correntes, a indústria de transformação chegou a representar 35,9% do PIB em 1985, caindo para 13,8% em 1998. O setor teve uma breve recuperação no início da década de 2000, quando sua participação no PIB foi de 17,8% em 2004. Contudo, voltou a declinar e, em 2021, sua participação no PIB foi de 11,3% (CONSIDERA; TRACE, 2022). O peso da cadeia produtiva do agronegócio representa cerca de 25% do PIB. Em 2000, as exportações de produtos primários no total das exportações brasileiras correspondiam a 42%. Esse número cresceu continuamente, atingindo 65,3% em 2012. Em 2020, foi de 72,9% (CEPAL, 2022; CEPAL 2022b).

Para a Argentina, o peso dos produtos primários nas exportações saltou, entre 2000 e 2020, de 67,6% para 85,1%. Para a América Latina e Caribe como um todo, entre 2000 e 2012, o peso das exportações de produtos primários em relação ao total exportado passou de 42,1% para 55,6%. Em 2020, apesar da queda verificada com o fim do *boom* de *commodities*, 50,6% das exportações totais da região correspondiam a bens primários. O único país que não seguiu essa tendência foi o México, pois, em 2000, 46,5% das exportações eram de produtos primários, caindo para 20,3% em 2020 (CEPAL, 2022a). Em 1970, a indústria representava 23,5% do PIB regional; em 1990, 21,9% e 16,1% em 2010. Em 2016, esse número declinou para 14,3% do PIB, alcançando 14% em 2018. Nesse mesmo período, o peso da agricultura no PIB caiu de 11,6%, em 1970, para 5,7%, em 2010, alcançando 5,8% em 2016 e 5,4% em 2018. Enquanto isso, verifica-se tendência de crescimento do peso do setor de serviços, que passou de 52,8% para 61,7% do PIB entre esses dois anos. Tal setor não pode, em geral, ser caracterizado como baseado em serviços modernos e dinâmicos. A participação da América Latina no valor agregado industrial mundial subiu de 4,5%, em 1970, para 7,2% em 2010. Nesse mesmo intervalo de tempo, a participação da Ásia subiu de 7,2% para 32,6%. O peso da América Latina nas exportações mundiais de produtos manufaturados, entre 1990 e 2010, passou de 2,2% para 4,1%, e na Ásia esses números foram respectivamente 14,8% e 35,3% (CEPAL, 2022a; CORSI, 2021, 2023; NAYYAR, 2014).

As dificuldades para diversificar a economia da região ficam patentes na composição do comércio dos países latino-americanos com a China. O comércio da região com a China cresceu 22 vezes entre 2001 e 2013. O superávit comercial regio-

nal no que se refere às *commodities* pulou de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 62,6 bilhões. Entretanto, o déficit relativo aos produtos manufaturados apresentou um salto, de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 130,7 bilhões entre esses dois anos (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019).

Os dados acima indicam a reprimarização das exportações e a desindustrialização da região, processos articulados que caracterizam um retrocesso estrutural. O desenvolvimento da indústria é importante, pois implica na diversificação da economia, no incremento da produtividade, no adensamento das cadeias produtivas, na melhora da composição do comércio exterior e no incremento de empregos melhor remunerados. Porém, o que se coloca hoje não é meramente a reindustrialização da América Latina, o que seria uma meta muito provavelmente inatingível na atual configuração do capitalismo global. Se faz necessário, buscar um outro modelo de desenvolvimento compatível com o enfrentamento da questão social e da crise ecológica.

A proposição defendida por Svampa (2019) e Acosta e Brand (2018) segundo a qual a melhora das condições sociais e a retomada do crescimento se devem ao incremento das exportações, vinculado ao *boom* de *commodities*, parece requerer algumas qualificações, pois a América Latina não constitui um todo homogêneo. Para as economias mais diversificadas da região (México, Brasil e Argentina), o conceito de neoeextrativismo parece ser insuficiente para compreender a dinâmica dessas economias e de suas políticas econômicas. Não obstante o aumento das exportações e a melhora nos termos de troca, o crescimento verificado entre 2003 e 2013 foi impulsionado sobretudo pela expansão do mercado interno, fruto do incremento do consumo pautado em políticas sociais e, em menor grau, do investimento. No caso do México, por exemplo, o destaque não são as exportações de produtos primários, mas sim as de manufaturados. A relevância do *boom* de *commodities* para esses países reside, em boa medida, na redução da vulnerabilidade externa, que também decorreu da volumosa entrada de capitais externos. Foi isso que permitiu a implementação de políticas econômicas expansivas, calcadas sobretudo no estímulo ao consumo. O incremento das exportações de produtos primários não foi a alavanca principal do crescimento, como pode ser observado pela Tabela 1. Os referidos autores parecem não levar em consideração esses pontos.

Tabela 1. Contribuição da demanda externa e interna para o PIB da América Latina (%)

Ano	Demanda interna	Demanda externa
2004	6,2	-0,2
2006	7,4	-2

2008	5,8	-1,7
2010	8,1	-1,8
2012	4	-1,2
2014	0,2	1
2016	-3	2,1
2018	1,5	-0,4
2020	-8	1,2
2021	8,2	-1,5

CEPAL (2022a)

Uma análise da composição setorial do PIB de alguns países da região indica que durante o *boom de commodities* houve um crescimento relativo acentuado dos setores vinculados ao extrativismo. Os dados da Tabela 2 sugerem que, no caso do Equador, o peso relativo no PIB do setor de mineração, entre 2002 e 2014, saltou de 2,9% para 12,6%, mas depois tendeu a cair, permanecendo no patamar histórico. Também se observa um declínio relativo da participação da agricultura e da indústria no PIB, indicando, neste último caso, um processo de desindustrialização, aparentemente estancado nos últimos anos. Outro dado relevante refere-se ao incremento da participação da administração pública, que inclui gastos com saúde, seguridade social e educação, além de outros gastos no PIB, refletindo as políticas distributivistas adotadas no período. Também foi relevante o avanço relativo da intermediação financeira.

Tabela 2. Equador: participação no PIB anual por atividade econômica a preços correntes (%)

	1990	2000	2002	2014	2019	2021
Agropecuária, pesca e caça	20,5	15,4	11,2	9,1	8,8	9,4
Minas e pedreiras	4,1	5,3	2,9	12,6	5,4	4,0
Indústria manufatureira	22,4	18,9	17,6	13,8	14,7	16,8
Fornecimento de eletricidade, gás e água	0,7	1,0	2,0	1,2	1,8	1,7
Construção civil	3,0	4,9	6,1	6,2	10,9	8,8
Comércio	15,2	16,2	15,1	15,2	11,4	12,0
Transporte e comunicações	8,7	8,9	10,6	6,4	7,3	7,7

Intermediação financeira, atividades imobiliárias e aluguéis	10,0	9,2	12,5	16,5	17,1	16,0
Administração pública	12,2	10,9	13,6	14,7	16,0	17,6
Impostos menos subsídios	4,2	5,7	8,1	4,7	6,7	6,0

CEPAL ([2024])

Comportamento semelhante pode ser também observado na Bolívia, cabendo destacar, como pode ser verificado pela Tabela 3, a queda relativa do peso da indústria e o maior peso da administração do pública no PIB. O setor de extração mineral sofreu forte incremento no período do *boom de commodities*, mas também retornou ao patamar histórico ao término dessa fase. De modo geral, observa-se uma certa estabilidade na divisão setorial do PIB, sugerindo não terem ocorrido profundas alterações estruturais na economia ao longo do período 1990-2021.

Tabela 3. Bolívia: participação no PIB anual por atividade econômica a preços correntes (%)

	1990	2000	2002	2014	2019	2021
Agropecuária, pesca e caça	15,4	13,0	13,0	9,7	12,2	12,9
Minas e pedreiras	10,2	6,6	6,4	13,2	9,7	10,5
Indústria manufatureira	17,0	13,2	13,0	9,7	10,5	10,7
Fornecimento de eletricidade, gás e água	1,6	2,9	2,9	1,9	2,5	2,3
Construção civil	3,1	3,0	3,1	2,8	2,9	2,8
Comércio	12,1	10,3	10,4	8,3	9,5	9,6
Transporte e comunicações	9,3	11,3	11,9	8,1	9,3	9,0
Intermediação financeira, atividades imobiliárias e aluguéis	10,2	13,6	12,1	8,9	10,7	10,2
Administração pública	14,5	16,9	18,0	16,2	19,6	17,5
Impostos menos subsídios	8,3	13,6	13,0	25,0	16,4	14,4

No caso do Brasil, conforme pode ser visto na Tabela 4, observa-se uma tendência de declínio da indústria, refletindo um processo de desindustrialização, que parece ser uma tendência geral da região. Outro aspecto a ressaltar é o declínio da intermediação financeira, dos negócios imobiliários e dos aluguéis na participação no PIB. O setor de mineração quase duplicou sua participação no PIB durante o período do *boom de commodities*, tendo seu peso no PIB crescido até o final do período. A participação da administração pública no PIB tendeu a declinar ao longo de todo o intervalo, em decorrência da adoção de políticas econômicas neoliberais na maior parte dele. No caso do México (Tabela 5), cabe destacar a tendência de queda do peso da agropecuária e da extração mineral no PIB, embora para este último setor seu peso tenha aumentado no *boom de commodities*. Houve um declínio do setor industrial durante o *boom*, que foi revertido depois do esgotamento dessa fase.

Tabela 4. Brasil: Participação no PIB anual por atividade econômica a preços correntes (%)

	1990	2000	2002	2014	2019	2021
Agropecuária, pesca e caça	4,3	4,8	5,5	4,3	4,2	7,5
Minas e pedreiras	1,2	1,2	1,7	3,2	2,5	4,7
Indústria manufatureira	15,4	13,1	12,4	10,5	10,3	10,2
Fornecimento de eletricidade, gás e água	2,0	2,7	2,9	1,6	2,6	2,4
Construção civil	4,9	6,1	5,3	5,3	3,4	2,8
Comércio	12,0	8,9	8,3	13,3	13,3	10,7
Transporte e comunicações	4,4	6,8	6,8	6,9	6,8	6,2
Intermediação financeira, atividades imobiliárias e aluguéis	28,3	21,2	20,7	19,4	20,4	17,5
Administração pública	23,2	21,3	21,5	21,1	22,6	18,9

Outros	9,9	14,0	14,7	14,0	14,0	14,6
--------	-----	------	------	------	------	------

CEPAL ([2024])

Tabela 5. México: participação no PIB anual por atividade econômica a preços correntes (%)

	1990	2000	2002	2014	2019	2021
Agropecuária, pesca e caça	6,3	3,3	3,3	3,1	3,4	3,9
Minas e pedreiras	10	6,4	6,6	7,1	4,3	4,0
Indústria manufatureira	19,7	19,0	17,3	15,9	17,3	18,1
Fornecimento de eletricidade, gás e água	1,1	1,6	1,8	1,7	2,2	1,7
Construção civil	5,4	7,3	7,0	7,3	7,1	7,0
Comércio	20,2	19,2	17,9	18,9	20,9	21,3
Transporte e comunicações	6,6	7,9	7,8	8,1	7,8	7,4
Intermediação financeira, atividades imobiliárias e aluguéis	15,4	15,8	16,9	17,0	16,1	16,1
Administração pública	11,5	15,0	16,3	16,2	15,2	14,4
Impostos menos subsídios	4,6	4,7	5,2	5,2	5,8	6,1

CEPAL ([2024])

Para os países com economias pouco diversificadas da América do Sul, o *boom de commodities* possibilitou de fato o neoextrativismo. A elevação dos preços e da quantidade das exportações de produtos primários, a nacionalização de empresas e a extensa ação estatal na regulação e fiscalização da extração dos recursos naturais possibilitaram os governos de centro-esquerda captarem parcela considerável do excedente, que foi utilizada, em grande parte, para incrementar o gasto público, voltado para políticas de caráter social. Foram políticas que melhoraram as condições de vida

de parcela significativa da população, apesar de não terem resolvido os históricos problemas sociais da região. Nesse processo, a implementação de grandes projetos extrativistas muitas vezes não respeitou os interesses dos povos tradicionais. Esses governos também não lograram impulsionar de forma significativa a diversificação das economias desses países.

A América do Sul foi bastante impactada pelo *boom* de *commodities*, apresentando taxas de crescimento relativamente altas, melhoria da distribuição da renda e diminuição da pobreza. Entre 1980 e 2003, a região cresceu 2,8%, enquanto na fase expansiva do ciclo das *commodities* o crescimento médio do PIB foi de 5,3%, caindo para cerca de 1% entre 2014 e 2019. Os termos de troca cresceram cerca de 60% de 2000 a 2010 e declinaram 15,7% entre 2011 e 2019. Paralelamente, verificou-se diminuição da vulnerabilidade externa (CEPAL, 2022a; CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019; SANTOS, 2015).

Este não foi o caso do México, embora esse país seja um exportador de petróleo. Observa-se uma certa estabilidade da economia mexicana no longo prazo. O PIB mexicano, entre 1980 e 2003, teve um incremento anual médio de 2,7% e durante todo o *boom* de *commodities* manteve esse patamar. Com o fim do *boom*, a economia mexicana tendeu a declinar, crescendo em média 2,2% a.a. até 2019. Enquanto as exportações mexicanas cresceram 75% entre 2000 e 2008, as sul-americanas se elevaram em 324%. A menor dependência em relação às exportações de *commodities* explica, em parte, esse desempenho. Ademais, o México encontra nos EUA o grande mercado para os seus produtos e exporta pouco para China. Nesse contexto de estabilidade, o país não apresentou grandes desequilíbrios externos e sua moeda não se valorizou como a dos países sul-americanos. Oposto a tais países, o México não sofreu uma reprimarização de sua pauta de exportação e nem um retrocesso significativo do setor industrial, baseado nas empresas montadoras (*maquiladoras*). Da mesma forma que o México, para os territórios centro-americanos o *boom* de *commodities* não foi relevante, pois a região não se caracteriza como uma exportadora importante de produtos primários (CEPAL, 2022a; CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019; SANTOS, 2015).

A crise estrutural do capitalismo global aberta em 2008 marcou o início de uma nova fase de baixo crescimento e instabilidade (Katz, 2012). No entanto, o *boom* das *commodities* não se encerrou com a crise, pois, apesar de os preços dos produtos primários terem apresentado forte contração em 2009, rapidamente se recuperaram e subiram até 2011. Em seguida, sofreram uma queda moderada até 2014, quando tenderam a cair de maneira mais acentuada¹⁶. O Gráfico 1 apresenta o comportamento dos preços

16 Sobre o comportamento dos preços das *commodities* ver, entre outros, Santos (2015) e Leite (2017).

das *commodities*. Esse comportamento decorreu sobretudo da forma como a China reagiu à crise por meio de uma política expansiva, voltada para incrementar os investimentos na infraestrutura e na indústria. Ao sustentar o nível de atividade econômica, essa política manteve a demanda de produtos primários em um patamar elevado. Porém, gerou uma situação de superprodução em vários setores da economia, o que, por sua vez, foi responsável em grande medida pela desaceleração da economia chinesa e, por conseguinte, pelo declínio da demanda e dos preços das *commodities*, que caíram também em virtude do baixo crescimento da economia mundial.

Gráfico 1. Comportamento dos preços de *commodities* selecionadas



Index Mundi ([2024])

Com o fim do *boom* de *commodities*, as economias latino-americanas tenderam para o baixo crescimento. Paralelamente, a onda progressista perdeu força. Dos governos progressistas, só o da Venezuela conseguiu se manter durante a segunda década do século. Os demais ou foram derrubados por golpes de Estados ou foram derrotados em eleições. Entretanto, esse desfecho não pode ser creditado apenas ao desempenho da economia; outros fatores políticos de cada país precisam ser levados em consideração, mas foge aos nossos objetivos analisar esses processos. A onda progressista foi sucedida por governos conservadores, que retomaram as políticas neoliberais e mantiveram o extrativismo. Essas políticas contribuíram para reforçar a tendência de baixo crescimento observada a partir de 2014.

Nesse contexto, o capitalismo global foi impactado pela crise desencadeada pela

pandemia de covid-19. Na América Latina os impactos da crise foram abrangentes, mas afetaram os países com intensidades diferentes, dadas as inúmeras peculiaridades nacionais. A região foi impactada em uma conjuntura de ebulição política e quase estagnação econômica.

A situação econômica e social rapidamente se degradou, denotando as inconsistências das políticas neoliberais. Em 2020, o PIB regional retrocedeu 6,8%. O desemprego aberto, no segundo trimestre do mesmo ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, aumentou de 2,6%, enquanto a taxa de ocupação declinou 10%, indicando forte queda dos postos de trabalho informais. A população ocupada passou de 57,4% da população economicamente ativa (PEA) para 47,9%, uma perda de cerca de 47 milhões de postos de trabalho. A parcela vivendo na pobreza e na extrema pobreza atingiu 33% da população total, um incremento de 2,5% na pobreza e 1,7% na extrema pobreza (CEPAL, 2022a).

Diante da ineficácia das políticas ortodoxas, os governos foram obrigados, pelo menos momentaneamente, a se afastarem das políticas neoliberais. Adotaram políticas anticíclicas, calcadas na expansão monetária, na redução das taxas de juros, na ampliação do crédito, na elevação do gasto público direcionados para a área da saúde e para programas sociais, na ampliação de subsídios ao consumo de energia e água, na introdução de subsídios para o pagamento dos salários dos trabalhadores que tiveram a jornada de trabalho reduzida ou o contrato de trabalho suspenso e nas isenções fiscais para diferentes setores (CORSI, 2021). Essa política expansiva não neutralizou completamente a crise. Todavia, a partir do terceiro trimestre de 2020, observa-se uma melhora da situação econômica. Em 2021, a recuperação se consolidou, tendo o PIB regional crescido 6,7%. Nos dois anos seguintes, o PIB cresceu, respectiva e aproximadamente, 4,2% e 2,5%. Esses números indicam uma tendência de declínio (CEPAL, 2016).

Apesar da recuperação, os problemas sociais e a crise ambiental permaneceram praticamente intocados. Sem mudanças estruturais voltadas para a superação do padrão de acumulação vigente e da inserção dependente na economia mundial, a tendência à quase estagnação deve persistir.

O baixo crescimento e o agravamento dos problemas sociais criaram as condições para uma nova guinada para a centro-esquerda, observada no Brasil, na Argentina, no Chile, na Colômbia, na Bolívia e no Peru, que redundou na eleição de Fernandes, de Boric, de Arce, Castillo, de Petros e de Lula. A vitória das forças de centro-esquerda ocorreu em uma conjuntura difícil, distinta daquela do início dos anos 2000. O reformismo fraco se defronta com uma situação de baixo crescimento global, de acirramento das disputas pela hegemonia entre os EUA e a China e rápido agravamento

da crise ambiental. A região vive uma situação de instabilidade. A mais recente vitória de Milei na Argentina (2023) exemplifica essa situação.

Nesse contexto, as dificuldades serão imensas para esses governos implementarem programas baseados na retomada do crescimento (fundamental para dinâmicas de distribuição de riqueza), no enfrentamento da crise ambiental, na proteção da agricultura familiar e da indústria nacional, no incentivo à produção de energias limpas, na introdução de uma reforma tributária progressiva, na adoção ou ampliação de programas sociais de transferência de renda para enfrentar a miséria e a fome, na proteção das minorias, na ampliação dos investimentos na saúde e na educação e ampla política ambiental. Um programa com essa amplitude está além do reformismo limitado desses governos.

4. Considerações finais

O *boom* de *commodities* contribuiu para o crescimento econômico, para a redução da pobreza e para a diminuição da vulnerabilidade externa no início do século XXI. Entretanto, as velhas estruturas extrativistas e a inserção dependente na economia mundial não se alteraram. Verificou-se nas últimas duas décadas um aprofundamento da reprimarização das exportações e do processo de desindustrialização, em especial na América do Sul. O Brasil, que possuía uma estrutura econômica complexa e diversificada, sofreu um processo de regressão estrutural. A Venezuela, o Equador e a Bolívia, apesar de terem sido governados por forças mais à esquerda durante o *boom* de *commodities*, não lograram redirecionar o desenvolvimento, mesmo tendo se apropriado por meio de nacionalizações e maior regulação estatal de parte considerável do excedente proporcionado pela política extrativista. Contudo, o direcionamento desses recursos, em grande medida para programas sociais, foi de suma importância para a melhora das condições de vida de parcela significativa da população.

O extrativismo foi revigorado com a expansão da demanda por *commodities*, estreitando a perspectiva de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável. No atual contexto, está na ordem do dia a definição de um modelo alternativo ao atual, não mais calcado na intensa exploração predatória de recursos naturais, que levará ao esgotamento das reservas minerais e de água potável e do solo nas próximas décadas. Isso requer a introdução de outras maneiras de produzir, de consumir e de se relacionar com a natureza. Ou seja, requer a superação do capitalismo, como indicam os ecossocialistas.

A crise estrutural do capitalismo e o acirramento da luta pela hegemonia entre

EUA e China denotam o esgotamento da globalização como a conhecemos e abrem novas possibilidades para a América Latina. A crise estrutural em curso evidenciou a vulnerabilidade de inúmeros países em uma situação na qual a economia mundial está organizada, cada vez mais, em cadeias produtivas e comerciais dispersas geograficamente. Isso ficou evidente na diminuição da oferta e/ou interrupção do fornecimento de insumos durante e após a pandemia. A economia mundial caminha, provavelmente, para uma nova reconfiguração espacial da acumulação de capital, o que pode abrir novas possibilidades de desenvolvimento, dependendo das políticas adotadas, da correlação de forças entre as classes sociais e da posição geopolítica de cada país. Nesse contexto, não está descartada para a América Latina a possibilidade de outro modelo de desenvolvimento, que permita enfrentar simultaneamente os graves problemas sociais, a crise ambiental e a vulnerabilidade externa estrutural. Porém, para tanto, é necessária a ruptura com o neoliberalismo e o extrativismo.

Referências

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante, 2018.
- BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. CEPALSTAT Statistics and Indicators: Economic. *CEPALSTAT Statistical Databases and Publications*, Santiago, [2024]. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=en>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. CEPALSTAT. *CEPAL*, Santiago, 2022a. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Rumo à transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina e no Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade*. Santiago: CEPAL, 2022b.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2022c.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Estúdio econômico de América Latina y el Caribe*. Santiago: Cepal, 2016. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40326/86/S1600799_es.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.
- CECHIN, Andrei. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Senac: Edusp, 2010.
- CHESNAIS, François. *Finance capital today*. Boston: Liden, 2016.
- CONSIDERA, Claudio; TRECE, Juliana. Indústria de transformação brasileira: à beira da extinção. FGV, Rio de Janeiro, 19 out. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/industria-transformacao-brasileira-beira-extincao>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- CORSI, Francisco Luiz. A América Latina diante da crise desencadeada pela pandemia. *Mundo e Desenvolvimento*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 54-75, 2021. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoDesenvolvimento/article/view/81. Acesso em: 22 nov. 2024.
- CORSI, Francisco Luiz. América Latina e os impasses do desenvolvimento. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 12, n. 2, p. 183-202, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2023.v12n2>.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José M. A América Latina: ciclo de *commodities* e crise do capitalismo global. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 8, n. 15, pp. 168-194, 2019.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José Marangoni. A crise do capitalismo global aberta em 2007: bolhas especulativas e novos espaços de acumulação na periferia. In: ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luz. (Org.). *A crise capitalista no século XXI: um debate marxista*. Marília: Praxis, 2021. pp. 184-217

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016.

ENTENDA o que são as práticas de ESG. *Sebrae*, São Paulo, 16 nov. 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-sao-as-praticas-de-esg.66c7e3ac39f52810VgnVCM-100000d701210aRCRD>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FMI. Fundo Monetário Internacional. IMF Data Portal. *FMI*, Washington, D.C., [2022]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Data>. Acesso em: em 15 fev. 2024.

FOSTER, John Bellamy. Decrescita pianificata: ecosocialismo e sviluppo umano sostenibile. *Associazione per la Decrescita*, [S. l.], 2 ago. 2023. Disponível em: <https://www.decrescita.it/decrescita-pianificata/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

INDEX MUNDI. Commodity Prices. *Index Mundi*, [S. l.], [2024]. Disponível em: <https://www.index-mundi.com/commodities>. Acesso em: 31 mar. 2024.

KATZ, Claudio et al. *La crisis capitalista mundial y America Latina: lecturas de economia politica*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

LEITE, Marcos Vinicius Chliatto. *Integração constrangida na América Latina: velhos e novos problemas do subdesenvolvimento no início do século XXI*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Marcos Costa; ALBUQUERQUE, Tatiane Souza de; NASCIMENTO, Andreza Melo do. Meio ambiente na China: impasses, avanços e desafios. *Realis*, Recife, v. 11, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2179-7501.2021.252151>

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOORE, Jason W. El auge de la ecología-mundo capitalista: las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. *Laberinto*, Bogotá, n. 38, pp. 9-26, 2013.

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016. pp. 256-295

NAYYAR, Deepak. *A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SAITO, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e crítica inacabada à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Bruno Galvão dos. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 43, pp. 205-251, 2015.

SMITH, John. *Il imperialismo nel XXI secolo*. [S. l.]: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.sinistrai-nrete.info>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SVAMPA, Maristella. STATE of the climate in Latin America and Caribbean. *World Meteorological Organization*, Geneva, [2021]. Disponível em: <https://wmo.int/publication-series/state-of-climate-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina*. São Paulo: Elefante, 2019.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Annual Report 2011*. Nairobi: UNEP, 2012. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/annual-report/unep-2011-annual-report>. Acesso em:

22 nov. 2024.

UNITED NATIONS. *Who cares wins*: connecting financial markets to a changing world. New York: United Nations Department of Public Information, 2004. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/280911488968799581/who-cares-wins-connecting-financial-markets-to-a-changing-world>. Acesso em: 22 nov. 2024.

_____ - State of the climate in Latin America and Caribbean, 2023 . Disponível em <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate/LAC>. Acesso em 20 de fevereiro.

Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola*, Pedro Bordinhão**
e Tauan Monteiro Cordeiro***

¿Hacia la Tercera Guerra Mundial? é uma obra que aponta desde o início os dramas e projeções que acompanham o desenrolar do presente século na esfera internacional. Com bastante amplitude e sutileza, os autores articulam os fatos históricos de modo a traçar diretivas possíveis para o futuro da humanidade em suas múltiplas interações interestatais.

Carlos Eduardo Martins assinala que nas contradições do “imperialismo informal” estadunidense residem os germes do caos sistêmico que estamos presenciando em escala planetária. A eclosão de uma economia pautada na financeirização obstruiu paulatinamente as capacidades que o imperialismo norte-americano conseguiu erigir entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970. O parasitismo, a geração de capital fictício e a deslocalização produtiva assumiram prioridade em relação ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação da força de trabalho, impulsionando uma ilusão de universalismo que promoveu guerras híbridas e revoluções coloridas em detrimento da estabilização da balança de poder. A corrosão dos pressupostos materiais que sustentavam o “imperialismo informal” anglo-saxão abriu espaço para a projeção da China, o que promoveu a articulação de um eixo geopolítico anfíbio. Tal eixo tem sua unidade no anti-imperialismo e possui uma escala potencial territorial, demográfica e marítima que ultrapassa em muito o *Rimland* imaginado por Spykman. O autor vê esse processo como inspiração para o desenvolvimento de uma teoria geopolítica marxista do sistema mundial contemporâneo. Se a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o Leste e o cerco à Rússia provocaram a guerra na Ucrânia e destruíram o espaço geoeconômico eurasiático em construção, também fortaleceram o BRICS e o projeto de um Sul Global. O colapso da hegemonia dos Estados Unidos se revela em seu declínio ideológico e na crise da democracia liberal ameaçada por sua baixa legitimidade e pela ascensão do neofascismo. A conversão do imperialismo informal estadunidense em imperialismo *tout-court* é incapaz de estabilizar uma ordem internacional e aprofun-

* Doutorando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

** Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

*** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ).

da conflitos mundiais, que assumem formas cada vez agressivas e parecem ser parte da emergência de uma terceira guerra mundial já em curso. Impedir o seu desenvolvimento, ultrapassá-la e desarticulá-la se torna uma tarefa crucial da humanidade no século XXI. Entretanto, isso não será alcançado sem profundas transformações sociais e políticas que podem ser propiciadas por períodos de caos sistêmico.

Francisco Lopez Segrera aponta que crise da geopolítica imperial se apresenta em múltiplas frentes, por meio do cada vez mais próximo colapso ecológico, da disrupção tecnológica acelerada, da debilitação das democracias ocidentais, do fortalecimento da Otan, das *big techs*, das possibilidades de guerras híbridas, ou mesmo do risco de uma guerra nuclear. Ele destaca que a guerra Rússia-Ucrânia que – na falta de uma diplomacia habilidosa, consequente e responsável, pautada pelo mínimo de interesse global e compromisso com a sobrevivência da humanidade e a preservação do planeta – pode resultar em guerra total e catástrofe nuclear. O autor usa o termo “trampa de Tucídides”, em referência a Graham Allison, para estabelecer paralelos com os dias de hoje. Para historiador grego, foi a ascensão de Atenas que infundiu em Esparta a necessidade de iniciar a Guerra do Peloponeso. O avanço tecnológico chinês aliado aos acordos bilaterais realizados com países da Ásia Central (vide o Afeganistão), ou mesmo o avanço russo em direção a obras de infraestrutura no espaço euroasiático, representam essa ameaça velada que tanto assombra o império estadunidense.

Atilio Boron indica que a passagem de *hegemon* do Ocidente para o bloco não ocidental não significa mais, como em casos precedentes no sistema-mundo capitalista, a substituição de um poderio unipolar por outro, mas a emergência concerto policêntrico e multipolar entre as nações, evitando, assim, a ocasião de uma guerra total de proporções apocalípticas e sem vencedores. Ana Esther Ceceña aponta como a guerra russo-ucraniana vem sendo gestada desde o desmonte da antiga União Soviética e em que proporção a Ucrânia reúne aspectos que a tornam não só um cavalo de Tróia da Otan, mas uma peça fundamental da estratégia de controle e rechaço dos países centrais em relação à emergente Rússia e China. A dianteira na produção e na exportação de cereais para Europa e África, além da geografia favorável ao controle do Mar Negro, dotam a Ucrânia de relevante aspecto estratégico. No entanto, as invectivas contra a Rússia também enfrentam a mobilidade oferecida pelo Mar Cáspio, que conecta o país ao Oriente Médio. Nada disso, porém, passa ao largo das enormes infraestruturas portuárias que a República Popular da China construiu nas últimas décadas e que impõem um empecilho às pressões norte-americanas. As infraestruturas em rede consolidam, como nunca antes, um bloco que se estende do Sul da Ásia à Rússia Ocidental, impondo constrangimentos às pretensões de controle sobre o bloco euroasiático que vêm reorientando a dinâmica global de potências.

Gabriel Merino converge com Carlos Eduardo Martins no diagnóstico de que o atual sistema mundial entrou em estágio de “caos sistêmico”. Ele afirma que as mudanças no sistema se tornam tão rápidas que é impossível manter a antiga estabilidade relativa, posição também sustentada por Maria Elena Álvarez Acosta e Yoslán Silverio González. O sistema mundial capitalista se encontra em uma fase de transição. O processo de mudança ocorre a todo momento na história mas a natureza, intensidade e velocidade dessas alterações, se concentradas e articuladas em demasia, geralmente significam que há pontos de inflexão fundamentais para todo sistema interestatal capitalista, principalmente em suas relações hierarquizadas de poder e riqueza.

O livro *¿Hacia la Tercera Guerra Mundial?* tenta capturar os principais elementos dessa transição que opõe a ordem ocidental e atlantista unipolar em decomposição, um projeto que se pretende multipolar e nasce não necessariamente apenas do enfrentamento direto, mas também das contradições internas do imperialismo ocidental. O conflito entre Estados Unidos e China, passando pela Rússia, se apresenta como a confrontação geopolítica central atual. Claudio Katz destaca que esse não é um conflito que opõe potências semelhantes. A potência anglo-saxã tem utilizado de todos os tipos de ferramentais imperiais, como sanções, criação de bases militares no Mar da China, apoio à expansão da OTAN no indo-pacífico, guerra comercial aberta contra o gigante asiático e o uso do controle do sistema de pagamentos da Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (SWIFT, na sigla em inglês); tudo para impedir a ascensão do país oriental e de seu aliado russo. Diante da ordem mundial unipolar, o abuso do poder imperial gera a necessidade de posições revisionistas, principalmente após a rivalidade aberta entre Estados Unidos e China a partir de 2008. A China tem expandido seu poder econômico, político e militar através de acordos bilaterais em todas as regiões do mundo, criando, em conjunto, formas de aumentar seu poder de influência com a criação do Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura e do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, além da tentativa de criar, em conjunto com a Rússia, seus próprios sistemas de pagamentos, o Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras do Banco da Rússia (SPFS, na sigla em russo) e o Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço (CIPS, na sigla em inglês). O BRICS passa a incorporar países como Irã, Emirados Árabes e Indonésia e agora possui, em conjunto, um PIB maior do que o dos países do G7, com grande acesso a recursos naturais como petróleo e gás, constituindo-se ainda em liderança na transição para energias limpas e renováveis. A China age no sistema internacional de forma diferente do imperialismo anglo-saxão: realiza investimentos para garantir o acesso a recursos naturais e adota uma política de não enfrentamento direto, tentando contornar o cerco americano no Mar da China por meio de iniciati-

vas ousadas, como a *Belt and Road Initiative*.

Outro eixo central dos conflitos globais diante da transição sistêmica tem sido a guerra no leste europeu. Ravi Palat assinala que a estratégia americana de sufocar a economia russa tem gerado resultados opostos aos esperados. A primeira fase do conflito se inaugura com a reversão do resultado da “revolução laranja” pró-ocidental entre 2004 e 2010. A segunda fase, por sua vez, inicia-se com a vitória das forças pró-russas na Criméia contra a instalação de um governo alinhado aos interesses ocidentais. Atualmente, a terceira fase do conflito se abre com a tentativa de expandir a OTAN em direção às fronteiras russas, algo que George Kennan, em 1997, chamou de “erro fatal. A Rússia tem servido de mediadora para consolidação do bloco euroasiático, constituindo um dos pilares da articulação geopolítica do Sul Global, junto com a China. A Índia tornou-se uma grande compradora de hidrocarbonetos russos, e a China declarou “amizade ilimitada” ao país do leste, aumentando as importações de petróleo, gás e carvão russos em 75% no ano de 2022. A guerra acelerou o projeto de construção do Corredor de Transporte Internacional Norte-Sul, que une Bombaim a São Petersburgo, passando pelo Irã. Além disso, Rússia e Arábia Saudita também têm realizado acordos para regular a produção de petróleo e evitar uma queda nos preços. A economia russa tem crescido apesar das centenas de sanções e do congelamento de seus ativos em bancos estrangeiros, ensejando uma reação revisionista apoiada e encorpada por Estados que, diante do despotismo imperial anglo-saxão, buscam sua própria sobrevivência e encontram no BRICS um eixo geopolítico de organização.

Elias Jabbour se propõe a explicar que, após as reformas econômicas de 1978, surgem novos tipos de formações sociais e econômicas com orientação socialista na China e uma nova economia do projetamento. Essa nova economia seria a forma histórica como se apresenta o socialismo atual, é dizer, como sendo um estágio superior de planejamento, com todo o seu arcabouço econômico e institucional. Para isso, discute-se o papel do Sistema Nacional de Inovação (SNIT), aprofundado na segunda metade dos anos 2000 com novas reformas e inovações tecnológicas disruptivas e com a emergência de formas superiores de planejamento econômico. O país passa por uma onda de inovações institucionais destinadas a alterar os padrões de propriedade do país, reduzir as desigualdades e transformar a economia chinesa numa grande máquina de construção de bens públicos no país e no exterior. Essa onda inovações está ancorada no planejamento baseado em projetos e assentado na grande propriedade estatal/pública da produção e das finanças e num enorme SNIT

Jesús Arboleya aponta que Cuba está de novo no epicentro do conflito entre as forças opostas. A Revolução Cubana deslocou o país na balança internacional e representou um avanço para o bloco socialista, colocando-o vis-à-vis com os Estados

Unidos, mas também com o chamado Terceiro Mundo por meio do impacto cubano nesses países. Estamos a assistir ao renascer da Guerra Fria numa versão desideologizada, dizem alguns. Cuba deve aproveitar a conjuntura mundial para escapar ao bloqueio norte-americano. O crescimento mundial da China, que se converte na grande beneficiária da globalização; a guerra na Ucrânia, que desencadeou a venda de armamentos estadunidenses pagos pelo contribuinte americano; e a aproximação entre Cuba e Rússia por meio de visitas diplomáticas colocam a ilha de novo no jogo estratégico, com potencial para ser uma ponte na política internacional entre o bloco euro-asiático, constituído pela Rússia e a maioria das antigas repúblicas soviéticas, e a América Latina.

Oscar Oramas Oliva analisa a conjuntura africana, em particular a do Níger, que sofreu um golpe de Estado. Interessa-se também por perceber o que isso gerou a nível económico, político e militar nos outros países da região. Por um lado, o golpe tensionou as relações com os europeus, levando esses Estados a retirarem os seus cidadãos do país; por outro lado, os países da África Ocidental estão a elevar o tom em relação ao Níger, mas sem renunciar ao diálogo. O autor constata que não há unanimidade no seio da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para uma operação militar no Níger. Os europeus estão preocupados com a perda das bases de sustentação das antigas potências coloniais. A França está interessada na importação de urânio para a produção de energia e programas de armas nucleares e, ao mesmo tempo, assustada com o aumento da emigração africana. Para Paris, o ouro que sai do Níger serve como meio para enfrentar a incerteza financeira e como contrapartida da influência da Rússia e da China na África. O Níger pretende ser uma plataforma para a petroquímica na África Ocidental e para os projetos de oleodutos trans-saarianos.

Para Ricardo Dello Buono e José Bell Lara, o imperialismo está em crise sistémica e, no entanto, está numa corrida armamentista renovada. Os autores argumentam que o ciclo histórico do imperialismo estadunidense está se esgotando. Surge uma nova direita, de cariz fascista, que já tem posições de poder em certos países europeus. Para impedir a Rússia de se reconstituir geopoliticamente, Washington usa a Ucrânia estrategicamente para desgastá-la e subjugá-la a União Europeia através da OTAN e das exigências de guerra. Os Estados Unidos provocam a China vendendo armas para Taiwan e outros aliados no Pacífico, com o objetivo de travar a expansão da China, empurrando-a para uma corrida armamentista. Perante essa crise sistémica do imperialismo é necessário construir uma alternativa emancipatória mundial.

Como *post-scriptum* do livro, Manolo Monereo pretende analisar três questões. A primeira diz respeito às mudanças geopolíticas globais e ao seu impacto no Oriente

Médio em ligação com o fim da Pax Americana; a segunda questão se relaciona à evolução da sociedade e da política em Israel e a terceira questão é o bloqueio de qualquer saída para o conflito que não implique o fim do povo palestino como sujeito político

O livro apresenta ainda importantes contribuições de Emir Sader, Claudio Katz e Carlos Azugaray, constituindo uma leitura imprescindível para compreender a natureza, as dimensões, os impasses e as possíveis alternativas aos principais conflitos geopolíticos do mundo contemporâneo.



PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre O Capital, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.



EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.



LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais variadas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.

DOSSIÊ

FEMINISMOS NO SÉCULO XXI

**Amefricanizando os feminismos: a perspectiva
teórico-prática apresentada por Lélia Gonzalez**

Thamires Costa Meirelles dos Santos e Rachel Gouveia Passos

**Mujeres que luchan: la formación del antagonismo
anticapitalista y antipatriarcal entre las mujeres kurdas y zapatistas**

Azize Aslan e Mária Millán

**El Racismo del salario: experiencias de racialización de mujeres indígenas
trabajadoras domésticas de los Altos de Chiapas**

Astrid Yulieth Cuero Montenegro

**Entre Safo de Lesbos e Audre Lorde: amores
e erotismos entre mulheres na Grécia Antiga e século XXI**

Ana Clara Azanha do Nascimento, Mary Jane Paris Spink e Beatriz Borges Brambilla

**Conselho de Direitos das Mulheres: entre disputas de
hegemonias e contenção de conflitos**

Gabriela Alves dos Santos e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso

**Quando a Teoria do Norte “nos dá a honra”:
notas geopolíticas sobre uma dupla de feministas do Norte no Brasil**

Annelise Erismann

Uma vida sem trégua: Ângela Ramos

Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola e Luis Ernesto Gomez Cornejo Rotalde

TEMAS LIVRES

**À Teorias críticas para repensar a integração regional
na América Latina: um diálogo entre o estruturalismo da CEPAL e o marxismo**

Thomaz Delgado de David e Gustavo Menon

**A América Latina e as consequências do esgotamento
do boom de commodities (2003-2016)**

Francisco Luiz Corsi e Agnaldo dos Santos

RESENHAS

¿Hacia la Tercera Guerra Mundial? -

Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola, Pedro Bordinhão e Tauan Monteiro Cordeiro